

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

LILIANE CRISTINA SANTOS

SALVE A FAMÍLIA?
Ideais familiares na perspectiva decolonial de jovens de periferia

**BELO HORIZONTE
2025**

LILIANE CRISTINA SANTOS

SALVE A FAMÍLIA?
Ideais familiares na perspectiva decolonial de jovens de periferia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha Psicologia, Psicanálise e Educação, como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ricardo Pereira

BELO HORIZONTE
2025

S237s
T

Santos, Liliane Cristina, 1980-
Salve a família? [manuscrito] : ideais familiares na perspectiva
decolonial de jovens de periferia / Liliane Cristina Santos. -- Belo
Horizonte, 2025.
301 p. : enc.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientador: Marcelo Ricardo Pereira.

Bibliografia: f. 283-298.

Apêndices: f. 299-301.

1. Educação -- Teses. 2. Sociologia educacional -- Teses.
3. Família -- Aspectos sociais -- Teses. 4. Patriarcado -- Teses.
5. Estrutura social -- Teses. 6. Decolonialidade -- Aspectos educacionais
-- Teses.

I. Título. II. Pereira, Marcelo Ricardo, 1967-. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

DEFESA DE TESE DA ALUNA
LILIANE CRISTINA SANTOS

Realizou-se, no dia 28 de abril de 2025, às 13:00 horas, em plataforma virtual, a 1002ª defesa de tese, intitulada *Salve a família? Ideais familiares na perspectiva decolonial de jovens de periferia*, apresentada por LILIANE CRISTINA SANTOS, número de registro 2021654820, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, Linha: Psicologia, Psicanálise e Educação, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Marcelo Ricardo Pereira - Orientador (UFMG), Prof(a). Nádia Laguárdia de Lima (UFMG), Prof(a). Margaret Pires do Couto (PUC-MINAS), Prof(a). Margareth Diniz (UFOP), Prof(a). Fábio Santos Bispo (UFES).

A comissão considerou a tese: APROVADA. A banca indica a necessidade de esclarecimento do objeto interrelacionando-o com os aportes teóricos e os achados de campo. E ainda: a necessidade de revisão do conceito-título, "romance familiar", bem como explicitar a tese que pretende defender na conclusão (no prazo máximo de 90 [noventa] dias).

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2025.

Prof(a). Marcelo Ricardo Pereira (Doutor)

Prof(a). Nádia Laguárdia de Lima (Doutora)

Prof(a). Margaret Pires do Couto (Doutora)

Prof(a). Margareth Diniz (Doutora)

Prof(a). Fábio Santos Bispo (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ricardo Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 29/04/2025, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Santos Bispo, Usuário Externo**, em 29/04/2025, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Margaret Pires do Couto, Usuária Externa**, em 29/04/2025, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Laguardia de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 30/04/2025, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Margareth Diniz, Usuário Externo**, em 07/05/2025, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4166954** e o código CRC **C17F2EB7**.

AGRADECIMENTOS

Muitos agradecimentos a fazer, após esta longa jornada; um trabalho como este não se faz sozinha, conta com muitos suportes.

Primeiramente, expresso minha gratidão pela oportunidade de uma trajetória com aprendizados tão ricos e tão profundos, justamente à custa de sofrimento, posso dizer, mas penso que é assim mesmo que um aprendizado de tamanha proporção acontece. Por isso, muitas pessoas para agradecer, sem as quais a realização do doutorado e a escrita da tese não seriam possíveis.

Agradeço ao Marcelo, meu orientador, cuja presença atenta e respeitosa foi um demarcador importante deste trabalho. Embora tenhamos tido percalços, inclusive aqueles relativos ao nosso encontro que ainda estamos entendendo, sua presença marcante, até mesmo nos cortes necessários e difíceis de acolher, acabou propiciando um trabalho intenso, árduo e produtivo. Além disso, mesmo com muitas dificuldades concretas da minha vida que atravessaram o processo, você não desistiu de me apoiar e não recuou da aposta que sempre fez em mim. Apesar do peso e da responsabilidade que acompanhou sua expectativa e de seus efeitos, que exigiram resignificação, agradeço por ter continuado disposto e não deixar de acreditar que seria possível.

Agradeço, enormemente, à Nádía Laguárdia e à Margaret Couto, pelas participações generosas e acolhedoras na banca de qualificação, com importantes contribuições. As direções que deram na banca tornaram possível o prosseguimento da pesquisa.

Agradeço aos meus amados familiares: meus pais, minha sogra/mãe, meus irmãos, meus sobrinhos, meus cunhados e primos próximos, pelo apoio contínuo e preocupação comigo. Aos meus filhos João, Cecília e Alice, pela compreensão e acolhida. Ao meu marido Djane, meu apoio de sempre, cujo amor “me cura de uma loucura qualquer”. Sem você, nada disso seria possível. Agradeço também pela ajuda nas pesquisas, pela paciência e pelos direcionamentos a partir de nossas conversas.

Aos amigos, pela escuta disponível e pela torcida.

Aos colegas do trabalho e da pós-graduação, pela parceria, pela solidariedade e pelas trocas.

Ao grupo LEPSI, pelas provocações advindas das discussões e pelas ricas referências.

À Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e à Escola Municipal pesquisada, por viabilizarem o trabalho. Agradeço, especialmente, à diretora, ao coordenador e à professora

da escola onde foram realizados os procedimentos desta investigação, pela disponibilidade e auxílio fundamentais na realização da pesquisa de campo.

Aos participantes da pesquisa de campo, pela confiança e disposição.

À Darcy, pela revisão cuidadosa.

Por fim e não menos importante, agradeço aos pacientes que escuto diariamente em minha atuação profissional, que me ensinam continuamente e inspiraram este estudo. Agradeço pela transferência e por compartilharem a construção de suas histórias, me inspirando e auxiliando na construção de minha trajetória.

“Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso”
Trecho da canção “Sampa”, de Caetano Veloso, 1978.

RESUMO

O presente trabalho constitui-se como uma pesquisa clínica qualitativa, com opção pelo método clínico, de bases teórica e metodológica psicanalítica, utilizando-se de três procedimentos: a revisão bibliográfica, a conversação e a entrevista clínica. O objetivo foi compreender as especificidades das famílias brasileiras, analisando os ideais e as ficções familiares dos sujeitos participantes. No que se refere ao desenvolvimento da tese, partimos da explanação sobre o método clínico psicanalítico, sobre os aportes teóricos e metodológicos que orientam os instrumentos utilizados na pesquisa teórica e de campo e sobre o método empregado para a análise dos dados produzidos. Posteriormente, procedemos à contextualização da temática no espectro social e histórico, com enfoque na conjuntura brasileira, avançando, em seguida, para a perspectiva psicanalítica, mediante revisões de literatura dos tipos narrativa e integrativa, respectivamente. Seguimos com a apresentação da pesquisa de campo realizada em escola pública da periferia de Belo Horizonte, por intermédio de conversação e de entrevista clínica. Para o trabalho com os dados, adotamos a análise do discurso de orientação psicanalítica, seguindo a diretriz clínica deste estudo. Um ponto que se fez marcante nesta pesquisa e que direcionou nossa discussão diz respeito à busca dos sujeitos participantes por perpetuar ideais familiares compatíveis com o modelo hegemônico e patriarcal, nas fantasias construídas, mesmo que isso seja incongruente com as histórias que narram e com as famílias de sua realidade objetiva. Em nossa investigação, essa tentativa de perpetuar a família em uma narrativa patriarcal pôde ser lida sob o viés da colonialidade, que foi central no período colonial brasileiro, mas continua a produzir marcas em nosso cotidiano e nas nossas subjetividades. Realizamos, então, uma discussão sobre esses aspectos, a partir dos dados produzidos na pesquisa de campo e de sua análise, em articulação com a revisão bibliográfica realizada, de forma a problematizar os construtos teóricos referentes à temática da família.

Palavras-chave: família; psicanálise; patriarcalismo; educação; decolonialidade.

ABSTRACT

This study comprises qualitative clinical research that utilizes the clinical method grounded in psychoanalytic theory and methodology. It employs three procedures: bibliographic review, conversational interviews, and clinical interviews. The objective of the research was to understand the specificities of Brazilian families by analyzing the ideals and family fictions of the participants. We began by explaining the psychoanalytic clinical method and detailing the theoretical and methodological frameworks that guided the instruments used in both theoretical and field research. We also outlined the method employed for analyzing the collected data. Following this, we contextualized the theme within the social and historical frames of reference, focusing on the Brazilian context, and then advanced to the psychoanalytic perspective through narrative and integrative literature reviews, respectively. We then presented the field research conducted in a public school on the periphery of Belo Horizonte, using conversational and clinical interviews. For data analysis, we employed psychoanalytically oriented discourse analysis, in line with the clinical framework of this study. A significant finding in this research was the participants' attempts to uphold family ideals compatible with the hegemonic and patriarchal model within their constructed fantasies, even when these ideals were incongruent with the stories they shared and their actual family realities. This endeavor to maintain the family within a patriarchal narrative can be interpreted through the lens of coloniality, which was a central theme during the Brazilian colonial period and continues to influence our daily lives and subjectivities. We then discussed these findings in relation to the field research data, combining it with our bibliographic review to critically analyze the theoretical constructs associated with the family.

Keywords: family; psychoanalysis; patriarchy; education; decoloniality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	19
1.1 Metodologias de revisão adotadas para construção dos capítulos iniciais.....	19
1.2 Método clínico como diretriz da pesquisa em psicanálise	20
1.3 Procedimentos adotados na pesquisa de campo	26
1.3.1 Concepções teóricas e técnicas relativas à conversação.....	26
1.3.2 Entrevistas clínicas e suas fundamentações.....	35
1.4 Método de análise de dados	45
2 FAMÍLIA NA PERSPECTIVA SOCIAL E HISTÓRICA	56
2.1 Sobre o conceito de família.....	56
2.2 Breve histórico da família no ocidente: sentimento de infância e sentimento de família	58
2.3 Historiografia sobre família no Brasil.....	65
2.3.1 Historiografia brasileira com foco na família patriarcal.....	66
2.3.2 Família na perspectiva da história social e demográfica brasileira	70
2.3.3 Reflexões acerca de possíveis leituras sobre família da historiografia brasileira	73
2.4 Características e transformações das famílias ao longo da história do Brasil.....	81
2.5 Famílias brasileiras no século XXI: novas características?	87
3 FAMÍLIA E PSICANÁLISE: APORTES TEÓRICOS EM FREUD E EM LACAN	96
3.1 Processos psíquicos relativos à família, na obra freudiana	96
3.1.1 Dimensão subjetiva ou realidade psíquica	96
3.1.2 Complexo de Édipo em Freud.....	99
3.1.3 Romances familiares.....	102
3.1.4 Família como representante ou transmissora da cultura	107
3.2 Família na perspectiva da psicanálise lacaniana	111
3.2.1 Complexos familiares	111
3.2.2 Complexo de Édipo pela via do romance familiar	120
3.2.3 A função simbólica da família conjugal.....	124
3.2.4 Considerações sobre a função simbólica da família e do mito familiar.....	129
4 FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS BRASILEIRAS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA .	137
4.1 Sobre a nostalgia da família de outrora	137
4.2 Famílias de nosso tempo	147
4.3 Famílias de nosso tempo e nosso lugar	152
4.4 Família e colonialidade.....	159
5 APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE PESQUISA DE CAMPO E DAS FALAS DOS PRIMEIROS PARTICIPANTES.....	169
5.1 Descrição do processo de pesquisa de campo	169
5.2 Cecília e Luís Fernando: uma família e diferentes lugares de fala	172
5.3 Discussão: uma família e diferentes ficções familiares	185
5.4 Conversação com adolescentes da EJA	198
6 FAMÍLIA NA PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES PARTICIPANTES	207
6.1 Clarice, a família processual e sua busca por salvar o pai.....	207

6.2 João Cabral, o homem da casa	221
6.3 Jorge ou Vinícius: podemos escutar o que ele tem a dizer?	233
6.4 Graciliano, um rapaz correto para a correção de sua família	244
7 IDEAIS FAMILIARES NO CONTEXTO BRASILEIRO E COLONIALIDADE	251
7.1 Categorias de análise: gênero, figura paterna, violência, drogas, raça e classe social.....	251
7.2 A busca dos sujeitos participantes por incorporar ideais sociais nas fantasias familiares	262
CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
REFERÊNCIAS	283
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	299
ANEXO 2 – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	301

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se como uma pesquisa clínica qualitativa, que se insere na linha *Psicologia, Psicanálise e Educação*, do Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, em realização de Doutorado. Esclarecemos que partimos do pressuposto da clínica como método próprio de pesquisa em psicanálise, seu método específico de construção de saber e, conseqüentemente, de fazer. A partir dessa diretriz, utilizamos três procedimentos: a revisão bibliográfica, a conversação e a entrevista clínica, com o objetivo de compreender as especificidades das famílias brasileiras, analisando os ideais e as ficções familiares dos sujeitos participantes. Ressalvamos que a pesquisa de campo, por meio de conversação e da entrevista clínica, foi realizada em instituição escolar, opção motivada pelo fato de a temática ser bastante presente na área da educação. Ademais, sabe-se que há, nos discursos psicopedagógicos, um determinado ideal de família que, muitas vezes, não corresponde às famílias da realidade, situação da qual podem decorrer desdobramentos e até mesmo conflitos.

O interesse pelo tema surgiu do percurso profissional de atuação da pesquisadora na saúde pública, especialmente o trabalho como psicóloga clínica da Unidade Materno Infantil de um hospital de Belo Horizonte, e também na educação, na área da psicologia e da saúde, o que mobilizou o estudo contínuo sobre a relação pais e bebês/crianças pequenas. A atuação referida envolvia, sobretudo, o atendimento às famílias de bebês hospitalizados, bem como a formação da equipe de saúde sobre essa temática. Essa experiência oportunizou observar determinadas expectativas no que se refere aos papéis atribuídos às figuras parentais, especialmente aquelas referentes às atribuições da mãe no cuidado à criança, coerentes com um modelo ideal de vivência da maternidade e de cuidados. Nesse contexto, as intervenções realizadas na atuação da pesquisadora como psicóloga de uma unidade materno infantil frequentemente implicavam em problematizar esse ideal de mãe e de pai presentes nos discursos dos sujeitos escutados, mesmo daqueles que exerciam esses papéis ou essas funções.

Verificamos que, assim como no contexto da assistência à saúde, nosso campo de atuação e que inspirou o estudo do tema, ideais de família também estão presentes nas instituições escolares, que lidam, em seu cotidiano, diretamente com as famílias, e que, por serem instituições, proporcionam e promulgam certos parâmetros pré-fixados. Nesse âmbito, aparece, com frequência, no discurso dos profissionais, a associação do fracasso escolar a problemas de ordem familiar, como discute Couto (2012), por exemplo. A chamada “família desestruturada” surge como pano de fundo nas falas dos profissionais da educação envolvidos

em casos de crianças e adolescentes que exigem intervenções em diferentes esferas, pelas dificuldades de aprendizagem ou outros problemas de comportamento que perturbam sua rotina escolar.

Notamos que *família* é uma temática central no contexto da educação, sendo esse, portanto, um campo propício e fértil para a investigação de questões pertinentes ao tema. É válido pontuar, ainda, que, no que diz respeito à formação da criança, há um tensionamento entre o que se considera como o papel atribuído à família e aquele relacionado à escola. Notamos que, paralelamente ao crescimento e posituação da educação como dever do estado e direito da criança, o que torna a sociedade responsável pela educação da criança e do adolescente (Brasil, 1990; Khulman Jr., 2000; Kramer; Nunes; Pena, 2020), observa-se um movimento de concentrar na família os esforços para a formação do futuro adulto, como forma de tentar garantir a promulgação de valores e crenças da família, em seus aspectos privados e individualizados. A título de ilustração, apontamos que, no Brasil, tem crescido de forma significativa a demanda de famílias pelo ensino domiciliar, conhecido popularmente pelo termo em inglês *homeschooling*. Esse dispositivo educacional vem ganhando relevância no âmbito institucional brasileiro há mais de duas décadas, pelo aumento do movimento de famílias dirigido ao judiciário – apelando judicialmente ao direito e ao reconhecimento da educação em domicílio – e ao legislativo – pressionando para a regularização deste tipo de ensino. Isso tem motivado diferentes especialistas a debater sobre essa modalidade de ensino, refletindo sobre o papel social da escola na perspectiva do direito, em contraponto ao ajustamento à racionalidade neoliberal (Gualda; Souza, 2020; Vingre; Tórtora, 2022).

É importante mencionar, ainda, as tensões provocadas pelos papéis formativos da escola e da família, como a queixa de profissionais das instituições escolares por terem que assumir responsabilidades que sentem que não são deles, mas das famílias, como imposição de regras e limites ou atenção às demandas e necessidades dos estudantes (Lima *et al.*, 2015).

Às tensões relativas às funções das famílias e das escolas, somam-se mudanças importantes nas configurações familiares na atualidade, o que pode agregar outros impasses entre esses grupos. As famílias apresentam-se de modos diferenciados daqueles reconhecidos e predominantes na sociedade ocidental até a segunda metade do século passado, caracterizado pelo modelo homem, mulher e filhos. Essas mudanças foram influenciadas por fatores que variam desde a emancipação da mulher até o processo de globalização e podem provocar questões de ordem social, nas diferentes instituições, inclusive por perturbar certo ideal de família, que ficou fixado no modelo da família tradicional moderna.

É importante ponderar que, mesmo que, ao longo da história do país, as famílias brasileiras sempre tenham sido marcadas por diferentes configurações (Samara, 1997; 2002), há uma hegemonia, em termos de discursos e de políticas, de um modelo tradicional de família formado por casal heterossexual e seus filhos, unidos pelo matrimônio e orientados, predominantemente, pela religião cristã. Porém, tal formato não é tão majoritário nem exclusivo, como fora anteriormente (Brasil, 2023b; Cavenagui; Alves, 2018). Atualmente, principalmente com a permissão da separação conjugal, houve um importante crescimento de situações de crianças e adolescentes sob a guarda de apenas um dos genitores, de avós, de tios, família extensa em geral, bem como de guarda compartilhada, o que possibilita a convivência e relacionamentos entre irmãos de diferentes uniões. Acompanhamos também a ascensão de famílias monoparentais, o consentimento de casamentos homoafetivos, dentre outras circunstâncias que provocam e exigem mudanças nas práticas de cuidados à criança e nos arranjos familiares. Tais remodelagens demandam reedições e ressignificações dos discursos, ações e políticas concernentes à família.

Não obstante, o modelo de família tradicional moderna ainda se faz fortemente presente nos discursos políticos e religiosos que embasam a sociedade brasileira, arraigada no moralismo cristão. Um fato marcante relativo à família e à busca por reforçar padrões pré-estabelecidos foi a aprovação, em 2015, pela Câmara dos Deputados, do Estatuto da Família – o projeto de lei é de 2013 (Brasil 2015) –, que conceitua a família como união formada entre homem e mulher. Ainda mais recente, em outubro de 2023, a Comissão de Previdência e Assistência Social da Câmara aprovou o projeto de lei 580/2007, que proíbe o casamento homoafetivo no Brasil (Brasil, 2023c). O relatório questiona a decisão do Supremo Tribunal Federal, de 2011, que equiparou uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo às uniões reconhecidas entre homens e mulheres (Ferreira, 2023).

Interrogando essas discussões, Pereira (2017) e Roudinesco (2003) discutem sobre a questão das famílias não tradicionais, apontando a busca de casais homoafetivos por adotarem a ordem familiar que outrora os excluiu, via casamento, adoção, métodos de inseminação artificial e barrigas de aluguel. Assim, se assistimos, por um lado, um apelo social que reivindica o retorno da família tradicional moderna, sem concessões para outros formatos, por outro, observamos as famílias não convencionais buscando ascender ao status de família, pleiteando suas prerrogativas. Parece haver algo da família tradicional fortemente reivindicado, seja pela busca de conservação do modelo, seja pela tentativa de ascensão ao status de família pelos grupos que antes não o alcançavam. Dessa forma, observamos, no campo social,

fenômenos relacionados aos ideais de família semelhantes aos observados em nossa prática clínica, cujas manifestações são marcadas por uma busca por alcançá-los e perpetuá-los, o que serviu de motivação inicial para este estudo, como exposto.

É preciso destacar que certo horizonte da psicanálise lacaniana e sua leitura de Freud fundamenta as operações necessárias à subjetivação da criança, reconsiderando os protagonistas concretos do laço com ela, para enfatizar as funções materna e paterna, que franqueiam o advir do sujeito (Lacan, 1969/2003). Nessa perspectiva, operar com a noção de função nos afasta do enfoque em comportamentos e em papéis sociais apropriados aos parâmetros e ideais culturais predominantes. As referências consideradas dizem respeito a um lugar singularmente constituído na subjetividade da criança, que pressupõe a transmissão de um desejo não anônimo (Lacan, 1969/2003).

No entanto, podemos observar que as acepções psicológicas, inclusive as de base psicanalítica – alicerce dos saberes e das práticas pedagógicas –, são utilizadas com vistas a embasar certas concepções de família. Sobre isso, recorreremos a Badinter (1985) que, ao analisar o amor materno na Europa do Século XVIII, a fim de fazer objeção à ideia do amor de mãe como natural e intrínseco à mulher, afirma que “o discurso psicanalítico contribuiu para tornar a mãe a personagem central da família” (p. 294). Segundo a autora, a teoria psicanalítica proposta por Freud, bem como seus desdobramentos, vincularam a mulher à maternidade e isso ocorreu com o apoio da medicina e da imprensa. Citamos, ainda, Costa (2010), que lembra a inflação de teorizações a respeito da figura materna e sua importância no desenvolvimento da criança, por volta dos anos 1950 e 1960 – com as contribuições de Melanie Klein, Winnicott, entre outros (podemos acrescentar Spitz, 1965/1998) –, a partir das quais a mãe era considerada responsável pelas dificuldades e pelos sucessos que os sujeitos experienciavam ao longo de sua vida. Para a autora, se, naquele momento, imperou o pressuposto de que a doença mental tinha origem nas perturbações relativas aos cuidados da mãe à criança, posteriormente, a grande preocupação passou a ser restaurar a “‘autoridade paterna’, considerada enfraquecida no seio da família” (Costa, 2010, p. 65).

O fenômeno constitui-se como importante aspecto a ser destacado nesta discussão, justificando a opção desta pesquisa por abordar a perspectiva psicanalítica sobre a família, de forma a possibilitar a expansão do olhar sobre o tema e a problematização de suas concepções teóricas. Acreditamos que o embasamento de certa concepção de família na teoria psicológica/psicanalítica adequada ao desenvolvimento infantil, além de levar a equívocos metodológicos ou clínicos, pode até mesmo prover desdobramentos sociais e políticos que vão

na contramão da ética psicanalítica, que cumpre a diretriz da singularidade, sendo contrária ao padrão universalizante. Apontamos que a lógica da padronização pode causar a segregação de determinados núcleos e configurar-se como desafio também no campo da educação, considerando seu propósito de inclusão e emancipação de todos os grupos e indivíduos de uma sociedade.

Compreendemos que essa questão se constitui como um aspecto importante dentro de nossa temática de estudo, tendo em vista que, embora possamos, sob a ótica psicanalítica, situar a constituição subjetiva da criança implicada em certas operações relacionadas às funções materna e paterna, independentemente da configuração familiar, notamos que o uso dos termos, na história da teoria e em suas interpretações, pode ter fixado tais funções às figuras materna e paterna, como apontam as críticas de Badinter (1985). Isso também nos indica que a construção e a propagação de paradigmas teóricos se fazem a partir do contexto de vida daqueles que os estabelecem, sistematizando os conhecimentos válidos, e de quem os reproduz, de modo que isso exige situarmos historicamente os conceitos que são consolidados em cada época e em cada localização geográfica.

Portanto, as repercussões sociais das diferentes apropriações da teoria psicanalítica já justificariam a pertinência do estudo, inclusive porque suspeitamos que suas possíveis interpretações podem contribuir para o reforço dos ideais de família que mencionamos observar em nossa prática clínica, com desdobramentos importantes no campo social, inclusive políticos, como citamos. Entretanto, com o desenrolar da pesquisa, tais ideais surgiram de forma marcante nas falas dos sujeitos escutados, mas pareceram apontar algo específico das subjetividades brasileiras, o que elegemos como nosso objeto de estudo, buscando averiguá-lo com mais afínco.

Assim, considerando a diretriz da clínica, que se constitui como base deste trabalho, e, portanto, atentos aos ditos na oportunidade do estudo, nosso objetivo foi se redesenhando ao longo do processo. A princípio, a proposta era compreender, dentro da temática da família, seu caráter de transmissão, discutindo sobre a função que opera na constituição da subjetividade da criança, considerando as profundas transformações sofridas pelas instituições na contemporaneidade, inclusive no que se refere às configurações familiares. No entanto, com o desenvolvimento da pesquisa, fomos tomando outras direções, com foco no contexto brasileiro, abarcando o periférico, que nos apontava algo que parecia localizar características específicas das famílias nessa conjuntura. Se os ideais referentes à família foram tão marcantes em nossa prática clínica, a ponto de inspirar o estudo, o desenrolar da pesquisa nos fez retornar –

sobretudo a partir do que escutamos nos relatos produzidos na pesquisa de campo – aos ideais familiares, presentes nos discursos dos sujeitos escutados. Tais ideais pareceram estar ligados a uma posição de subalternidade que localizamos nas discussões sobre colonialidade, podendo ser relacionadas às peculiaridades das constituições subjetivas brasileiras.

Lacan (1953/1998) recomenda aos psicanalistas a compreensão das subjetividades de sua própria época, o que, em nosso ponto de vista, indica a necessidade de considerar as especificidades do contexto, implicando o alcance dos processos históricos e sociais, a partir das quais as subjetividades se constituem. No percurso da pesquisa, um aspecto que se destacou foi a marca do patriarcalismo, da qual decorre um modelo paradigmático e hegemônico de família que se faz presente não apenas em nossos discursos e práticas sociais, mas também se apresentou de forma significativa nas subjetividades dos participantes desta pesquisa. Tendo em vista que as famílias pesquisadas não correspondem aos modelos ideais de família, tivemos o intuito de averiguar, além das características típicas das famílias brasileiras, as insistências e repetições de modelos convencionais, presentes nos relatos de suas histórias de vida. Assim, propusemos investigar esses processos subjetivos, a partir da seguinte questão: se, no contexto brasileiro, as famílias são tão diversas de um modelo paradigmático, por que, nas falas de seus membros, que nos pareceram indicar e serem relativas à construção de suas fantasias familiares, surgem, de forma importante, a repetição de certas referências da cultura, justamente aquelas que os excluem no campo social? Se a realidade das famílias brasileiras, especialmente as periféricas que foram escutadas em nossa pesquisa de campo, tem características e peculiaridades que não correspondem ao modelo hegemônico, sustentamos que é preciso compreender os processos subjetivos intrínsecos aos processos sociais.

Nesse sentido, vimos aí uma possibilidade de contribuição da leitura psicanalítica para a compreensão dos fenômenos observados. Explicitamos, no entanto, que não é nossa intenção discutir sobre a correlação entre processos subjetivos e culturais, com enfoque nos últimos, uma vez que isso já é realizado pelas teorias sociais. Neste trabalho, pretendemos privilegiar, no que se refere à temática da família, os aspectos subjetivos inerentes a esses processos de interação com a cultura, com o intuito de compreender como isso se dá nos sujeitos participantes, abarcando elementos inconscientes. Apostamos na possibilidade de que isso nos forneça condições para pensar as especificidades do público estudado, compreendendo aspectos importantes relativos à subjetividade, mas que têm potencial para caracterizar, em certa medida, o grupo social do qual esses sujeitos fazem parte.

Com relação à estrutura desta tese, iniciamos com a explanação sobre sua fundamentação metodológica, discorrendo sobre o método clínico psicanalítico, sobre os aportes teóricos e metodológicos que orientam os instrumentos utilizados na pesquisa teórica e de campo e sobre o método empregado para a análise dos dados produzidos. Posteriormente, procedemos à contextualização da temática da família no espectro social e histórico, com enfoque na conjuntura brasileira, avançando, em seguida, para a perspectiva psicanalítica, mediante revisões de literatura dos tipos narrativa e integrativa, respectivamente. Seguimos com a apresentação da pesquisa de campo realizada em escola pública da periferia de Belo Horizonte, por intermédio de conversação e de entrevista clínica. Para o trabalho com os dados, adotamos a análise do discurso de orientação psicanalítica, seguindo a diretriz clínica deste estudo. Realizamos, então, uma discussão a partir dos dados produzidos na pesquisa de campo e de sua análise, em articulação com a revisão bibliográfica realizada, de forma a problematizar os construtos teóricos referentes à temática da família, recorrendo ainda à noção de colonialidade. Destacamos que a opção metodológica deste trabalho pelo viés clínico permite e exige reformulações conceituais a partir da abordagem às subjetividades da atualidade e abrangendo os contextos estudados, o que nos direciona nesta investigação.

1 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Salientamos que a opção desta pesquisa é pelo método clínico, tendo por bases teórica e metodológica a psicanálise e utilizando-se de três procedimentos: a revisão bibliográfica, a conversação e a entrevista clínica. Neste capítulo, visamos realizar uma explanação sobre o método clínico psicanalítico que nos direciona nesta pesquisa, bem como apresentar os aportes teóricos e metodológicos que orientam os instrumentos utilizados, a começar pela revisão da literatura até os procedimentos que compuseram a pesquisa de campo. Além disso, propomos tecer uma discussão sobre o método empregado para a análise dos dados produzidos.

1.1 Metodologias de revisão adotadas para construção dos capítulos iniciais

Realizamos, inicialmente, uma contextualização da temática da família no espectro social e histórico, utilizando a revisão de literatura do tipo narrativa de caráter não sistemática (Andrade, 2021; Cavalcante; Oliveira, 2020). Conforme objetivo geral da pesquisa, endentemos a necessidade de uma contextualização da temática da família no contexto ocidental e, especialmente, brasileiro, de forma a embasar o aprofundamento sobre os processos subjetivos em articulação com elementos histórico-culturais. A revisão da temática de forma narrativa, recorrendo a artigos e outras produções que pensam a família a partir perspectiva histórica e social, nos possibilitou discorrer sobre a família em diferentes períodos, espaços, grupos e, portanto, com distintas configurações. Andrade (2021) destaca o papel relevante da modalidade narrativa de revisão de literatura em teses e dissertações, como uma forma de mapeamento geral do conhecimento produzido em determinada temática, que é o caso do capítulo introdutório ao tema desta tese.

Concernente à revisão de literatura que sucede a contextualização do tema na perspectiva social e histórica, elucidamos que, para a elaboração dos capítulos três e quatro da tese, foi realizada uma revisão integrativa da produção científica sobre família, sob a ótica da psicanálise (Andrade, 2021; Souza; Silva; Carvalho, 2010). Nessa etapa do processo de pesquisa, a proposta foi a articulação de conceitos relativos ao tópico em Freud, em Lacan e em seus leitores, para discutir sobre seus construtos teóricos. A revisão de literatura na modalidade integrativa, adotada nessa parte da pesquisa, mantém o rigor metodológico das revisões sistemáticas, com planejamento e explicitação dos critérios de busca e seleção de estudos, mas permite incluir diferentes tipos de pesquisa, inclusive teóricas, o que possibilita a delimitação e

a discussão de conceitos, a identificação de lacunas nos tópicos pesquisados e a revisão de teorias (Andrade, 2021; Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Dentro da temática e de acordo com os objetivos traçados nesta pesquisa, delimitamos o material e as categorias de análise a partir de nosso objeto de estudo, tal como ele foi se formatando no percurso. Assim, além da revisão dos textos clássicos, para contextualizar o assunto com a base psicanalítica, escolhemos recorrer a artigos, teses e dissertações, bem como livros e capítulos de livros, que discutem o tema família e interrogam as concepções edípicas clássicas. Dessa forma, utilizamos a literatura sobre o tema de autores brasileiros que discorrem sobre características próprias às famílias em nosso contexto, tendo em vista nossos tempos e espaços.

No processo, foi fundamental partirmos de aspectos marcantes apreendidos da escuta aos sujeitos participantes do estudo, para definir o caminho da revisão teórica. Esclarecemos que os pontos marcantes da pesquisa de campo serviram para estabelecer critérios de busca e de seleção do material mais apurados e congruentes com nosso objeto de estudo, permitindo-nos filtrar, de forma mais específica, as referências selecionadas e delimitar categorias de análise, em conformação às etapas da revisão integrativa. Assim, pontuamos que, apesar de a leitura sobre a temática da família na perspectiva psicanalítica ter sido uma constante durante todo o processo desta pesquisa, os capítulos teóricos no espectro da psicanálise foram elaborados após a pesquisa de campo e depois de iniciada a discussão dos dados produzidos. Essa dinâmica permitiu que a revisão da literatura fosse direcionada por pontos importantes que sobressaíram na pesquisa de campo e na análise dos dados.

Consideramos válido descrever esse processo porque seu desenrolar, da maneira como se deu, nos permitiu construir uma estratégia de escrita compatível com o método clínico que orienta este estudo. Essa tática foi assertiva para definir a condução da revisão de literatura, realizada a partir de pontos cruciais sobre a temática e congruentes com o contexto estudado e sob enfoque deste trabalho. Portanto, com a revisão da temática na perspectiva psicanalítica, de forma sistematizada, direcionada e crítica, tivemos a pretensão de construir uma base de leitura que permitisse averiguar pontos que se apresentaram, ao longo deste estudo, como cruciais para a discussão e a compreensão de nosso objeto.

1.2 Método clínico como diretriz da pesquisa em psicanálise

Um ponto central para o desenvolvimento desta pesquisa diz respeito ao método que a sustenta e a direciona, que é referente à relação entre psicanálise e ciência, tendo em vista que nos propomos a realizar pesquisa em psicanálise. No que concerne à relação entre psicanálise e o campo científico, Lacan (1966/1998) adverte-nos que só é possível pensar na psicanálise como prática e no inconsciente postulado por Freud como descoberta após o nascimento da ciência moderna no século XVII. O autor enfatiza que a via aberta por Freud e que leva seu nome nunca se desviou desse modo de cientificismo.

Notamos, portanto, que a psicanálise, embora diretamente condicionada pelo discurso da ciência, operando a partir do sujeito instituído pela ciência moderna, está em contraposição a ele, na medida em que subverte o sujeito racional para relevar o inconsciente. A perspectiva psicanalítica instala o paradigma do “penso onde não sou”, em contraponto ao “penso, logo existo” do racionalismo de Descartes (Guerra, 2010; Sauret, 2003). Desse modo, podemos situar que a psicanálise é produzida tendo a ciência como referência, porém se apresentando com uma lógica antagônica. Se o sujeito de Descartes é consciente e racional e Deus é o garantidor da verdade que ele pode acessar mediante seu pensamento, esse sujeito não é singular e seu pensamento é articulado à consciência universal, como afirma Guerra (2010). Nessa leitura, a subjetividade é colocada como problema e deve ser eliminada para que o homem ascenda à verdade, o que só é possível com o isolamento das opiniões, que falseiam a verdade, e do desvio das paixões, que a alteram. Contudo, conforme a autora, mesmo que o sujeito da psicanálise seja diferente do sujeito da ciência – já que é concebido em sua dimensão radial de sujeito do inconsciente - ele é referido à ciência, na medida que ela e a psicanálise procedem do mesmo status.

De fato, a psicanálise tem a ciência como referência, assim como intuiu Freud, mesmo que não da mesma maneira como previu. Mas, diante dessas constatações, podemos nos perguntar: o que fazer para que a psicanálise funcione/opere dentro da academia e outras instituições de pesquisa, reconhecidamente científicas, sem perder sua marca e sua especificidade, sem perder de vista o sujeito que se experimenta como desejo?

Em nossa visão, a resposta a essa questão tem relação com um ponto crucial da pesquisa em psicanálise e da própria psicanálise, que se refere ao método próprio desse campo, qual seja, o método clínico. Buscando a etimologia da palavra *clínica*, observamos que o termo, incorporado à medicina, provém do grego *klinikós*, remetendo à ação de inclinar-se ao leito e configurando a imagem do médico que se debruça sobre o paciente para examiná-lo (Bedrikow; Campos, 2011). Diniz (2011) recorre à ideia daquele que se inclina sobre o paciente, integrando

seu sentido a um método que permite a abordagem ao outro, em relações interindividuais e sociais. De acordo com a autora, a perspectiva clínica evoluiu a partir de concepções diferenciadas de ajuda, advindas de campos diversos de atuação, como do trabalho social, de profissionais paramédicos, da psicologia, bem como de religiosos. No caso específico da psicanálise, sua epistemologia abarca, necessariamente, elementos inconscientes, que são incorporados ao seu método, inclusive no campo da pesquisa. Assim, segundo Diniz (2011), a concepção de sujeito requerida pelo método clínico no campo da psicanálise não se confunde com a de indivíduo, mas refere-se ao sujeito do inconsciente, comportando o sujeito do enunciado – do discurso consciente, relativo à figura que se define no que pensa, como representação de si mesmo – e o chamado sujeito da enunciação – que é o sujeito do inconsciente, que está no viés de seu desejo e no que fica oculto de si mesmo.

Para Sauret (2003), a psicanálise e a pesquisa clínica evidenciam a incompatibilidade entre o singular e o universal, propondo uma resposta para essa antinomia no saber. Nesse sentido, elas não estão limitadas a um papel de exploração ou de comprovação de hipóteses, mas, ao contrário, impõem uma “lógica que permite sustentar resultados a partir do particular, levando em conta, ao mesmo tempo, as exigências da ciência” (Sauret, 2003, p. 102). Em sentido semelhante, recorreremos a Ansermet (2003), para quem a clínica é centrada no caso e baseia-se na experiência da singularidade como tal, sendo a tentativa de articular o um e o múltiplo a contradição essencial da clínica. O sujeito, nessa leitura, é uma exceção ao universal e a teoria se esvanece na prática clínica. É por isso que o autor considera a clínica uma via de pesquisa, visto que a teoria freudiana sempre conservou a característica de algo não acabado, mantendo o trabalho de pesquisa como parte inerente do método analítico.

Lembrando as elaborações de Freud (1915/2004), cujos textos trazem a marca de uma teoria em construção, é notável seu empenho em busca de uma leitura dos fenômenos que observa, especialmente a partir dos casos, com rigor e vigilância para não se fechar nos próprios construtos. Sobre isso, o citamos: “Ouvimos muitas vezes a opinião de que uma ciência deve se edificar sobre conceitos básicos claros e precisamente definidos, mas, na realidade, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições” (Freud, 1915/2004, p. 145). O teórico argumenta ainda, em sequência, que

[...] é apenas então que talvez tenha chegado a hora de confinar os conceitos em definições. Entretanto, o progresso do conhecimento não suporta que tais definições sejam rígidas, e como ilustra de modo admirável o exemplo da física, mesmo os ‘conceitos básicos’ que já foram fixados em definições

também sofrem uma constante modificação de conteúdo (Freud, 1915/2004, p. 145).

Podemos encontrar inúmeros exemplos dessa característica de Freud em sua obra. De fato, ele deixa suas proposições abertas e foi eminentemente clínico na construção de sua teoria, fazendo-a e questionando-a a partir do caso, e por isso inaugurou um novo campo de saber. Freud (1923[1922]/1996) inscreve a psicanálise como

[...] o nome de (1) um procedimento para a investigação dos processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica (Freud, 1923[1922]/1996, p. 287).

Em outras palavras: pesquisa, clínica e teoria. Nessa visão, o método psicanalítico seria constituído daquilo que, pela experiência da análise, é transponível para fora dela. Ao dispor o inconsciente como o que escapa à universalização, ao saber já instituído, o psicanalista parte desse ponto-limite, ciente de que qualquer produção acadêmica abarca um tópico que não pode ser recuperado nem todo recoberto por esse saber. Nessa perspectiva, como pontua Pinto (2001), há sempre algo que escapa à apreensão da ciência, que se pretende totalizante.

Aqui, cabe uma diferenciação entre conhecimento e saber, a partir da perspectiva psicanalítica e avançando para a leitura lacaniana. Para isso, voltamos a Diniz (2011), que distingue os dois conceitos, identificando certa tensão entre eles, no trabalho de pesquisa, o que a autora equivale ao conflito entre objetividade e subjetividade, tão marcante no campo científico. Conforme Diniz (2011), conhecimento é o que está disponível na cultura, o que foi produzido por meio de sistematizações de estudos institucionalizados no âmbito acadêmico. Por outro lado, o saber “comporta uma dimensão consciente que se nomeia a partir da apropriação de um sujeito desse conhecimento disponível, mas também uma dimensão inconsciente que pulsa e sustenta a apropriação, mas nem sempre é passível de nomeação” (Diniz, 2011, p. 20). Dessa forma, o sujeito sempre terá que se haver com um não saber, o que o impulsiona ao campo cultural em busca de respostas que nunca poderão ser totalmente alcançadas.

Conforme Pinto (2001), “o psicanalista e [...] a transmissão da psicanálise, dependem, não de um saber universitário — esse sim, um texto apegado à resistência —, mas de uma Doute Ignorância para que o saber sobre o sujeito permaneça vivo” (p. 83). O autor esclarece que o

núcleo oculto, relacionado ao pulsional, que sempre preserva algo de enigmático, ao invés de se estabelecer como um obstáculo a ser evitado, pode ser incluído na produção acadêmica, comportando a marca do impossível e permitindo novas formas de enunciação. Em conformidade com essa proposta de Pinto (2001), Ansermet (2013) propõe pensar a relação e o ponto de encontro entre ciência e psicanálise. A psicanálise admite um excesso nunca alcançável pela linguagem e se interessa pelos efeitos desse real que não pode ser circunscrito, ao contrário da ciência tradicional, que visa alcançar a verdade, sustentada pela linguagem científica, o que acaba por encobrir o que dela escapa. Também acreditamos que a especificidade da psicanálise, a saber, o método pelo qual a singularidade do caso evidencia um valor de modelo, passa ao largo do que se poderia esperar de uma vertente tradicional ou positivista de ciência. E é nesse sentido que a psicanálise pode possibilitar progresso à discussão epistemológica, fazendo-a aprender com o efeito surpresa que a clínica exige e produz.

Entendemos que nossa pesquisa é direcionada e tem como base o método psicanalítico. Dessa maneira, buscamos nos guiar pela via ética da clínica psicanalítica, que exige nos direcionarmos pela escuta aos sujeitos participantes, com atenção aos elementos inconscientes. Além da escuta aos sujeitos, a vertente clínica também requisita abrimo-nos para problematizar os conceitos que compõem a teoria psicanalítica, tal como nos ensinou Freud. De acordo com Ansermet (2003), na postura clínica, que consideramos ser esperada pelo pesquisador psicanalista, é essencial “surpreender-se do que não surpreende”, assim como suportar “a incerteza, o mistério e a dúvida” (Ansermet, 2003, p. 11). Então, é preciso deixar-se surpreender pelo novo e sempre vivo da clínica, o que serve também para orientar a pesquisa em psicanálise. Essa é a postura do psicanalista pesquisador diante do caso, segundo Vorcaro (2010), que considera o gozo do saber e adverte sobre o risco de o clínico ficar deslumbrado pelo saber, às custas do sujeito. A autora elucida que o caso não serve para ilustrar a teoria, ser exemplo, mas para produzir interrogações, seja às articulações teóricas, seja às construções feitas a partir dele mesmo: “trata-se de assumir uma posição de não saber, de aprendizagem e de pesquisa que desierarquiza e esvazia o saber prévio, dissipando o imaginário” (Vorcaro, 2010, p. 19).

Na mesma vertente, é necessário trazer um ponto importante de exigência do método clínico e sua aplicação na pesquisa, que se configura também como uma direção neste trabalho. Trata-se do envolvimento do pesquisador no trabalho de pesquisa, apontado por Diniz (2011) como um requisito que compõe a aplicação do método no campo científico. A autora discorre sobre o trabalho de pesquisa e sobre a dicotomia estéril que se instalou nesse âmbito com a discussão sobre a neutralidade do pesquisador, da qual decorre seu apagamento como sujeito.

Entretanto, como ela nos adverte, não é possível que os sujeitos pesquisadores se desviem disso por completo, tendo em vista que o trabalho de pesquisa está permeado por aspectos relativos à subjetividade, considerando, sobretudo, a incidência do inconsciente. Diniz (2011) argumenta que o método clínico admite o envolvimento do pesquisador com seu objeto de estudo, sendo que sua análise compõe o trabalho. Nesse sentido, faz-se necessária a consideração ao que é trivial e insignificante para outros campos de conhecimento das ciências humanas, mas é enfatizado pela psicanálise, ou seja, sinais reveladores de uma realidade psíquica. Por isso, com base na diretriz do método clínico, buscamos destacar pontos que escapam e ficam submersos, inclusive aqueles relativos à subjetividade do pesquisador e, portanto, também compostos por elementos inconscientes. Esse ponto constituiu-se como importante norteador na presente pesquisa, visto termos buscado analisar os afetos mobilizados pelo processo na pesquisadora.

Discutindo, especificamente, o alcance de tais acepções na produção científica, Diniz (2011) afirma que, na relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, sempre resta algo desconhecido, relativo ao inconsciente, o que a autora denomina de “zonas cegas” (Diniz, 2011, p. 13). Para ela, a pesquisa que se orienta pelo método clínico busca conhecer os fenômenos subjetivos que perpassam o processo de pesquisa e, portanto, há de contemplar, necessariamente, dois fatores correlacionados: implicação e transferência. Sobre isso, salienta que a relação pesquisador-objeto pode ser nomeada de implicação e abarca “fenômenos projetivos, identificatórios, transferenciais que se interpõem ao longo da pesquisa” (Diniz, 2011, p. 17). A autora destaca, assim, a atenção necessária às manifestações transferenciais, que podem se apresentar como resistências, discorrendo sobre como o fenômeno está presente em diferentes relações e deve ser tomado para análise no trabalho científico. Desse modo, entendemos que a pesquisa deve abranger as posições e os afetos mobilizados e atualizados subjetivamente nos encontros ocorridos ao longo do processo, o que procuramos realizar no presente trabalho.

Lembramos que a proposta desta pesquisa se configurou como a discussão da temática da família, devido às inquietações relativas à observação de ideais familiares marcantes em nossa experiência clínica. Entretanto, o olhar clínico e a postura clínica relativas a uma posição de não saber perpassam todas as etapas do processo. Portanto, não é suficiente que o método clínico esteja presente apenas na escolha do objeto de pesquisa; é necessário que ele condicione todo o processo, trazendo-nos uma disponibilidade para o que encontramos, para além do que estava estabelecido e recortado na etapa inicial do estudo. É nesse sentido que Rosa e Domingues (2010) acentuam que a psicanálise possui uma dimensão própria de sujeito e de

objeto, que determina seu método específico de pesquisar, admitindo o desejo do pesquisador como parte da investigação. No que se refere ao objeto da pesquisa, ele não é dado previamente, mas produzido durante a pesquisa e a partir dela.

Recorremos a Freud (1912b/1996), que, ao discorrer sobre a técnica analítica, assente que “pesquisa e tratamento coincidem” (p. 128) e discute sobre o manejo dessa prática, assegurando a importância da abertura para o inédito da clínica. Afirma que “os casos mais bem sucedidos são aqueles em que se avança, por assim dizer, sem qualquer intuito em vista, em que se permite ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre se os enfrenta com liberalidade, sem quaisquer pressuposições” (Freud, 1912b/1996, p. 128). Consentindo, então, essa intercessão entre clínica e pesquisa na psicanálise, notamos que isso ocorreu neste trabalho e foi fundamental termos sido direcionados especialmente pelo que escutamos na pesquisa de campo, bem como pela atenção às nuances daquilo que foi escutado, que continua ressoando na discussão dos dados produzidos, nas articulações possíveis com a literatura, nas problematizações necessárias à teoria e na consideração à subjetividade de quem está no lugar de pesquisador, abarcando afetos mobilizados, aspectos transferenciais e demais efeitos do processo de pesquisa. Isso serviu-nos para direcionar e delinear o desenvolvimento da investigação, fazendo adequações ao longo de todo o processo, conforme a clínica nos exige.

1.3 Procedimentos adotados na pesquisa de campo

Seguindo a diretriz do método clínico, adotamos a conversação e a entrevista clínica na pesquisa de campo, realizada em escola municipal da periferia de Belo Horizonte. Propomos, agora, discorrer sobre a fundamentação teórica e técnica dos procedimentos, com vistas a justificar a escolha e descrever sua aplicação neste trabalho.

1.3.1 Concepções teóricas e técnicas relativas à conversação

A conversação é uma metodologia de intervenção em grupo, que consiste em realizar encontros que permitam aos participantes se expressarem livremente sobre determinado tema, a depender da demanda desse grupo e/ou da proposta estabelecida. O dispositivo tem por bases teórica e técnica a psicanálise e configura-se como uma associação livre coletivizada, na medida em que propõe um espaço em que os participantes podem falar espontaneamente o que desejarem e considerarem pertinente, a partir de um ponto de motivação ou de uma temática

eleita. Assim, constitui-se como um espaço singular, que favorece a construção de soluções inéditas para impasses encontrados em diferentes áreas.

Destacamos que a conversação foi elaborada por Jacques Allain-Miller, nos anos 1990, na França, como um dispositivo clínico que permite a circulação da palavra por intermédio da participação dos membros do grupo para o qual o encontro é proposto. Aplicada ao contexto brasileiro, a ferramenta pode ser considerada uma modalidade de pesquisa-intervenção (Jucá; Lemos; Barros, 2021; Viola; Lima; Nobre, 2020), já que promove espaços coletivos de discussão e favorece para que o objeto de estudo seja analisado a partir de uma multiplicidade ou proliferação de significantes (Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006). Nesse sentido, a conversação tem sido empregada, com frequência, em pesquisas brasileiras realizadas na interface entre psicanálise e educação, com importantes efeitos no trabalho com profissionais, alunos e familiares das instituições escolares (Berni; Gomes; Lima, 2023; Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006; Jucá; Lemos; Barros, 2021; Lamas *et al.*, 2024; Lima *et al.*, 2015; Viola; Lima; Nobre, 2020), assim como com outros públicos (Bárbara; Mello, 2022).

No que se refere à aplicação da conversação na pesquisa, aludimos a Berni, Gomes e Lima (2023), que retomam a escuta clínica como base da técnica de investigação em psicanálise, orientada pela associação livre, que seria a única técnica viável desse campo para Freud (1912b/1996), como lembram as autoras. Recorrendo diretamente a Freud (1912b/1996), notamos que ele indica a atenção flutuante como postura do analista diante da proposta feita ao paciente de falar livremente, sem “crítica ou seleção”, o que compreende como “regra fundamental da psicanálise” (Freud, 1912b/1996, p. 126). Dessa forma, como citam Berni, Gomes e Lima (2023), ele inclui o inconsciente do próprio psicanalista em seu método de trabalho, sendo a produção de saber determinada e conduzida pelo inconsciente. Isso também se aplica à conversação, uma vez que ela adota a associação livre, mas que se faz de forma coletiva e, no caso do analista mediador do processo, implica em uma atenção flutuante correspondente.

De acordo com Jucá, Lemos e Barros (2021), o saber construído a partir das conversações faz-se mediante “a oferta de uma escuta qualificada, norteadas pela ética da psicanálise” (p. 134). Isso quer dizer que aquele que coordena o processo sustenta a escuta flutuante, mas não desinteressada, tal como direciona Freud (1912b/1996), possibilitando a produção de um saber, a partir de um ponto crítico. Ao tornar-se narrativa, esse saber pode ser também subjetivado, ou seja, tomado pelo sujeito em sua singularidade.

Nessa perspectiva, é importante apontar, no que se refere ao seu processo de condução e desenvolvimento, que a conversação é caracterizada pela mediação de um analista, o que exige certa posição em relação ao saber. Lima *et al.* (2015) esclarecem que o coordenador do grupo opera a partir da posição de não-saber, instalando um furo no saber instituído e permitindo que os participantes falem a partir de seu próprio mal-estar e de forma singular. Assim, o processo, na medida em que é orientado pela ética da psicanálise, visa alcançar, no espaço coletivo, o que é próprio e particular de cada um.

Dessa maneira, o coordenador das conversações não sabe, a princípio, o que surgirá delas, o que faz com que convoque os sujeitos a falarem, surgindo produções de tal endereçamento e permitindo algum reposicionamento diante de sua própria fala. Pensando no âmbito educacional, área privilegiada em termos de uso da conversação, os autores elucidam que o que fundamenta a aplicação da metodologia nas instituições escolares é seu objetivo de “cada um autorizar-se como sujeito” (p. 1107). Os autores afirmam que o fato de ninguém ocupar o lugar do mestre – o que é um imperativo cotidiano nas escolas, aliás – incentiva a circulação da palavra, possibilitando diversas associações livres.

De acordo com Viola, Lima e Nobre (2020), “o espaço de fala só se constitui a partir de um laço transferencial com o próprio dispositivo da conversação, no qual a oferta de escuta *equiflutuante*, despojada de qualquer julgamento ou direcionamento do que é dito, possibilita a suposição de saber no coletivo” (p. 9), aplicando, então, no grupo, as técnicas, os pressupostos e, portanto, a ética da prática analítica. Desse modo, de acordo com os autores, ocorre

[...] a construção, mesmo que momentânea, de Outro que reconhece a voz singular de cada sujeito ali implicado. Outro que, por ser também falho e não saber tudo, pode reconhecer, também, os pontos obscuros das narrativas, viabilizando a tessitura de novos sentidos em torno de certas experiências que podemos considerar traumáticas (Viola; Lima; Nobre, 2020, p. 9).

O que as autoras e o autor demarcam, então, é a condição do lugar de não saber não estar circunscrito e restrito à figura do coordenador do grupo, mas diluído no próprio grupo, o que entendemos ser possível a partir de certa postura deste intermediador. Aqui, compreendemos que mencionar o conceito de Outro, como relativo às operações subjetivas de entrada nos discursos, nos permite alcançar o domínio da linguagem e dos discursos, campo que não se limita às inter-relações entre as pessoas que compõem o encontro. Nesse sentido, na medida em que abarcamos concepções mais abrangentes sobre aspectos relativos às posições subjetivas nos discursos, podemos pensar na possibilidade de as conversações configurarem-se

como espaço para significações de vivências para as quais não tenham sido produzidas representações anteriores, que é o que constitui o trauma, na perspectiva psicanalítica.

Considerando tais pontos e refletindo, ainda, sobre os embasamentos da conversação, acrescentamos que Bárbara e Mello (2022) discorrem sobre dois aspectos presentes na ferramenta que queremos ressaltar. O primeiro é que ela é uma alternativa à lógica hierarquizada, tendo em vista ter uma mediação cuja presença/posição favorece a circulação da palavra, fora do paradigma do certo e errado, ou seja, não fixado na mestria (Lima *et al.*, 2015) ou desprovido de julgamento e direcionamento prévios (Viola; Lima; Nobre, 2020). Outro ponto destacado pelas autoras, que se correlaciona com o primeiro, diz respeito ao lugar de extimidade¹ que compõe sua proposta e sua condução, o que significa que quem organiza o processo está em uma postura de profunda implicação, mas, ao mesmo tempo, fora dos discursos vigentes.

Quanto a esse último ponto, relacionado à extimidade característica da conversação e sua localização fora da hegemonia dos discursos, é válido pontuar que a metodologia tem sido adotada, comumente, em pesquisas que se situam na intercessão entre psicanálise e educação. Nesses contextos, ela fomenta possibilidades de trânsito discursivo a partir de algum mal-estar identificado, principalmente associado à falta de espaço de fala por grupos que não têm a devida representação institucional e discursiva, sendo, portanto, falado por narrativas que não são propriamente suas. Assim, tem sido foco da intervenção tanto alunos que são nomeados, por exemplo, pelos diagnósticos nosográficos, quanto famílias taxadas como adequadas ou não aos discursos que perpassam o campo educativo ou mesmo docentes marcados por significantes relacionados aos ideais de educadores (Berni; Gomes; Lima, 2023; Jucá; Lemos; Barros, 2021; Lamas *et al.*, 2024). Portanto, no âmbito escolar, temos variados exemplos de uso da ferramenta para escuta de professores, de alunos de periferia, principalmente, bem como de seus familiares, com o intuito de viabilizar possibilidades de esses sujeitos falarem a partir de algum ponto de impasse. A circulação da palavra por intermédio da interlocução com o outro consente que o sujeito possa colocar algo de sua posição diante de seu mal-estar, para além das identificações pelas quais estão marcados nas narrativas sociais, do que pode decorrer efeitos de diminuição de angústia (Bárbara; Mello, 2022; Lamas *et al.*, 2024).

Jucá, Lemos e Barros (2021), que utilizam a metodologia da conversação com jovens de periferia, apontam os riscos de esse público ficar fixado em diferentes discursos que incidem

¹ A palavra extimidade é um neologismo cunhado por Lacan para referir-se a algo que é íntimo e interior, mas que está, ao mesmo tempo, no exterior. É uma formulação que sugere um paradoxo, mas que remete ao que é exterior e íntimo, ao estranho interior, a uma exterioridade íntima, como o é o inconsciente (Moreira, 2019).

no campo social, oferecendo identificações a partir dos lugares que esses jovens ocupam. As autoras pontam que tais identificações vão desde a definição dos sujeitos por alguma característica, como local de moradia ou algum transtorno mental, até representações identitárias referentes a etnia, gênero e orientação sexual. Essas últimas, embora justificadas em sua necessidade de representatividade, no intuito de reverter lugares historicamente determinados e excludentes, incorrem, por outro lado, segundo as autoras, na possibilidade de promoção de outros imaginários e, por conseguinte, de criação de outras cristalizações.

Ainda acerca desse tópico, conforme Lamas *et al.* (2024), o uso da conversação em instituições escolares permeia as particularidades dos sujeitos participantes diante de impasses e sofrimento psíquico derivados da vida escolar ou desembocados nesse ambiente. Dessa maneira, o emprego do discurso livre favorece e incentiva a autorreflexão, bem como a identificação com o grupo, sobressaindo tanto aspectos subjetivos quanto a alteridade, uma vez que o enfoque da conversação está no sujeito em sua singularidade e não no problema identificado como gerador de mal-estar. Dessa forma, os participantes podem desprender-se de alguns significantes identificatórios, destacando-se deles, o que pode resultar em uma mudança em sua posição subjetiva, relativa à forma de se ver e se relacionar no mundo. Para os autores, o uso da ferramenta, nesse âmbito, possibilita o exercício da psicanálise aplicada.

Com relação à nomeada psicanálise aplicada e para situar como se constitui o termo na teoria e prática psicanalíticas, Rosa e Domingues (2010) esclarecem que a psicanálise fora do contexto da prática clínica tradicional recebeu diferentes denominações. As autoras resgatam a ideia nas teorias psicanalíticas e narram que ela é chamada, por Freud, de psicanálise aplicada; de psicanálise extramuros, por Laplanche; de psicanálise em extensão, por Lacan. Nessa perspectiva, em Freud, a psicanálise aplicada incluía a própria prática clínica, tendo em vista que, inicialmente, separava a psicanálise científica (teoria) de suas possíveis aplicações. Contudo, a ideia avança para a demarcação da psicanálise fora do contexto de tratamento e uma argumentação a favor de uma abordagem psicanalítica do campo social, que ressalta a correlação intrínseca entre os campos psíquico e social, indo ao encontro do entendimento que temos sustentado neste trabalho: a inseparabilidade entre clínica, pesquisa e teoria, no campo da psicanálise.

Nessa visão, além da possibilidade de a conversação se constituir como um dispositivo que concretiza a designada psicanálise aplicada, entendida, portanto, como a prática que intervém no campo social e não restrita aos consultórios, podemos considerá-la, ainda, como inserida em uma perspectiva da chamada psicanálise implicada (Jucá; Lemos; Barros, 2021;

Rosa, 2018), que pressupõe a relação intrínseca entre o psíquico e o campo sociopolítico. Isso significa considerar “o modo como os sujeitos são capturados e enredados na máquina do poder, de modo que algumas vezes tenham suspenso seu lugar discursivo” (Rosa, 2018, p. 28-29). Para Jucá, Lemos e Barros (2021),

[...] a ideia segundo a qual sujeitos enredados por dispositivos de poder têm subtraído o seu lugar discursivo é central para se pensar em uma política da narrativa a partir das conversações, posto que se trata de romper o silenciamento e fazer falar os próprios sujeitos para que não fiquem reféns dos significantes que, ao serem introjetados, reduzem e congelam subjetividades. O convite para que contem suas histórias e encontrem outras formas de dizer acerca do mal-estar que lhes acomete, através das Conversações, é um modo de resistir a processos dessubjetivantes, em especial, quando se trata de juventudes marcadas por processos de exclusão social [...] (p. 133).

Ressalvamos que tal viés de leitura é pertinente para analisar as conversações realizadas neste trabalho, tendo em vista que estiveram inseridas em contexto periférico e, portanto, sendo compostas por sujeitos minorizados, que abordaram temáticas que tocam em questões de exclusão. Assim, tanto nas conversações quanto nas entrevistas clínicas subsequentes, estivemos confrontados com a dimensão sociopolítica dos aspectos levantados pelos sujeitos participantes dos procedimentos desta pesquisa.

Seguindo com a reflexão sobre a aplicação da conversação na pesquisa, é pertinente mencionar a discussão alçada por Berni, Gomes e Lima (2023), que condensam dois aspectos centrais da psicanálise que servem de diretrizes para pesquisas nesse campo, ambos congruentes com a nossa discussão: a indissociabilidade entre pesquisa e clínica e a consequente necessidade de adequação da técnica analítica às condições sociais, a partir de outra indissociabilidade, desta vez entre psíquico e social. As autoras argumentam que utilizar a conversação permite “operar o inconsciente na transferência, nos diversos espaços sociais e institucionais” (Berni; Gomes; Lima, 2023, p. 171), comportando adequações da técnica analítica ao contexto social e compatíveis à psicanálise aplicada, o que se diferencia do tratamento convencional nos consultórios. Acrescentando alguns pontos centrais sobre a conversação e sua compatibilidade com o método psicanalítico, podemos dizer que a proposta também é ajustada àquela anunciada por Jucá, Lemos e Barros (2021) da psicanálise implicada, uma vez que parte do pressuposto da inseparável relação entre as dimensões psíquicas e sociais, que incluem, essencialmente, as relações de poder intrínsecas aos processos subjetivos e sociais.

No sentido de fundamentar o imperativo de inclusão da dimensão social ao campo psicanalítico – sendo o primeiro inerente ao outro – e demarcar a psicanálise aplicada, Berni, Gomes e Lima (2023) apontam a recomendação de Freud (1918/1996) quanto à importância do uso da psicanálise em instituições, de modo a não limitar seu acesso a classes sociais economicamente mais favorecidas, o que também nos parece próximo a uma implicação da psicanálise. É interessante pensar na conversação como uma forma de alargamento da psicanálise aplicada e, por pressuposto, implicada, inclusive empregada em situações de pesquisa, ainda mais considerando ser um instrumento bastante utilizado, no Brasil, em trabalhos que articulam psicanálise e educação, realizados predominantemente em instituições públicas. Tal fenômeno vai ao encontro da preocupação de Freud (1918/1996), aludida por Berni, Gomes e Lima (2023), com a evolução da técnica psicanalítica e com a necessidade de alcançar as camadas populares. Ele previa que chegaria um tempo em que a sociedade despertaria para a consciência de que a classe pobre também tem “direito a uma assistência à sua mente”, assim como aos outros variados tratamentos em saúde (Freud, 1918/1996, p. 180). Aqui, é importante localizar o contexto no qual o criador da psicanálise apontou sua preocupação: em momento anterior à consolidação da psicologia como ciência independente, no mundo ocidental, e bem antes da configuração da saúde de forma integral e no enquadre de direito fundamental. Assim, é relevante demarcar a referida apreensão de Freud (1918/1996), pensando em nosso tempo e nos desafios que ainda enfrentamos quanto à sedimentação da oferta equânime de assistência à saúde, independentemente da classe social a que pertença.

Alguns aspectos importantes a serem elucidados, concernente ao uso da conversação na pesquisa em psicanálise no âmbito educacional, são o da motivação e da demanda para a realização do trabalho. Salientamos que, em diferentes artigos que citamos para discutir sobre a prática da conversação, os autores referem que a demanda do tema ou da intervenção surgiu no próprio campo de trabalho (Berni; Gomes; Lima, 2023; Jucá; Lemos; Barros, 2021; Lamas *et al.*, 2024; Lima *et al.*, 2015; Viola; Lima; Nobre, 2020). Tomamos três exemplos das referências citadas, a fim de levantar pontos de intercessões e de diferenças em relação à nossa pesquisa.

O primeiro é o trabalho descrito por Lima *et al.* (2015), cuja demanda inicial foi da escola, que solicitou atendimento a crianças com problemas escolares. Os autores descrevem que, como as queixas referentes aos alunos foram formuladas pelos professores, propuseram a realização de grupos com os profissionais e as conversações realizadas tiveram como tema central as dificuldades encontradas em suas práticas docentes. Em sequência, os participantes

elegeram três principais problemas, que se configuraram como temáticas mais específicas dos grupos. É interessante ressaltar que o primeiro tema eleito pelo grupo, o mais abordado pelas professoras, foi o da família, sendo que elas expressaram e sustentaram uma posição de impotência diante das dificuldades dos alunos, responsabilizando as famílias pelo fracasso escolar. Assim, associaram deficiências e comportamentos dos estudantes à desestruturação das famílias, “marcadas por diversas faltas: de referências no lar, de harmonia entre o casal, de diálogos, falta de tempo e interesse destes no processo de aprendizagem dos filhos, ausência concreta de contato e omissão de responsabilidades” (Lima *et al.*, 2015, p. 1113). Na percepção dessas educadoras, os pais transferem para elas as responsabilidades que são deles. Aachamos importante destacar, além do contexto de instauração da demanda, os aspectos relacionados pelos autores no que se refere aos ideais familiares presentes nos discursos dos profissionais das escolas, já que eles também estão sob foco no nosso estudo. As falas apontadas por Lima *et al.* (2015) reforçam a importância de discutir a temática da família, sendo um tema central no imaginário cultural, constantemente reimpresso nos discursos e nas práticas no âmbito escolar.

A segunda intervenção que trazemos é a descrita por Jucá, Lemos e Barros (2021), que se trata de conversações com adolescentes, realizadas para propiciar um espaço de elaboração do mal-estar que desponta como impasse no laço social, referente a nosologias psiquiátricas. Assim, a demanda foi configurada também como pedido de intervenção, em função de um obstáculo que se apresentou no cotidiano escolar. Um ponto marcante que surgiu nesse estudo também é referente aos ideais familiares, mas desta vez presentes nos discursos de seus próprios membros, no caso, os adolescentes escutados nos grupos. Eles expressaram fatores que os inquietavam e um deles estava relacionado aos desencontros com seus pais, cujos ideais eram associados a serem seus “melhores amigos”, expectativa contrariada na dinâmica familiar.

O terceiro exemplo que aludimos é do trabalho de Berni, Gomes e Lima (2023), no qual as autoras relatam que foi ofertado um espaço para a palavra aos adolescentes, visando localizar impasses relacionados ao uso das tecnologias digitais. A proposta foi uma resposta das autoras às demandas dos educadores que sinalizaram problemas decorrentes da utilização da internet, como sintomas e adoecimentos. Nesse percurso, se, no momento inicial, o mal-estar surge nomeado pela escola, mediante uma solicitação que não é dos jovens alunos participantes, na etapa seguinte, quando são convidados a falar, cada um tem a oportunidade de nomear, à sua maneira, seu ponto crítico, tocando em temáticas que consideram pertinentes – indo, nesse caso, “das redes sociais ao racismo, à violência, à sexualidade, ao amor” (Berni; Gomes; Lima, 2023,

p. 175). Essas autoras referem que a proposta de realização de grupos de conversação, inicialmente com os professores, que endereçaram as demandas, e, depois, com os adolescentes, configurou-se como uma recusa de oferecer um modelo vertical de intervenção. Elas comentam serem comuns solicitações de auxílio mediante cursos, palestras e capacitações. Contudo, com base na ética psicanalítica, a realização dos grupos traz a aposta de “criação de espaços de fala dialógicos” (Berni; Gomes; Lima, 2023, p. 174).

Em nossa pesquisa, a demanda não surgiu da própria escola estudada, tendo sido a procura pela instituição estabelecida por parte dos pesquisadores. Mas o fizemos já com conhecimento sobre os impasses que surgem sobre a temática da família nas instituições escolares, de forma geral, como exposto. Um importante aspecto a ser destacado, que percebemos em nosso trabalho e ainda nos outros aos quais recorreremos aqui, é que a oferta de escuta efetiva e implicada produz demanda, mas de forma mais aproximada com a perspectiva subjetiva e não aquela que simplesmente repete e reproduz estereótipos no ambiente educacional, que se instituem como reiteradas queixas. O espaço aberto à palavra, não condicionada a paradigmas predefinidos, constitui-se como potente possibilidade de construção de narrativas subjetivas, isto é, de saber.

Para isso e além disso, é importante pensarmos que a demanda não precisa ser respondida da forma como se apresenta, sendo importante, todavia, o manejo dos pedidos endereçados para viabilizar a circulação da palavra, que é o que nos interessa na pesquisa em psicanálise. Desse modo, observamos que, nesses últimos trabalhos que citamos (Berni; Gomes; Lima, 2023; Jucá; Lemos; Barros, 2021; Lima *et al.*, 2015), assim como em outros mencionados (Lamas *et al.*, 2024; Viola; Lima; Nobre, 2020), a demanda que se apresenta aos psicanalistas não corresponde totalmente à proposta ofertada por eles. Pereira (2012), na discussão que tece sobre orientações para o trabalho no campo de intercessão entre psicologia, psicanálise e educação, indica que, perante a demanda da instituição escolar/educacional, o psicanalista não deve respondê-la nem recusá-la, tendo a função de fazer circular a demanda “entre os envolvidos para que saibam o que está em jogo” (Pereira, 2012, p. 33). Nesse sentido, o psicanalista deve devolver a questão com o intuito de provocar uma implicação dos envolvidos, intervenção capaz de propiciar a produção de um discurso “para além das rotinas automatizadas, mesmices e repetições” (Pereira, 2012, p. 33). Entendemos que Pereira (2012) enfatiza a importância da escuta à demanda, o que não implica em respondê-la da forma como se externaliza, mas em favorecer para que aqueles que fazem solicitações possam escutá-la com outro viés, responsabilizando-se pelo que apresentam como queixa. Sabemos o quanto são

tensas e sensíveis as questões que atravessam o campo da educação, como nos mostram aqueles que se dispõem a propor e a efetivar intervenções na área. Isso justifica a pertinência de trabalhos implicados no campo, que pressupõem uma postura que, de fato, demonstre interesse e abertura para escuta àqueles que estão inseridos nos processos educativos, que passam, assim, de simples objetos de estudo para detentores do próprio saber, subjetivados em seus próprios discursos.

Notamos que, de alguma forma, isso foi possível na realização das duas conversações que realizamos e que compuseram este trabalho, especialmente no grupo de adolescentes. Observamos que, apesar de o trabalho não ter partido da demanda da instituição escolar ou dos participantes da pesquisa e de eles também não terem participado da escolha do tema, o espaço de escuta propiciou que expressassem pontos importantes sobre a temática da família, o que pôde ser explorado de forma mais aprofundada nas entrevistas clínicas que se sucederam aos grupos. Também procuramos conduzir os processos, tanto de realização dos procedimentos quanto de análise dos dados produzidos, de forma a privilegiar a subjetividade e saber dos participantes. Dentro da proposta formatada, nossa intenção era realizar os grupos a partir do tema família, pedindo que os participantes falassem livremente o que pensam sobre ele, com o intuito de conhecer como cada sujeito participante da pesquisa associava os significantes que relacionava ao assunto e o que cada grupo associava e produzia a partir deles. Se visávamos problematizar as máximas relativas à temática, interrogando suas acepções teóricas para compreender especificidades do contexto brasileiro, consideramos que a conversação seria um dispositivo para o trânsito de dados e significantes relevantes, condizente com a clínica como método de estudo e diretriz deste trabalho.

1.3.2 Entrevistas clínicas e suas fundamentações

Para pensar na perspectiva clínica que tem nos direcionado no presente trabalho e sobre sua compatibilidade com as entrevistas clínicas que adotamos na pesquisa de campo, reportamos a Pereira (2012), que apresenta o que denomina *orientação clínica* como proposta para condução do trabalho do psicólogo e psicanalista em instituições escolares. O autor justifica a delimitação de fundamentos teóricos-metodológicos em sua atuação no campo educacional, composta não somente por atendimentos individuais, mas também por intervenções institucionais e grupos de pesquisa. Ele relata que, ao longo de sua trajetória profissional, seu trabalho foi se tornando cada vez mais clínico, concebendo um sentido amplo

para o termo. Aqui, a clínica é entendida como uma via de condução que se direciona não para sujeitos em suas individualidades, mas para o que o autor chama de *criatura viva*, seja ela o sujeito ou a instituição. Pereira (2012) argumenta que a orientação clínica de trabalho direciona o profissional/sujeito a refletir sobre sua prática, incluindo seus saberes e os lugares que assume, O que caracteriza a orientação clínica, nesse ponto de vista, não é o objeto restrito de intervenção, mas um arcabouço teórico e ético que serve como diretriz para o trabalho.

Pereira (2012) considera orientação ou atitude clínica o dispositivo que aplica ao campo social o princípio freudiano relativo à técnica analítica de lembrar, repetir e elaborar (Freud, 1914/1996). Para ele, isso indica que quem ocupa o lugar de interventor possa: “fazer falar, para que o sujeito não só lembre e relate sua própria experiência, mas tenha a chance, ao repeti-la em sua própria fala, de teorizá-la de modo singular, de responsabilizar-se pelo que fala; e, quem sabe, de elaborar-se subjetivamente” (Pereira, 2012, P. 31). O autor defende que o objetivo do trabalho de psicanalistas nas instituições de educação é, ao se desprender de um saber de especialista, promover um espaço de circulação da palavra que crie condições para uma ressignificação.

A ideia sustentada por Pereira (2012) é congruente com nossa discussão sobre as possibilidades da utilização da conversação, válidas também para as entrevistas clínicas. Compreendemos que as dimensões apontadas pelo autor no que diz respeito à caracterização do que chama de orientação clínica vão ao encontro da posição clínica que temos discutido e buscado sustentar neste trabalho. Temos focado mais na escuta e na transferência, pensando-as com a vertente da posição do analista em relação ao saber, ou seja, no lugar de não saber que sustenta em seu discurso e que abre brechas para a mobilização da palavra. Pereira (2012), por sua vez, abarca o quesito da intervenção e seus possíveis desdobramentos como o que configura a orientação clínica, em termos de deslocamentos significantes.

Em outro trabalho, Pereira (2016) discute sobre a aplicação da orientação clínica à pesquisa, mantendo os parâmetros que caracterizam esse direcionador. Na oportunidade, indica a entrevista como ferramenta metodológica da pesquisa em psicanálise e educação, reforçando que a orientação clínica se estabelece no ato de recordar, repetir e elaborar. Nesse sentido, quem conduz a pesquisa-intervenção direciona-se pelo ato de fazer falar, intervir e propiciar o despojamento de identificações ou retificações subjetivas. Congruentes com essa perspectiva do método clínico em sua vertente de intervenção e abarcando a aplicação da entrevista, citamos Miranda e Souza (2020), que relatam uma experiência de pesquisa na qual utilizam entrevistas semiestruturadas com a diretriz da psicanálise, nomeando-as de *entrevista clínica de orientação*

psicanalítica. O dispositivo, adotado no âmbito educacional, semelhante ao que ocorre em situações de uso de conversações, configura-se em conversas com alunos que recebem algum tipo de nomeação proveniente do Outro da instituição escolar, sendo alocados como alunos-problema. Os autores examinam o problema apresentado como queixa, a princípio apontado pelo Outro da escola, mas descrevem que a oferta de espaço de fala permite ao aluno escutado liberar-se do peso das identificações que lhe são impostas. Assim, esses autores concebem as entrevistas clínicas de orientação psicanalítica como oportunidades efetivas de passagem do sintoma do Outro para o sintoma do sujeito, não sendo uma via de levantamento de dados, mas um recurso que opera como investigação e intervenção, tendo efeitos terapêuticos.

Nesse sentido e retomando, mais precisamente, o método clínico peculiar à psicanálise, podemos resgatar Sauret (2003), que afirma que, para configurar o método analítico, há de se formatar “uma concepção do sujeito como falante e dividido, a hipótese do inconsciente como fundamento de todo fato psíquico, o que implica verbalização (entrevista), escuta, a análise, transferência, intervenção (ainda que a imposta pela consequência do encontro)” (p. 98). Nessa visão, a entrevista faz parte do método psicanalítico, sendo uma prática central nesse campo, mas não caracterizada por uma formatação determinada em um conjunto de técnicas e sim pela ética psicanalítica. Assim, pensando em fundamentos e princípios direcionadores para seu emprego, inclusive na pesquisa, podemos tomar alguns desses elementos que compõem o método analítico, citados por Sauret (2003), que são: escuta, transferência e intervenção.

Verificamos que as entrevistas clínicas se configuram como oportunidades privilegiadas para escuta, favorecendo a mobilização da palavra e permitindo que os sujeitos que falam possam se posicionar e se reposicionar em seus próprios discursos. Sauret (2003) salienta que “não há pesquisa clínica sem encontro que mobilize a palavra” (p. 97). E, dentre os dispositivos mais nobres citados pela autora para alcance da mobilização da palavra está a entrevista clínica de pesquisa. A autora também resgata a importância das entrevistas preliminares a todo tratamento analítico, fundamentalmente necessárias para tornar possível o andamento do processo, a depender do estabelecimento da transferência, havendo, ainda, nessa etapa, para sua direção, um esforço do analista para estabelecer um diagnóstico estrutural. Sauret (2003) faz tal menção, visando pensar elementos fundamentais da entrevista, na discussão que alça sobre pesquisa clínica, de modo a circunscrever essa última como inerente ao campo psicanalítico, considerando a entrevista uma ferramenta válida e congruente com a proposta investigativa da psicanálise. Sustentamos que, da mesma forma que as conversações, as entrevistas aplicadas à pesquisa em psicanálise, pressupõem a condução de um psicanalista com posição clínica, capaz,

então, de assegurar os exercícios da associação livre e da atenção flutuante. Assim, a escuta psicanalítica compactua com a hipótese do inconsciente como fundamento de todo fato psíquico, como nos indica Sauret (2003), e pode propiciar um caminho de elaboração, como sugere Pereira (2012; 2016).

Pisetta e Charczuk (2018) consideram que, assim como a transferência e a associação livre, o conceito de escuta, ancorado na acepção de atenção flutuante, tem papel fundamental na práxis do psicanalista e, em extensão, do pesquisador, uma vez que ele fundamenta a pesquisa no método psicanalítico. As autoras lembram que, na medida em que Freud (1912b/1996) concebeu a associação livre como forma de manifestação do inconsciente, postulou a escuta e a atenção flutuante como instrumentos de acesso a ele pelo psicanalista. Conforme Pisetta e Charczuk (2018), a escuta psicanalítica é aquela que busca a singularidade e atenta ao desejo inconsciente que está no enunciado. Acerca das ferramentas que propiciam a escuta, as autoras destacam as entrevistas, tomadas como uma legítima ferramenta de pesquisa psicanalítica, que se baseia na associação livre, a partir do discurso, permitindo que o pesquisador reconstrua sua questão inicial de estudo. Assim, observamos que a escuta, aqui concebida como estratégia central do método clínico psicanalítico, é um elemento presente de forma marcante também na entrevista clínica, conduzindo à constante reconstrução do que compõe a pesquisa. Desse modo, a escuta aplicada à pesquisa tem ligação também com seu desenvolvimento, demonstrando a fluidez exigida pelo método psicanalítico.

Nesse sentido, é válido ressaltar as concepções de sujeito e de objeto na pesquisa psicanalítica e congruentes com seu método, como temos indicado, mas, agora, com vistas a refletir sobre a especificidade que envolve a escolha dos instrumentos metodológicos. Aludimos ao que apontam Pisetta e Charczuk (2018) sobre a necessidade de aderir a uma metodologia aberta, correspondente à flexibilidade e à complexidade do objeto, “que se constrói na medida em que o novo se apresenta, real” (Pisetta; Charczuk, 2018, p. 281). As autoras relatam terem tomado experiências e entrevistas, na expectativa de produzir tensionamentos entre teoria e prática, clínica e teorização, “deixando a descoberto o que há de real no processo de simbolizar as relações e seus impasses” (Pisetta; Charczuk, 2018, p. 281). Assim como as autoras, consideramos que o uso da entrevista na pesquisa, alicerçada pela escuta psicanalítica, permite abrimo-nos à versatilidade e às inumeráveis possibilidades de condução do processo e definição de seus elementos.

No que se refere à configuração do sujeito nessa conjuntura, citamos Pereira (2016), que ressalta que, na pesquisa psicanalítica, o sujeito é alguém que constrói a pesquisa

juntamente com o pesquisador e não sobre quem a pesquisa se desdobra. Nessa mesma acepção, trazemos as considerações de Silva (2013) sobre o sujeito pesquisador, que não é neutro, distante e esterilizado, mas que sente intimamente os ecos da pesquisa, sendo atravessado por ela. Compreendemos que, por consequência, o objeto e o problema de pesquisa também são conformados à exigência de plasticidade e consequente disposição para sua reconfiguração, assim como os demais tópicos que compõem o trabalho, como salientado por Pisetta e Charczuk (2018). Nessa mesma perspectiva, Rosa e Domingues (2010, p. 182) afirmam que “a psicanálise porta uma dimensão própria de sujeito e de objeto, a qual constitui o seu método específico de pesquisar e em que o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto da pesquisa não é dado *a priori*, mas sim produzido na e pela investigação”.

Notamos que isso ocorre em nosso estudo, já que reconfiguramos o objeto e o problema de pesquisa, bem como a direção do trabalho, a partir de seu próprio desenvolvimento, considerando, principalmente, pontos que surgiram nas conversações e, sobretudo, nas entrevistas realizadas. Assim, notamos que o requisito de flexibilidade no delineamento do trabalho é relativo à escuta, inerente ao método psicanalítico e que, aplicado à pesquisa, condiciona seu percurso. Referimos, então, a Diniz (2011), que nos esclarece que o conhecimento que se constrói levando em conta o inconsciente não aborda somente o conhecimento *sobre* o inconsciente, mas também o que se estabelece *por meio* dele. Tal ideia está de acordo com a exigência da atenção flutuante do psicanalista, sobre a qual nos ensina Freud (1912b/1996), o que abarca o inconsciente do próprio analista, que faz parte de sua técnica de trabalho, favorecendo o alcance de algo que não está definido previamente e só pode ser compreendido *a posteriori*. De acordo com Freud,

[...] ao efetuar a seleção, se seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber. Não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente (Freud, 1912b/1996, p. 126).

Podemos, então, associar à escuta psicanalítica, que condiciona o desenrolar da pesquisa, essa significação que só se dá posteriormente, a partir da advertência de que ela depende do modo como a palavra é mobilizada e articulada no encontro propiciado. Compatível com tais acepções e diretrizes, trazemos as considerações de Miranda e Souza (2020) que, ao discutirem sobre o uso da entrevista de orientação psicanalítica na pesquisa, indicam a importância da abertura ao inusitado como o que confere valor clínico à ferramenta. Assim, a

entrevista contempla algum efeito surpresa na condução do procedimento, constituindo-o como um momento clínico singular, com possibilidades consequentes de construção subjetiva por aquele que é escutado/entrevistado, mesmo como resultado de um encontro pontual com um analista, cabendo ao analista pesquisador colher a surpresa imanente do encontro.

Sauret (2003) resgata Lacan (1958b/2003) para delimitar o que caracteriza o método psicanalítico: “aquele que procede à decifração dos significantes, sem considerar nenhuma forma de existência pressuposta do significado” (Sauret, 2003, p. 758). A ideia é uma possibilidade de leitura da sugestão de Freud (1912b/1996) no que se refere a não fixação no sentido prévio, com consequente indicação de disponibilidade para o inesperado. É, ainda, compatível com o que temos apresentado como diretrizes da pesquisa em psicanálise pela via do método clínico. Nesse sentido, o método psicanalítico oferta espaço para a palavra ao sujeito, levando em conta o efeito de falta introduzido pela linguagem e permitindo que essa falta fundamentalmente inconsciente seja mantida, já que a linguagem não pode recobrir todo o real (Lacan, 1958b/2003; Sauret, 2003).

Neste trabalho, notamos que as nuances percebidas e levantadas a partir das conversações e das entrevistas em instituição escolar nos permitem analisá-las com o viés da singularidade, na medida em que propomos discutir pontos marcantes da fala de cada sujeito escutado. Mas, ao mesmo tempo, nos possibilitam levantar elementos de intercessão, que nos indicam especificidades do contexto no qual os sujeitos estão inseridos. Portanto, é importante não recuar do enfoque no singular, mas sem deixar de incluir categorias sociais importantes para a discussão, que surgem como pontos comuns e nos auxiliam na compreensão de dimensões sociais correlacionadas às subjetividades. Isso demonstra que a psicanálise e seu método podem nos permitir traçar respostas inéditas à suposta contradição entre singular e universal, como indica Sauret (2003), ou entre objetividade e subjetividade.

Sobre essas supostas dicotomias, vale aludir a Rosa e Domingues (2010), que diferenciam o uso da observação como método de pesquisa na ciência positivista e na psicanálise, lembrando que, na primeira, o pesquisador parte da crença de que o fenômeno independe do observador, que deve apenas acessá-lo, como uma descoberta. Segundo as autoras, tais ideias são importantes para pensar a observação na pesquisa psicanalítica, que é concebida de maneira bastante diferente da ideia compactuada no âmbito científico tradicional. Na pesquisa psicanalítica, a observação é dirigida à dinâmica psíquica subjacente ao fenômeno examinado. Contudo, tal dinâmica é inacessível à observação, sendo possível avaliar apenas suas manifestações. Elas destacam que, por mais sistemática e controlada que seja a forma de

conduzir as pesquisas, as respostas do sujeito não são mensuráveis, uma vez que estão condicionadas ao universo fantasmático, intimamente ligado a conteúdos inconscientes.

Corroborando com tais ideias de delimitação das especificidades da pesquisa em psicanálise e considerando suas diferenças em relação a outras modalidades de trabalho, Silva (2013) debate sobre o uso da entrevista na pesquisa, problematizando seus objetivos e fazendo menção à ironia presente na expectativa de que tal procedimento portasse a viabilidade de “‘descobrir’ dados fidedignos e ‘desnudar a verdade mesma’ sobre aquilo que pesquisamos” (Silva, 2013, p. 37). A autora cita as ditas orientações tradicionais sobre a aplicação da entrevista em pesquisa, presentes na literatura, compostas por uma série de receitas, atitudes e procedimentos, que são apresentados como garantidores de maior eficiência diante do objetivo de captar dados verdadeiros, o que não é compatível com o que ocorre na pesquisa. No que se refere à especificidade da pesquisa em psicanálise, Silva (2013) afirma que a função da entrevista não poderia se relacionar ao resultado de descoberta de uma verdade absoluta ou pré-estabelecida; ao contrário, ao levar em consideração o inconsciente, poderia somente propor a investigação do que ela chama de “verdades contextuais, relativas e individualizadas” (Silva, 2013, p. 37). Aqui, ressaltamos que o que autora nomeia como individualizadas, tomamos como singulares, no sentido de corresponder a um sujeito e a um contexto particular, não restrito ao indivíduo humano, ideia mais próxima à que vem sendo adotada como pressuposto deste trabalho. De qualquer forma, as ideias apresentadas pela autora são semelhantes às nossas, inclusive na explicitação de sua opção por conceber a entrevista na pesquisa psicanalítica como uma ferramenta que produz subjetividades, ao contrário de ser efetiva para descobrir uma verdade pré-estabelecida.

Assim, notamos que, ao privilegiarmos o que é da ordem subjetiva e, portanto, abarcando o inconsciente, um aspecto importante é o da inclusão do pesquisador psicanalista no processo, o que faz parte das decorrências da aplicação do método psicanalítico na pesquisa. Tal viés de pesquisa suscita que os dados obtidos são resultado da relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, sendo o observador, portanto, parte do campo. Isso quer dizer que a forma como sucede esse encontro condiciona os fenômenos investigados, estando em voga a posição relacional, os laços discursivos que se assentam nesse encontro. Dessa forma, “não há um dado a ser observado, buscado ou revelado – o dado se constrói na relação, relação transferencial” (Rosa e Domingues, 2010, p. 185). Embora as ciências humanas e sociais já tenham fomentado os parâmetros que advertem sobre a necessidade de incluir os atravessamentos da subjetividade do pesquisador e de sua relação com o trabalho na análise da

pesquisa, a psicanálise avança na medida em que contempla elementos inconscientes e, portanto, aspectos transferenciais.

Temos discutido sobre tais aspectos como centrais na pesquisa em psicanálise, mas, aqui, cabe uma explicitação mais pormenorizada sobre o conceito de transferência, fundamental para discorrer sobre os procedimentos adotados nesta pesquisa, especialmente as entrevistas, e produzir uma análise sobre eles. Instituída por Freud (1912a/1996) como crucial na relação analítica, a transferência constitui-se como uma comunicação efetiva sobre a dinâmica pulsional, na medida em que atualiza, na relação com o analista, o modo próprio do sujeito de se conduzir na vida afetiva, o que, segundo o autor, ele foi desenvolvendo desde as primeiras relações. O teórico elucida que, não sendo satisfeito em seus impulsos eróticos, o sujeito irá dirigir-se a cada nova pessoa que encontra a partir de percursos libidinais já definidos antecipadamente. Logo, a transferência não é específica nem restrita ao tratamento analítico, sendo um fenômeno presente em todas as relações humanas e tendo uma importante cota inconsciente (Freud, 1912a/1996).

A transferência está presente também no trabalho de pesquisa em psicanálise e sua importância nesse âmbito deve ser avaliada. Conforme Rosa e Domingues (2010), na situação específica de pesquisa, é necessário preservar a experiência psicanalítica, com ênfase na transferência, tendo em vista que o sujeito do inconsciente se manifesta no laço discursivo, reproduzido nesse fenômeno. Dessa maneira, pautar a entrevista nesse pressuposto configura-se como condição para a realização da pesquisa em psicanálise. Costa e Poli (2006), em acordo com Rosa e Domingues (2010), indicam que operar com o inconsciente baseia-se na suposição de um saber que não se sabe, mas que é suposto. Aqui, para consubstanciar tal argumentação, aludimos à noção de transferência em Lacan, que formula o sujeito suposto saber, remetendo à ilusão do candidato à análise de que sua verdade já está dada no analista, de antemão (Quinet, 2000). No entanto, como esse autor pondera, cabe ao analista saber manejar essa suposição de saber do analisando, recusando o lugar de saber. É nesse sentido que tomamos o lugar do analista como equivalente à posição de não saber, o que mantém a falta constitutiva e permite operar a função de fazer falar.

É também nessa direção que Berni, Gomes e Lima (2023) afirmam que o psicanalista, seja na prática ou na pesquisa, não aplica teorias, visto não ser essa a forma efetiva de fazer manifestar o inconsciente. As autoras sustentam que o diferencial da pesquisa em psicanálise em relação àquelas que provêm das ciências sociais é a inclusão da dimensão inconsciente, de modo que a observação dos fenômenos interage com a teoria e produz o objeto de pesquisa,

que não está dado à princípio, mas é instalado “*na e pela* transferência” (Berni; Gomes; Lima, 2023, p. 178, grifos nossos).

É importante destacar uma questão crítica que pode surgir na aplicação da entrevista na pesquisa psicanalítica, relativa ao manejo de aspectos transferenciais, que diz respeito à demanda, que não é do entrevistado, mas do pesquisador. Como colocam Costa e Poli (2006), se é necessário que o analista esteja no lugar de suposto saber para o estabelecimento da transferência no trabalho de análise, há uma inversão dessa configuração na situação de pesquisa, visto que é o pesquisador/entrevistador quem supõe um saber no participante. Nesse caso, de acordo com as autoras, a demanda do pesquisador deve ser suficientemente ampla para possibilitar que o entrevistado formule sua própria questão e a ela responda, “na transferência, de forma singular, sem pressões prévias” (Costa; Poli, 2006, p. 19). Pereira (2016) também elucida sobre essa alteração da demanda, o que indica a utilização de recursos que proporcionem aos sujeitos participantes a liberdade para a construção de suas próprias articulações associativas.

Ainda sobre o manejo da transferência na pesquisa, tendo em vista a advertência de Freud (1912a/1996) quanto à possibilidade de ela manifestar-se como resistência ao trabalho de análise e, por conseguinte, à via da elaboração (Freud, 1914/1996), citamos Rosa e Domingues (2010), que colocam algumas possibilidades de ascensão de resistências no trabalho de pesquisa, inclusive advindas do pesquisador. A primeira alternativa apontada pelas autoras é de a escuta do analista pesquisador atuar como um dificultador, quando ele fica demasiadamente preso à teoria e/ou às suas hipóteses, de forma a prejudicar ou impedir sua atenção às especificidades das falas dos participantes. Outra ocorrência observada por elas é de a resistência do pesquisador poder surgir diante da questão relativa à segregação social. Nesse caso, o entrave decorre do confronto de lugares sociais diferentes e antagônicos entre participante e pesquisador, quando o primeiro vive situação de exclusão. Nessas situações, o analista pode ora deter-se exclusivamente sobre o peso da situação social, com consequentes empecilhos para escuta ao sujeito, ora responsabilizar ou vitimizar o sujeito por sua condição. Segundo Rosa e Domingues (2010), cabe ao pesquisador analista não se desviar do contexto social e político-institucional no qual o sujeito escutado está inserido, com atenção ao seu posicionamento ético e político diante das realidades que aborda.

Neste estudo, observamos ao menos duas das reações referidas, as quais queremos mencionar. A primeira foi a de apego à teoria e a hipóteses prévias, que repercutiu em uma resistência que se configurou como um empecilho na condução do trabalho, o que notamos,

principalmente, na etapa de elaboração do projeto de pesquisa. Para dissolver a resistência e favorecer a produção do trabalho, foi necessária uma ressignificação do processo, o que permitiu um deslocamento subjetivo de nossa parte, na medida em que nos assumimos como psicanalistas pesquisadores, sendo direcionados, portanto, pelo método clínico. Isso possibilitou o enfoque na escuta aos sujeitos participantes e a autorização à nossa inclusão como sujeitos pesquisadores no trabalho, abarcando, na análise, aspectos subjetivos, nossos e dos participantes, incluindo a atenção aos transferenciais. A segunda reação apontada por Rosa e Domingues (2010) que se fez presente neste trabalho foi aquela relativa à resistência decorrente da contraposição de lugares sociais. O fato de os sujeitos participantes serem periféricos e minorizados acarretou efeitos na pesquisadora durante a realização da pesquisa de campo, o que nos levou à proposição de incluir os pontos relativos à questão na discussão dos processos de pesquisa, refletindo criticamente sobre nossa posição subjetiva, atravessada pelo nosso lugar social.

Sustentamos, à guisa de uma reflexão sumária sobre as entrevistas clínicas e sua aplicação na pesquisa em psicanálise, que a ferramenta funciona a partir de um conjunto de operadores teórico-técnicos da psicanálise, que servem de base para investigação neste campo, como escuta, transferência, associação livre e atenção flutuante, acrescentando, ainda, os possíveis efeitos da intervenção no que se refere às possibilidades de elaboração subjetiva. Esses fundamentos são alicerces para aplicação e análise da entrevista e buscamos demonstrar que eles podem ser relacionados ao que temos circunscrito como método clínico, concebendo-o como método próprio de saber e de fazer da psicanálise. Neste trabalho, as entrevistas clínicas foram não diretivas e não estruturadas (Scorsolini-Comin, 2016), com a utilização de apenas uma questão disparadora sobre as considerações sobre a família e vivências relacionadas a ela. Foram realizadas com a finalidade de acessar, de forma mais aprofundada, em cada sujeito participante, aspectos levantados nas conversações, promovendo o conhecimento sobre os arranjos de cada família, mas, sobretudo, fomentando a mobilização da palavra a partir do assunto. Apesar de a temática, em nossa pesquisa, ter sido definida previamente à realização das conversações e das entrevistas, foi fundamental perseguir, como psicanalistas pesquisadores, a posição de clínicos, estando em lugar de não saber. Isso propiciou que os sujeitos escutados pudessem ascender com suas questões e construções subjetivas relativas à temática.

Na condução de nossa pesquisa de campo, notamos que os sujeitos participantes, não só relataram suas histórias e colocaram opiniões, mas ainda referiram, construíram e reconstruíram

suas próprias narrativas, o que foi possível perceber nas conversações, mas, sobretudo, nas entrevistas. Logo, apesar de os procedimentos desta pesquisa terem sido pontuais e limitados a poucos encontros, notamos que os participantes, além dos relatos, produziram um saber próprio, que passa pela busca de construir saídas para impasses enfrentados e ressignificá-los, o que indica a adequação das metodologias adotadas à condição de orientação clínica proposta por Pereira (2012; 2016). No que se refere, ainda, à elaboração como possibilidade de efeito da intervenção psicanalítica, seja no âmbito da prática analítica ou da pesquisa, foi possível também uma elaboração nossa, como pesquisadores, atravessados que estamos pela pesquisa e pela escrita, a partir da ciência de nosso envolvimento e da importância da consideração de nossa subjetividade. Notamos que foi possível uma elaboração psíquica, isto é, a construção de um saber próprio inerente ao conhecimento produzido.

1.4 Método de análise de dados

Ao apresentar os fundamentos dos procedimentos adotados na pesquisa de campo que compõe esta investigação, trazemos a perspectiva do lugar subjetivo nos discursos ou no laço social. No que se refere às metodologias utilizadas – conversação e entrevista clínica –, buscamos demonstrar como esses são recursos propícios para a mobilização da palavra, permitindo que os sujeitos envolvidos possam assumir uma posição própria em relação às narrativas circulantes, subjetivando-as a partir de possíveis ressignificações dos lugares que ocupam no campo social. Nesse sentido, é necessário esmiuçar, em alguma medida, o conceito de discurso, articulando concepções relativas à análise do discurso e psicanalíticas, para, então, tecer considerações sobre as possibilidades de leitura e análise dos dados produzidos na pesquisa de campo realizada neste trabalho. Contudo, cabe extrair dos conceitos relativos ao método referido o que for pertinente para embasar nosso lugar de clínicos, aplicado ao trabalho da pesquisa em psicanálise, não sendo nosso objetivo uma elucidação longa ou aprofundada sobre o tema.

Antes mesmo de procedermos com essas exposições e articulações, para ilustrar acepções centrais que temos buscado sustentar neste trabalho, que fazem uma correspondência com os conceitos de discurso na perspectiva psicanalítica, resgatamos que, na explanação sobre as conversações, um ponto destacado a partir das considerações de Viola, Lima e Nobre (2020) foi concernente ao laço transferencial que se estabelece com o grupo, diante de uma oferta de escuta que as autoras denominam de *equiflutuante* (Viola; Lima; Nobre, 2020, p. 9).

Entendemos o termo neológico como relativo ao espaço coletivo e às transferências dos sujeitos envolvidos dirigidas a ele. As autoras consideram a construção momentânea de um Outro no grupo de conversação, configurado como faltante e que, por isso, possibilita a permeabilidade da voz de cada sujeito participante. Assim, demarcam que o lugar de não saber não está restrito à figura do coordenador do grupo, mas presente no próprio grupo, mesmo que a postura do condutor do processo seja fundamental para que o fenômeno descrito ocorra.

Apontamos, ainda, que, conforme Pisetta e Charczuk (2018), do discurso dos participantes da pesquisa em psicanálise, sendo tomado a partir dos pressupostos da transferência e da associação livre nos espaços de fala, tal como propomos, resulta que os dados colhidos não sejam tratados como fatos em si, mas sim como “significantes que remetem a cada história, singular e desejante” (Pisetta; Charczuk, 2018, p. 280). Nesse mesmo sentido, aludimos a Silva (2013), que, a partir da proposta de debater a entrevista aplicada na pesquisa psicanalítica, evidencia sua importância e função de produção de dados para análise, considerando o envolvimento dos sujeitos de pesquisa, sejam participantes/entrevistados ou pesquisadores/entrevistadores. Assim, a autora coloca uma questão crítica que se apresenta na condução da pesquisa, que diz respeito à impossibilidade da transparência na reconstrução ou reintegração da narrativa durante o procedimento da transcrição da entrevista. De acordo com ela, o enunciado, ao ser dito e se tornar público, coloca-se fora daquele que enuncia, sendo transposto para outro contexto, o do trabalho com os dados, no qual eles são reinventados pelo pesquisador ao construir a análise. Dessa forma, Silva (2013) defende que é importante, a quem investiga e analisa, compreender a polifonia e pluralidade discursiva da entrevista, no sentido de contemplar diferentes narrativas.

Notamos, então, que o que é da ordem subjetiva, nesse espectro de base psicanalítica, não corresponde à dimensão do indivíduo, mas das narrativas que produz, sendo relativo aos lugares ocupados no discurso, o que sofre influências das condições dessa produção. E isso pode constituir-se como o viés direcionador para a análise dos dados produzidos na pesquisa em psicanálise. Nessa perspectiva, recorreremos a Rosa e Domingues (2010), que afirmam que os dispositivos metodológicos utilizados nos procedimentos de análise de dados configuram-se como a maior novidade da pesquisa psicanalítica, já que demarcam, de forma essencial, as diferenças entre as investigações realizadas nesse campo e as demais, inseridas no âmbito científico e adequadas a ele. As autoras salientam que a forma como o pesquisador transforma os dados produzidos é o que constitui a pesquisa em psicanálise, uma vez que a análise dos dados deve ser orientada pela escuta e pela transferência instrumentalizada do pesquisador em

relação ao texto produzido. Dessa forma, o que é construído a partir das falas do sujeito participante revela não só aspectos subjetivos dele, mas também nuances daquele que escuta e sinuosidades do campo no qual transita, sendo tal construção uma ficção psíquica, que não se confunde com a história biográfica e factual.

Estamos de acordo com as autoras no que concerne à afirmação de que a leitura dos dados não corresponde à realidade biográfica, o que não implica desconsiderar acontecimentos propriamente históricos, mas em estarmos advertidos de que o que constitui a realidade psíquica é relativo ao modo como cada sujeito se apropria deles e de aspectos de seu contexto de vida. Dessa maneira, mesmo sendo a pesquisa psicanalítica enfocada no particular, a subjetividade pode nos favorecer para estabelecer constantes gerais relativas às condições que se repetem no campo social. Nesse ponto, corroboramos também com as autoras quando defendem que “o modo singular de enredamento no laço social é elucidativo das estratégias de controle do campo social e fornece elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado” (Rosa; Domingues, 2010, p. 187).

Assim, é necessário discorrer sobre construtos teóricos e técnicos que nos possibilitem explicitar a metodologia que utilizamos para a análise dos dados produzidos em nossa pesquisa, nessa perspectiva apontada, que considera os lugares nos discursos, com enfoque na singularidade, mas propiciando ampliar a leitura, na medida em que contempla aspectos sociais correlacionados às subjetividades. Portanto, é pertinente trazer alguns elementos relativos à chamada análise do discurso de orientação psicanalítica, que é congruente com as concepções que temos elegido e apresentado e, por isso, optamos por utilizá-la como metodologia para a análise de dados em nosso trabalho. Essa proposta de leitura e de discussão é, ainda, compatível com o método clínico que adotamos como diretriz deste estudo. Portanto, para entrarmos na elucidação sobre o método que empregamos para a leitura dos dados, explicitamos alguns conceitos que compõem a análise do discurso em interface com a psicanálise, articulando construtos da linguística e da teoria psicanalítica.

Cabe retomarmos, aqui, a concepção de sujeito sob a égide da teoria lacaniana, já que essa concepção foi incorporada como base para a análise de discurso delimitada em sua terceira fase, estágio marcado pela agregação da psicanálise aos seus construtos linguísticos próprios. Gaspard *et al.* (2010), acerca da constituição subjetiva, resgatam que grito do *infans*, vocalizado a partir de alguma necessidade do organismo, insere-se em uma conjunção intersubjetiva, na medida em que é interpretado pelo Outro materno, sendo tomado como um apelo. Os autores discorrem que a intervenção do Outro, que inscreve no registro da intencionalidade o que

inicialmente não era senão expressão real de uma necessidade, está no centro do processo de subjetivação. Consideram, assim, que a gênese do sujeito o implica na via da palavra, a partir de uma exterioridade primeira, aclarando que é do Outro que o *infans* recebe o uso da cadeia significante (Gaspard *et al.*, 2010).

De acordo com Gaspard *et al.* (2010), o fato de a constituição subjetiva situar-se no Outro da linguagem indica o não sabido do sujeito, ou seja, que o inconsciente está sujeito às leis próprias da linguagem – “articulação e combinação que significa, jogos da metáfora e a metonímia” (p. 372). E é nesse sentido que Lacan formula sua célebre ideia de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (Lacan, 1955-1956/ 1998), sendo, desse modo, submetido às mesmas leis da linguagem. É pela via da linguagem, a partir de seu funcionamento e de seus modos de operação, que vai se inscrever o sujeito do inconsciente e disso decorre que ele sempre foi e será falado pelo Outro, sendo, nessa medida, assujeitado, sujeito barrado, impossível de ser tomado em alguma unidade, mas sempre dividido pelos significantes que o representam no campo discursivo.

Partindo desses pressupostos relativos ao conceito de sujeito na visão da psicanálise, voltamo-nos mais especificamente para a discussão sobre a análise do discurso de linha francesa, que surgiu na década de 1960, incorporando elementos da psicanálise sobre constituição subjetiva. Pontuamos que essa vertente emerge na terceira fase da trajetória da análise do discurso, tendo o linguista Michel Pêcheux como precursor, e parte da relação entre áreas, como linguística, psicanálise e materialismo histórico. Nessa linha, como narra Santos (2012), a proposta configura-se como uma investida na linguagem além da dicotomia saussureana entre língua e fala, enfocando no discurso, que é a língua em seu percurso ou em seu uso efetivo, considerando as condições de sua produção, a ideologia, a posição do sujeito falante, enfim, todo o processo discursivo. Nessa visão, segundo a autora, a língua é vista como produto histórico-social e o sujeito falante como assujeitado, no sentido de ser porta-voz de instituições ou do seu tempo. Ela ressalta que a noção de sujeito é tributária da ideia de assujeitamento ideológico proposta por Louis Althusser, caráter que permaneceu na análise de discurso até sua terceira fase, na qual se acentua a influência da psicanálise.

No que diz respeito à constituição subjetiva dentro das acepções psicanalíticas, em articulação com elementos relevantes da análise do discurso, trazemos Ferreira (2010), para quem o conceito de sujeito é uma acepção primordial na interface entre a psicanálise e a análise do discurso. A partir desse ponto de vista, a autora argumenta que a suposição inicial em ambos os campos é a de que o sujeito não está dado, nem tampouco nasce ou se desenvolve, mas é

construído, sendo efeito do campo da linguagem. Para tratar do sujeito e sua construção no campo da linguagem, ela propõe pensar os conceitos de linguagem e ideologia. Segundo Ferreira (2010), o conceito chega pelo viés do materialismo histórico, nos moldes althusserianos, recebendo um lugar de destaque na área do discurso, sendo admitido como indissociável do sujeito, em um processo de constituição mútua. No âmbito da psicanálise, de acordo com a autora, a ideologia não encontra a mesma acolhida, já que a psicanálise não costuma operar com essa noção, embora seja possível admitir uma articulação entre esse conceito e o de inconsciente. Contudo, Ferreira (2010) advoga que essa questão da suposta articulação entre ideologia e inconsciente é ainda um tema não suficientemente enfrentado e investigado pelos pesquisadores, assim como as peculiaridades e complexidades que cada noção apresenta.

Ferreira (2010) arrisca-se a utilizar a noção de tríade psicanalítica lacaniana de real, simbólico e imaginário – configurados como três registros distintos e essenciais da realidade humana –² para embasar uma discussão sobre a constituição subjetiva, a partir da figura topológica do nó borromeano. Explica a ideia introduzida na psicanálise, por Lacan, acerca dos três anéis, simbolizando uma tríplice aliança. Nessa noção, se retirarmos um dos anéis, os outros dois ficariam soltos e perderiam a interligação constitutiva, pois o que os sustentam é, precisamente, o laço de interdependência que os estrutura em interconexão. Ferreira (2010) assume a ideia para argumentar que o nó borromeano poderia simbolizar o lugar do sujeito no entremeio das três noções: linguagem, ideologia e inconsciente. Ferreira (2010) considera intrigante que a questão da falta como região intersticial, comum à análise do discurso e à psicanálise, seja a manifestação de um paradoxo, na medida em que a falta é algo que se faz presente pela ausência. Assim, “se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva” (Ferreira, 2010, s.p.). A autora salienta, dessa forma, que a falta coloca, tanto para o sujeito quanto para a língua, o ponto impossível, não todo e não representável. Ela considera que trazer a psicanálise para o campo epistemológico da análise do discurso significa assentar fortemente outra concepção de sujeito, um sujeito clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam. Assim, ao propormos investigar uma concepção

² A título de esclarecimento, resgatamos o real como o que não pode ser representado, o imaginário relativo à identificação com imagens e o simbólico como constituído via significantes e seus encadeamentos que produzem significação (Clavurier, 2013).

de sujeito alicerçada nas relações entre o real, o simbólico e o imaginário, tal como fez Lacan e foi retomado pela análise do discurso, assumimos o intento de demonstrar que tal concepção de sujeito não admite ênfases ou prevalências de nenhum dos registros (Ferreira, 2010).

Essa discussão de Ferreira (2010) esclarece pontos da constituição subjetiva em diálogo com construtos relativos à análise do discurso, contemplando a materialidade da língua pela via da consideração aos aspectos históricos e culturais, incluindo a demarcação de conjunturas nas quais se estabelecem seus componentes ideológicos. O debate abarca, ainda, o inconsciente, com marcante influência na constituição do discurso. Assim, a autora explicita uma argumentação a favor de considerar o enodamento entre linguagem, ideologia e inconsciente, em cujo entremeio o sujeito se constitui. Não é nossa pretensão abarcar a profundidade e a complexidade do conceito de ideologia, mas é relevante trazer alguns parâmetros para nosso trabalho, já que aspectos ideológicos relativos à família são marcantes nos estudos e nas práticas que abrangem a temática e suas nuances também se apresentam em nossa pesquisa, ressoando, inclusive, nas falas dos sujeitos escutados. Assim, certa instrumentalização sobre o conceito é um alicerce importante para a análise e discussão dos dados deste trabalho.

Para isso, aludimos, ainda, a Tfouni e Laureano (2005), que tecem uma explanação sobre intercessões entre a análise do discurso e a psicanálise, propondo uma interpretação que leva em consideração o sujeito da ideologia e o do inconsciente. As autoras retomam que o sujeito se põe à mercê do discurso do Outro, que lhe faz exigências às quais ele tenta de todo modo responder, mesmo sem ter certeza se é isso o que realmente quer. Elas presumem a possibilidade de que esse discurso do Outro venha ao sujeito “revestido de um discurso dominante, de uma formação social dominante, com a qual, por força da ideologia, ele sente-se interpelado a identificar-se” (Tfouni; Laureano, 2005, s.p.). Explicam o fenômeno, tomando como base a teoria da heterogeneidade constitutiva do discurso, que tem seu respaldo exatamente nessa relação de submissão ao Outro. Elas consideram que a teoria de heterogeneidade constitutiva aproxima a análise do discurso da psicanálise lacaniana, na medida em que coloca, ao lado do sujeito interpelado pela ideologia, aquele que é também dividido pelo inconsciente e que ilusoriamente acredita ser dono do seu dizer. Dessa forma, aludem que o sujeito das narrativas, assujeitado a um Outro que lhe faz exigências constantes e que aponta a direção de seu desejo, tenta sobreviver em uma sociedade que estabelece parâmetros dominantes. A ideologia não está no centro de nossa discussão como está no trabalho das autoras, mas, tendo em vista que os discursos sociais dominantes são muito marcantes no que se refere à família, a análise do discurso, com a base da leitura psicanalítica,

que agrega aos seus componentes próprios, derivados da linguística, a articulação ao materialismo histórico, favorece uma discussão ampla sobre nosso tema.

Tfouni e Laureano (2005), ao relatarem a pesquisa que realizam com sujeitos minorizados e a percepção delas de uma busca por adequação ao discurso dominante, pela submissão ao Outro, ressaltam a riqueza da forma de interpretação decorrente do método de análise adotado, que articula a interpretação em análise do discurso e em psicanálise. As autoras pontuam que o uso desse método propicia o acesso ao retrato do sujeito singular e ao funcionamento da sociedade na qual ele está inserido. De acordo com elas, analisar dados à luz da análise do discurso e da psicanálise lacaniana oferece um novo meio de interpretar o sujeito do discurso, que leva em consideração as formações sociais que o determinam comportando o real da língua e o real da história, que atuam conjuntamente.

Portanto, para embasar o trabalho com os dados da presente pesquisa, a análise do discurso, nessa perspectiva, evidencia a centralidade da linguagem, alcançando a formulação da teoria psicanalítica de orientação lacaniana e sua concepção de sujeito, e, ainda, a partir desses pressupostos, retoma a base materialista histórica que compôs sua inserção no campo epistemológico, antes mesmo da incorporação da psicanálise. Disso, podemos extrair dois pontos principais da análise do discurso de orientação psicanalítica, que nos permitem direcionar nosso trabalho, a partir de nosso lugar de clínicos, a fim de realizar a análise dos dados desta pesquisa com a diretriz da ética e do método psicanalíticos.

O primeiro ponto diz respeito à explicitação de aspectos contingenciais possibilitada pelo materialismo histórico marxista. Tal espectro permite a compreensão de especificidades dos sujeitos atrelados àquele contexto, ou seja, a partir do tempo e do lugar nos quais se inserem, abarcando as relações de poder envolvidas, o que é avaliado como fundamental e pode ser conectado ao conceito de ideologia. Essa evidênciação pode ser correlacionada ao segundo ponto que queremos destacar, que diz respeito à concepção de discurso da psicanálise. Ao abranger aspectos inconscientes e transferenciais, tal concepção concebe o sujeito constituído pela linguagem e, portanto, no campo social, sendo que sua constituição se dá em intercessão com a cultura. Isso fomenta e embasa uma discussão que favorece a análise profunda de especificidades de um contexto, que considera suas complexidades. Ressaltamos que é possível direcionarmos-nos pelo viés da singularidade, em correlação com o repertório histórico e cultural, a partir do qual o sujeito se constitui via linguagem, em sua materialidade. Desse modo, a análise do discurso de orientação psicanalítica, tomada nos referidos aspectos, construtos e articulações, pode favorecer uma profunda e ampla compreensão dos fenômenos, na medida

em que abarca dois vieses correlacionados: 1) o dos lugares subjetivos singulares; 2) o dos lugares discursivos ou sociais.

Destarte, sustentamos que um percurso estabelecido a partir da singularidade, congruente com a perspectiva clínica, permite-nos compreender o caso, o sujeito ou a situação analisada, voltando-nos para suas especificidades, para além dos binarismos que se circunscrevem nos discursos institucionais e sociais pela via imaginária. Nas instituições educacionais, isso se dá, por exemplo, no paradigma dicotômico que se institui nos discursos referentes ao aluno adaptado ou não, à família adequada/estruturada ou não ou ao bom ou mal educador. Adotar a perspectiva clínica no trabalho de pesquisa implica, para além de referências imaginárias, compreender as especificidades de cada circunstância ou contexto, que estão atravessadas, também, por aspectos específicos da situação de pesquisa e pelos encontros propiciados nesse processo. Portanto, acreditamos que a postura clínica na condução da pesquisa e na análise dos dados nos permite trabalhar com base na primazia do significante, em detrimento do sentido preestabelecido, o que pode ser tomado como fundamento crucial da ética psicanalítica, como temos buscado sustentar.

Especificamente no caso da família, foco de nosso estudo, notamos uma sobrecarga de conteúdo relacionada à parentalidade, especialmente, em modelo totalizante e idealizado nos discursos, constituindo modelos maciços de identificação, que fixam os sujeitos em narrativas predeterminadas. Entendemos que, tanto a psicanálise, em sua intercessão com a linguística, da qual decorre o conceito de discurso, quanto a análise do discurso, por sua base no marxismo e avançando para articular construtos psicanalíticos, nos esclarecem que o discurso, mesmo que permeado pela lógica imaginária de identificações com imagens, é, não só composto e atravessado também por furos e falhas, mas constituído como tal por eles, que operam com aberturas para diversas possibilidades de articulações discursivas e, portanto, significações e posicionamentos subjetivos. Assim, se a psicanálise toma essa ideia para assentar a constituição subjetiva como uma operação que se dá como uma articulação significante e não de significação, ou seja, não unitária, o materialismo histórico apresenta a ideia de furo no discurso pela própria acepção de ideologia, concebida pela noção de arranjos narrativos que conservam espaços lacunares (Chauí, 1981).

Lamberte (2024) relata sobre a promulgação, na análise do discurso, de intercessões entre o materialismo histórico e a psicanálise, estabelecidas com vistas a constituir quadros metodológicos para a formalização de dispositivos analíticos de leitura dos discursos, além da localização e da discriminação dos sujeitos envolvidos em diferentes práticas sociais. Nessa

perspectiva, se temos, de um lado, a análise do discurso, composta por um repertório teórico-metodológico da linguística e reconhecida como uma ciência estruturalista, de outro, a psicanálise, em muitas circunstâncias situada à margem do modelo científico, constitui, a partir da concepção do inconsciente, um método clínico, apresentando uma chave de leitura preliminar que pode tratar dos limites entre o discurso e o inconsciente, como defende a autora.

Citamos Gaspard *et al.* (2010), em busca de construir fundamentos para nossa análise de dados, aplicando os construtos da análise do discurso capazes de delinear direções para a aplicação do método clínico na pesquisa psicanalítica. Os autores argumentam que a referência ao chamado sujeito da enunciação, que é o sujeito do inconsciente, constitui o fundamento de um trabalho clínico de tratamento dos dados. De maneira mais pormenorizada, eles verificam que o discurso comporta o enunciado e a enunciação. O enunciado diz respeito à amarração significativa que produz um sentido, considerando “suas ancoragens, os seus desvios, das suas insistências, suas repetições, os seus escapes”, tendo relação com a “repetição significativa, em sua versão semântica e sintática” (Gaspard, *et al.*, 2010, p. 370). A enunciação, por sua vez, refere-se ao que fica escondido na fala, de onde emerge, de maneira evanescente, o sujeito do inconsciente, já que o acessamos via manifestações, que se fazem em acidentes discursivos. Assim, conforme os autores, a análise do discurso como método remetido à psicanálise deve destacar a distinção entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, que compreende e atenta para as rupturas e descontinuidades, lapsos, interjeições e tropeços languageiros, para além do enunciado, portanto. Gaspard *et al.* (2010), discorrendo sobre o foco no sujeito do inconsciente e o interesse pronunciado às rupturas e descontinuidades introduzidas no processo de enunciação, delineiam a presença de dois tipos de acidentes discursivos: as mudanças do discurso que podem ser produzidas no âmbito do encontro clínico e as descontinuidades da cadeia significativa ao longo do discurso. Assim, ao relatarem a aplicação de entrevistas clínica de pesquisa, os autores reforçam a ênfase que deram à mudança de entonação, de direção discursiva, bem como às rupturas e descontinuidades, sobretudo marcadas por lapsos, interjeições e/ou tropeços languageiros. Os autores consideram que é notoriamente propício que uma entrevista clínica, contando com um entrevistador psicanalista, possa abrir essa alavanca para a enunciação. A partir dessas pontuações, defendemos que o pesquisador que utiliza a entrevista como recurso metodológico, sendo conduzido pela ética psicanalítica, poderá manejar os desvios e os percalços que surgem pelo caminho, recolhendo os acidentes do discurso como nuances fundamentais no processo de pesquisa, já que eles são capazes de trazer à tona o sujeito do inconsciente.

Consideramos os parâmetros apresentados por Gaspard *et al.* (2010) fundamentais para direcionar a análise de dados, por isso buscamos adotá-los em nossa pesquisa. Na visão pressuposta neste trabalho, enfatizamos as vozes e os lugares nos discursos, a partir de uma posição em relação ao saber, entendido como o efeito de uma construção própria de sentido, a partir de significantes disponíveis no campo social. Sustentamos que tal perspectiva transcende aquela de base científica positivista, que separa sujeito e objeto sob a ótica da individualidade do ser humano, dividindo também singular e universal, bem como psíquico e social. No ponto de vista da psicanálise, o sujeito constitui-se no campo da linguagem e, portanto, social. É por isso que, concernente ao método clínico, quando aludimos à noção de singularidade ou remetemos ao que é particular, não restringimos nosso foco ou nossa análise ao espectro da individualidade, uma vez que a concepção de subjetividade não é restrita ao indivíduo humano, como concebido na ciência positivista. Assim, alcançamos também aspectos relacionados às contingências contextuais, que também fazem parte da análise da pesquisa em psicanálise, que abarca tais parâmetros na medida em que implica em uma visão abrangente da subjetividade, constituída no Outro da linguagem, que é cultural e/ou social.

Na realização de nossa pesquisa de campo, tanto na conversação quanto na entrevista, tínhamos o intuito de depreender além do que é enunciado, do discurso construído e direcionado dentro dos objetivos que são propostos, com atenção também ao que escapa, algo do real que não se representa, podendo surgir como mal-estar inclusive. Então, para compreensão e análise dos procedimentos e dos relatos, buscamos considerar e valorizar os significantes presentes nos discursos, suas articulações, repetições, bem como os lapsos de linguagem, e não somente os sentidos produzidos e conscientemente organizados. Os atos falhos, os chistes, por exemplo, como manifestações inconscientes, são importantes pistas de como o sujeito lida com a temática que narra.

Esclarecemos que as conversações e entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas e, partindo desses registros, procedemos à análise, que, posteriormente, articulamos às acepções teóricas enfocadas nesta pesquisa, de forma a levantar pontos para responder às nossas questões de investigação, relativas às especificidades das famílias brasileiras e aos seus ideais. Para o trabalho com os dados, na perspectiva que adotamos, não se trata de atentar ao que literalmente se diz, mas da escuta ao que fica submerso e da consideração também à contingência da fala, conforme condições do relato, contemplando seus aspectos transferenciais, referentes, inclusive, ao manejo do pesquisador da escuta e da circunstância na qual estão envolvidos ele e quem escuta, durante os procedimentos realizados. Assim, interessa-nos menos a realidade

factível e mais os discursos produzidos na oportunidade da pesquisa e a leitura de manifestações inconscientes. Como nos adverte e instrumentaliza a perspectiva psicanalítica e pode ser corroborada pela análise do discurso com esse viés, a realidade que consideramos e é objeto de nosso enfoque é a realidade psíquica, circunscrita por uma rede simbólica e imaginária tecida com as referências contextuais e, portanto, fortemente marcada pelas contingências históricas sociais, mas que não corresponde a elas diretamente, mas à maneira inconsciente como são incorporadas. Sigamos, então, no próximo capítulo, com a elucidação sobre a família, na perspectiva social e histórica, com enfoque no contexto brasileiro, a fim de compreender as circunstâncias que influem nas dinâmicas subjetivas.

2 FAMÍLIA NA PERSPECTIVA SOCIAL E HISTÓRICA

Neste capítulo, trazemos uma contextualização sobre a temática da família, na perspectiva social e histórica. O texto é principiado com uma breve discussão sobre o conceito de família e segue com as acepções de Ariès (2017) sobre a formatação da família moderna. Posteriormente, discorreremos sobre as famílias no contexto brasileiro, elucidando leituras historiográficas sobre o tema e características das famílias brasileiras ao longo do tempo até a atualidade.

2.1 Sobre o conceito de família

Recuperado por Azeredo (2020), Engels aponta que o termo família tem sua origem na expressão latina *famulus*, que significa “escravo doméstico” e que designava os escravos que trabalhavam de forma legalizada na agricultura familiar de tribos situadas onde, atualmente, localiza-se a Itália. O autor elucida que, com o desenvolvimento de sociedades mais complexas, o termo foi incorporado ao Direito da Roma Antiga e, naquele contexto, a expressão família natural – referente ao grupo formado apenas por um casal e seus filhos, a partir da relação jurídica do casamento – era utilizada para delimitá-la em oposição aos clãs, que se configuravam a partir da relação de parentesco com um ancestral comum e eram caracterizados por maior volume e extensão de seus membros. A chamada família natural, posteriormente, foi cooptada pela Igreja Católica, com o estabelecimento do casamento como instituição sacralizada e indissolúvel, além de único formador da família cristã, modelo que ultrapassou milênios e é marcante até os dias atuais.

É válido citar que, ao consultarmos a literatura historiográfica sobre a família ocidental, é possível encontrar, em diferentes contextos, variações entre grupos menores, formados por pessoas com relações de parentesco, em oposição a grupos mais extensos, que abarcam, além de pais e filhos, agregados ou parentes distantes. No período medieval europeu, por exemplo, podemos localizar a família ou *mesnie* com composição mais restrita – cuja configuração pode ser aproximada à família natural da Roma Antiga ou à família nuclear típica da Modernidade na Europa –, em oposição à linhagem, que estendia seu alcance aos descendentes de um mesmo ancestral, com funcionamento semelhante aos clãs da Roma Antiga (Azeredo, 2020; Ariès, 2017). De forma correspondente, na historiografia brasileira, identificamos as famílias patriarcais características do período colonial, cuja configuração era mais abrangente, parecida

com a linhagem europeia da Idade Média ou com o clã da Roma Antiga. Veremos, ao longo desta explanação, como as chamadas famílias patriarcais brasileiras representam um modelo inerente a certa lógica colonial, predominante nos processos de construção da sociedade brasileira, que, devido à colonização, sofreram fortes influências europeias, sentidas até os dias de hoje. Por ora, é interessante apontar como esses dois grupos sociais opostos (mais amplos ou mais restritos) surgem e ressurgem na história ocidental, demonstrando que a organização de grupos sociais de cada sociedade corresponde às suas contingências históricas e contextuais.

Cavenagui e Alves (2018) demarcam a família como uma das principais instituições da sociedade, citando que sua formação se dá a partir dos sistemas de parentesco e de aliança, por meio da combinação de quatro relações básicas: de descendência (ligação entre os pais e os filhos); de consanguinidade (ligação entre irmãos, primos etc.); de afinidade (estabelecida via casamento); e de dependência (estabelecida entre a pessoa de referência e os agregados). Os autores seguem o objetivo de compreender a família brasileira como alvo da seguridade social, portanto a balizam em suas relações formais, com foco na economia doméstica e em suas relações de dependência.

No entanto, notamos que o conceito de família apresenta mudanças ao longo da história, acompanhando as características e transformações da sociedade. No contexto brasileiro, na área do direito – importante para o reconhecimento dos grupos sociais e, por conseguinte, para o alcance de políticas – podemos apreender dos conceitos circunscritos pelos estudiosos da área a intenção em afirmar a família não apenas como instituição jurídica, mas em sua importância social, considerando suas diferentes formas e variações. Visto que a legislação brasileira não apresenta um conceito definido de família, com base e como base das normatizações relativas à temática, os operadores desse campo, a delimitam com ideias que envolvem união, consanguinidade e filiação, mas também convivência, economia comum e relações de afeto, conforme a evolução das noções de família acordadas às mudanças ao longo da história brasileira (Azeredo, 2020; Schuwarten, 2019).

Como o conceito está condicionado à conjunção histórico-social e as normatizações que vão se estabelecendo nesse contexto o acompanham, de forma a convergirem ou divergirem, apresentando tensões, a definição de família, no campo jurídico, e, reciprocamente, nos discursos e nas práticas sociais, é complexa e dinâmica. Contudo, a amplitude dessa delimitação é necessária para a implantação de políticas condizentes com o contexto, de modo a abarcar os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

Com o objetivo de compreender como se constituem as famílias no Brasil e os desdobramentos de seu reconhecimento ou não nos discursos e nas políticas públicas, bem como, reciprocamente, no imaginário cultural, passemos à explanação sobre a família na história ocidental, para, em seguida, situá-la na historiografia brasileira. Dessa forma, será possível verificar em que medida a família acompanha as condições econômicas, políticas e sociais de uma determinada sociedade, bem como suas influências, de acordo com o período, a localidade e o grupo nos quais está inserida.

2.2 Breve histórico da família no ocidente: sentimento de infância e sentimento de família

É válido recorrer às formulações de Ariès (2017) sobre os chamados sentimentos de família e de infância constituídos na Modernidade, para, em seguida, proceder com a revisão da temática na conjuntura brasileira, discutindo suas especificidades. A opção por iniciar o desenvolvimento do tema a partir dessa referência justifica-se no fato de o historiador descrever diferentes formas de sociabilidade desde a Idade Média até a Era Moderna, situando, historicamente, a formação da família e do lugar da criança tal como concebido de forma predominante nos discursos e práticas sociais atuais, ou seja, o modelo tradicional da família nuclear moderna. Assim, apesar de a análise do autor ser enfocada no contexto europeu, trazemos sua discussão considerando as influências das referências europeias nos processos sociais e históricos brasileiros, devido à colonização e à reprodução de seus paradigmas até os dias de hoje.

Entre as teses sobre criança e família sustentadas na obra de Ariès (2017) estão as que tratam sobre a formação da família moderna e do lugar da criança nesse contexto. O autor situa o surgimento da escolarização e argumenta que é somente na Modernidade que se constituem os sentimentos de infância e o de família, distinguidos da vida coletivizada da Idade Média. Esses chamados sentimentos, conforme Ariès (2017), surgem das mudanças na vida privada e na intimidade doméstica, decorrentes dos avanços da industrialização e da consequente entrada da mulher no mercado de trabalho, o que configurou uma nova forma de sociabilidade.

Salles (1977) assinala que o historiador empreende uma argumentação que sustenta a perspectiva do nascimento e fortalecimento relativamente recente do sentimento de família, em oposição a uma ideia corrente de que a família sempre foi o fundamento de todas as sociedades, o que teria sido deslocado e enfraquecido após o século XVIII, pelo progresso do

individualismo liberal. Dessa maneira, a autora observa, a partir da leitura de Ariès (2017), que, ao contrário do argumento da decadência da família pela frequência dos divórcios ou pelo enfraquecimento da autoridade materna e paterna, houve, na verdade, a partir do período moderno, o fortalecimento da família, em decorrência do desenvolvimento de uma densa rede de relações morais, o que lhe conferiu seu peso como instituição social.

Voltando à explanação de Ariès (2017), elucidamos que o autor, para compreensão da vida cotidiana das crianças medievais, a fim de entender se existia uma noção de infância naquele período histórico, combina a análise de representações artísticas, como pinturas e esculturas de crianças, com estudo de documentos históricos, como diários, testamentos e registros de batismo. Ele nota que as obras artísticas retratavam as crianças indistintas em relação às pessoas mais velhas, representando-as como adultos em miniatura. Descreve, ainda, que os registros documentais mencionam poucas informações específicas sobre as crianças, o que reforça a ideia de que, na Idade Média, a infância não era valorizada como uma fase diferenciada da vida. Ariès (2017) observa que essas representações refletem a concepção predominante da época, segundo a qual as crianças eram consideradas parte integrante da sociedade adulta, evidenciando a ausência de uma noção de infância e apontando a falta de investimento afetivo e de atenção dedicados às crianças. Na sociedade medieval, portanto, as crianças eram vistas como miniaturas de adultos e eram tratadas como tal, submetidas às mesmas obrigações e responsabilidades que os mais velhos. O autor também aborda as atitudes em relação à mortalidade infantil na Idade Média, identificando que as altas taxas de mortalidade e a falta de investimento emocional nas relações com as crianças resultavam em uma menor preocupação com a vida e o bem-estar delas. Esclarece que as crianças eram consideradas seres vulneráveis e dependentes, mas sem uma identidade ou status social próprios, argumentando que a ideia de infância, com características próprias e como alvo de ações específicas, desenvolveu-se gradualmente, com mudanças nas práticas educacionais, nas relações familiares e nas representações culturais.

Dessa forma, a análise do contexto medieval, a partir de suas características, manifestações e registros diversos, apontam, de acordo com o autor, que não existia, antes da Modernidade, a noção de infância. Ariès (2017) explora a transição para a sociedade moderna e industrializada, na qual a infância começou a ser valorizada e protegida de maneira destacada, discutindo a influência de fatores como a urbanização, a educação obrigatória e a crescente importância da família nuclear na transformação das experiências infantis. No que diz respeito à imagem de infância, o historiador utiliza fontes literárias e iconográficas para analisar as

mudanças nas representações e nos sentimentos associados à criança ao longo do tempo, identificando a influência de fatores como a religião, a literatura infantil e os ideais românticos, que contribuíram para a construção do imaginário social em torno da criança. Tanto na literatura quanto nas artes visuais, o autor considera que a imagem da criança passou de uma visão adultocêntrica, na Idade Média, para uma concepção mais idealizada da infância, que, com o advento das sociedades modernas, passou a ser considerado um período de vulnerabilidade, inocência e pureza.

Não se pode separar o que Ariès (2017) denomina como sentimento de família do chamado sentimento de infância, uma vez que, na visão do autor, o interesse pela infância é uma expressão particular do sentimento de família. No que se refere a esse sentimento de família, Ariès (2017) o avalia recorrendo à análise iconográfica dos períodos medieval e moderno, concluindo que ele “era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XV-XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII” (p. 143). O autor presume que essa hipótese pode ser associada às observações dos historiadores do direito e da sociedade medieval, que consideram dois grupos sociais distintos, embora concêntricos, nesse período, quais sejam: a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à família conjugal moderna, e a linhagem, que estendia seu alcance a todos os descendentes de um mesmo ancestral. A família, mesmo que não abarcasse toda a sua linhagem, compreendia vários membros e, às vezes, vários casais, que viviam em uma mesma propriedade, agrupando em torno dos pais os filhos que não tinham bens próprios, os sobrinhos e/ou os primos solteiros. A linhagem, por sua vez, não se reunia em espaço comum e tinha como marcas a solidariedade e a indivisão do patrimônio.

É válido mencionar, como pontua Ariès (2017), que essa tendência à indivisão da família, que geralmente durava até duas gerações, foi o que deu origem às teorias tradicionalistas do século XIX sobre a chamada família patriarcal, como veremos na historiografia brasileira sobre família. No ponto de vista do autor, a família conjugal moderna seria a consequência de uma evolução desses dois grupos presentes na sociedade medieval que, no final desse período, sentiram o enfraquecimento da linhagem e das tendências à coesão dos grupos. Nesse sentido, o sentimento de família observado na Modernidade “está ligado à casa, ao governo da casa e à vida na casa” (Ariès, 2017, p. 145), o que não estava presente na Idade Média.

Portanto, o estudo iconográfico apresentado por Ariès (2017) mostra um novo lugar assumido pela família na vida sentimental dos séculos XVI e XVII, com mudanças importantes nas atitudes em relação à criança. O autor observa que, na medida em que modificou suas

relações internas com a criança, a família se transformou profundamente. Ariès (2017) distingue, a partir do século XV, uma transformação lenta e profunda das realidades e, consequentemente, dos sentimentos da família, com influência significativa do estabelecimento da escolarização. O autor narra que, na Idade Média, a educação das crianças fazia-se na prática – de atividades domésticas ou de certo ofício –, junto a adultos com os quais as crianças conviviam, já que elas, a partir de sete anos, eram enviadas para viver com outra família que não a sua. Mas, do século XV em diante, houve uma crescente concentração da educação no espaço escolar, que deixou de ser restrita aos clérigos e estendeu-se como importante dispositivo de introdução da criança na vida social, de forma a auxiliar na passagem para a vida adulta. Assim, naquele momento, havia uma exigência nova: maior rigor moral por parte dos educadores. A escola tinha o papel, por um lado, de proteger a juventude e manter sua inocência e, por outro, de atender a preocupação dos pais de vigiar os filhos e de mantê-los por perto, ao contrário do afastamento característico do período medieval. Para Ariès (2017), a substituição da aprendizagem prática pela escola revela uma aproximação da família e das crianças e a presença do sentimento de família e do sentimento de infância.

O autor aponta que esse processo de escolarização, com tantas consequências para a formação do sentimento familiar, não foi imediatamente generalizado. Ao contrário, alcançou, primeiramente, somente uma parcela da população infantil e a outra parcela continuou a ser educada segundo as antigas práticas de aprendizagem. As meninas, por exemplo, com exceção daquelas que eram enviadas às “pequenas escolas” ou a conventos, eram educadas, em sua maioria, em sua própria casa ou na casa de outras pessoas, parentes ou vizinhos (Ariès, 2017, p. 160). Segundo Ariès (2017), no caso dos meninos, a escolarização estendeu-se primeiro à camada média da hierarquia social para, posteriormente, alcançar a alta nobreza e os artesãos, grupos que permaneceram adeptos à antiga aprendizagem. Entretanto, a conservação da aprendizagem prática nas duas extremidades da escala social não impediu seu declínio. A escola consolidou-se por intermédio da ampliação dos efetivos, do aumento do número de unidades e de sua autoridade moral. A base escolar da civilização moderna foi sendo definitivamente estabelecida.

Nesse contexto, os problemas morais da família apareceram sob um novo olhar, o que, de acordo com Ariès (2017), ficou evidente no caso da permissão em beneficiar um filho, geralmente o primogênito, em detrimento dos irmãos. Esse costume, difundido no século XIII, tinha como objetivo evitar o esfacelamento de um patrimônio cuja unidade não estava mais assegurada pelas práticas de propriedade conjunta e pela solidariedade de linhagem, mas, ao

contrário, ameaçada pela condição de maior mobilidade da riqueza, característica do período. Ocorreu que, a partir da segunda metade do século XVII, os educadores contestaram a legitimidade dessa prática, por considerarem que ela prejudicava a equidade, afrontava um novo valor de igualdade de direito à afeição familiar e ainda era acompanhada de uma utilização profana dos benefícios eclesiásticos, já que os educadores eram também reformadores religiosos. Ariès (2017) indica que podemos localizar aqui o início de um sentimento que resultaria na igualdade no Código Civil, o qual já havia se consolidado no final do século XVIII. O autor afirma que, no começo do século XIX, os esforços para restabelecer os privilégios do filho mais velho chocaram-se com a opinião pública, bastante valorizada. Assim, muito poucos chefes de família utilizavam essa prática, mesmo os da nobreza, que tinham o direito de beneficiar apenas um dos filhos reconhecido por lei. Para Ariès (2017), esse respeito pela igualdade entre os filhos de uma família demonstra um “movimento gradual da família-casa em direção à família sentimental moderna” (p. 162). O autor considera que o novo clima afetivo e moral decorrente do aumento de intimidade entre pais e filhos possibilitou o desenvolvimento do sentimento de igualdade entre as crianças.

Ariès (2017) discute também sobre a mudança no espaço privado moderno, apontando que não havia espaços públicos na sociedade ocidental dos séculos XVI e XVII, mas somente casas particulares ou, ao menos, algumas delas, as grandes casas – rurais ou urbanas, ocupando apenas um andar de um imóvel –, nas quais se desenvolveu o meio cultural do sentimento de infância e de família. O autor descreve que a primeira família moderna foi a de homens ricos e importantes, para a qual os educadores escreveram seus tratados – ensinamentos de condutas e costumes adequados para a época –, com a consequente multiplicação dos colégios. Essa família era a que habitava as chamadas grandes casas, que tinham uma função pública: ser o local de encontro para conversas entre amigos, clientes, parentes e protegidos. É válido destacar que, à época, não havia locais profissionais, portanto as transações comerciais ou ações relacionadas ao trabalho aconteciam nos mesmos cômodos em que as famílias viviam. E os cômodos, com exceção da cozinha, eram menos especializados em rotina doméstica do que profissional, sendo em grande parte interligados e sem função definida. Ariès (2017) aponta a promiscuidade com que as pessoas viviam nas salas dessas casas, já que não havia isolamento e era preciso atravessá-las para chegar aos outros cômodos. Havia grandes ambientes, nos quais as pessoas que habitavam as casas comiam, dormiam, faziam sua higiene, além de acomodarem muitas pessoas e diversos casais.

De acordo com Ariès (2017), no século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, confinando-se em um espaço limitado. Nesse contexto, a organização da casa passou a corresponder a uma nova preocupação com a segurança e a privacidade da família. Outro aspecto importante é que a casa moderna assegurava a independência dos cômodos, fazendo-os abrir para um corredor de acesso e, mesmo quando eles se comunicavam, não se era mais forçado a atravessá-los para passar de um ao outro. Ariès (2017) aponta que os resultados dessa nova forma de sociabilidade são o conforto, a intimidade, a discrição e o isolamento. Assim, a casa refletiu esses novos valores, com a divisão de cômodos por sua utilidade na vida doméstica. Essa especialização dos cômodos da habitação, surgida inicialmente entre a burguesia e a nobreza, foi uma das maiores mudanças da vida cotidiana familiar, segundo o autor. A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço mais apropriado para a intimidade, que correspondeu à necessidade da família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluía os criados, os clientes e os amigos, diferente do que acontecia no período anterior.

Ariès (2017) conclui que, entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII na Europa, a criança havia conquistado um lugar junto a seus pais, o que se constituiu como um grande acontecimento desse período, que caracterizava a família do século XVII e a distinguia das famílias medievais. Nesse contexto, a criança tornou-se um elemento indispensável da vida cotidiana familiar e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. Mesmo não sendo, ainda, o pivô de todo o sistema, ela se tornou uma personagem muito mais consistente no grupo familiar. Entretanto, essa família do século XVII descrita por Ariès (2017) era ainda diferente da família moderna. Se ela existia nas grandes casas, que era um centro de relações sociais, de uma pequena sociedade complexa e hierarquizada, comandada pelo chefe de família, a família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe o grupo solitário dos pais e filhos à sociedade. A energia do grupo é investida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva. Ariès (2017) apresenta a “evolução dos últimos séculos como o triunfo do individualismo sobre as obrigações sociais, entre as quais figurava a família” (p. 191). Para o autor, a família tornou-se uma sociedade fechada, onde seus membros gostavam de permanecer, e que é evocada com prazer nos registros históricos consultados, o que o leva a afirmar: “não foi o individualismo que triunfou, foi a família” (Ariès, 2017, p. 191).

É importante ressaltar que, de acordo com Ariès (2017), essa transformação da família medieval para a família do século XVII e, posteriormente, para a família moderna, limitou-se, por muito tempo, aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Ele pontua que,

ainda no início do século XIX, uma grande parte da população mais pobre e mais numerosa vivia de forma semelhante às famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais e sem a presença do sentimento da casa, que era uma faceta do sentimento de família. O autor pondera que, a partir do século XVIII até dias mais recentes, o sentimento de família modificou-se muito pouco, permanecendo o mesmo que o observado nas burguesias rurais ou urbanas do século XVIII. Por outro lado, se estendeu cada vez mais a outras camadas sociais, afirma o autor, ao analisar contextos europeus.

Assim, Ariès (2017) discorre sobre o nascimento e o desenvolvimento do sentimento de família, desde o século XV, sustentando que, até o século XVIII, ele não havia destruído a antiga sociabilidade, já que se limitava às classes abastadas, dos homens ricos e importantes do campo ou da cidade, da aristocracia ou da burguesia, artesão ou comerciante. A partir do século XVIII, o autor observa a extensão desse sentimento a todas as camadas e sua imposição às consciências. Salles (1977) resgata a construção da história da família burguesa empreendida por Ariès, esclarecendo as diferenças e a não correspondência entre esse processo de formação e aquele ocorrido nas classes populares, nas quais o processo se desenvolveu posteriormente. A autora considera a construção explorada por Ariès e a referência às diferenças sentidas entre classes distintas como as principais contribuições do historiador para a compreensão da rede de relações geradas pela família. Salles (1977) observa que esse descompasso sinaliza a necessidade de reflexões sobre o processo de formação do sentimento de família também nas camadas populares e o seu significado para essas classes na nova configuração social.

Nesse mesmo sentido, podemos notar, na historiografia brasileira sobre a família, que sempre existiram diferentes modelos de organização de grupos sociais, assim como na história ocidental mais geral, da qual faz parte. Porém, os diferentes modos de organização nem sempre foram reconhecidos, contemplados em termos de representação e representatividade, o que justifica a pertinência de um estudo sobre a temática, buscando enfocar as especificidades do contexto brasileiro. Suspeitamos, e é nesse sentido que direcionamos nossa fundamentação neste capítulo, que isso se deve ao domínio de grupos hegemônicos marcantes no processo histórico brasileiro, fortemente influenciado pela colonização, o que vamos averiguar com mais cuidado. Isso porque, uma vez que a família é considerada uma célula central para o funcionamento da sociedade, o modo de organização familiar exerce uma função basilar nos processos sociais, de modo a influenciá-los e serem por eles influenciados, de forma a reforçá-los ou subvertê-los. E não é por acaso que Freyre (1933/2003) considera a família o grande

fator colonizador no processo histórico brasileiro. Vejamos como tal ideia pode ser argumentada ou mesmo problematizada, a partir da discussão sobre a família no Brasil.

2.3 Historiografia sobre família no Brasil

Recorrendo à historiografia sobre família no Brasil, desde a fase colonial, podemos notar, basicamente, duas leituras contrapostas. A primeira se estabeleceu por intermédio de escritos na forma de ensaios, situados entre as décadas de 1920 e 1950, visando compreender o processo de formação da identidade nacional, investigando, majoritariamente, as classes dominantes. Essa perspectiva objetivava entender a família na sua relação com o Estado e partia da concepção modelar da chamada família patriarcal, promulgada, principalmente, por Freyre (1933/2003), em sua clássica e reconhecida obra *Casa-grande e senzala*. A estrutura da família patriarcal formada no Brasil Colonial, enfocada por esse eixo de estudo, era centrada na figura do senhor, dotado de poder incontestável sobre aqueles que habitavam a casa-grande e a senzala sob sua égide, aos quais cabia somente obedecer aos seus desmandos. Tal estrutura, nesse ponto de vista, configurou-se como a base sobre a qual a sociedade brasileira se organizou.

A segunda matriz de leitura ou de pensamento sobre a família brasileira foi desenvolvida a partir dos anos 1970, por historiadores que se dedicaram ao estudo do núcleo familiar em si mesmo, utilizando diferentes metodologias, além de novos objetos, temas e problemas. Se a primeira linha utilizou, como fontes históricas, memórias e relatos de viajantes, autobiografias, cartas régias, decretos e atas da Câmara Municipal, os estudos mais recentes incorporaram métodos da demografia histórica, estudos de gênero e o enfoque da economia doméstica, diferenciando-se da perspectiva ensaística anterior. Trabalhando com fontes seriais como, por exemplo, registros paroquiais e listas nominativas de habitantes e partindo da interpretação de inventários post-mortem, testamentos, contratos de casamento e dote, os estudiosos dessa segunda matriz pesquisaram a família, a composição de domicílio, a nupcialidade, a fecundidade e o equilíbrio entre os gêneros (Samara 1997, 2002; Muaze, 2011, 2016; Scott, 2009).

Muaze (2016), assim como Samara (1997, 2002) e Scott (2009), pontuam que esses historiadores encontraram modelos de organização familiar que não contavam com estrutura numerosa nem eram compostas por parentes, agregados e escravos submetidos ao poder absoluto do chefe da casa, como descreveu Freyre (1933/2003) ao caracterizar o modelo

patriarcal. Ao contrário, foram observados diferentes tipos de famílias, como aquelas chefiadas por mulheres, compostas por maior ou menor número de filhos, unidas por casamentos legais ou concubinatos. Assim, ao averiguarem diferentes configurações familiares presentes no Brasil desde o período colonial, os estudos mais recentes sustentaram uma crítica ao modelo que foca na família patriarcal, já que ele não é tão representativo da organização social brasileira como parecia ser, restringindo a análise a uma única realidade observada.

Além do estabelecimento da crítica à centralidade do patriarcalismo na constituição da sociedade brasileira, outra consequência desse novo olhar dos historiadores sociais e demógrafos sobre a família foi a ampliação dos temas de pesquisas. Muaze (2016) cita Iracy Del Costa, Mariza Corrêa e Eni Samara como precursoras desses trabalhos que foram sendo consolidados na historiografia brasileira como uma crítica e ampliação da primeira leitura aludida sobre família. Antes mesmo de trazer mais elementos da crítica ao viés de leitura que vigorou até os anos 1970 na historiografia brasileira, que resultou em uma matriz que visava abranger diferentes formatos de família que foram se formando ao longo da história, propomos discorrer, de maneira um pouco mais pormenorizada, sobre a chamada família patriarcal e sua função, na visão daqueles que iniciaram o estudo sobre a família no Brasil. Trata-se de um entendimento importante para a compreensão do estabelecimento e da perpetuação de certas mentalidades, até mesmo para possíveis esclarecimentos sobre o reconhecimento social ou não das diferentes apresentações da família.

2.3.1 Historiografia brasileira com foco na família patriarcal

As leituras de Freyre (1933/2003) e de outros estudiosos que se baseiam nessa mesma linha de pensamento, ou seja, com foco no modelo patriarcal, influenciaram significativamente os estudos históricos brasileiros sobre família, sustentados pela ideia de que ela seria o grande fator colonizador do Brasil. Muaze (2016) cita os seguintes intelectuais que se inserem nessa vertente de pensamento sobre a história da família no Brasil: Oliveira Vianna (*Populações meridionais do Brasil*, de 1920), Gilberto Freyre (*Casa-grande e senzala*, 1933), Sergio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, de 1936), Alfredo Ellis (*Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, de 1936), Cassiano Ricardo (*Marcha para oeste*, de 1940), Caio Prado Jr. (*Formação contemporânea do Brasil*, de 1942), Alceu Amoroso Lima (*Voz de Minas*, de 1945) e Antônio Cândido de Mello e Souza (*The brazilian family*, de 1951).

Conforme Muaze (2016), esses pensadores da primeira metade do século XX, embora tivessem diferentes perfis, a depender da temporalidade e da região focalizada, de modo geral, consideravam a família como unidade colonizadora, na medida em que condensava as três raças formativas da nacionalidade brasileira – brancos, negros e indígenas –, na conjuntura de uma sociedade escravista e patriarcal. A autora aponta que Gilberto Freyre e Antônio Cândido apresentaram as famílias senhoriais das áreas monocultoras do Nordeste, mais especificamente nas casas-grandes dos engenhos pernambucanos e baianos, enquanto Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis destacavam os grupos familiares dos bandeirantes, as casas de taipa e palha, o nomadismo e os diferentes costumes dos paulistas. Por sua vez, coube a Alceu Amoroso Lima a discussão sobre o contexto mineiro, com a defesa da miscigenação como formativa dos valores culturais e familiares dessa região. No entanto, ressalvadas as especificidades apontadas por cada autor, há consenso entre eles no que se refere ao patriarcalismo como marca central da sociedade brasileira.

Freyre (1933/2003) sustenta a importância da casa-grande e da senzala presentes no regime colonial escravocrata na formação sociocultural brasileira, enfatizando a miscigenação entre brancos, principalmente portugueses, escravos negros das várias nações africanas e diferentes povos indígenas que habitavam o Brasil. O autor faz um elogio a essa miscigenação, defendendo que ela teria constituído as famílias e a identidade brasileiras, por excelência, já que não ocorreu apenas no plano da reprodução sexual, mas principalmente na cultura. Frequentemente, a obra de Freyre é reconhecida por apresentar um longo compilado de informações sobre as culinárias, os hábitos e as línguas que compuseram o que se poderia chamar de uma cultura brasileira (Freyre, 1933/2003; Menezes, 2000; Meucci, 2006). É válido destacar que Freyre (1933/2003) buscou uma desmistificação da noção de determinação racial na formação de um povo, ideia marcante na época de sua escrita, uma vez que enfatizava a importância dos fatores culturais e ambientais. Ao demarcar os elementos da formação cultural brasileira oriunda dessa mistura entre distintas culturas, o autor refutou a ideia de que a miscigenação teria resultado em uma raça de menor valor, como sustentado por alguns contemporâneos seus (Menezes, 2000; Meucci, 2006).

O sociólogo faz descrições detalhadas sobre o que era a vida na casa-grande, uma inovação nas análises sociais da época, como aponta Cardoso (1933/2003), no prefácio da 48ª edição do livro de Freyre (1933/2003). Assim, sua sociologia incorporava a vida cotidiana e não apenas a vida pública ou o exercício de funções sociais definidas (do senhor de engenho, do latifundiário, do escravo). Cardoso (1933/2003) comenta que, nos anos 1930, era inusitado

descrever a cozinha, os gostos alimentares, a arquitetura e, sobretudo, a vida sexual, fornecendo ao leitor um cenário da vida privada. Freyre (1933/2003), portanto, descreve, em estilo de ensaio e de forma precursora, a vida privativa das casas-grandes e das senzalas – da primeira, principalmente, e da segunda como fazendo parte da casa-grande –, no período colonial, defendendo que esse modo de organização social e política, chamado patriarcalismo, foi definidor do modo como a sociedade foi se organizando, mesmo depois do período colonial e da abolição da escravatura, com efeitos até os dias atuais em sua leitura. No ponto de vista de Freyre (1933/2003) e de outros teóricos dessa linha, a família – e não o indivíduo ou o Estado – é considerada a base da estruturação da sociedade colonial e o verdadeiro fator colonizador do Brasil, visto que exercia a justiça, controlava a política, produzia riquezas, ampliava territórios e imprimia o ritmo da vida religiosa, o que teria moldado a formação do povo brasileiro (Freyre, 1933/2003; Muaze, 2011; 2016; Scott, 2009).

Freyre (1933/2003) explicita que a própria arquitetura da casa-grande expressaria o modo de organização social e política, uma vez que sua estrutura era capaz de incorporar os vários elementos que compunham a propriedade fundiária do Brasil Colônia. Do mesmo modo, o patriarca proprietário da terra, que era um homem branco, era dono de tudo que nela se encontrava: escravos, parentes, filhos, esposa, amantes, padres, políticos. O autor especifica que a casa-grande corresponde ao sistema patriarcal da colonização portuguesa do Brasil, que foi um sistema adaptado à imposição imperialista de formas europeias já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador e também ao meio tropical, o que resultou em sua atualização, de acordo com as novas condições de vida e de ambiente.

É válido ressaltar que, na visão de Freyre (1933/2003), os hábitos portugueses, dos povos indígenas e dos africanos teriam se mesclado em função de um ambiente familiar característico desse sistema patriarcal. Para o autor, se comparados aos demais europeus, os portugueses foram mais maleáveis e plásticos, admitindo misturas com outras culturas, ao contrário de práticas que poderiam extirpar a cultura do povo dominado. E mesmo que o autor reconheça a violência imposta pelo processo de colonização, descrevendo-o em sua obra, ele não o fez em caráter de denúncia, a partir de uma visão negativa, mas valorizando a cultura negra como uma das bases da cultura brasileira e destacando a mestiçagem nos processos culturais do país. Cardoso (1933/2003) pontua que a visão de mundo patriarcal do autor assume a perspectiva do branco e do senhor, uma vez que expressa ar nostálgico acerca de um período penoso para os ancestrais escravizados de maior parte dos brasileiros, como apresentado também por Slenes (1999). Sobre isso, convém destacar que Freyre (1933/2003) analisou o

cotidiano do Brasil colonizado, comparando-o com os processos de outros países nos quais viveu, experiências que serviram de base para suas comparações, como refere o próprio sociólogo em seus posicionamentos. Sua residência e escolarização nos Estados Unidos, por exemplo, favoreceram sua concepção acerca da questão racial no Brasil, que ele considerou mais pacífica e menos separatista, se comparada ao movimento negro estadunidense (Menezes, 2000; Meucci, 2006; Pallares-Burke, 1997).

Um aspecto importante a se destacar é a submissão das mulheres negras escravizadas aos desejos e mandos do senhor branco e de seus dependentes, naquele contexto, inclusive no que se referia às práticas sexuais. Freyre (1933/2003) descreve que tal costume culminou na miscigenação pela via da reprodução, já que as frequentes, comuns e aceitas relações sexuais entre brancos senhores e negras escravizadas resultavam em filhos não reconhecidos pelos senhores, e, ainda, viabilizaram a mistura cultural e a construção de uma imagem dos negros escravizados relacionada à promiscuidade. Voltaremos a esse ponto, mas aqui é mister mencionar que o tema mobilizou inúmeros debates posteriores (por exemplo, Slenes, 1999), na medida em que motivou um olhar para as famílias escravizadas, o que permitiu problematizar essa imagem que acabou se tornando um estigma. Nesse mesmo sentido, a visão freyriana é questionada pela vertente teórica da colonialidade, que denuncia a violência configurada pela colonização (Quijano, 2000; Mignolo 2003; 2017). Embora essa linha de pensamento conceba, assim como Freyre (1933/2003), a influência central do regime patriarcal na história e nas configurações sociais das colônias, ela o faz com o propósito de estabelecer uma crítica a esse regime, ao passo que Freyre se concentra em entender sua influência.

Um importante eixo basilar do livro de Freyre (1933/2003), que lhe serve de título, é a separação entre casa-grande e senzala. Apesar de os escravos estarem bem inseridos na vida e no cotidiano dos senhores, parentes e agregados, isto é, na casa-grande, eles estavam à mercê de quem serviam, submetidos ao seu poder. Na perspectiva do autor, essa é a forma pela qual se forjou o desenvolvimento do Brasil, com o poder político, econômico e social na casa-grande, enquanto os escravos ficavam na senzala, desprovidos de direitos e sujeitos aos desmandos dos senhores, o que se reproduz até atualmente entre os descendentes desses grupos, no ponto de vista do autor. Um dos antagonismos presentes em sua explanação é aquele estabelecido entre aceitos e relegados socialmente. Na leitura de Freyre (1933/2003), casa-grande e senzala era um contraste de um mesmo povo, constituindo um núcleo que acarretaria profundas consequências sobre a teia da sociedade brasileira, na medida em que a cultura de mandar da casa-grande acompanharia os seus sucessores mesmo após a abolição da escravidão,

em 1888. Portanto, para os autores representantes dessa linha de pensamento, a forma como socializamos e os antagonismos entre classes podem ser explicados e entendidos pelo nosso passado colonial. Nesse sentido, colocaram a família no centro do debate, considerando-a a base da estruturação de uma sociedade direcionada pelo patriarcalismo, que moldou a formação do povo brasileiro, com efeitos até os dias atuais.

2.3.2 Família na perspectiva da história social e demográfica brasileira

Scott (2009), corroborando com a leitura de outras autoras que enfocam os diferentes formatos de família além do circunscrito no modelo colonial patriarcal, como Samara (1997, 2002) e Muaze (2011, 2016), nota um avanço da história social, na década de 1970, que trouxe novo vigor para o estudo da família, demarcando uma diversificação temática, com a incorporação de análises sobre a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento, o concubinato e a transmissão de fortunas. A autora destaca, ainda, que, na década de 1980, o estudo da família negra surgiu com mais força, ligado à reflexão sobre a questão escravista.

Samara (1997) considera que a produção historiográfica sobre a família que se sobressaiu até os anos 1980 usou claramente um viés de poder para entender sua importância na sociedade e restringiu a contribuição dos historiadores neste campo. A autora narra que os anos 1950 e 1960 foram marcados pelo início de uma revisão nas teorias formuladas sobre a família brasileira, que até então haviam buscado as bases patriarcais da sociedade e certo entendimento das relações sociais e raciais. Os estudos mais recentes, entretanto, tiveram a preocupação com os aspectos regionais, de classe e de verificação das mudanças que estavam ocorrendo na sociedade. Assim, ao tema do patriarcalismo, foram acrescentados tópicos como o papel da mulher, por exemplo, não restrito à sua exclusão e à sua submissão, mas contemplando suas formas de integração à sociedade e aos núcleos domésticos. Para a autora, esse foi um primeiro momento de ruptura com a imagem convencional estabelecida para a mulher brasileira.

Na visão de Samara (2002), antes dos estudos da segunda metade do século XX, conhecíamos pouco sobre o perfil da família brasileira, já que a literatura ficou focada apenas no modelo patriarcal. A autora mostra que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram predominantes, sendo mais comuns aquelas com estrutura mais simples e com menor número de integrantes. Samara (2002) considera que a descrição de Freyre (1933/2003) foi utilizada de forma inapropriada e deve ser reelaborada nos estudos sobre família, levando em conta

temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, gênero e movimentos da população. A autora observa que, a partir dos anos 1970, houve uma retomada decisiva da família como objeto de análise, com o privilégio de categorias sociais específicas, visando ao entendimento da dinâmica da sociedade brasileira, especialmente após o período colonial. As pesquisas, utilizando-se de novos métodos de análise e de novos aspectos referentes à estrutura familiar, encontraram, então, divergências e similaridades em relação ao modelo genérico de família no Brasil, chamado patriarcal, antes avaliado de forma exclusiva. Os resultados desses novos estudos revelaram, de acordo com a autora, a impossibilidade de conceber uma única imagem de família aplicável aos vários segmentos sociais. Assim, foram observados arranjos familiares alternativos, concubinatos e participação mais ativa das mulheres nos processos sociais, o que divergia do ideal concebido no modelo de família patriarcal. A partir dessas análises, Samara (1997) sustenta a discussão das matrizes ideológicas impostas nos trabalhos clássicos do início do século.

Conforme Samara (1997), o processo de revisão dos grandes mitos e arquétipos sobre a sociedade brasileira levou aos estudos realizados na década de 1980, marcados por maior pluralidade no que se refere às concepções de família. A discussão do patriarcalismo, nessa fase, vem acompanhada da ideia de mudanças na sociedade brasileira pós-colonial, sedimentando a aceção da multiplicidade de modelos familiares e de um sistema patriarcal modificado. Segundo a autora, em alguns trabalhos que seguiam essa linha de pensamento, o patriarcalismo é considerado um modelo ideológico e os estudos voltam-se para sua penetração nos vários segmentos sociais, ao longo da história brasileira. Samara (1997) ressalta a imprecisão desse grande modelo ideológico de família, considerando as especificidades regionais apontadas por diferentes autores, e citando diversas pesquisas que abordaram questões nesse sentido, inclusive referentes ao poder e vida familiar das mulheres.

Samara (1997) aponta que, também nos anos 1990, algumas vertentes de estudo entenderam a necessidade de analisar o patriarcalismo como modelo ideológico do comportamento social dos brasileiros. Pondera que esses trabalhos analisam a legislação civil e as reformas em relação à família, concluindo seu caráter conservador. A autora cita pesquisas que ilustram como ocorreram mudanças nas imagens de família, ao longo do tempo, porém, em contrapartida, alude a atitudes que conduziram à desintegração e à exclusão de certos segmentos da sociedade. Nesse contexto, as classes mais pobres possuíam suas próprias instituições, apartadas da sociedade ordenada, como o candomblé, as fraternidades religiosas, as favelas e as associações de carnaval. Cabe mencionar, quanto à legislação referente à família e seu caráter

conservador aludido pela autora, que, de fato, a legislação não acompanhou a pluralidade mostrada pelos estudos mais atuais sobre família no país, o que acaba por demonstrar as determinações ideológicas presentes na sociedade, refletidas no campo do direito (Alves, 2014; Azeredo, 2020; Schuwarten, 2019).

Samara (1997) alude, ainda, que alguns estudiosos mostraram diferenças acerca das relações entre as culturas branca e negra, observando relações clientelísticas e paternais e outras que mantiveram distanciamento, sendo que, nesses casos, especialmente a cultura dos escravos permaneceu exótica e independente. Do mesmo modo, examinando populações indígenas e brancas, é possível encontrar autores que demonstram uma desintegração de culturas diferentes, como um processo de exclusão e diferenciação social, o que se opõe à leitura proposta por Freyre (1933/2003) e seguidores de sua linha de pensamento, que enfatizaram a integração e a aculturação social, nos quais o paternalismo estabelecia relações clientelísticas. Samara (1997) defende que o fato de uma parte das classes ser alijada dos processos de exclusão social a compelia a agir com indiferença às normas e procedimentos institucionais – da Igreja, dos governos e dos poderes locais –, o que pode ser interpretado como rebeldia e insubmissão, entendendo-as como formas próprias de organização. É nesse sentido que a autora considera o celibato, o concubinato, a mancebia e os filhos ilegítimos como uma forma de resistência, em um contexto em que a Igreja e os governos locais estavam distantes das necessidades cotidianas do povo. Contudo, a autora indica também que uma parte dos segmentos excluídos procurou e conseguiu integrar-se ou identificar-se com as camadas dominantes, até como estratégia de mobilidade social.

Dessa maneira, é possível conceber que, para compreender as especificidades das famílias brasileiras, inclusive nos tempos atuais, é fundamental debater sobre o caráter ideológico da centralidade e da hegemonia de determinado modelo familiar ou mesmo do viés paternalista e clientelista da aculturação social, no processo de colonização brasileira, como recomenda Samara (1997; 2002). Portanto, antes de entrarmos com mais elementos na discussão sobre as características das famílias brasileiras, especialmente na atualidade, buscando entender em que medida se dão suas transformações, propomos uma discussão sobre nosso posicionamento no que se refere aos estudos históricos sobre família no Brasil. Posteriormente, então, buscaremos verificar, de forma mais detalhada, o que os trabalhos mais recentes mostram sobre as características das famílias no Brasil do período colonial e, sobretudo, pós-colonial.

2.3.3 Reflexões acerca de possíveis leituras sobre família da historiografia brasileira

Muaze (2011; 2016) e Almeida (2001) propõem que as duas leituras predominantes da história da família no Brasil não são conflitantes e podem ser complementares. Almeida (2001) discute sobre os elementos metodológicos de seus estudos, mencionando pressupostos de uma postura adquirida ao realizar outros trabalhos na área das ciências humanas. A autora cita que a história tradicional sempre apontou a existência de civilizações antigas, circunscritas a períodos históricos e a espaços geográficos determinados. No entanto, a partir do século XVI, a instalação do circuito mercantil mundial conectou diferentes lugares, mas isso não fez com que a história passasse a caminhar linearmente em todos os continentes. Para a autora, os elementos culturais combinados com a lentidão com que as tecnologias se generalizam produzem um descompasso, que é a matéria prima da história. Esclarece que “a vida material, fundada em processos econômicos através dos quais as classes sociais locais se inter-relacionam, evolui de forma lenta, com uma cronologia irregular” (Almeida, 2001, p. 1). Dessa forma, desde o estabelecimento desse circuito mercantil mundial, a história terá que ser apreendida localmente, porém em correlação com a totalidade histórica e geográfica. A autora defende que cada tema seja estudado em suas especificidades regionais, mas também relacionado com a sua trajetória histórica e com a totalidade do espaço geográfico no qual se insere e com o qual se relaciona, o que se aproxima da proposta de Muaze (2011) de incorporação da metodologia da micro-história.

Muaze (2011; 2016) faz uma reflexão sobre como a temática da família foi trabalhada pela historiografia brasileira e sustenta os ganhos interpretativos da perspectiva da microanálise, somada à ampliação do corpus documental e do universo conceitual. A autora retoma as duas grandes formas de pensar a família que protagonizaram a discussão no campo da história e pontua que os trabalhos mais recentes, realizados a partir da metade do século XX, incluindo os de Samara, já citados, indicaram questões importantes a respeito das estruturas demográficas e da composição dos domicílios durante o período colonial, tendo como *locus* privilegiado as regiões de São Paulo e de Minas Gerais. Conforme Muaze (2011), em linhas gerais, o que prevalece são análises que destacam uma temporalidade e uma região específicas, sem, contudo, perder de vista as reflexões teóricas mais amplas acerca das estruturas familiares no Brasil. A autora defende que há um ganho significativo em trabalhar de forma não excludente com as duas principais matrizes de pensamento da história da família. Segundo ela, as pesquisas recentes, dentre as quais a autora inclui as suas, têm mostrado a viabilidade de

conjugar estudos com diferentes objetivos, na medida em que se altera a escala de observação da análise histórica.

É nesse sentido que argumenta que a micro-história pode ser uma importante aliada para a recuperação do papel social e político dos atores históricos nos contextos familiares e também mais amplamente. No que concerne, sobretudo, às famílias da classe senhorial, Muaze (2011) afirma ser possível perceber, por meio do estudo das trajetórias individuais e das estratégias familiares de seus membros, as relações entre Estado e famílias, entre poder nacional e poder local, entre público e privado, no Brasil oitocentista, que se constitui como seu objeto de pesquisa. Sua metodologia de trabalho, baseada na micro-história, permite acompanhar o fio de um destino familiar, em particular, tendo também em mente a recuperação das mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva, de forma a avaliar um costume de classe que dava aos indivíduos a sensação de pertencimento não só ao seu grupo familiar, mas à classe à qual pertencia. De acordo com Muaze (2011), fazer história da família nessa perspectiva significa apreender as redes mais complexas de sustentação afetiva, cultural e de poder tecidas pelas famílias de um dado grupo social. Para isso, o historiador deve dispor de um leque alargado de fontes que lhe permita adentrar no universo cotidiano e nas relações afetivas tecidas entre os membros da família, para que a análise não fique circunscrita à quantificação de números, mas também privilegie a compreensão das relações sociais e familiares que os dados podem fornecer.

Retomando a família na história, Almeida (2001) sustenta ser esse um tema recente na pesquisa histórica. Mesmo que teóricos clássicos do século XIX, como Johan Jacob Bachofen, Charles Morgan e Friedrich Engels, tenham tratado da história da família, seus textos abordam a questão do tipo de família, nos tempos primitivos e remotos, considerando o que chamavam de barbárie em oposição à civilização. Acreditavam que a sociedade “bárbara” precedeu a família patriarcal do mundo ocidental cristão, que seria marcado pela dominação do *pater familias* e pela propriedade. Almeida (2001) pondera que os referidos teóricos, a partir da mentalidade anticlerical que acompanhava o pensamento progressista e positivista da ocasião, queriam demonstrar, e demonstraram, que a família patriarcal burguesa era apenas uma instituição historicamente determinada. A autora lembra que, quando Freyre (1933/2003) definiu a família patriarcal rural como célula central da formação da sociedade brasileira, dispunha apenas desse tipo de literatura sobre a história da família.

Almeida (2001) demarca que, em termos metodológicos da historiografia, já havia, nos anos 1980, experiências e inspirações diferentes, que incorporaram análises empíricas, até

mesmo quantitativas, influenciando fortemente a construção de uma abordagem histórica do tema da família no Brasil. Assim, em um primeiro momento, os historiadores voltaram-se contra a obra clássica de Freyre (1933/2003), interpretando-a como uma descrição empírica da família brasileira e negando seu caráter patriarcal. Para a autora, a rejeição ao conceito freyriano de patriarcalismo desconsidera que o sociólogo não concebeu um formato único de configuração familiar, mas sim uma mentalidade, que ultrapassava o âmbito da família biológica e institucional, para se aninhar no seio da própria sociedade colonial, com repercussões até os dias presentes. Das constatações de seus críticos, que apontavam a frequência das separações, a ilegitimidade dos filhos e a liderança familiar das mulheres, advém a conclusão de que aquela família patriarcal de Freyre (1933/2003) era um modelo antigo, próprio apenas do Nordeste atrasado, enquanto no Sudeste, por causa das características citadas, teria havido, desde o Brasil Colônia, uma família mais próxima da moderna.

Segundo Almeida (2001), a ideia de mentalidade refere-se ao “nível do cotidiano e do automático, da irracionalidade e dos arcaísmos, da afetividade e do inconsciente, daquilo que um determinado homem tem em comum com outros de sua época” (p. 5). A autora defende que há um nível de mentalidade, daquilo que irrefletidamente une pessoas de classes diferentes em um mesmo contexto histórico nacional, sobretudo se comparada a outros períodos e locais. Para Almeida (2001), o modo de pensar e de agir que Freyre (1933/2003) descreve no âmbito da casa-grande e senzala, imperceptivelmente estendido ao Brasil como um todo, está bem próximo do conceito de mentalidade. Nesse sentido, não se trata apenas dos comportamentos evidentemente diferenciados do senhor e seus dependentes, mas de uma arquitetura mental em que a dominação e a submissão aparecem como intimidade. A valorização de algumas qualidades dos dominados pelos dominantes aparece e é sentida como confraternização, tudo isso contribuindo significativamente para que não apareça uma equivalência entre seres humanos, mas que se forje uma estrutura de comportamentos hierarquicamente tipificados.

Nessa perspectiva, Muaze (2011) faz uma marcação esclarecedora, relativa à diferença entre o conceito de patriarcalismo e de família extensa. Como critérios para essa diferenciação, destaca, além do número de pessoas que coabitavam o mesmo domicílio, a acepção do poder do *pater famílias* (do senhor, no modelo patriarcal) como sinal central do patriarcalismo. O *pater famílias* é um conceito que remete, sobretudo, ao poder pátrio, à autoridade dada aos pais (homens) e aos maridos sobre seus filhos e esposas, característica que ainda prevalece nas instituições familiares, marcando os discursos e políticas relacionadas à temática. A mesma autora clareia que Freyre nunca negou a existência de outros tipos de organização familiar

diferentes dessa muito tipicamente marcada pelo patriarcalismo; apenas não as considerava predominantes na região de Pernambuco e do Recôncavo Baiano, seu objeto de pesquisa. Assim como estudiosos dessa linha de pensamento e a própria autora, o sociólogo trabalhou o patriarcalismo como uma representação de poder familiar, um modelo a ser seguido, no qual os membros constituintes de uma determinada família se pensavam muito mais como parte de um grupo, com tradições e identidades próprias, do que como indivíduos, o que já caracterizaria uma lógica familiar patriarcal.

É interessante mencionar o aspecto referente ao estilo de escrita freyriano, que pode nos auxiliar a pensar em sua narrativa como promulgadora de uma mentalidade, ideia que vai ao encontro das argumentações de Almeida (2001) e Muaze (2011). Detoni (2021) analisa o uso do gênero textual ensaístico, adotado como modelo de interpretação pelos primeiros estudiosos sobre família, da primeira metade do século XX, opção que se constituiu no espaço intelectual por uma demanda de alguma forma de síntese histórica da nação. O autor sugere que o ensaio pode ser uma resposta plausível a tal demanda, com o objetivo de construir uma história das mentalidades. Salienta que a amplitude do tema levou à construção de um programa de pesquisa interdisciplinar, que resultou na abertura de um domínio mais plural de fontes, que não estão mais adstritas ao documento oficial. Nessa visão, não se trata de “uma abordagem sobre o fenômeno objetivo em si, mas sobre a sua representação, o que leva os historiadores a trabalharem com fontes que abrem margem para o conceitual ou para o imaginário” (Detoni, 2021, p. 769). O autor considera que essa disposição da história das mentalidades é compatível com uma das condições de possibilidade para a existência do ensaio histórico, qual seja: o tratamento dos acontecimentos a partir da perspectiva do valor. Na sua compreensão, o fator que legitima o ensaio transcende a prova documental, deslocando-se para a coerência teórica mobilizada.

Parece-nos, então, que os historiadores precursores da temática da família no Brasil identificavam uma lógica predominante, que tem efeitos até os dias atuais. Concordamos com Almeida (2001) quanto à importância de se considerar a leitura freyriana e demais estudiosos, e sua lógica patriarcal para compreensão das famílias e dos processos históricos no Brasil, o que pode auxiliar o debate sobre as questões de classe. Mas acreditamos, como Samara (2002), que podemos e precisamos avançar, a partir dessa leitura, para compreender as especificidades e complexidades das famílias e, ainda, fundamentar uma reflexão crítica sobre as determinações ideológicas do foco em determinado modelo, que continuam a repercutir no cotidiano das pessoas, especialmente daquelas não contempladas nos discursos e nas políticas.

Como vimos com Almeida (2001), Muaze (2011) e Detoni (2021), há uma mentalidade evidenciada na linha de pensamento que discorre sobre o regime patriarcal e tal aceção é compatível com o conceito de ideologia, concebida como um conjunto de ideias que mantêm o *status quo*, “um fenómeno objetivo e subjetivo, involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (Chauí, 1981, p. 18), com potencial para e o objetivo de reproduzir um funcionamento já estabelecido, que pode operar e manter privilégios de um determinado grupo social. É pertinente apontar que a leitura teórica da colonialidade também concebe as nuances ideológicas exploradas na historiografia brasileira sobre família, mas com caráter crítico e central de denúncia às imposições, às violências e às segregações estabelecidas no processo colonial (Quijano, 2000; Mignolo 2003; 2017). Por isso, é importante abarcar esse viés de leitura em nosso trabalho, tendo em vista que a marca do patriarcalismo – concebida como um modelo colonial – é fundamental para compreensão sobre as especificidades das famílias brasileiras e sobre os motivos de os sujeitos pertencentes a elas, incluindo os minorizados, aderirem a um modelo hegemônico de família em seus discursos, mesmo que não correspondentes às suas próprias configurações familiares.

Um importante apontamento feito por Muaze (2011), que ilustra de forma emblemática a influência exercida pelas ideologias intrínsecas aos fenómenos sociais, diz respeito à definição de família extraída das análises dos dicionários aos quais teve acesso em suas pesquisas. Dentre os critérios de pertencimento à família, demarcados nos dicionários da época estudada, ou seja, o Brasil imperial, a coabitação não era o mais importante, mas sim a consanguinidade e as relações políticas, construídas por intermédio de laços de solidariedade e de aliança. Nessa conjuntura, a expressão *de boa família* possuía um significado adjetivado, indicando a participação em um grupo seletivo e privilegiado que, nessa conjuntura, coincidia com aqueles que podiam exercer ativamente a sua cidadania, conforme os critérios estabelecidos pela constituição de 1824. A autora salienta, ainda, que ser *de boa família* equivalia ao poder de gozar de liberdade, de propriedade e de viver com riqueza, além dos consequentes privilégios prenotados à aristocracia imperial. Assim, apesar de terem existido inúmeros modelos de família e de estilos de vida, seja entre os escravos, seja entre libertos, agricultores, arrendatários, vendedores, dentre outros, os dicionários não consideravam o grupo de livres e pobres em suas descrições; suas referências estavam centradas no modo de viver da classe dominante. O discurso social acerca da família, produzido no interior do grupo dominante, corroborava um sentimento aristocrático que excluía as outras possibilidades de formações familiares e se elegia como o modelo de família socialmente aceito.

Interessante notar que, como mostra Ariès (2017), Salles (1977) e Muaze (2011), os discursos predominantes continuamente reforçados são sempre provenientes das classes dominantes. Por isso, destacamos a indicação de Salles (1977), já citada, do aprofundamento do estudo das famílias pobres, que não são alcançadas de forma prioritária pelas pesquisas, além de excluídas da representação social e da legislação, reciprocamente, podemos apontar. Em Muaze (2011), vemos que os modelos familiares diferentes daquele da classe dominante sequer aparecem nas descrições dos dicionários. Desse modo, podemos notar um avanço na historiografia brasileira sobre família com a incorporação de estudos sobre as famílias negras escravizadas. Acreditamos que isso é viabilizado pela ampliação do olhar aos grupos excluídos dos discursos e das práticas hegemônicas, permitindo pensar em desdobramentos e ideologias proeminentes, o que fica limitado quando a pesquisa é focada apenas na classe dominante.

Nessa perspectiva, Slenes (1999) afirma que a historiografia brasileira sobre família com foco no patriarcalismo contribuiu para uma leitura da escravidão como um processo brando e benigno, ao mesmo tempo que formatou uma imagem da família escrava instável, desorganizada e promíscua. O autor situa que esses e outros estudos que os sucederam tendiam a descrever as práticas sexuais e a vida familiar dos escravos como evidências de uma “patologia social”, pela falta de normas e de nexos sociais, o que impossibilitaria não apenas a aglutinação das pessoas na vida privada, mas também uma ação coletiva e política (Slenes, 1999, p. 36).

Slenes (1999) esclarece que, desde o século XIX, os estudos sobre a família escravizada seguem caminhos paralelos no Brasil e nos Estados Unidos, ponderando que, no caso brasileiro, as representações da vida íntima na senzala eram associadas à promiscuidade sexual, às uniões conjugais instáveis e à falta da presença paterna na criação dos filhos. O autor cita inúmeras pesquisas que reforçavam esses estereótipos, até que, a partir dos anos 1970, especialistas na história da escravidão no Caribe e nos Estados Unidos começaram a reavaliá-los. Segundo Slenes (1999), na década de 1960, os questionamentos da noção de que a cultura negra pudesse diminuir a capacidade dos descendentes de africanos de lidarem com a opressão fortaleceram-se. O movimento negro, que já havia alcançado conquistas na luta contra a segregação racial e na construção de um poder político independente da tutela branca, não aceitava uma visão da história que enfatizava apenas a vitimização dos negros. Nesse período, conforme o autor, um grupo crescente de historiadores e antropólogos voltaram-se para o estudo do papel de operários, gente pobre, povos colonizados e outros grupos subalternos, inclusive negros e escravos, como agentes de sua própria história.

Slenes (1999) salienta que os frutos dessas novas pesquisas sobre as famílias negras começaram a aparecer formando um novo consenso sobre a questão. A partir de uma ampla documentação qualitativa – que inclui cartas ditadas por escravos – e de registros demográficos de várias fazendas, estudiosos argumentaram que a família nuclear, intergeracional e extensa era uma instituição forte e valorizada pelos negros escravizados. Nessa conjuntura, sustentaram não haver sinais de que as uniões conjugais em si fossem especialmente instáveis e que o que ocorria, com frequência, eram separações por venda ou por processo de herança. Além disso, concluíram que os pais escravos, não apenas as mães, tendiam a ser figuras importantes na vida de seus filhos e que os cativos tinham normas familiares próprias, como a proibição de casamentos entre primos ou irmãos, que não eram simplesmente derivadas das de seus senhores.

Slenes (1999) assinala, ainda, que os autores não amenizavam os horrores do escravismo; ao contrário, a dureza desse regime era evidenciada por meio da citação de cartas de familiares separados por causa da venda de escravos. Os novos estudos, do mesmo modo, rejeitaram enfaticamente a ideia de que os negros escravizados tivessem se desvincilhado de sua herança cultural, visto que ela era transmitida e reformulada entre as gerações, fornecendo aos escravos recursos importantes para enfrentar e subverter as condições de seu cativeiro. O autor observa uma virada historiográfica que, com o enfoque em grupos subalternos, especialmente de operários e de escravos, trouxeram uma visão desses grupos como ativamente engajados com sua experiência, reelaborando sua cultura e, no encontro com outros agentes históricos, tecendo estratégias de aliança e oposição.

No que se refere especificamente à historiografia brasileira, Slenes (1999) aponta que, após a década de 1970, diferentes autores começaram a rever a questão da família cativa no país, considerando inclusive o início do processo de redemocratização do país e do renascimento dos movimentos operários no final da década. Os autores brasileiros, segundo Slenes (1999), sofreram influência da bibliografia norte-americana e internacional e elaboraram argumentos contra uma tradição historiográfica conservadora, que representava a fazenda escravista como uma parte da família centrada na casa-grande. O autor menciona a visão nostálgica de Freyre (1933/2003) com relação ao escravismo, criticando sua leitura de aproximação fraterna entre as raças que formam o povo brasileiro. Além disso, questiona a legitimidade dos depoimentos de testemunhas brancas, por seu viés etnocêntrico e frequentemente racista.

Slenes (1999) discorre sobre a evolução dos estudos das famílias escravas na historiografia brasileira, citando diversos autores que abordaram a temática com uma crítica aos

estudos clássicos, contestando diretamente a antiga visão da vida sexual e familiar do escravo como uma desordem cultural. De acordo com Slenes (1999), surgiram pesquisas que partiram de novos dados demográficos, demonstrando que, mesmo com sérios empecilhos para a formação de grupos de parentesco, os negros escravizados conseguiram casar-se, manter famílias conjugais unidas e até construir redes de parentesco extensas. O autor argumenta que a família cativa – nuclear, extensa, intergeracional –, além de se constituir como estratégia e projeto centrados em laços de parentesco, expressava uma importante instância cultural, unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas, o que contribuiu para a formação de uma identidade nas senzalas. Dessa forma, a família negra minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e para a rebelião. O autor defende que as imagens de promiscuidade e patologia da família negra escravizada são frutos dos olhares brancos, eivados de preconceitos, cujos registros não refletiram, portanto, os detalhes da vida dos negros de forma congruente aos seus depoimentos.

Portanto, podemos pensar que os aspectos levantados sobre a historiografia da família no Brasil, além de justificarem a necessidade e a pertinência de novos e renovados estudos, indicam a validade de se problematizar as ideologias presentes nos discursos e nas práticas sociais. No entanto, não é preciso desmerecer Freyre (1933/2003), que teve sua importância na reflexão sobre a temática da família e da sua função social no Brasil. É necessário lembrar das contingências da sua localidade e de seu método de trabalho, com escolhas relacionadas a determinada cronologia, buscando responder às demandas de sua época. Contudo, considerar a importância dessa discussão e recorrer às suas contribuições não implica em deixar de pensar sobre possíveis determinações ideológicas intrínsecas ao trabalho empreendido – que refletem e reproduzem facetas de um sistema social hegemônico – e seus consequentes desdobramentos. Isso nos indica a necessidade de se considerar a historicidade de qualquer concepção para leitura dos fenômenos e a importância, então, de situar o contexto histórico e geográfico no qual essas acepções são instituídas.

Podemos pensar, a partir da reflexão que construímos aqui, que a família, sendo considerada a principal célula da sociedade, em diferentes contextos e culturas, constitui-se como um importante fator de perpetuação ou transformação de certas mentalidades. Assim, dentro dos objetivos deste trabalho, faz-se necessário, para compreensão das famílias no contexto brasileiro, um resgate dos estudos sobre o tema, visando o entendimento sobre essas famílias e suas características ao longo da história.

2.4 Características e transformações das famílias ao longo da história do Brasil

Tendo discorrido sobre a evolução dos estudos históricos brasileiros sobre a família, podemos levantar a questão de como, afinal, as tais famílias foram se configurando ao longo do tempo. Na perspectiva social e demográfica, segundo a qual as famílias não estão restritas ao modelo patriarcal, o que os estudos mostram sobre as suas características no Brasil? E, ainda, na atualidade, as famílias, de fato, estão diferentes, se comparadas à forma como foram se apresentando desde o Brasil Colônia?

Para pensarmos a respeito das configurações das famílias brasileiras na atualidade, podemos recorrer a Samara (2002) que, com o objetivo de fazer uma análise comparativa do período colonial até a atualidade, considerando mudanças e continuidades, questiona se, no momento, temos uma nova família no Brasil. Com essa diretriz, a autora narra que, no início do século XVI até o início do século XVII, as famílias da elite, cuja economia estava assentada nas plantações de cana do Nordeste, viviam nas mansões assobradadas, cercadas de escravos e de dependentes. Nesse contexto, nas uniões legítimas, firmadas no matrimônio, os papéis de gênero estavam bem definidos por costumes e tradições, apoiados também na legislação: o poder de decisão formal pertencia ao marido, como protetor e provedor da mulher e dos filhos, cabendo à esposa o governo da casa e a assistência moral à família, mesmo que o cotidiano das famílias não correspondesse à demarcação rígida de papéis relacionados ao gênero cultivado na literatura e dos documentos da época (Muaze, 2011). De acordo com Samara (2002), no Brasil, assim como na sociedade portuguesa até o século XIX, apesar das variações nos modelos familiares, o dominante era o de famílias extensas, baseadas nas relações patriarcais, assim legitimadas e formalizadas nos documentos oficiais e nas leis.

Samara (2002) aponta que as mudanças econômicas que ocorreram a partir dessa época afetaram o conjunto da sociedade, provocando alterações em estilos de vida. A autora discorre que, com a descoberta das minas de ouro, na década de 1690, o eixo econômico se deslocou do Nordeste para o Sul, onde a vida urbana se intensificou, o que canalizou o tráfico de escravos durante o século XVIII, formando uma sociedade mesclada de raças e de origens diversas e, consequentemente, mais difícil de ser controlada. Segundo Samara (2002), apesar da busca de controle pela Igreja e pela Coroa portuguesa, o número de solteiros era alto, proliferavam os concubinatos e a ilegitimidade era comum. Além disso, muitas mulheres exerciam atividades econômicas fora do âmbito doméstico e as solteiras com prole natural chefiavam famílias. A

autora menciona que, nessa conjuntura, não era fácil para os poderes constituídos fixar os padrões impostos pela colonização, que não eram seguidos por boa parte da população.

Ainda de acordo com Samara (2002), no século XVIII, a situação era semelhante em áreas mais pobres das regiões Sul e Sudeste do país, com núcleos urbanos em crescimento, vida rural modesta e menores escravarias. Assim, lavradores empobrecidos trabalhavam a terra com suas famílias e aceitavam auxílio de outras, que se tornavam subsidiárias. No meio urbano, pequenos negócios e uma gama variada de serviços ligados ao abastecimento ofereciam oportunidades para a população desvinculada do setor exportador, o que favoreceu a inserção das mulheres no mundo do trabalho, ocupando espaços deixados pela migração masculina e pela falta de escravos. Conforme a autora, tudo isso alterou o quadro da organização familiar e das relações de gênero. Ela sustenta que, apesar do menosprezo que existia com relação à produção e ao comércio dos gêneros alimentícios, a economia mercantil implantada na colônia necessitava de suporte interno, o que levou à criação de polos regionais. Como as hierarquias próprias das sociedades escravistas não eram viáveis para outras categorias sociais, tais condições geraram uma multiplicidade de modelos familiares e de comportamentos. A autora ressalta que, especialmente no meio urbano, os papéis informais, mesmo que não oficialmente reconhecidos e pouco valorizados, faziam parte da vida cotidiana, desmistificando o papel reservado aos gêneros e a rígida divisão de tarefas inerentes ao sistema patriarcal brasileiro.

Samara (2002) situa que tais transformações vão se acentuar ao longo do século XIX, com o desenvolvimento econômico no Sul do país, em função da cafeicultura. Nessa ocasião, houve também modificações sociais e políticas importantes – como a Independência do Brasil (1822) e a Proclamação da República (1889), alterações no sistema de mão-de-obra com a abolição da escravatura (1888) e a entrada de imigrantes no país –, com repercussões na distribuição espacial da população e também no mercado de trabalho. A autora indica que, principalmente na segunda metade do século XIX, abriram-se novas oportunidades de emprego na indústria nascente e na burocracia, que foram ocupadas, em parte, por mulheres, mesmo que isso não se refletisse em representatividade ou mudanças efetivas na sua condição, sobretudo referente à autonomia na gerência de famílias e de negócios.

Samara (2002) assinala que, com a política desenvolvida pela elite cafeeira paulista de incentivo e promoção da imigração, em proporções superiores às possibilidades de emprego no campo, houve um crescimento da população urbana e um excedente de trabalhadores pobres, imigrantes e nacionais, ocasionando, portanto, formas múltiplas de trabalho domiciliar e temporário. A expansão desse tipo de ocupação estabeleceu-se tanto pela incapacidade de

absorção do mercado de trabalho quanto pela opção de trabalhadores de não se incorporarem em atividades assalariadas. Essas formas de organização foram alternativas importantes de trabalho para as mulheres, pois permitiam a combinação das tarefas domésticas com a atividade remunerada. Assim, mesmo com a incorporação massiva das mulheres solteiras e jovens no universo fabril, o trabalho domiciliar continuou permitindo que aquelas que eram casadas contribuíssem para a renda familiar sem abandonarem as funções básicas de mãe e de donas de casa para as quais tinham sido educadas. Samara (2002) marca que, mesmo com a República e com mudanças desse período, a vida continuou em torno da família e a legislação reforçou, mais uma vez, o privilégio masculino. A autora distingue que, legalmente, o marido continuava com a designação de chefe de família, como no velho Código Filipino de 1870, compilado em Portugal, em 1603. O Código Civil de 1916, por sua vez, reconheceu e legitimou a supremacia masculina, limitando o acesso das mulheres ao emprego e à propriedade. Do ponto de vista legal, as mulheres casadas ainda eram incapacitadas e só podiam assumir a liderança da família na ausência do marido.

Samara (2002) identifica sinais de mudança entre as mulheres da elite e das classes médias urbanas, no início do século XX. Afirma que mulheres profissionais foram aos poucos ocupando espaços, se destacando na área da física, do direito, da farmácia e da arquitetura. Entretanto, até 1930, a representação feminina nos cursos superiores foi bastante escassa, concentrando-se principalmente nas faculdades de Farmácia e, em segundo lugar, nas de Medicina e de Odontologia.

Outro aspecto destacado por Samara (2002) diz respeito à participação significativa da mulher no mercado de trabalho industrial brasileiro, configurando a maior parte da mão-de-obra da indústria têxtil, em um nível de trabalho não qualificado. De acordo com a autora, os censos realizados na década de 1940, por exemplo, mostram que entre 13% e 20% da população economicamente ativa é de mulheres. A autora ressalta que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal foi se acentuando ao longo do século XX, porém sempre nos setores informais e comportando o trabalho domiciliar como importante contribuição para o orçamento da família, mesmo que não contabilizado. Um dado também enfocado por Samara (2002) é sobre a atuação das mulheres no mercado de trabalho, durante o século XX, que se caracterizou, especialmente, pela sua inserção em atividades que não apareciam nos séculos anteriores, como a prestação de serviços – como médicas, advogadas, dentistas, empregadas públicas, entre outras – e variadas ocupações em diferentes ramos da indústria. A autora demarca que, nos séculos anteriores, a maioria das mulheres trabalhadoras aparecia nas

chamadas atividades femininas tradicionais, marginais ao processo de produção e sendo, na mesma função, remuneradas abaixo do padrão de pagamento masculino. Samara (2002) pontua que o primeiro Censo Geral do Brasil, realizado no Império, em 1872, mostra essa setorização de atividades por gênero, predominando, entre as mulheres, trabalhos de lavradoras, costureiras e relacionados aos serviços domésticos, enquanto que o sexo masculino era formado, majoritariamente, por artistas, proprietários, comerciantes, guarda-livros e caixeiros.

Samara (2002) conclui que, ao final do Império, estavam ocorrendo mudanças demográficas e econômicas que foram fatores importantes na reconfiguração do mercado de trabalho livre, especialmente após 1850. Ela afirma que tais mudanças vão incidir diretamente na família brasileira, distanciando-a do modelo patriarcal descrito por Freyre (1933/2003). No que se refere aos variados modelos de família ao longo dos tempos, a depender da região e da classe social, principalmente, Samara (2002) analisa a estrutura dos domicílios, a partir de informações censitárias, estabelecendo relações que se referem à posição e papéis de gênero na família. A autora afirma que, ao menos na primeira metade do século XIX, os domicílios de pessoas pobres eram, geralmente, chefiados por mulheres, que contavam com o trabalho de outros membros para complementação da renda familiar. Os dados mostram que, com frequência, ocorriam mudanças de ocupação, adequações do padrão de vida, a depender das condições, além da venda de excedentes da produção domiciliar para ajudar na sobrevivência. Nesses lares, era comum a liderança feminina, com a mulher organizando as tarefas, gerenciando os pequenos negócios e exercendo o controle da família, o que, portanto, fugia à regra do modelo patriarcal. A autora menciona, para ilustrar, que, na vila de São Paulo, em 1836, um terço dos domicílios eram chefiados por mulheres, fato provocado também pela migração masculina para outras áreas, em busca de novas terras e oportunidades econômicas. Nesse contexto, as mulheres tinham presença considerável na manufatura têxtil domiciliar, em pequenos negócios, na venda de produtos e na prestação de serviços à comunidade (Samara, 2002). A autora informa que, também no Nordeste, na segunda metade do século XIX, a divisão de tarefas entre os membros da família não seguia as normas determinadas no modelo patriarcal. Em geral, a estrutura da família, se comparada com a do Sul, era mais complexa, mas homens e mulheres dividiam deveres e trabalhavam para a sobrevivência do grupo. As mulheres nordestinas ainda promoviam a integração de outros adultos, crianças, homens livres, escravos e agregados nas tarefas relativas à economia doméstica, bem como na manufatura de louça e de tecidos, além de situações comuns de pequenos negócios e de lavoura.

É partindo desse panorama que a historiografia brasileira, a partir dos anos 1970, passou a incorporar a ideia de múltiplos modelos familiares no Brasil e da existência de um sistema patriarcal modificado, especialmente no Sul do país, a partir do início do século XIX, apontando também para uma maior flexibilidade desse modelo por regiões, grupos sociais e etnias (Samara, 2002). A autora argumenta que as evidências históricas são enriquecedoras para repensarmos o perfil da família brasileira na atualidade e a complexidade de padrões que existiram nos séculos XVIII e XIX, nas diferentes regiões, etnias e grupos socioeconômicos. Isso comprova que, ao menos numericamente, a família brasileira não era sinônimo de família extensa, necessariamente. Por isso, Samara (2002) sustenta que é necessário verificar a questão da disseminação do modelo de família patriarcal entre a população de modo geral e as decorrências da sua utilização como sinônimo de família brasileira. Nesse sentido, defende, ainda, que, ao longo dos anos, a família brasileira não apresentou grandes transformações quanto à estrutura e ao número médio de componentes, já que diversas configurações de família sempre estiveram presentes em diferentes regiões, grupos, classes e período da história, como elucidamos neste estudo.

É pertinente reforçar, como discutimos, que o modelo patriarcal não equivale à família extensa, mas representa, na verdade, uma mentalidade ou uma ideologia, e, por isso, além de ter marcado a formação da sociedade brasileira após a colonização portuguesa, continua se fazendo presente até os dias de hoje. Dessa forma, mesmo que consideremos os questionamentos de Samara (1997; 2002) e a importância de seus estudos para a historiografia brasileira sobre família, entendemos que há uma restrição em sua compreensão sobre o modelo patriarcal, concebido como um modelo predominante e não um regime ideológico. A autora, mesmo que aponte as influências ideológicas do patriarcalismo nos estudos sobre a família, delimita essas influências nos estudos em si e não nos fenômenos que observa relativos à caracterização das famílias brasileiras. De qualquer forma, optamos por trazer as considerações da autora pela riqueza de suas análises e de suas descrições quanto às famílias ao longo do tempo, no contexto brasileiro. Sua explanação configura-se como uma importante contribuição para nossa pesquisa, atendendo ao seu objetivo de identificar as especificidades dessas famílias. Outro ponto importante de contribuição de Samara ao nosso estudo é relativo à constatação quanto à diversidade de configurações familiares que se apresentam na história no Brasil desde tempos mais remotos, mesmo com a demarcação ideológica da família modelar patriarcal em nossos processos sociais. Essa verificação é importante em nosso trabalho, também para examinar como o modelo ideológico hegemônico colonial não é ligado à prevalência de sua

presença concreta na vida cotidiana das pessoas, mas diz respeito à manutenção de relações de poder intrínsecas às relações sociais.

Nesse sentido e dando continuidade em nossa apresentação sobre as famílias brasileiras, é importante distinguir o forte viés de gênero da discussão de Samara (2002), cujas análises evidenciam o papel fundamental das mulheres nas dinâmicas familiares, no mercado de trabalho e, portanto, no campo social de uma forma geral. Nessa perspectiva, é válido destacar que a autora verifica uma tendência constante, desde o século XIX, de aumento da população feminina em relação ao total de habitantes do Brasil, além da superioridade da expectativa de vida das brasileiras se comparada a dos homens, com reflexos no mercado matrimonial e consequentes alterações na organização das famílias e dos domicílios. Para ilustrar sua tese, ela indica que, no período de 1872 a 1996, a porcentagem de mulheres em relação ao total da população brasileira variou de 48,40% para 50,70%, com um decréscimo do número de homens, que passou de 51,60% para 49,30%. Sugere também indícios de que o aumento de mulheres brancas é um longo processo, que inicia ao final do período colonial, havendo dados já computados que apontam a predominância do gênero feminino em áreas urbanas do Sudeste, desde essa época.

Buscando dados mais atuais, notamos que o decréscimo de homens e o aumento de mulheres na população vem se ampliando até os dias de hoje. A partir de dados demográficos do censo brasileiro, realizado em 2010, Cavenagui e Alves (2018) demonstram uma expectativa de vida superior em mulheres de ao menos 7 anos, se comparada à dos homens, além de um excedente de quase 4 milhões de mulheres, à época. Sabe-se que, atualmente, esse excedente ultrapassa os 6 milhões e, no que se refere à expectativa de vida, ela está em 76,4 anos, sendo 73,1 anos para os homens e 79,7 anos para as mulheres (Brasil, 2022). Segundo Cavenagui e Alves (2018), como consequências desse superávit, as mulheres brasileiras têm ocupado espaços antes reservados aos homens, além do crescimento do eleitorado feminino.

É necessário pontuar que, ao buscarmos dados demográficos sobre as famílias brasileiras na atualidade, sobressai, além desse superávit feminino referente aos números da população geral, a crescente expansão da inserção e da predominância das mulheres na vida familiar e também na vida pública. Cavenagui e Alves (2018) mostram que as mulheres ultrapassaram os homens em todos os níveis educacionais, aumentaram a participação no mercado de trabalho, reduzindo as diferenças salariais, além de serem maioria entre os beneficiários da Previdência e dos programas de assistência social. Mesmo que tais avanços numéricos ainda não repercutam em igualdade de gênero, há de se considerar que tais mudanças

são fruto e também motivação de movimentos sociais importantes na direção da equidade, neste caso, principalmente os feministas.

Notamos que o contínuo crescimento da entrada e do estabelecimento das mulheres no âmbito familiar e social tornou-se um aspecto básico para pensarmos a história das famílias brasileiras, possibilitando dimensionar suas características e formatações ao longo do tempo. Portanto, propomos adentrar com mais elementos na discussão sobre as características das famílias brasileiras na atualidade, buscando entender em que medida se dão suas transformações e desdobramentos.

2.5 Famílias brasileiras no século XXI: novas características?

Como pudemos notar ao discorrer sobre a temática da família no Brasil, as inserções das mulheres no cotidiano familiar e na vida pública e seus avanços ao longo da história tratam-se de fatores essenciais dentro dessa discussão. Mas, a partir desses pontos, podemos pensar: como essa inserção feminina incide na caracterização das famílias brasileiras?

Com relação à predominante presença das mulheres em diferentes níveis escolares, Cavenagui e Alves (2018) identificam que as mulheres brasileiras têm mais oportunidades de ingressarem no ensino superior, com sua expansão e após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de 1961, que garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio, inclusive do curso normal, que formava professores. Os autores mostram que, em 1970, os homens eram quase 75% dos universitários do país e as mulheres representavam apenas um quarto das pessoas com educação superior. Contudo, a situação mudou rapidamente: em 1980, a participação relativa dos homens na população com curso superior caiu para 54,5%, praticamente atingindo a paridade em 1991. Então, no século XXI, a história se inverteu: no ano 2000, as mulheres alcançaram quase 53% do total da população universitária brasileira, atingindo 58,2% em 2010. Ou seja, houve uma reversão na representatividade de gênero no nível superior, o que já havia sido atingido na taxa de alfabetização, visto que as mulheres majoraram essa taxa a partir de 1991. Cavenagui e Alves (2018) apontam que esse movimento ocorreu com mais intensidade entre as gerações mais jovens, havendo avanço feminino também na pós-graduação, incluindo especialização, mestrado e doutorado.

Concernente à inserção das mulheres no mercado de trabalho, Cavenagui e Alves (2018) consideram, a partir de dados estatísticos, que as transições urbana e demográfica marcantes no século XX, já desdobradas na explanação de Samara (2002), ocorreram de forma sincrônica ao

desenvolvimento econômico, possibilitando o avanço dos níveis educacionais para ambos os gêneros, mas especialmente para o feminino. Cavenagui e Alves (2018) compreendem que maior educação corresponde a maior capital humano, o que amplia as possibilidades de entrada no mercado de trabalho. Assim sendo, o Brasil apresentou um grande crescimento da população economicamente ativa e, a partir da análise do comportamento das taxas de atividade para homens e mulheres, é possível verificar que, entre 1950 e 2010, houve uma redução das taxas masculinas, que passaram de 80,8%, para 67,1%, com expressivo aumento das taxas femininas, que foram de 13,6% para 48,9%, no mesmo período. Entretanto, os autores lembram que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não eliminou os problemas de segregação ocupacional e discriminação salarial, embora tenham sido abrandados nas últimas décadas. Acessando dados de hoje, observamos a inserção massiva de mulheres no mercado de trabalho, representando 54,5% das ocupações (Brasil 2023b), o que se contrapõe ao modelo do “homem provedor”. Ainda assim, a divisão sexual do trabalho persiste: as mulheres recebem, em média, 78% do salário dos homens (Brasil, 2023a) e, além disso, mulheres dedicam 73% mais tempo a cuidados domésticos que homens (Brasil, 2023b).

No que diz respeito às configurações das famílias brasileiras e suas transformações, é válido discorrer sobre o que avaliam Cavenagui e Alves (2018), com base nos dados demográficos brasileiros, demonstrando como fato inquestionável que o Brasil passa por diversas transições econômicas, sociais e culturais, das quais decorre um claro processo de aumento da diversidade dos arranjos familiares. Sustentam, ainda, que há a tendência a uma maior igualdade de gênero, embora a complexidade das situações indique que o Brasil ainda está distante de alcançá-la, de fato. Fazendo um resgate histórico e demográfico, Cavenagui e Alves (2018) discorrem que, desde o fim da escravidão e a Proclamação da República, o Brasil passou por muitas transformações, mas consideram as transições urbana e demográfica, destacadas também por Samara (2002), como as transformações com maior impacto na vida do país, especialmente na vida das mulheres, provocando alterações estruturais na forma de organização da sociedade e das famílias nacionais. Os autores resgatam que o Censo Demográfico de 1970 já mostrava que a maioria da população estava concentrada nas cidades (56% contra 44%), mas, em 2010, dos quase 191 milhões de habitantes, 84% estavam no meio urbano e somente 16%, no meio rural.

Cavenagui e Alves (2018) lembram que a mudança provocada pela transição urbana está relacionada ao processo de industrialização e de modernização, com impactos na sociedade, na cultura e na forma de relacionamento entre as pessoas e de suas organizações,

inclusive familiares. Segundo os autores, a transição demográfica veio acompanhada da queda das taxas de mortalidade e o consequente aumento da esperança de vida, seguida do declínio das taxas de natalidade. Os autores lembram que a expectativa de vida média da população brasileira mais do que dobrou no século XX, passando de cerca de 30 anos, em 1900, para 69 anos, em 2000, e cerca de 73 anos, em 2010. De acordo com o Censo de 2022, essa expectativa já se encontra em 76 anos, como já citado (Brasil, 2022). Cavenagui e Alves (2018) demarcam que, no Brasil, as taxas brutas de mortalidade começaram a cair ainda no século XIX e se aceleraram depois da Segunda Guerra Mundial, atingindo os níveis mais baixos no quinquênio 2010-2015. Recorrendo aos dados atuais, observamos que, entre 2019 e 2023, a taxa de mortalidade bruta no Brasil aumentou de 6,5 para 6,9 por mil habitantes. O pico da taxa de mortalidade foi em 2021, com 8,7 por mil habitantes, devido à pandemia de COVID-19, que impactou fortemente essa taxa entre 2020 e 2021. Com relação à mortalidade infantil no Brasil, a taxa foi, em 2022, de 12,5 óbitos por mil nascidos vivos, menor índice de mortalidade infantil em 28 anos (Brasil, 2022).

Cavenagui e Alves (2018) analisam que a redução das taxas de mortalidade infantil retira uma carga que pesa sobre as mulheres, devido ao custo emocional da perda de um bebê. Além disso, o aumento da esperança de vida e a maior longevidade permitem que as mulheres tenham maior tempo de vida ativa para realizar os seus projetos. Conforme os autores, a redução das taxas de fecundidade reforça esse efeito e permite que as mulheres invistam menos tempo nas tarefas reprodutivas e mais nas atividades profissionais, aumentando seus investimentos em capital humano. Além disso, eles mostram que a transição demográfica é acompanhada por uma mudança na estrutura etária da população e a redução da razão de dependência, que é o coeficiente que relaciona a população economicamente dependente e o segmento etário potencialmente produtivo. Segundo os autores, os países desenvolvidos passaram pelas transições urbana e demográfica e, em geral, possuem índices mais igualitários relativos ao gênero. Eles situam que tais transições têm impacto nas relações de gênero, por oportunizarem a inserção feminina na escola e no mercado de trabalho, afetando também os arranjos familiares.

Cavenagui e Alves (2018) argumentam que, paralelamente à transição urbana, à transição demográfica e à transição da estrutura etária, o Brasil está passando por uma mudança na composição dos domicílios e das famílias, pois os arranjos domésticos estão ficando mais plurais e diversificados. Os autores recorrem aos dados demográficos e mostram que a categoria de casais com filhos, que era, em 1980, quase dois terços (65%) dos arranjos, caiu para 61,3% em 1991, 58,8% em 2000 e chegou a 52,5% em 2010. Ou seja, o tipo de arranjo familiar que

foi predominante na sociedade brasileira desde a instauração da Era Moderna está prestes a perder a maioria absoluta e a tendência é continuar perdendo participação relativa no conjunto das formatações familiares. Cavenagui e Alves (2018) indicam como fatores que contribuem para esse fenômeno a queda da fecundidade, o maior número de separações e a maior esperança de vida, especialmente das mulheres. Os autores verificam também o crescimento do arranjo casal sem filhos, agrupamento que reúne os casais que não tiveram filhos com aqueles cujos filhos já cresceram e saíram de casa. Os casais sem filhos passaram de 12,1% em 1980 para 15,1% em 2010. De acordo com os autores, outra configuração que apresentou grande crescimento foi o monoparental feminino – composto por mães solteiras, separadas ou viúvas, com filhos –, que passou de 11,5% em 1980 para 15,3% em 2010. O arranjo monoparental masculino, por sua vez, tem uma participação percentual muito pequena, mas também apresentou crescimento no período, passando de 0,8% em 1980 para 2,2% em 2010.

Cavenagui e Alves (2018) afirmam, ainda, que a diversificação e a multiplicação dos arranjos familiares fizeram com que o número de famílias aumentasse com maior velocidade em relação à população total. Entre 1960 e 2010, a população brasileira passou de 70,1 milhões para 191 milhões de habitantes, um crescimento demográfico médio de 2% ao ano. Paralelamente, o número de famílias passou de 13,5 milhões em 1960 para 54,4 milhões em 2010, perfazendo um crescimento geométrico de 2,8% ao ano. Portanto, o crescimento acumulado para o período foi de 172,2% para a população e de 301,7% para as famílias. Os autores analisam que, se o número de famílias cresce mais rápido do que o da população total do país, isso significa que o tamanho médio de cada família está ficando menor. Como o número de domicílios passou de 17,6 milhões em 1970 para 57,4 milhões de unidades em 2010, a densidade de pessoas diminuiu nas moradias. Cavenagui e Alves (2018), acompanhando essa mudança nos domicílios e famílias, observaram o crescimento bastante expressivo da chefia feminina, que mudou de pouco mais de 10% para quase 40%, no período.

Cavenagui e Alves (2018) propõem estudar as especificidades das chamadas famílias chefiadas por mulheres, observando que tais tipos de família cresceram de forma significativa, no começo do século XXI, o que os autores correlacionam às amplas transformações econômicas, sociais e demográficas das últimas décadas. É importante esclarecer que, nessa perspectiva de estudo, é considerada chefe da família a pessoa responsável pela família ou de referência principal, envolvendo circunstâncias que são resultados de oportunidades e outras que são contingenciais. Cavenagui e Alves (2018) indicam que, em linhas gerais, esse tipo de família sempre esteve mais associado ao fenômeno denominado como *feminização da pobreza*,

descrito na literatura como um processo observado em diferentes contextos de predominância de mulheres em classes pobres, o que resultou em uma análise que faz uma associação direta entre o gênero feminino e a pobreza (Souza et al, 2020). No entanto, a correlação entre esse fenômeno e os arranjos familiares que têm a mulher como referência principal tem sido problematizada atualmente, uma vez que a chefia feminina das famílias é uma situação vivenciada por núcleos de diferentes classes sociais (Macedo, 2008). Cavenagui e Alves (2018) mostram que, mais recentemente, com o aumento das separações e divórcios em todas as camadas sociais, o crescimento da chefia feminina pode estar relacionado com uma maior oportunidade de rompimento de relações que não deram certo. Como a mulher na nossa cultura ainda é vista como a detentora do papel de cuidar dos filhos, ainda que a lei permita guarda compartilhada, a monoparentalidade feminina ainda é expressivamente maior que a masculina.

Sobre esse crescimento de configurações familiares nas quais a mulher é figura central, é válido retomar alguns apontamentos de Samara (2002). A autora pontua que, já na primeira metade do século XIX, os domicílios de pessoas pobres eram, geralmente, chefiados por mulheres, mencionando também que, na vila de São Paulo, em 1836, um terço dos domicílios eram chefiados por mulheres, devido à migração masculina para outras áreas. Samara (2002), como já referimos, ainda demarca a presença marcante das mulheres na manufatura têxtil domiciliar, em pequenos negócios, na venda de produtos e na prestação de serviços à comunidade. A autora descreve circunstâncias nas quais os membros da família não seguiam as normas determinadas no modelo patriarcal, o que se fez sentir na complexidade das estruturas das famílias, na atuação marcante das mulheres na vida domiciliar e na divisão de tarefas dentro e fora dos domicílios, que não eram, na prática, compactuadas com o modelo patriarcal.

Cavenagui e Alves (2018) concluem que os censos demográficos brasileiros apresentam um retrato amplo das grandes transformações econômicas e sociais do país, que está “cada vez mais urbano, feminino, mestiço, envelhecido e com maior diversificação familiar” (p. 37), movimentos que permanecem crescentes na sociedade brasileira. Acrescentando dados demográficos mais recentes em relação às famílias, observamos que, segundo *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Brasil, 2023a), atualmente, os principais arranjos familiares no Brasil são: 1) famílias nucleares (pai, mãe e filhos): 42,3% dos domicílios; 2) lares monoparentais: 28,7%, dos quais 87% são liderados por mães solo; 3) famílias extensas (avós, tios, primos): 19,5%, sendo esse modelo mais comum em regiões pobres; 4) casais sem filhos: 13,2% e em crescimento devido à queda na taxa de fecundidade, que está, atualmente, em 1,6 filhos por mulher. Dessa forma, verificamos que continua decrescendo o número de

famílias com configuração nuclear, enquanto aumenta a diversificação de modelos familiares e a presença das mulheres como principal referência da família. Sobre esse último ponto, aludimos que, de acordo com o *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* (Brasil, 2023b), elaborado em 2022, o número de famílias brasileiras ultrapassou a marca de 72 milhões e, pela primeira vez, o percentual de mulheres responsáveis por elas (51%) foi maior do que o percentual de homens (49%). Esse compilado de dados indica que, mesmo que a inversão de homens para mulheres predominando como chefes de família tenha ocorrido somente em 2022, desde 2019, mais mulheres são responsáveis pelas famílias nas localidades urbanas das regiões norte e nordeste. Observa-se, ainda, que, entre as mulheres responsáveis por suas famílias, em 2022, as negras eram maioria em todas as regiões, exceto na região sul. Segundo o referido relatório, essas famílias são as mais vulneráveis do ponto de vista da renda: 69,6% delas tinham rendimento domiciliar *per capita* de até um salário mínimo, enquanto apenas 35,4% das famílias com homens brancos como responsáveis tinham rendimento domiciliar *per capita* de até um salário mínimo. Assim, há uma mudança gradual e consistente em curso na organização das famílias brasileiras, relacionada a alterações nas relações de gênero, com uma diminuição do número de filhos, sendo um ponto marcante a prevalência de mulheres como responsáveis pelas famílias monoparentais e, entre essas, com predominância das negras (Brasil, 2023b).

Acerca das características das famílias brasileiras, do ponto de vista histórico, social e demográfico, podemos afirmar, então, que não é possível determinar uma unicidade no país, já que elas são diversas. Atualmente, longe de se restringirem ao modelo tradicional moderno, as famílias brasileiras abrangem uma pluralidade de formatos, influenciados por fatores como urbanização, mobilidade de gênero, políticas públicas e crises econômicas, além de mudanças culturais, como discutimos. Averiguamos que os arranjos familiares brasileiros contemporâneos são espelho de uma sociedade em transformação, mas também de desigualdades históricas, refletindo uma complexa interação entre tradições culturais, transformações sociais e disparidades estruturais, principalmente ligadas a gênero, mas também a raça e a classe social.

Em relação à pluralização de configurações familiares, ressaltamos que o modelo paradigmático patriarcal, mesmo que possa ser imputado ao tipo hegemônico da família brasileira, em especial no período anterior à República, nunca foi o único tipo de arranjo familiar existente (Cavenagui; Alves, 2018). Os autores corroboram com Samara (1997; 2002) quanto à existência de formas alternativas de estruturação familiar diferentes dos padrões hegemônicos das classes dominantes, mesmo entendendo que a estrutura hierarquizada e

desigual da família patriarcal tenha influenciado os demais formatos, exercendo grande influência sobre a organização da sociedade brasileira. Entretanto, eles acreditam no declínio desse sistema social, que “tende a ser superado pelas novas dinâmicas familiares e sociais e por uma sociedade com maior igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como pela difusão de novas formas de família e de relacionamentos sexuais entre as pessoas” (Cavenagui; Alves, 2018, p. 43). Recorrendo a Therborn, sustentam que os diversos acontecimentos históricos ocorridos ao longo do século XX permitiram o avanço de um processo que denominam *despatriarcalização* do mundo. Assim, mesmo reconhecendo as marcas do patriarcalismo no dia a dia das pessoas, em suas condições materiais e nas manifestações culturais dos diversos países da comunidade internacional, compreendem que construir uma sociedade pós-patriarcal, com equidade de gênero, liberdade de orientação sexual e com igualdade de oportunidade entre homens e mulheres é um caminho já iniciado e também uma meta a ser alcançada. Macedo (2008) também assinala um contexto de mudança, no qual é marcante a redução do poder econômico do homem, pela crise do mercado de trabalho, com importantes alterações em seu nível de responsabilidade e de autoridade. Isso evidencia o anacronismo da divisão tradicional do trabalho doméstico, que, atualmente e na prática, perpetua a sobrecarga das mulheres, especialmente em um momento de significativo crescimento de sua participação como trabalhadora remunerada e, conseqüentemente, como co-provedora ou como chefe de família com provisão exclusiva.

Para Cavenagui e Alves (2018), o avanço do nível educacional das mulheres é um dos principais indicadores do processo de despatriarcalização, além da diversificação dos arranjos familiares, que avança com o processo de modernização e uma estrutura produtiva mais intrincada. Observam que o Brasil avançou na transição demográfica e na diversificação das configurações familiares, defendendo que o país não só passou pela Primeira Transição Demográfica, como está experimentando a Segunda Transição Demográfica, que se caracteriza pela diversificação e ampliação de arranjos familiares, mudanças no comportamento sexual, alteração no papel dos filhos na dinâmica das famílias e modificação da correlação de forças entre os gêneros, com redução e até reversão de desigualdades. Cavenagui e Alves (2018), para discutir sobre o avanço na direção da despatriarcalização e da inclusão das famílias em suas diferentes formatações, recorrem, além da literatura sociológica e demográfica, também à legislação brasileira. Certamente a legislação ilustra as transformações nas configurações familiares, no contexto brasileiro, respaldando os arranjos que foram se estabelecendo ao longo do tempo.

Ao fazermos um sintético apanhado sobre as questões de família na legislação do país, é possível notar que, mesmo que elas tenham figurado em diferentes formatos ao longo da história – inclusive com especificidades regionais, de classes sociais e consequentes diversidades culturais –, a ampliação da concepção de família, de forma a contemplar a pluralidade de configurações familiares, só se deu bem recentemente, especialmente com a Constituição de 1988, antes da qual a família era balizada apenas como resultado do matrimônio. Após a promulgação dessa Lei e sua consolidação mediante leis subsequentes que seguiam sua diretriz, o sentido de família foi ampliado, com foco na afetividade. Isso porque, além de a Constituição ter regularizado a união estável, ela também aprovou novas regras para o divórcio, que só havia sido permitido após uma emenda constitucional anterior, de 1977, mas não estava regulamentado até 1988. Assim, as mudanças na legislação dissolveram as regras rígidas associadas ao casamento, que era considerado a única forma de reconhecimento da união conjugal e base para a formação de uma família ou uma nova família após o divórcio (Azeredo, 2020; Schuwarten, 2019).

Ainda hoje, mesmo com a ampliação da ideia de família, o direito ainda é restrito para determinados arranjos familiares. Alves (2014) debate sobre os preconceitos em relação às novas configurações familiares, sobretudo famílias monoparentais, homoafetivas e poliafetivas, o que associa o fenômeno ao conservadorismo marcante na sociedade brasileira, inclusive entre os juristas, analisando também os pressupostos do moralismo cristão nas ações e nos discursos do campo do direito. No que se refere ao conservadorismo do campo legislativo brasileiro, lembramos as já citadas aprovações do Estatuto da Família em 2015 (Brasil, 2015) e do projeto para proibir a união homoafetiva no Brasil (Brasil, 2023c; Ferreira, 2023).

No que concerne, mais precisamente, ao reconhecimento da família homoafetiva, emblemática para elucidar o aumento da pluralização de configurações familiares e a busca de sua validação legal, Ferreira (2023) ressalta os avanços do Direito de Família, indicando a decisão de reconhecimento da união homoafetiva, via união estável ou casamento civil. Mas, segundo a autora, mesmo que essa seja uma conquista importante, ela não recebeu o necessário amparo legal, tendo em vista que ainda não foi promulgada lei ou emenda constitucional a respeito desse tema. A família homoafetiva, portanto, é reconhecida somente a partir de uma decisão judicial, o que, na visão da autora, justifica o receio de qualquer retrocesso. Quanto à adoção, Ferreira (2023), regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, aclara que ela não é proibida para casais homoafetivos, contudo também não é expressamente permitida, o que leva a omissões sobre a temática por parte do poder

público. A autora relata que, na prática, frequentemente, as crianças são adotadas apenas por uma pessoa do casal. Além disso, sem amparo constitucional e legal, situações de processos judiciais ficam a cargo do julgador, com risco de atuação discriminatória negativa.

A família homoafetiva, entre outras ainda legalmente frágeis, pode ser discutida a partir da *parentalidade socioafetiva*, concepção que está ganhando destaque nos tribunais, demonstrando o valor do afeto no ordenamento jurídico brasileiro (Alves, 2014; Azeredo, 2020). Para Alves (2014), examinando a Constituição Federal e o Código Civil em vigor, é possível identificar uma decadência do patriarcalismo no Direito de Família, mesmo que essa mentalidade ainda seja dominante nas ações e nos discursos sociais. O autor destaca o desvinculamento entre família e matrimônio, com a entrada da socioafetividade como norteador desse campo do direito. Assim, para a instituição de uma família, não é mais necessária a existência de pai, mãe ou filhos, um modelo clássico, associado ao matrimônio e ao patriarcalismo.

O patriarcalismo representa uma marca fundamental na realidade brasileira, que determina divisões de papéis por gênero e posições hierárquicas entre os membros da família, com concentração de poder no homem, em seus papéis de marido e de pai. Entretanto, essas posições e poderes estabelecidos no interior das famílias, hoje configuradas em um núcleo mais reduzido, adequando-se à sociabilidade moderna e às transformações sociais, está decaindo, em um processo que pode ser denominado de despatriarcalização (Cavenagui; Alves, 2018), como discutimos.

É válido pontuar que o regime patriarcal também exerce influência central na teoria psicanalítica, o que levou Lacan (1938/2003) a conceber os componentes ligados ao patriarcalismo e ao seu declínio como o que teria instituído as condições para o advento desse campo. Considerando o objetivo deste estudo de compreender as especificidades das famílias no contexto brasileiro, analisando os processos subjetivos e considerando suas características e transformações na atualidade, propomos proceder, então, com a discussão sobre família na perspectiva da psicanálise, o que será o intento dos próximos capítulos. Será importante, na discussão, situar historicamente as concepções teóricas relacionadas à família, o que contribui para um debate que não naturaliza os fenômenos, mas, ao contrário, considera os aspectos contextuais e contingenciais das postulações e conceitos desenvolvidos.

3 FAMÍLIA E PSICANÁLISE: APORTES TEÓRICOS EM FREUD E EM LACAN

3.1 Processos psíquicos relativos à família, na obra freudiana

O tema família perpassa a construção teórica freudiana de forma abundante e continuada, visto que essa instituição é destacada como matriz das relações afetivas e como o espaço de emergência dos desejos inconscientes, em processo de configuração do psiquismo humano desde a infância. Portanto, neste tópico, optamos por extrair, da vasta e densa obra de Freud, dois pontos centrais e correlacionados, relativos às formas de engendrar a família nos textos metapsicológicos e nos textos sociais do autor. Retomando a leitura psicanalítica sobre a temática da família, propomos retirar de Freud, inicialmente, um recorte sobre o assunto nos textos metapsicológicos, para levantar alguns aspectos centrais dos textos sociais, com o intuito de debater e problematizar seu papel de representar ou transmitir a cultura.

3.1.1 Dimensão subjetiva ou realidade psíquica

Introduzida por Freud para diferenciar a realidade externa, objetiva e observável da realidade interna, subjetiva e construída a partir de desejos, fantasias e conflitos inconscientes, a acepção de realidade psíquica é crucial para a análise dos dados produzidos neste estudo, especialmente na pesquisa de campo, tendo em vista que procuramos evidenciar nuances que se destacam dos acontecimentos em si, narrados pelos participantes, que podem indicar vivências subjetivas que constroem uma versão própria dos episódios que narram, bem como sua posição no laço social. Nesse sentido, a realidade psíquica não se limita aos fatos concretos do mundo exterior, mas engloba as representações que têm impacto profundo na vida psíquica. No caso de nosso trabalho, o conteúdo inconsciente apresenta-se, sobretudo, nas construções ficcionais que cada sujeito expõe em suas falas, que não correspondem diretamente ao factual relatado.

Ponderamos que, desde os primórdios de sua obra, Freud enfatizou que a experiência psíquica nem sempre corresponde aos eventos reais e objetivos, sendo essa uma acepção fundamental de sua teorização e de sua clínica. Nessa perspectiva, ainda que os acontecimentos tenham sua influência na constituição do mundo psíquico, a realidade enfocada pela psicanálise é aquela constituída, simbólica e imaginariamente, por uma apropriação e amarração próprias das referências dispostas no campo cultural/social. Freud elabora essas acepções desde seus textos iniciais, afirmando que as chamadas experiências subjetivas, como desejos e fantasias,

têm um impacto até mais expressivo na formação do psiquismo e nos comportamentos do que os eventos externos ou as percepções conscientes. Desde *Estudos sobre a histeria* (1893-1895/1996), Freud e Breuer já haviam observado que muitos sintomas histéricos não estavam relacionados a episódios reais, mas às representações psíquicas de experiências traumáticas, que podiam ser fantasiosas. Tal observação foi crucial para diferenciar a realidade objetiva da realidade psíquica e delimitar o campo de investigação e intervenção da psicanálise. Nessa visão, as fantasias de satisfação de desejos, ainda que objetivamente inviáveis, tornam-se realidades psíquicas potentes que orientam os comportamentos e os sintomas.

Ademais, Freud (1916-1917/1996), ao trabalhar com as chamadas parapraxias, com os sonhos e com os sintomas, como formas de manifestação de impulsos e desejos inconscientes, empreende todo um esforço argumentativo para demonstrar o valor do inconsciente e a trivialidade de suas manifestações. O autor explora os fenômenos comuns inconscientes, sustentando que eles estão presentes na vida de indivíduos saudáveis e em estado normal, sem patologias, semelhante à argumentação que desenvolve em outra referência (Freud, 1901/1996).

Como ocorre com certa frequência nos textos freudianos, Freud (1916-1917/1996) dirige-se aos interessados pela psicanálise, no período em que ela ainda estava se estabelecendo como campo de conhecimento e de prática, cada vez mais afastada dos paradigmas médicos e aproximada ao campo recente da psicologia, recém-inaugurada, à época, como ciência independente. Contudo, a psicanálise ainda se distingue de outras abordagens teóricas psicológicas, na medida em que enfoca os conteúdos e os fenômenos inconscientes, demonstráveis, sem dificuldades, na prática analítica e na observação sob o viés da psicanálise, mesmo que não perceptíveis àqueles que não dispõem desse olhar. Freud (1916-1917/1996), ao privilegiar o inconsciente, afirma que o material de observação da psicanálise “é geralmente proporcionado pelos acontecimentos banais, postos de lado pelas demais ciências como sendo bastante insignificantes” (p. 36-37).

Na primeira parte do referido texto, Freud (1916-1917/1996) dedica-se a discorrer sobre as parapraxias como atos psíquicos, tipificando tais fenômenos ao citar lapsos de fala, de escrita e de leitura, atos descuidados, perdas, extravios e esquecimentos como atos que carregam um sentido ligado a um conteúdo inconsciente, podendo ser interpretados ou traduzidos para acesso e trabalho consciente. Com tais menções, objetivamos mostrar o privilégio dado por Freud à dimensão inconsciente, ao conceber o predomínio da realidade psíquica nas vivências subjetivas. Além disso, destacamos a importância fundamental que o autor dá aos chamados lapsos da língua, considerando-os capazes de indicar desejos inconscientes, que não podem ser

expressados diretamente, o que indica a atenção do analista aos desvios de linguagem, ideia compatível ao realce que procuramos dar ao sujeito da enunciação nas diferentes possibilidades de posicionamentos discursivos, em consonância com a ótica da leitura lacaniana. Aqui, interessa-nos compreender o privilégio do inconsciente que Freud insiste em argumentar e demonstrar, o que se configura como um parâmetro crucial para pensarmos como os sujeitos desta pesquisa constroem suas versões de família e, ainda, como suas fantasias familiares podem ser alcançadas pela via dos desvios discursivos.

Concernente à relação entre fantasia e realidade psíquica, cabe pontuar a diferenciação feita por Freud (1924/2007) quanto à perda da realidade na psicose e na neurose, tomadas como distintas estruturas de funcionamento psíquico. O autor discrimina o delírio e a alucinação como fenômenos de perda da realidade na psicose, enquanto a fantasia constitui essa perda na neurose. Elucida que, no caso da fantasia neurótica, a perda não acarreta em total reconstrução da realidade, como acontece na psicose, mas, em qualquer caso, as respectivas manifestações são busca de correção da realidade para adequá-la aos desejos pulsionais. Compatíveis com essas distinções e elaborações, citamos um trecho da referência na qual o autor trabalha a diferenciação entre os princípios de prazer e de realidade, referindo-se à função da fantasia e da alucinação:

O neurótico afasta-se da realidade por achá-la insuportável – seu todo ou partes dela. Encontramos o tipo mais extremo desse afastamento da realidade em certos casos de psicose alucinatória, nos quais o evento que provocou a loucura deve ser negado pela pessoa. Entretanto, em rigor, todo neurótico faz o mesmo com alguma pequenina parte da realidade. Vemo-nos então confrontados com a tarefa de investigar o desenvolvimento da relação do neurótico – e do ser humano em geral – com a realidade e incluir em nossas teorias o significado psicológico do mundo real externo (Freud, 1911/2004, p. 65).

Assim, o enfoque está no significado psicológico do que acontece ao indivíduo, independentemente da estrutura clínica. Considerando as circunstâncias de sua prática, sabe-se que Freud se dedicou de forma bem mais abundante ao estudo da neurose do que ao da psicose ou mesmo da perversão. Apontamos que abarcar as distinções de estruturas psíquicas e suas diferentes formas de amarração com a linguagem não compõem os objetivos desta pesquisa, embora seja importante mencionar tais concepções. Contudo, de qualquer forma e independentemente das estruturas estabelecidas por Freud, é pertinente observar que, diante de diferentes formas de constituição da subjetividade e de posicionamento discursivo, a realidade psíquica impera como grande definidora das experiências humanas, abarcando elementos

inconscientes. Para o autor, tal realidade, privilegiada na psicanálise, é o terreno onde se desenrolam os delírios, as alucinações, as fantasias, os traumas reprimidos e os desejos infantis que continuam a influenciar a vida adulta.

Acerca do conceito de fantasia, citamos Laplanche e Pontalis (1998), que elucidam, a partir de Freud, sobre a oposição entre o mundo exterior – que impõe, progressivamente, o princípio da realidade, por meio do sistema perceptivo – e o mundo interior, que tende à satisfação pela ilusão. Os autores sublinham que a noção de realidade psíquica não é puramente sinônima de mundo interior, campo psicológico, mas designa um núcleo heterogêneo, resistente, configurando-se como uma forma de existência especial, que não pode ser confundida com a realidade material. Para eles, o esforço de Freud e de toda a reflexão psicanalítica consistiria em procurar explicar a estabilidade, a eficácia e o caráter relativamente organizado da vida fantasística do sujeito. Assim, demarcam que as fantasias típicas encontradas pela psicanálise levaram Freud a postular a existência de esquemas inconscientes que transcendem as vivências individuais. Tais fantasias – chamadas “fantasias originárias”, como identifica Laplanche e Pontalis (1998, p. 174) –, são relativas, justamente, às relações familiares.

As ideias relativas à fantasia e à realidade psíquica são importantes neste trabalho, haja vista a importância das fantasias e outras construções subjetivas inseridas na dinâmica psíquica infantil para constituição da subjetividade. Essas concepções são apropriadas também para a compreensão das elaborações relativas às versões de família que são formuladas na realidade psíquica, o que nos interessa enfocar. Referimo-nos, então, ao complexo de Édipo e ao romance familiar, sobre os quais elucidamos a seguir.

3.1.2 Complexo de Édipo em Freud

Com relação ao complexo de Édipo, é possível admitir que ele é um exemplo emblemático do conceito de realidade psíquica, pois apreendemos, com Freud, que, embora o desejo incestuoso e a rivalidade relacionados às figuras parentais não sejam, necessariamente, tão expressivos em experiências conscientes ou objetivas, eles são intensamente vividos na dimensão psíquica. A chamada dissolução do complexo de Édipo envolve uma negociação entre a realidade psíquica e as normas impostas pela realidade externa, sendo correspondente a uma assimilação subjetiva das regras e proibições sociais.

No texto *A Dissolução do Complexo de Édipo*, Freud (1924/1996) elabora que, para o menino, a saída do complexo é consequência de seu medo de perder o pênis e ficar como a menina, que já o perdeu, ou seja, a resolução ou saída do processo é uma consequência da ameaça da castração. Segundo o autor, isso se dá na medida em que alguma figura parental/de autoridade recrimina o menino pela manipulação do órgão genital, ameaçando-o com o risco de perdê-lo. Assim, a criança do sexo masculino, cujo pênis está imaginariamente atrelado ao falo, significante de posse, de completude e de potência, desiste do projeto de tomar a mãe como sua mulher, identificando-se com o pai e protelando sua vivência amorosa. No caso da menina, de acordo com Freud (1924/1996), ela, ameaçada pela possibilidade de perda de amor, irá contentar-se com a possibilidade futura de ter um filho, podendo tomá-lo como equivalente ao falo. Assim, a menina opta por assumir o lugar da mãe e adotar uma atitude feminina para com o pai, sendo a renúncia ao pênis/falo tolerada em função da intenção de compensação posterior.

Freud (1923/1996; 1924/1996), como pressuposto, considera a castração como uma conceituação de uma perda simbólica de um órgão imaginário. E é nesse sentido que aclara a primazia do falo e não dos órgãos genitais, na medida em que concebe um processo psíquico para assimilação da diferença sexual, introduzida pela diferença anatômica, mas não determinada por ela. É por isso que tal diferença deve ser introjetada por meio de um movimento subjetivo complexo. O processo de se posicionar diante da diferença sexual constatada na primeira infância é intrincado e implica em amarrações simbólicas e imaginárias que, na visão de Freud, passam pela vivência edipiana. Em *Esboço de psicanálise*, Freud (1940/1996) retoma o complexo de Édipo e o complexo de castração, afirmando que esse último corresponde ao “trauma mais sério” da vida em seu início (p. 203). O autor relaciona a castração ao complexo de Édipo, marcando que ela está presente na lenda edipiana, associada à cegueira com a qual Édipo se pune após a descoberta de seu crime. Para Freud (1940/1996), essa punição é um “substituto simbólico da castração” (p. 203), assim como o costume da circuncisão, que, de acordo com a suspeita do autor, é relativo ao traço mnêmico oriundo da pré-história da família primeva, na qual o pai cimento realmente despojava o filho de seus órgãos genitais, caso ele fosse um rival no interesse por uma mulher. É interessante observar que Freud (1940/1996) levanta essa hipótese em busca de compreender uma filogenia dos processos psíquicos, cujo esforço aparece ao longo de toda sua obra.

No que se refere ao complexo de Édipo e à função da castração para sua resolução, conforme Freud (1924/1996), as catexias pulsionais dirigidas para o objeto são abandonadas e

substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no eu e então forma o núcleo do supereu, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição contra o incesto, defendendo o eu do retorno da catexia libidinal. De acordo com o autor, as tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo seriam, em parte, dessexualizadas e sublimadas – o que, para o autor, acontece provavelmente com todas as transformações pela via da identificação – e, em parte, inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição.

A partir dessas ideias, podemos compreender o complexo de Édipo como um processo que permite um posicionamento na diferenciação sexual, por meio da identificação com uma das figuras do par parental. Para isso, é necessário que a criança internalize a interdição do incesto como primeira grande proibição, que vai direcioná-la em busca de relacionamentos amorosos além das relações familiares. Na concepção freudiana, isso quer dizer que as figuras marcantes nas primeiras relações infantis servirão de referência para as vivências afetivas e relacionais ao longo da vida, com uma devida assimilação de normas culturais, sendo tal processo essencial para a formação do supereu, da moralidade e da inserção do sujeito na ordem simbólica. De acordo com Freud (1923/2007), as escolhas objetais do primeiro período sexual, que se dirigem às figuras materna e paterna, constituem a identificação primária, formatada no complexo de Édipo. Segundo ele, o desfecho da trama edípica resulta na introdução do objeto no eu, em um processo de identificação, e é nesse sentido que salienta que o supereu ou o ideal do eu é herdeiro do complexo de Édipo.

No que diz respeito ao processo edipiano, citamos Moreira (2004), que distingue que, na obra de Freud, há um outro que comparece, na cena edípica, na sua irredutibilidade, mas é um outro-devorador, representado pelo pai totêmico. Aqui, a autora faz alusão à construção teórica freudiana baseado no mito da horda primitiva, do texto *Totem e Tabu* (Freud, 1912-1913/1996), no qual o pai, considerado tirano, detém todas as mulheres, a ponto de expulsar seus filhos de casa e, por isso, é morto pelos próprios filhos, que o devoram em um ritual antropofágico. Porém, logo após, o pai torna-se simbolizado e o sentimento de culpa que emerge nos filhos os motiva a instituir, sob a forma de tabu, duas normas que passam a reger a sociedade primitiva: a proibição do parricídio e a interdição do incesto. Assim, Freud amplia o conceito de complexo de Édipo para a esfera cultural e antropológica, argumentando que os interditos sociais, como o incesto, têm origem nesse conflito. O autor indica que a proibição do incesto seria um dos fundamentos da civilização, estabelecendo os limites necessários para a convivência social.

Como salienta Moreira (2004), será a partir da morte do pai totêmico e do banquete partilhado entre os irmãos que o outro pré-histórico irá adquirir a condição de outro simbólico e a irmandade, por intermédio do processo de identificação, poderá reconhecer a alteridade e alguma liberdade para busca pelo outro-objeto, proibida pelo pai do totem. Nessa formulação freudiana sobre o complexo de Édipo, os conceitos de identificação e morte do pai irão, segundo a autora, marcar o nascimento do sujeito, criando espaço para a compreensão da constituição do outro-alteritário, na figura do supereu e do inconsciente. Assim, o Édipo constitui-se como uma intervenção que instaura a lei simbólica, da castração, que permite ao sujeito se constituir em seu desejo, podendo persegui-lo em outros objetos de amor que não somente aqueles localizados nas primeiras relações.

3.1.3 *Romances familiares*

No que concerne às postulações de Freud (1909 [1908]/1996) em *Romances Familiares*, o autor descreve as fantasias inconscientes que a criança elabora sobre seus pais. Frequentemente, essas fantasias envolvem a ideia de que eles não são seus pais verdadeiros e que a criança seria descendente de pais mais nobres, poderosos ou idealizados. Assim, o autor elucida sobre o distanciamento da criança de seus pais, ao longo de seu desenvolvimento, liberando-se dessa autoridade, o que seria primordial e observado em todos, em alguma medida, em certa fase da vida. Tendo em vista que, para a criança pequena, os pais constituem a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos, com consequente desejo dela de, nessa fase, igualar-se a eles, Freud (1909 [1908]/1996) postula que, com o desenvolvimento, ela acaba por se dar conta de certa categoria à qual os pais pertencem, comparando-os, então, a outros e adquirindo dúvidas relativas às qualidades extraordinárias que outrora lhes atribuíam. Instala-se, assim, segundo o teórico, uma crítica aos pais, a partir de descontentamentos percebidos, que culmina na constatação da existência de outros pais preferíveis aos seus, em determinados aspectos.

Segundo Freud (1909 [1908]/1996), tais processos fantasiosos – os quais correspondem ao que denomina de “romance familiar do neurótico” (p. 220) – são inconscientes e se constituem como uma realização de desejos e uma retificação da vida real, sendo que o repertório para tal construção dependerá da inventividade e do material à disposição da criança. O autor observa que as ficções familiares construídas conservam, de forma disfarçada, o afeto e as atribuições destinados aos pais pela criança pequena, refletindo uma versão romantizada

anterior, na qual os próprios pais eram sublimemente admirados, retomando a supervalorização que caracteriza os primeiros anos da infância.

De maneira mais pormenorizada, notamos que Freud (1909 [1908]/1996) delimita certos processos pelos quais a criança passa, de forma mais comum, em dois tempos diferentes. Ele descreve um primeiro momento, no qual ela se imagina fazendo parte de outra família, que ela considera a sua verdadeira, sendo que a sua própria família seria adotiva. Nesse primeiro momento, a atitude crítica da criança em relação aos pais é influenciada pelos impulsos mais intensos da rivalidade sexual e também mobilizada por algum sentimento de ser negligenciada e não ter sua afeição devidamente retribuída. Freud (1909 [1908]/1996) menciona lembranças frequentes de indivíduos sem sintomas neuróticos que figuram tais ideias como resposta ao comportamento hostil dos pais. O autor ressalta, ainda, certa influência do sexo, visto que o menino tem maiores tendências a sentimentos e a impulsos de hostilidade contra o pai do que contra a mãe, apresentando desejo mais intenso de libertar-se dele do que dela, o que podemos associar ao processo edípico e suas consequentes identificações.

Ainda nessa primeira fase de elaboração de uma ficção familiar, a atividade imaginativa da criança se incumbe da tarefa de se libertar dos pais, que desceram em sua estima, substituindo-os por outros de melhor prestígio social. E, segundo Freud (1909 [1908]/1996), nessa conexão, ela lançará mão de quaisquer coincidências oportunas de sua experiência para tornar sua fantasia o mais verossímil possível e resolver a inveja despertada nela pelos acontecimentos de sua vida. De acordo com o autor, esse primeiro estágio é alcançado em uma época em que a criança ainda ignora os determinantes sexuais da procriação, sendo, então, um estágio assexual.

No estágio seguinte do processo de afastamento dos pais, uma vez que se dá conta da diferença entre os papéis desempenhados pelos pais e pelas mães em suas relações sexuais, a criança compreende, por conseguinte, “que ‘pater semper incertus est’, enquanto a mãe é ‘certissima’” (Freud, 1909 [1908]/1996, p. 220). Assim, segundo o autor, o romance familiar sofre uma restrição na exaltação do pai pela criança, que deixa de lançar dúvidas sobre sua origem materna, passando a encarar essa origem como fato indiscutível. Visto que a criança já conhece os processos sexuais, ela tende a se imaginar em relações e situações eróticas, motivada pelo desejo de colocar a mãe – alvo de intensa curiosidade sexual – em situações secretas de infidelidade e envolvimento em casos amorosos. Assim, Freud (1909 [1908]/1996) defende que “as fantasias da criança, que inicialmente eram assexuais, elevam-se ao nível do seu conhecimento posterior” (p. 221). O autor explica que as crianças se vingam dos pais por meio

de suas fantasias, já que foram punidas por eles por suas travessuras sexuais. Assim, em ambos os estádios de constituição do romance familiar, permanecem a vingança e a retaliação.

Segundo Freud (1909 [1908]/1996), as fantasias familiares desdobram-se em diversas articulações inventivas, que configuram buscas variadas de soluções e retificações, a partir dos desejos e conflitos infantis, podendo ser utilizadas, por exemplo, para despojar prerrogativas de irmãos, eliminar graus de parentesco proibitórios de uniões com entes que provocam sua atração sexual, dentre uma série de aspectos, que culminam em uma interessante variação de romances familiares. De toda forma, o que Freud (1909 [1908]/1996) evidencia é que, independentemente de suas variações e dos inúmeros quesitos que os romances familiares procuram atender e resolver, o cerne da construção fantasmática é constituído pela busca de retornar à primitiva afeição da criança por seus pais, reproduzindo, em suas obras de ficção, a supervalorização dos próprios pais de outrora e expressando a saudade dos dias felizes do passado, nos quais as figuras parentais enaltecidas inspiravam confiança inabalável.

Segundo Freud (1909 [1908]/1996), a atividade imaginativa faz parte do desenvolvimento, sendo fundamental nos processos psíquicos. O autor elucida que ela “emerge inicialmente no brincar das crianças e depois, mais ou menos a partir do período anterior à puberdade, passa a ocupar-se das relações familiares” (Freud, 1909 [1908]/1996, p. 220). Ele demarca que tais atividades psíquicas, mesmo que raramente lembradas conscientemente, podem, com frequência, ser reveladas pela psicanálise, já que sua acentuação é presente tanto em indivíduos com sintomas neuróticos quanto em pessoas saudáveis. Assim, apesar de Freud (1909 [1908]/1996) delimitar o processo subjetivo fantasmático de construção de uma ficção relacionada à família, situando-o em determinado momento da infância, como um processo marcante e necessário no desenvolvimento, notamos que a fantasia familiar é importante e estende-se para além desse momento em que ela é demarcada com maior ênfase. O autor cita, inclusive no referido texto, para reforçar suas argumentações, devaneios que se prolongam até muito depois da puberdade e também os sonhos de adultos. Sugere, assim, a importância da fantasia em outras fases da vida, o que é compatível com o privilégio do âmbito psíquico inconsciente para a psicanálise. Podemos, portanto, ampliar a análise da noção de romance familiar, já que ele se faz presente em outros momentos da trajetória do sujeito, que não somente na infância, adequando-se aos elementos de cada fase da vida e buscando formas de resolução de impasses via fantasia.

Dessa forma, as ideias de Freud relativas à conjunção do complexo de Édipo e do romance familiar são complementares, demonstrando a complexidade das relações familiares e

o papel da fantasia no âmbito psíquico. Enquanto o complexo de Édipo representa o núcleo do conflito psíquico, envolvendo amor, desejo, rivalidade e identificação, estruturando a lei e o desejo, o romance familiar aparece como uma solução simbólica para que o sujeito elabore as tensões e ambivalências inerentes às relações parentais. Tais ideias representam uma compreensão das dinâmicas inconscientes que moldam a subjetividade.

Para Freud (1909 [1908]/1996), a liberação da autoridade dos pais – processo doloroso, mas necessário, que resulta do curso do desenvolvimento –, é primordial, não só por sua função psicológica, mas também para o progresso da sociedade, que se dá mediante a oposição entre gerações. Assim, o autor, nesse texto, assim como em outras discussões, associa um processo psíquico a um processo relativo à organização social, constitutivo da civilização ou que a influencia. Com esse propósito, Freud também faz uso dos mitos em suas formulações – como o do *Édipo* e do *Totem e Tabu*, citados – para explicar fenômenos psíquicos que correspondem, reciprocamente, aos fenômenos sociais mais amplos. De acordo com Freud (1909 [1908]/1996), os impulsos mentais da infância conscientemente lembrados constituem o fator que nos permite entender a natureza dos mitos.

Esse texto freudiano, como elucidado na nota editorial que o antecede, foi consolidado, como primeira publicação, compondo o livro do psicanalista austríaco Otto Rank sobre mitos – *O Mito do Nascimento do Herói*. Nesse livro, publicado pela primeira vez em 1909, Rank explora a estrutura comum encontrada nos mitos de heróis de diversas culturas ao redor do mundo, propondo que eles refletiriam padrões psicológicos universais. O autor inicia sua análise destacando a universalidade dos mitos de heróis que aparecem em culturas diversas, como a grega, a romana, a judaica, a hindu e a germânica, sugerindo que eles não são meras histórias, mas expressões profundas inconscientes, que refletem desejos, medos e conflitos humanos universais. Ele identifica uma estrutura comum nos mitos de heróis, que geralmente inclui os seguintes elementos: 1) nascimento miraculoso: o herói muitas vezes nasce de maneira incomum ou milagrosa, como um nascimento virginal ou por intervenção divina; 2) profecias e presságios: o nascimento do herói é frequentemente acompanhado por profecias que preveem seu destino glorioso ou terrível; 3) abandono ou perigo na infância: o herói é frequentemente abandonado ou exposto a perigos logo após o nascimento, mas é salvo por intervenção divina ou por pessoas comuns; 4) criação por pais adotivos: o herói é criado por pais adotivos ou por pessoas humildes, longe de sua verdadeira linhagem; 5) descoberta da verdadeira identidade: em algum momento, o herói descobre sua verdadeira identidade e origem, muitas vezes por meio de uma jornada ou prova; 6) conquista e glória: o herói realiza grandes feitos, supera

desafios e alcança a glória, muitas vezes salvando seu povo ou cumprindo um destino grandioso (Rank, 1909/2020).

Rank (1909/2020) elabora uma análise psicológica a partir dos elementos enumerados, utilizando a teoria psicanalítica de Freud para interpretar os mitos. O autor considera que, sendo os mitos resultantes da fantasia humana e uma vez que a pesquisa psicanalítica evidencia os desejos que motivam a formação das fantasias, essa linha de pensamento teria muito a contribuir para o estudo dos mitos. O autor indica que o mito do herói reflete o complexo de Édipo, no qual o herói representa o eu em conflito com a autoridade paterna. Para ele, o abandono e o perigo na infância simbolizam a separação do indivíduo da segurança da fase inicial da vida e a entrada no mundo adulto, repleto de desafios e de responsabilidades, ao passo que a descoberta da verdadeira identidade e a conquista da glória representariam a realização do potencial individual e a superação dos conflitos internos. O autor analisa diferentes mitos de heróis – incluindo os de Moisés, Édipo, Sargão, Ciro, Rômulo e Remo, Jesus Cristo –, mostrando como cada um desses mitos, apesar das diferenças culturais, segue uma estrutura comum.

É importante demarcar que esse ponto de vista de Rank (1909/2020) quanto à contribuição dos mitos para a compreensão do psiquismo é compatível com a visão de Freud, que os utiliza como base para suas elaborações teóricas. Notamos que Freud se fundamenta nos mitos, ao passo que Rank (1909/2020), ao conceber os mitos, assim como Freud, com potencial de esclarecimento sobre os processos psíquicos, se utiliza da teorização freudiana para interpretá-los. Assim, se, em Freud, o mito é que contribui para construção da teoria, em Rank (1909/2020), a teoria é que contribui para a compreensão dos mitos. Dessa forma, as visões dos autores não são contraditórias, apenas apresentam diferentes pontos de partida, com base no mesmo pressuposto: o de que os mitos são relativos aos processos psíquicos e é por isso que Freud os utiliza como alicerce para suas postulações. De toda forma, ambos fazem uma correlação entre os mitos e os processos psíquicos. É pertinente apontar, ainda, que Freud recorre aos mitos buscando ampliar sua análise de diferentes culturas, em sua busca por elementos filogenéticos que pudessem explicar a constituição universal do humano e da sociedade. Nesse sentido, como composição à obra de Rank (1909/2020), Freud (1909 [1908]/1996) dá ao romance familiar um viés antropológico, refletindo sua busca continuada por entender aspectos constitutivos recíprocos da subjetividade e da organização cultural/social.

Em nosso trabalho, é fundamental essa compreensão sobre a função da fantasia e sobre como ela possibilita uma articulação simbólica do sujeito para tomar frente e definir a própria

história, em um caminho para resolver conflitos, com base nos desejos, sobretudo inconscientes. Tais elaborações também são importantes para pensarmos na centralidade das questões familiares em nossas fantasias e, portanto, em nossas subjetividades. De forma geral, podemos pensar que Freud (1909 [1908]/1996) constrói uma formulação e explicação para as possíveis e necessárias saídas que os sujeitos elaboram para dar conta dos impasses de sua trajetória, como uma construção mítica ou fantasiosa para lidar com os conflitos pulsionais inconscientes. Assim, ele acaba explicitando a função de defesa psíquica da fantasia familiar, que visa proteger o sujeito do que é insuportável, o que, no caso da formulação freudiana, tem associação com a perda do apaziguamento pulsional que a família da primeira infância, supostamente, teria assegurado. A ideia irá ganhar outras conotações na discussão de Lacan (1952/2008) sobre o romance familiar, que é considerado por ele como o mito individual do neurótico, no sentido de constituir-se como um modo de organizar um discurso para suprir uma verdade impossível de se transmitir. Propomos entrar nessa discussão com mais detalhes à frente, mas, por ora, interessa-nos pensar na possível ampliação das ideias metapsicológicas freudianas, já que se relacionam à forma como o autor lê a constituição social dos grupos humanos, em busca de alcançar proposições válidas para qualquer contexto, como propõe também Rank (1909/2020).

3.1.4 Família como representante ou transmissora da cultura

Na obra freudiana, está presente, de forma contínua e marcante, a ideia central de busca de conciliação entre impulsos sexuais e exigências do mundo externo. Assim, no que diz respeito às articulações possíveis entre as ideias metapsicológicas da obra de Freud e os construtos mais ampliados no âmbito social, aludimos que, grosso modo, nos textos sociais freudianos – aqui citamos Freud (1912-1913/1996; 1921/1996; 1930/1996) –, a família é concebida como representante ou transmissora da cultura, sendo o espaço que propicia o circuito pulsional, mas, sobretudo, sua repressão. Isso configura seu papel social, já que ela promove certas interdições que possibilitam uma economia pulsional, que são constitutivas da civilização. Freud (1912-1913/1996; 1930/1996), fundamentalmente, postula que a repressão que constitui o caminho da neurose é a mesma que viabiliza princípios moralizadores que resultam na civilização. Em Freud (1921/1996) também vemos que a dinâmica dos grupos é delineada a partir da identificação com uma figura paterna idealizada, que une o grupo e possibilita o controle das massas. Nesse texto, o conceito de identificação, fundamental na

subjetividade, como trouxemos, é também pensado como crucial para a formação e o funcionamento do grupo. Isso ilustra o raciocínio adotado por Freud na construção de sua teoria, que amplia os mecanismos subjetivos para compreender os processos sociais.

Freud (1930/1996), em seu renomado texto *O mal-estar na civilização*, ao se dispor a discutir sobre as bases que edificam a sociedade, com alcance àquilo que não se pode civilizar, que surge como mal-estar, nos faz atinar que estar inserido na cultura significa viver em constante desconforto. No sentido desse texto, a tão sonhada felicidade, que se configura no imaginário social como propósito da vida, é concebida como busca de satisfação, o que, como sabemos, é impossível de ser alcançada. O autor tece toda uma elaboração e argumentação sobre o processo civilizatório, a partir da busca insaciável à satisfação e dos impasses que se evidenciam nos relacionamentos humanos. Assim, trabalha com a noção de pulsão de morte e sua relação com o sentimento de culpa primordial, situado como o problema mais importante da evolução cultural. Dessa forma, as pulsões e seus consequentes conflitos, identificados no plano subjetivo por Freud, em sua metapsicologia, são transpostos para o plano social.

No texto *Futuro de uma ilusão*, Freud (1927/1996), procurando entender mecanismos psíquicos que se ampliam no âmbito social, evidencia o caráter e a função da ilusão no que se refere à transmissão da cultura, com base no desamparo e no sofrimento inerentes aos seres humanos. Por isso Costa (2017) retoma suas ideias para discutir sobre tradição e transmissão, resgatando que as ilusões, além de estarem associadas ao desejo, são marcadas pela transmissão de uma experiência que carrega uma verdade não acessível, ou seja, recalcada, o que é referente à denominada verdade histórica, equivalente ao que chamamos, neste trabalho, de realidade psíquica. Como expusemos neste estudo e de acordo com Costa (2017), a noção de verdade na psicanálise, considera fatos que ocorreram ou não no âmbito da realidade material. Assim, a ilusão se mostra na dimensão da verdade histórica, que aponta para o material inconsciente que foi recalcado e esquecido, na medida em que se trata de um ponto que está na origem da constituição do sujeito. A verdade histórica, nesse sentido, é o retorno deformado dessa operação, sendo, então, a verdade sob uma roupagem simbólica. Dessa maneira, a potencialidade da noção de ilusão indica que a transmissão de uma cultura não se reduz à repetição precisa daquilo que foi herdado por intermédio de nossos antecedentes, estando intimamente associada às condições de perda e de construção criativa de ilusões. O que está em jogo na transmissão é uma tentativa de reinscrição de uma relação que já não se faz presente. Com base nessas acepções, Costa (2017) afirma que, para que uma transmissão se efetive, é

necessário que se abdique de uma certa posição de justeza ou propriedade sobre o que está sendo transmitido, a fim de que o outro receba e se aproprie dessa herança, distorcendo-a.

As concepções de transmissão – abrangendo a dimensão da ilusão e de realidade psíquica ou de verdade histórica – são importantes neste trabalho para nossa compreensão sobre a transmissão que se estabelece nas relações familiares, considerando a complexidade envolvida. É relevante também o caráter fantasmático das experiências psíquicas que aparecem, por exemplo, no romance familiar, e que também nos permite pensar nos mecanismos que se estendem ao âmbito social, ajudando-nos na compreensão de seus fenômenos. Podemos pensar que o que é da ordem da fantasia no campo subjetivo (Freud, 1909 [1908]/1996) aparece na ordem da ilusão no campo social (Freud, 1927/1996). Notamos, ainda, que Freud (1909 [1908]/1996) associa o progresso social ao estabelecimento de uma separação entre gerações, por intermédio da fantasia familiar, ou seja, ao formular o romance familiar, ele cunha a importância de sua função no campo social, sendo necessário seu estabelecimento para que a sociedade evolua. À semelhança do que ocorre na fantasia familiar subjetiva, a transmissão que se dá na cultura não ocorre pela simples transferência absoluta de algo, mas pela sua transmutação. Isso demonstra a predominância do inconsciente na subjetividade ou no mundo psíquico, que determina o rumo dos comportamentos e também das organizações sociais, sem que o saibamos. E é nesse sentido que a psicanálise se estabelece como uma leitura diferenciada de mundo em relação a outros campos de saber.

Demarcamos, aqui, dois pontos importantes: o primeiro é relativo à importância da amarração simbólica para organizar e suportar, em alguma medida, o incontável do domínio pulsional; o segundo diz respeito ao papel da família nesse propósito, que é evidenciado tanto nos processos subjetivos quanto na organização social. Verificamos que a família ganha evidência central não só para a constituição subjetiva, mas também da civilização, bem como na transmissão da cultura. Podemos distinguir, nos textos sociais referidos, o papel social da família, na medida em que procede certas operações na dinâmica psíquica infantil, instituindo princípios fundamentais de regulação social alçados no pacto civilizatório, tal como instituíram-se historicamente na cultura. Assim, a família é responsável por – e, ao mesmo tempo, capaz de – promover tais assimilações na subjetividade infantil. Nessa visão, se a família aparece, nos textos metapsicológicos, como cenário de estabelecimento de objetos libidinais e de percursos possíveis e viáveis para sua atualização, é também ela que encaminha o sujeito para possíveis direções de investimento sexual, de acordo com parâmetros da cultura e adequados ao que Freud denomina de exigências do mundo externo.

Contudo, é pertinente ressaltar que isso não se dá na totalidade imaginária suposta, tendo em vista sempre restar algo da circunscrição econômica da pulsão, ficando descoberto o que não pode se delimitar na ordem da cultura e da civilização, ao que Freud (1930/1996) nomeia mal-estar. Além disso, como mencionamos, a transmissão não é um processo inequívoco e alinhado de fornecimento e assimilação de elementos culturais; ao contrário, é marcada por distorções. A família, de certa forma, sempre fracassa em seu papel e podemos sentir isso no desconforto gerado, por exemplo, pelos sintomas, pelas transgressões infantis e adolescentes e, em dimensão mais ampla, pelos problemas sociais, como desigualdade e violência, que evidenciam um resto real pulsional que surge como impasse.

Outro ponto importante a ser realçado em nossa discussão diz respeito à busca de Freud por dar um caráter universal à sua construção teórica. Ele procura extrair, a partir de sua prática e expandindo o alcance a características antropológicas, elementos filogenéticos que pudessem explicar o funcionamento psíquico e, por conseguinte, o funcionamento social. Mas, uma vez que se utiliza dos recursos dispostos em seu histórico e contexto de vida, é razoável pensar que ele acaba, de certa forma, reproduzindo-os.

Breviglieri (2021) debate sobre essa busca por construir modelos universais que marcou a construção da teoria psicanalítica, procurando sustentar que ela acabou por reforçar o modelo de família patriarcal, que é circunstancial e contingente, mas foi naturalizado nos discursos sociais e científicos, inclusive aqueles alicerçados pela psicanálise. Para o autor, a psicanálise é uma ciência com amplitude de uma filosofia, por sua grandeza e preciosidade cultural, tendo em vista ser adotada como leitura de mundo de forma abrangente. Contudo, demarca que os teóricos dessa área, assim como os de qualquer outro campo de conhecimento, estão inseridos em determinados contextos histórico-sociais. Isso pode parecer uma compreensão básica, mas é mascarado pela ideologia de naturalização e universalização dos processos humanos e sociais, segundo Breviglieri (2021). O autor reforça, assim, a evidência de que qualquer teórico, inclusive da psicanálise, não pode escapar às influências ideológicas e sócio-culturais do ambiente em que é educado e que se desenvolve moral e intelectualmente, o mesmo em que baseia a construção de sua teoria.

No que se refere, especificamente, à formulação de construtos psicanalíticos relativos à família, Breviglieri (2021) percorre por conceitos centrais da psicanálise para demonstrar que seu modelo familiar é, via de regra, o modelo patriarcal, que foi universalizado, nos últimos séculos, pela ideologia hegemônica. Entretanto, o autor argumenta que essa configuração familiar, como demonstrado pela história, pela sociologia e pela antropologia, não é nem nunca

foi a única existente em todos os contextos sociais, não sendo, também, em uma análise científica e/ou filosófica, uma formatação política ou moralmente mais ou menos elevada que qualquer outra. Ele indica, assim, a necessidade de romper criticamente com a narrativa ideológica de universalização e naturalização do patriarcalismo, com cuja perpetuação a psicanálise acabou contribuindo.

Não nos parece ter sido a intenção de Freud reproduzir um parâmetro hegemônico, mas apenas isolar os condicionantes elementares da subjetividade e da civilização. No entanto, concordamos que a teoria psicanalítica e sua propagação acabam por produzir esse tipo de efeito, que pode ser relacionado à busca freudiana por encontrar e construir parâmetros universais. Notamos que, de fato, a temática da família é central na teoria psicanalítica e que Freud a perseguiu em toda a sua obra, sendo que a ênfase recai sobre o poder do pai, que se estabelece como símbolo organizador da cultura, o que reflete e reproduz o modelo patriarcal. O tema permanece como foco da atenção dos psicanalistas e é importante, neste trabalho, elucidarmos as nuances que foram sendo dadas a esse ponto central da psicanálise, já que pode nos auxiliar na compreensão sobre a temática da família e, especialmente, sobre as especificidades das famílias brasileiras, a partir de uma leitura crítica dos conceitos psicanalíticos. Lacan também tomou o pai como central em sua elaboração teórica e a discussão vai ganhando diferentes caracteres ao longo de seu ensino. É interessante apontar que ele, já no início de sua obra, dá grande evidência, justamente, ao patriarcalismo, cuja queda teria inspirado a invenção da psicanálise, sendo esse campo de conhecimento estabelecido por Freud exatamente a partir da crise inaugurada por tal queda (Lacan, 1938/2003).

Vejamos, então, como conceitos centrais freudianos foram tomados e elaborados ao longo da obra lacaniana, enfocando no escopo deste trabalho.

3.2 Família na perspectiva da psicanálise lacaniana

3.2.1 Complexos familiares

Lacan, no início da construção de sua obra e ainda antes de elaborações teóricas mais próprias à sua leitura de Freud, tal como foi se estabelecendo em suas produções, elege a temática da família como central, em *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (Lacan, 1938/2003). Nesse texto mais preliminar, o autor argumenta que a biologia não é o que define a constituição da família, dada sua observação quanto às contingências que instituíram

sua composição no contexto ocidental como equivalente à família biológica. Ele compreende a família como constituída pelas relações sociais e a partir de elementos culturais.

Lacan (1938/2003) concebe diferentes complexos como “‘organizadores’ no desenvolvimento psíquico” (p. 35), discorrendo sobre os três complexos relativos à família: do desmame, da intrusão e de Édipo. Observamos que o autor faz uso do termo “complexo”, atribuindo a ele uma noção de subversão à rigidez instintiva e como fórmula generalizada, que permite a inclusão de fenômenos conscientes também, mesmo que associados a complexos inconscientes. Assim, adota o conceito de complexo por sua associação ao domínio da cultura e do inconsciente:

Ao opor o complexo ao instinto, não estamos negando ao complexo todo e qualquer fundamento biológico, e, ao defini-lo por certas relações ideais, nós o ligamos a sua base material. Essa base é a função que ele assegura no grupo social, e esse fundamento biológico pode ser visto na dependência vital do indivíduo em relação ao grupo. Enquanto o instinto tem um suporte orgânico e não é outra coisa senão a regulação deste numa função vital, o complexo só ocasionalmente tem uma relação orgânica, quando supre uma insuficiência vital pela regulação de uma função social (Lacan, 1938/2003, p. 40).

A leitura proposta é compatível com as ideias freudianas quanto ao desamparo humano, à sua dependência ao grupo social, de forma vital, e ao enfoque além do instinto ou além do biológico, o que se relaciona ao processo de estabelecimento de incorporação da experiência em representações psíquicas. Lacan (1938/2003) também privilegia mecanismos inconscientes, buscando elucidar os complexos que se fundam no desenvolvimento psíquico, a partir da dependência vital relativa ao grupo, não sendo esse desenvolvimento determinado pelo biológico. Nesse sentido, o autor enfoca nos complexos que resultam em simbolização ou, nos seus termos, em sublimações ou incorporações psíquicas de imagos, referentes a cada complexo descrito por ele.

Sobre a função da família e os complexos referidos por Lacan (1938/2003), Nominé (1997) sintetiza:

Lacan isola três complexos. O *complexo de desmame* que organiza as relações entre a mãe e a criança. O *complexo de intrusão* que organiza a relação entre a mãe, a criança e o rival imaginário. O *complexo de Édipo*, que organiza a relação entre a mãe, a criança e a ‘*imago*’ paterna. Então, de certo modo, o complexo de Édipo é o complexo da família paternalista. É uma invenção da psicanálise que coincide com certo acaso da ‘*imago*’ paterna (p. 10-11. Grifos do autor).

De fato, Lacan (1938/2003) defende que o complexo de Édipo que culmina na instalação da imago paterna corresponde à constituição da neurose na modernidade. O autor explicita que sua proposta de leitura ao complexo descrito por Freud, ao ser ordenada de forma metódica, pretende realçar a “consideração tanto das estruturas mentais quanto das realidades sociais”, conduzindo a uma revisão do complexo, de forma a permitir situar a família patriarcal na história e “esclarecer melhor a neurose contemporânea” (Lacan, 1938/2003, p. 52). Nesse sentido, ele entende que o estudo do psicanalista está voltado para as relações da psicologia do homem moderno com a família conjugal, o que estabeleceu condições para a invenção da psicanálise.

Lacan (1938/2003) indica as circunstâncias que constituíram o patriarcalismo moderno, com redução da família àquela composta por pai, mãe e filhos, instituída pelo laço matrimonial, a partir da liberdade de escolha, defendendo que as formas de neurose predominantes no fim do século XIX estariam “intimamente dependentes das condições da família” (p. 76). Nessa elucidação, o autor apresenta, a partir das ideias de Durkheim, seu pressuposto de que “quanto mais diversificadas e mais ricas forem as realidades inconscientemente integradas na experiência familiar, mais formador, será, para a razão, o trabalho da redução delas” (Lacan, 1938/2003, p. 66). A partir dessas ideias, Lacan (1938/2003) argumenta que a redução da família ao seu grupo biológico – embora coincidente não pela hereditariedade, mas por circunstâncias históricas e sociais – está associada a um fenômeno cultural, que ele denomina declínio social da imago paterna, tema bastante debatido e, por conseguinte, elaborado, ao longo de suas produções e nas discussões de seus leitores. Para o autor, esse declínio, marcado “nas coletividades mais desgastadas por seus efeitos: a concentração econômica, as catástrofes políticas” (Lacan, 1938/2003, p. 67), está ligado à dialética da família conjugal, sendo relativo ao crescimento sensível, por exemplo, das exigências matrimoniais. Assim, o declínio da imago paterna constitui uma crise psicológica e pode ser relacionada ao surgimento da própria psicanálise (Lacan, 1938/2003).

O autor discute o contexto das produções freudianas, apontando suas motivações para a formulação do complexo de Édipo, a partir da diversificação de configurações familiares de sua época, com consequente busca por uma fórmula generalizada para a compreensão do núcleo das neuroses. De acordo com Lacan (1938/2003), a determinação principal da neurose está “na personalidade do pai, sempre de algum modo carente, ausente, humilhada, dividida ou postiça” (p. 67). Em sua concepção do processo edipiano, a carência relativa à imago paterna, em declínio social, é que viria estancar “tanto o ímpeto instintivo quanto a dialética das

sublimações” (Lacan, 1938/2003, p. 67), sendo essas sublimações ou constituições de imagens consequências dos complexos familiares.

Dessas elaborações lacanianas, ressaltamos a ênfase dada à constituição social da família e seu papel de transmissora da cultura, a despeito da influência da consanguinidade e da biologia. Ao admitir a contingência histórica da família tal como se configurou na modernidade, Lacan (1938/2003) se opõe à naturalização da família nuclear, que denomina “família conjugal” (p. 33), acordando com a designação dada por Durkheim, pela sua conotação de estabelecimento a partir do laço ou união entre o pai e a mãe. Isso possibilita relativizar e situar as diferentes configurações familiares, já que o fato de estarem atreladas à cultura demonstra sua contingência histórica e as variadas possibilidades de sua apresentação, ao contrário da noção de instinto, que fixa o ser humano em parâmetros biológicos universais. Ainda assim, notamos que Lacan (1938/2003) procura compreender um caráter, se não universal, ao menos imprescindível ou estruturante do desenvolvimento psíquico humano, mesmo que relativo à constituição que se estabelece na cultura, o que nos interessa entender com mais detalhes neste trabalho.

De acordo com a análise de Zafiroopoulos (2009) desse texto laciano, sua tese central diz respeito ao argumento de que o declínio da imagem paterna estaria ligado à contração da família ocidental, que ficou, então, configurada pela família conjugal. Para o autor, em leitura a Lacan (1938/2003), a queda do valor social do pai da família ocidental teria determinado o declínio de sua fecundidade subjetiva no complexo de Édipo. Ele elucida três consequências principais, que resumem as deduções que podem ser estabelecidas segundo a lógica do texto: 1) a referida falta de fecundidade teria permitido a Freud descobrir o complexo de Édipo sob uma forma degradada, possibilitando, então, a Lacan, isolar aí o ponto de real clínico, do que decorreu a invenção mesma da psicanálise; 2) a evolução histórica das formas de neuroses dependeria do agravamento do declínio da família e da imagem de seu chefe, no caso o pai da família patriarcal, levando Lacan a buscar estabelecer parâmetros para distinguir a neurose contemporânea a partir da degradação da personalidade do pai; 3) poderíamos, deduzir, assim, que a forma de família com melhores condições de liberar o impulso instintivo com a dialética das sublimações seria a família paternalista.

Zafiroopoulos (2009) cita as menções de Lacan (1938/2003) às famílias de homens eminentes, que ilustram a transmissão do ideal do eu do pai ao filho, mencionando, também, as condições de declínio do pai chefe de família, no contexto ocidental, associadas à sua contração. O autor situa que, para o Lacan anterior ao seu retorno a Freud – circunscrito entre 1938 e 1953

–, o declínio sócio-histórico do pai de família se escorava na redução da família ocidental. Zafiroopoulos (2009) realça a fonte de Lacan para essa ideia, qual seja: Émile Durkheim, pai da sociologia francesa, mais precisamente, em seu curso de 1892, que ensinava o que chamava de lei da contração familiar. Segundo essa teoria, a família ocidental teria passado da perenidade de suas formas originais amplas e harmoniosas à sua forma conjugal portadora da anomia. É pertinente aludir que, apesar do marcante sucesso dessa teoria, ensinada até os anos 1980, em todas as faculdades renomadas de ciências humanas e infiltrada em numerosos trabalhos de pesquisa, inclusive no campo psicanalítico, ela foi refutada pela comunidade internacional dos historiadores e dos demógrafos, que chegou a um consenso sobre o fato de que a frequência desse tipo de família foi o tempo todo proeminente em toda a Europa. Zafiroopoulos (2009) problematiza, assim, os supostos e defendidos benefícios do patriarcalismo, bem como a sustentação de sua predominância na história, em modelos mais amplos de família. O autor lembra que, na Roma antiga, a frequência da forma conjugal da família foi igualmente dominante e que, além disso, quando houve um patriarca, ele também podia ser figurado por outras pessoas que não somente o pai. Ele discute, então, as condições sociais do edipismo desse patriarcado, pontuando que a família conjugal não é uma invenção do século XX nem mesmo do século XIX, já que, remontando à história das sociedades ocidentais, ela aparece como a forma de família mais frequente em diferentes épocas.

De fato, como vimos nesta tese, na discussão sobre a família na perspectiva social e histórica encontramos, em diferentes contextos ocidentais, grupos conjugais opostos a grupos mais extensos além de pais e filhos. Verificamos, por exemplo, em composição reduzida, a família natural da Roma Antiga, a família do período medieval europeu e a nuclear típica da modernidade – formato da família conjugal aludida por Lacan (1938/2003) –, em oposição a composições mais extensas, como os clãs da Roma Antiga e a linhagem do período medieval (Ariès, 2017; Azeredo, 2020). De forma correspondente, na historiografia brasileira, identificamos as famílias patriarcais características do período colonial, com configuração mais abrangente, parecida com a linhagem ou com o clã, mas também a presença de famílias reduzidas, que se tornaram predominante após o período colonial (Muaze, 2011; 2016; Samara, 1997; 2002; Scott, 2009). Dessa forma, observamos que grupos sociais com formatações mais amplos ou mais restritos surgem e ressurgem na história ocidental, demonstrando que, de fato, a família conjugal está longe de ser uma invenção recente.

De acordo com Zafiroopoulos (2009), os especialistas das ciências sociais, inclusive da antropologia, como Lévi-Strauss, demonstraram, em amplo acordo, que a família conjugal é a

mais frequente em diversos contextos, o que arruinou cientificamente a teoria durkheimiana da contração familiar. É nesse sentido que o autor sustenta a distinção entre dois momentos marcantes da teoria lacaniana, que se configuram como objeto de suas pesquisas, quais sejam: o período 1938-1953, no qual as postulações de Lacan têm uma articulação mais direta às ciências sociais e sustenta o declínio do pai; e o período 1953-1957, marcado pela influência de Lévi-Strauss e pelo retorno a Freud. Zafiroopoulos (2009) argumenta que, desde os anos 1950, Lacan havia mudado seu repertório conceitual, mais especificamente no que diz respeito à análise da família, à questão do pai e, de um modo mais geral, às leis constitutivas do inconsciente, que ele desloca do registro da família para o das leis da fala e da linguagem. Tais elaborações, localizadas no retorno de Lacan a Freud, têm embasamento na antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, que modificou profundamente o campo das ciências sociais, na França, assim como as pesquisas de Lacan.

Aqui, podemos destacar os fundamentos da antropologia e da linguística nas construções teóricas de Lacan sucessivas ao escrito de 1938 e situar influências predominantes, mas cabe-nos, sobretudo, enfatizar seus temas de interesse, que surgem desde essa formulação inicial e permanecem ao longo de seu ensino, incorporando outras conotações. Nesse sentido, notamos seu interesse central pelo tema família, especialmente relativo ao conceito de pai e à sua função. Ainda nesse texto de Lacan (1938/2003), é válido demarcar que ele discute sobre a função formal que os complexos familiares cumprem nas psicoses e nas neuroses, que nos levam a reforçar suas temáticas de interesse às quais nos referimos. O autor visa compreender as diferentes condições de instalação da neurose e da psicose, ambas ligadas às relações familiares, ideia que segue com o autor em suas elaborações, tomada em outros aspectos.

De acordo com Nominé (1997), nesse primeiro texto sobre família e seus complexos, encontram-se os fundamentos do pensamento lacaniano, avaliação que nos parece pertinente. Percebemos que, com o avançar de suas elaborações, o privilégio ao campo social e cultural, marcante nesse escrito inicial, irá adquirir novas conotações com a incorporação de conceitos da linguística, dando às formulações a noção da constituição subjetiva no campo da linguagem ou no campo do Outro. Nessa acepção, como mencionamos, podemos compreender que as leis da linguagem funcionam em um nível inconsciente e tais ideias vão sendo incrementadas ao longo da obra de Lacan.

A função do pai, entendida, em 1938, como a incorporação da imago paterna no complexo de Édipo, via sublimação, também vai adquirindo outras noções, mas sempre centrais para pensar as formas possíveis de estruturação psíquica. Como citamos com Zafiroopoulos

(2009), o Nome-do-Pai é uma noção fundamental para a compreensão das psicoses e Lacan (1938/2003) já demonstra importante interesse pela compreensão sobre a relação entre psicose e a função da família, haja vista sua trajetória, na qual esteve incluída, de forma significativa, a clínica da psicose. Podemos observar que, com a evolução de seu ensino, Lacan irá avançar nas formulações da função da família em sua transmissão simbólica, desenvolvendo acepções relativas à função paterna e sustentando, em certo momento, as funções materna e paterna como operações relativas à constituição subjetiva da criança (Lacan, 1969/2003). Vale destacar que um ponto permanece: o conceito de pai e sua função para a entrada na neurose. Da mesma forma, mantém-se, nesse texto de 1969, o foco de Lacan em compreender a função da família reduzida ou conjugal.

É válido questionar se Lacan (1938/2003; 1969/2003) não estaria buscando entender o que se construiria como um núcleo estruturante da subjetividade, que, coincidentemente, ficou figurado pela família conjugal, na história da modernidade e mesmo posteriormente. É relevante apontar que, em Lacan (1969/2003), o texto inicia mencionando o fracasso das utopias comunitárias, a partir do que o autor procura isolar a função da família conjugal na constituição subjetiva. Então, dada a tentativa malsucedida das comunidades de eliminar esse núcleo constitutivo que a família conjugal materializa, Lacan (1969/2003) evidencia que a constituição subjetiva é referida às operações que se dão por intermédio das funções exercidas por esse núcleo central, quais sejam, as funções materna e paterna, contingencialmente equivalentes à família conjugal, composta por pai, mãe e filho. Como aludimos, essas acepções vão ganhando conotações diferenciadas ao longo da teoria lacaniana, mas interessa-nos verificar se, diante das reformatações familiares ocorridas ao longo da história, permanece isso que Lacan (1969/2003) associa a uma “irreducibilidade de uma transmissão” (p. 369), que estaria ligada às operações correlatas à constituição subjetiva. É importante refletirmos, em nosso trabalho, se haveria e o que seria o núcleo familiar – ou, ao menos operatório quanto à estruturação psíquica – de uma criança cuja trajetória de vida é marcada por uma lógica descontínua, dispersa e múltipla. E, ainda, interessa-nos analisar se esse irreduzível operado pela família seria um parâmetro para pensar as famílias atuais da realidade brasileira.

Nessa direção, é importante pontuar que, assim como destacado nesse texto introdutório, Lacan (1938/2003) mantém interesse e enfoque no correlato paterno e sua função, o que vai avançando de forma central em sua obra. Bispo *et al* (2017) apresentam o trajeto percorrido nas primeiras formulações de Lacan sobre o tema e elucidam que, embora seja um percurso cronológico, as formulações sucessivas não representam um abandono das anteriores. Ao

contrário, os autores consideram que cada abordagem guarda sua especificidade, ainda que o desenvolvimento da teoria do significante e da articulação da cadeia simbólica venha trazer, para a questão do pai, perspectivas diferenciadas. Considerar as sucessivas elaborações que foram construídas ao longo das produções lacanianas sem buscar sobreposições conforme a cronologia também se aplica à nossa proposta, tendo em vista que, como afirmam Bispo *et al* (2017), as formulações sobre o tema família e funções correlativas, em Lacan, continuaram sendo repensadas até o final de seu ensino. Além disso, estamos de acordo com Nominé (1997) quanto à afirmativa de que o texto preliminar de Lacan (1938/2003) contém os fundamentos de seu pensamento, sendo, portanto, interessante arquitetar caminhos a partir dele. Portanto, reforçamos que o interesse pela temática da família e a busca por compreender sua função permanecem marcantes no ensino de Lacan e, dentro do foco do nosso trabalho, nos interessa percorrer pelas ideias principais que ele vai estabelecendo em torno do tema.

Um ponto importante nesta pesquisa, abordado em Lacan (1938/2003), diz respeito à família patriarcal, cuja transformação, por meio de sua redução, configura uma crise psicológica. Como citamos, o texto de Lacan de 1969 alude à família conjugal e anuncia o interesse em localizar o que seria o irredutível da transmissão dessa família, logo, do que não se poderia prescindir concernente à constituição subjetiva. Se, antes, Lacan (1938/2003) associa uma crise à queda do patriarcalismo e à sua restrição pela família conjugal, parece-nos que ele busca, nesse texto de 1969 e em outras produções – como esboçado em 1938 e seguindo o caminho iniciado por Freud –, isolar o núcleo constitutivo da subjetividade, o que, em 1969, aparece associado às funções materna e, especialmente, à paterna. No que diz respeito à afirmativa de Zafiropoulos (2009) de que, em Lacan (1938/2003), a família paternalista seria aquela com melhores condições de liberar o impulso instintivo com a dialética das sublimações, cabe um apontamento: mesmo que exponha, de forma explícita, sua posição de que não comunga com a opinião de que o retorno do sistema patriarcal pudesse resolver a crise psicológica que sua queda instalou, ao que nos parece, Lacan procura compreender algo primordial da função da família e da transmissão que opera para a constituição da neurose como estrutura que organiza não só a subjetividade, mas também a sociedade contemporânea. Nessa direção, se a imago paterna não é mais capaz de assegurar uma organização social, como anteriormente, será que Lacan, em 1938 e também em 1969, não estaria tentando situar o que estaria em jogo aí? Em outras palavras, ele não estaria buscando, na família conjugal, um ponto estruturante da contemporaneidade, ao menos da neurose contemporânea, que pudesse isolar o núcleo primordial que opera a constituição subjetiva e, por conseguinte, a organização social?

Se pode ser claro que é essa a formulação construída pelo teórico, demarcamos que não é sem dificuldades que conseguimos extrair seus pontos nodais e seguir suas elaborações, haja vista a complexidade e a densidade de seu ensino, que vai adquirindo renovadas nuances. Assim, voltando ao objeto de nosso trabalho, destacamos que o patriarcalismo se mantém como uma referência central, nem que seja como oposição a esse núcleo estruturante que Lacan (1938/2003) tenta indicar, que acabou sendo evidenciado na família conjugal e inspirou o início do debate psicanalítico.

Nesse sentido, outra observação, correlacionada a esse primeiro ponto destacado sobre o patriarcalismo, é a de como, no estudo sobre a família, sua marca sempre parece surgir e ressurgir, em constantes e renovados elementos, sendo um ponto central na historiografia sobre família, assim como nas teorizações relativas à temática. Verificamos, também, como o sistema patriarcal é ainda central em nossa cultura ocidental, ressurgindo na atualidade como um retorno até mesmo reivindicado nos discursos sociais. Se Freud pode ser apontado, criticamente, pelos efeitos de reprodução e de reforço ao patriarcalismo em sua teorização, devido à naturalização que decorreu de sua busca por parâmetros universais – filogenéticos e antropológicos –, Lacan, como anuncia Guerra *et al.* (2019), faz uma distinção radical entre a família biológica e a estrutura cultural da família humana, marcando o afastamento da abordagem espontânea que associa a composição familiar ao registro biológico. Os autores argumentam que, ao retomarmos o complexo de Édipo como chave de leitura clínica, é possível considerar que ele não está posto, *a priori*, como universal, mas como relativo e interdependente do funcionamento familiar determinado pela evolução histórica da sociedade. Assim, de acordo com eles, é possível lermos, desde esse ponto da teoria lacaniana, que a relativização histórica do Édipo denota o enfraquecimento da sua universalidade, produtividade cultural e subjetiva, encerrando a clínica do ideal matizada pela apoteose do pai. Se Lacan (1938/2003), à época, como alude Miller (2005), ainda não dispunha dos conceitos de simbólico, de significante e de estrutura, ao localizar a família paternalista no plano da história, já anunciava o declínio da imago paterna e, consequentemente, da família patriarcal como chave de leitura socio-clínica para a compreensão do mal-estar atual. Dessa maneira, é importante ressaltar, como apontam Guerra *et al.* (2019), que as regras de caráter familistas, dedutíveis do texto de 1938, serão posteriormente substituídas por Lacan pelas regras simbólicas da linguagem, o que nos permite repensar a função do pai a partir da categoria psicanalítica do Nome-do-pai e, posteriormente, de suas declinações.

Acompanhemos, então, como irão se circunscrevendo os construtos lacanianos relativos à família e à sua função, dentro dos objetivos de nosso estudo. Direcionados pelos propósitos deste trabalho e, portanto, com a finalidade de compreender as especificidades dos romances familiares no contexto brasileiro, será importante elucidar as diferentes acepções sobre as relações familiares na leitura lacaniana.

3.2.2 *Complexo de Édipo pela via do romance familiar*

Seguindo com o trajeto pelas ideias de nosso tema na obra de Lacan, referimos que, em 1952, em *O mito individual do neurótico*, o complexo de Édipo adquire um valor mítico e, portanto, simbólico. O autor utiliza-se do romance familiar discutido por Freud (1909 [1908]/1996) para analisar o caso do homem dos ratos, concebendo o romance familiar como um mito individual. Nessa discussão, o mito é balizado, a partir de Lévi-Strauss, como o que confere uma fórmula discursiva a algo que não pode ser transmitido, como um modo de organizar um discurso para suprir uma verdade impossível de transmitir, acabando por satisfazer, forçosamente, as exigências da estrutura da linguagem, como demarca Nominé (1997). É nesse sentido que o complexo de Édipo adquire um valor de mito, já que, de acordo com Lacan (1952/2008), ele exprime, de forma imaginária, as relações fundamentais características de um certo modo de ser numa determinada época. A partir dessa concepção, o autor coloca que podemos identificar a função dos mitos na própria experiência do neurótico e, para ilustrar e sustentar suas formulações, ele retoma o caso a partir do qual Freud (1909/1996) discute sobre o funcionamento da neurose obsessiva. Desse modo, Lacan (1952/2008) elucida sobre a função do mito e chega a admitir que as construções neuróticas do obsessivo podem acabar se aproximando de construções delirantes.

Notamos que o autor explora a estruturação da neurose como uma narrativa particular inconsciente, propondo que o neurótico constrói um mito pessoal para lidar com conflitos, principalmente aqueles ligados ao complexo de Édipo. Esse mito configura-se como uma estrutura simbólica que organiza desejos, proibições e sintomas, funcionando como uma defesa contra o trauma do real inassimilável, já que, sendo estruturado na linguagem, insere-se na ordem simbólica como sistema de signos e de normas sociais. Assim, o mito serve para mediar a relação do sujeito com o desejo e a lei, nesse momento da elaboração lacaniana já representada pela noção do Nome-do-Pai – o que ele irá sistematizar posteriormente –, e o processo edipiano permanece tendo um valor central na constituição da neurose. Nessa visão, o mito individual

seria uma narrativa defensiva que procura mascarar uma falta constitutiva, no sentido de evitar o confronto direto com o desejo traumático e organizar os sintomas em uma história coerente.

Lacan (1952/2008) propõe o mito individual do neurótico como a formulação discursiva de um roteiro fantasístico da relação inaugural do sujeito com pai e mãe, buscando especificar a união entre eles, a partir de traços. É nesse sentido que Nominé (1997), ao discutir sobre a função do romance familiar a partir das ideias de Lacan (1952/2008), explica que ele serve para dar conta da não existência da relação sexual, que aponta o real na relação entre os pais, evidenciando sua verdade. Assim, a criança, para se arranjar com essa verdade, constrói um romance, para que os significantes copulem, já que a inexistência da relação sexual no inconsciente – que indica a impossibilidade de sua inscrição – evidencia que só os significantes podem copular. Nominé (1997) constrói suas elaborações também a partir da leitura do texto freudiano sobre o romance familiar, no qual podem ser localizados dois momentos, como vimos: um primeiro tempo assexuado, no qual a criança desconhece as condições sexuais de seu nascimento e, por isso, inventa um novo pai e uma nova mãe, imaginando-se pertencente a uma outra família mais valorosa do que a sua; e um segundo tempo, no qual a criança compreende a certeza da mãe e a incerteza do pai, o que quer dizer que ela enfrenta a falta do simbólico para assegurar a relação sexual. De acordo com Nominé (1997), diante da incerteza que caracteriza o desejo da mãe, mas também o do pai, a criança necessita afastar-se do pai que agora conhece para voltar àquele no qual acreditou em seus primeiros anos da infância. O autor indica, portanto, que, nesse segundo tempo, o romance familiar restaura a imagem do pai.

A partir das elaborações de Lacan (1952/2008), podemos ressaltar que o mito é construído a partir da história pessoal de cada um, mas implica, como toda fantasia, uma reinvenção significativa. Portanto, nessa discussão, há uma dimensão importante, que diz respeito à função da fala ou da construção de uma narrativa, tal como é concebida pela psicanálise, sob uma perspectiva própria. Nessa conjuntura, considera-se que o sujeito que fala ao psicanalista constrói o mito individual fundante da sua neurose.

Aqui, cabe uma elucidação desse domínio da narrativa, já que, dentro do escopo do nosso trabalho, ela é importante para a compreensão da função da novela familiar e de sua noção na teorização lacaniana. Para isso, aludimos que Bianco, Costa-Moura e Solberg (2010), ao discutirem sobre narrativas e transmissão, recorrendo a Benjamin, discorrem que, com o individualismo moderno, a narrativa passa a ser centrada no eu. E, nesse contexto, o fio narrativo que antes tecia a trama da experiência compartilhada fica reduzido a uma função ilustrativa, dando lugar ao que Freud (1909 [1908]/1996) caracterizou como o romance familiar do

neurótico. Conforme as autoras, o neurótico é aquele que fracassa na tarefa de tomar o seu lugar na oposição geracional: o que era dado na transmissão anteriormente, ou seja, que um filho ouvisse a palavra do pai (e se situasse em relação a ela), torna-se uma questão a ser resolvida, pode-se dizer, por cada um. Assim, o romance terá que ser construído individualmente e é nessa construção que cada um poderá fazer o seu lugar, com vistas à retificação da vida.

É interessante observar que, sob um viés teórico diferente, com base na concepção de narrativa de Benjamim, as autoras demarcam o cabimento do romance familiar formulado por Freud, diante das características que marcaram sua época. Em sentido semelhante, podemos pensar, com Lacan (1938/2003; 1952/2008), que o que justifica a necessidade de instalar um mito individual, a partir dos impasses subjetivos, é justamente a queda de referências simbólicas modernas. Se, para Benjamim (*apud* Bianco; Costa-Moura; Solberg, 2010), disso decorreu uma mudança da função da narrativa, podemos entender que o declínio da imago paterna foi o que estabeleceu condições para que o mito individual se fizesse necessário.

Segundo Bianco, Costa-Moura e Solberg (2010), é possível situar a invenção da análise como forma de dar lugar não a um resgate do passado, como tal, mas “ao sujeito que, ejetado da História, sofre de reminiscências”³ (p. 21). Não encontrando o seu lugar a partir de uma indicação prévia, é preciso que o neurótico construa o seu lugar. As autoras salientam que, no romance, isso se realiza pela busca incessante de sentido, que suporta as vicissitudes das experiências de um eu que não encontra mais amparo na experiência comum. Para elas, com a análise, frente ao que se coloca como fracasso em ocupar ou em investir um lugar, inaugura-se uma *práxis* que concerne ao sujeito e não mais ao eu individual. Nesse contexto, a psicanálise não restaura simplesmente a narrativa como considerada anteriormente, porque suas condições de possibilidade não existem mais, mas se demarca no romance, que surge no mesmo tempo de declínio da narrativa.

Voltando ao texto freudiano sobre os romances familiares, Bianco, Costa-Moura e Solberg (2010) lembram uma breve menção feita aos traços sobre os quais o sujeito se apoia para narrar a sua história, ideia mantida por Freud durante toda a sua obra, conforme as autoras.

³ As autoras fazem alusão às elucidacões de Freud (1893-1895/1996) sobre os traumas como memórias recalçadas das históricas, cujos efeitos surgem em forma de sintoma, em geral corporal, mesmo que não possam ser recordadas. Nesse sentido, as reminiscências referem-se a fragmentos de memórias, experiências ou afetos do passado que, embora reprimidos, ressurgem na consciência de forma parcial, simbólica ou distorcida, fazendo-se sentir em seus efeitos sintomáticos, principalmente. Elas representam, assim, tentativas do inconsciente de manifestar o que foi excluído da consciência, não sendo registros objetivos, mas reconstruções subjetivas, portanto, vestígios deformados pela dinâmica psíquica, carregados de significados latentes. Desse modo, as reminiscências remetem ao inconsciente e são relativas à chamada verdade histórica ou realidade psíquica.

Elas aludem que se trataria do que ele mais tarde vai chamar de “fósseis de referência” (Freud, 1939/1996, *apud* Bianco; Costa-Moura; Solberg, 2010, p. 22), os quais remetem às construções feitas na narrativa de uma análise. Nessa leitura, o neurótico criaria seu romance sobre os pais enaltecidos por meio dos traços que restaram de sua lembrança da infância. Ainda sobre a função da narrativa ou dessas construções ficcionais, Bianco, Costa-Moura e Solberg (2010) retomam Lacan (1952/2008) e identificam que o autor localiza, precisamente nesses vestígios, um lugar de fenda no saber por onde a verdade do sujeito emerge e é resgatada. Tais vestígios aparecem na fala e dão lugar às operações da história que são realizadas a partir deles. De acordo com as autoras, em leitura a Lacan (1952/2008), apoiando-se nos vestígios, será possível ao sujeito criar uma ordem histórica ou reordenar a sua história. Bianco, Costa-Moura e Solberg (2010) se referem a um corte que faz emergir a verdade do sujeito e funda o real que terá estado aí desde sempre. Nessa visão, o real que comparece com a chamada cena real é que reordena a história clínica. De acordo com as autoras, trata-se do “real que, desde que essa história mostrou portar a verdade do sujeito, *terá servido* (só depois) como ponto de ancoragem” (Bianco; Costa-Moura; Solberg, 2010, p. 22. Grifos do autor), demarcando uma “estranha temporalidade”, que a psicanálise inaugura e com a qual trabalha. Como sabemos, a temporalidade própria à psicanálise é *a posteriori*, mas não simplesmente remetendo ao tempo posterior; ela também contempla o passado evocado e ressignificado, em novas associações, abarcando, então, o passado criado posteriormente. Esse passado, embora anterior, só surgirá quando criado no tempo posterior.

É interessante privilegiarmos esses pontos em nossa discussão, porque nos permite compreender os fenômenos observados nesta pesquisa, pelo viés da verdade histórica e da temporalidade própria à psicanálise. Assim, ao procedermos com a escuta dos sujeitos na pesquisa de campo e também com a análise dos dados produzidos, enfocamos não na realidade material ou na experiência factível narrada, mas nos posicionamentos discursivos e em seus desvios, que nos indicam o sujeito da enunciação, isto é, inconsciente. Assim, não temos o intuito de acessar dados já estabelecidos, porque estamos advertidos de que foi a oportunidade de pesquisa que os produziu e, nessa perspectiva, é preciso considerar as condições de sua produção, inclusive relativas aos componentes transferenciais.

No que se refere, mais especificamente, ao tema de nosso estudo, trazer esses esclarecimentos em nossa discussão teórica nos possibilita compreender a que servem as fantasias familiares, como narrativas construídas para lidar com a realidade familiar e a trajetória de vida dos sujeitos participantes. Se eles narram sobre suas histórias e sobre suas

dinâmicas familiares, o que representa a cena real, essa só pode aparecer revestida simbolicamente pelo discurso produzido e pela via do sentido que esse discurso busca estabelecer. Ao narrarem, os sujeitos produzem uma amarração simbólica que tem uma função para eles, exatamente o que nos interessa verificar. Dessa maneira, é fundamental entendermos, de forma pormenorizada, as concepções psicanalíticas sobre o romance familiar em Freud, estendendo seu alcance à leitura lacaniana, além de nos direcionarmos pela ética psicanalítica, no modo de operar e conduzir nossa pesquisa.

Compreendemos que as noções sobre as quais explanamos com Bianco, Costa-Moura e Solberg (2010) são fundamentais para analisarmos a função do romance familiar, na perspectiva de conceitos psicanalíticos, porque podemos entendê-lo justamente em sua função de encobrir o real relativo ao sexual, o que ele nunca vai conseguir. Mas é daí que advém a necessidade de construí-lo, o que não se restringe ao período da infância. Concernente à intercessão entre esses pontos e o escopo desta pesquisa, achamos importante examinar a função do romance familiar, pensando ser essa a elaboração significativa que se transmite em análise, segundo Costa-Moura e Solberg (2010). E, nesse sentido, podemos notar que as dimensões da narrativa e da temporalidade, na perspectiva da psicanálise, aplicam-se à construção da novela familiar, tendo em vista que ela visa recobrir justamente aquilo que acaba por revelar, o que não consegue circunscrever, justamente relativo ao real.

Busquemos entender, agora, as acepções elaboradas por Lacan sobre a função simbólica da família e, depois, pensar no que resta dessa operação simbólica. Isso será importante para alcançarmos uma reflexão sobre as famílias contemporâneas e, por conseguinte, examinarmos as especificidades das famílias brasileiras e das configurações de suas ficções fantasmáticas.

3.2.3 *A função simbólica da família conjugal*

No texto *Nota sobre a criança*, Lacan (1969/2003) evidencia que a condição para a constituição subjetiva seria um desejo não anônimo a ser transmitido e, para isso, são necessárias operações relativas às funções da mãe e do pai. Como citamos, o autor parte da ideia do fracasso das utopias comunitárias, ressaltando o irredutível de uma transmissão. Na época, estava em voga a discussão dessas práticas das comunidades, que, segundo Teperman (2015), “eram anunciadas não só como uma inovação, mas também como uma maneira de prescindir da família” (p. 230). Nas palavras de Lacan (1969/2003, p. 369):

Ao que parece, ao ver o fracasso das utopias comunitárias, a posição de Lacan nos lembra a dimensão do que se segue. A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo. É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.

O primeiro aspecto que destacamos no texto é a marcante referência à família conjugal, que permanece em diversas sociedades. Em nossa leitura, isso reforça a impressão de uma intenção de Lacan em isolar, na família conjugal, o núcleo estruturante da subjetividade, o que está presente em sua teorização desde 1938, como vimos. Com relação a essa constituição subjetiva – que, para o autor, é de outra ordem que não a da vida relativa à satisfação de necessidades –, o pressuposto que observamos é semelhante àquele que Lacan (1938/2003) estabeleceu na diferenciação entre instinto e complexos familiares. Nesse texto de 1969, contudo, ele incorpora acepções mais sistematizadas, relativas às funções simbólicas da família, o que estava associado, no texto de 1938, à função social da família de transmissão da cultura.

Concernente à função de resíduo exercida e mantida pela família conjugal, que tem relação com a transmissão que condiciona a constituição subjetiva, ela implica em um desejo não anônimo. Portugal (2018), a partir dessa referência, destaca que o termo “resíduo”, na linguagem cotidiana, quer dizer resto, ou seja, o que resta em uma operação por agentes externos. Para a autora, daí surge outro sentido, indicando resíduo como fundo, âmago ou raiz. Portugal (2018) sublinha que a função de transmissão coloca em jogo o ponto que cada um toma para si, de forma particular: “Algo que, ao mesmo tempo, é subjetivo e também é uma oferta de cada sujeito ao valor dessa transmissão que não se reduz” (Portugal, 2018, p. 181).

Cabe lembrar que, como vimos em Freud (1927/1996) e na leitura dele realizada por Costa (2017), a transmissão acarreta uma apropriação inventiva, que evidencia uma não equivalência de intenções ou conteúdo das partes de quem transmite e para quem a transmissão é feita. Bianco, Costa-Moura e Solberg (2010) também esclarecem que a transmissão, na perspectiva da psicanálise, considera a dimensão do real. Podemos ressaltar, ainda, a ligação da transmissão aos mecanismos inconscientes, o que a distancia de uma intencionalidade. Voltolini (2011), ao buscar especificar a transmissão, diferenciando essa noção de educação, afirma que, enquanto educar refere-se à ação de colocar em signos, o que exige uma intencionalidade consciente e deliberada na direção de passar certa significação, transmitir indica algo que

passamos adiante à nossa revelia, como acontece com a transmissão de um vírus, por exemplo, o que denota a ausência de intenção consciente.

Logo, isso vale para a constituição subjetiva, que se funda pela via do desejo não anônimo, pelo irreduzível de uma transmissão, o que significa que, no processo de cuidar de uma criança ou de educá-la, tomando-a em lugar de desejo e inserindo-a em um circuito de desejo e de demanda (inscrição na linguagem), o que está em jogo não são os valores que os responsáveis por ela querem deliberadamente repassar, mas aquilo que escapa à significação, um resto irreduzível, que podemos associar ao real. É nesse sentido que Portugal (2018) discorre que a função de transmissão da família tem relação com o real. A autora afirma que, ao se referir ao desejo não anônimo – sem nome, não assinado –, Lacan (1969/2003) faz uso de duas negativas, o que não torna a noção de desejo “algo afirmativo, e sim, indica o impossível, marcando um lugar do que *não cessa de não se escrever*” (Portugal, 2018, p. 182). Assim, se, para a psicanálise, a família é responsável pela inserção da criança no mundo simbólico, há um resto operatório desse trabalho de tradução do real pelo simbólico e aí estaria – nesse resto – o irreduzível de uma transmissão.

Acerca das funções implicadas nessas operações simbólicas, relativas à transmissão do desejo e à constituição subjetiva, é importante aludir aos elementos centrais da mãe e do pai, tal como postulados por Lacan (1969/2003). Primeiramente, o autor associa a função materna ao interesse singular que se faz sentir nos cuidados, sendo as faltas da mãe uma condição para isso. Em Lacan, a função materna não se reduz à figura biológica da mãe, mas opera como uma estrutura simbólica fundamental na constituição do sujeito. Assim, essa função está intrinsecamente ligada ao desejo e à introdução da criança no campo da linguagem, marcando sua entrada no campo do Outro, concebido como repositório da linguagem e das leis simbólicas que precedem o sujeito. Podemos dizer que a função materna é inserir a criança na dialética da demanda e do desejo. O agente materno, que materializa o Outro, faz isso na medida em que coloca a criança no lugar de desejo, como equivalente ao falo – isso Freud nos ensinou –, para, então, atribuir significações às manifestações corporais do bebê, fazendo passar o que é da ordem da necessidade para a ordem da demanda – isso Lacan acrescentou.

Outro aspecto referente à função materna que queremos destacar diz respeito ao fato de Lacan (1956-1957/1995), no quadro da relação de objeto, situar a função simbólica da mãe no momento inicial do processo de instalação da função simbólica propriamente. Ou seja, o autor considera que a mãe simbólica surge antes mesmo de o sujeito estar inserido no simbólico. Nesse tempo inicial, a mãe aparece como matriz simbólica, atrelada à noção de Outro, como

instância simbólica, transcendente e impessoal que estrutura a subjetividade. Nessa acepção, se é fundamental a constituição da ausência-presença, tensão-apaziguamento como primeira matriz simbólica – correlata à função simbólica da mãe –, a partir da qual se constituirá uma ordem simbólica – correlata à função do pai –, isso se deve ao fato de que a função materna já se inaugura mediante a castração que já se deu na mãe, tal como aparece na subjetividade da criança. E é por isso, a nosso ver, que a função materna está associada às próprias faltas da mãe (Lacan, 1969/2003). Nesse panorama dos movimentos descritos por Lacan (1956-1957/1995) sobre a relação de objeto e a instauração da função simbólica para a criança, a mãe simbólica já está dada, mas a função paterna, que corresponde à inserção simbólica propriamente, mesmo que já tenha operado na mãe, precisa operar na criança e é a partir dessa operação que ela irá se constituir em certo lugar no campo do Outro.

Portanto, a função materna apresenta um paradoxo: ela tanto sustenta a ilusão de unidade (na medida em que envolve uma relação imaginária com o falo) quanto abre caminho para a castração simbólica (participando da instauração do falo como significante), o que permite que o sujeito se inscreva no simbólico. Como podemos destacar, partindo de Lacan (1956-1957/1995), a mãe não é apenas a figura do cuidado, mas aquela que, ao falhar em ser tudo para a criança, a lança na busca incessante pelo desejo, em articulação com a demanda, estrutura que funda a subjetividade.

Quanto à função do pai, aquela que faz mediação ao desejo da mãe, Lacan (1969/2003) a apresenta como “o vetor de uma encarnação da Lei no desejo” (p. 369). Podemos dizer, nessa perspectiva, que a Lei é a barra, a castração que se inscreve no Outro. E, para haver a dialética da demanda e do desejo no lugar do Outro, é necessário que se instale uma intervenção, que Lacan articula à lei do pai. É válido ressaltar que Lacan propôs pensar a função simbólica do pai, representante da lei, na medida em que opera uma função lógica, que não depende da figura paterna. Portanto, a releitura do complexo de Édipo é uma marca central nas elaborações e contribuições de Lacan para a compreensão da constituição do sujeito no campo do Outro, na medida em que propõe avançar de uma concepção ambientalista da função dos pais junto à criança para uma concepção mais estrutural da família. Nessa perspectiva estrutural, notamos que Lacan procura isolar a falta que concerne à linguagem, à qual se submetem tanto o pai quanto a mãe e o filho, sendo os pais encarregados de transmiti-la.

Couto e Santiago (2007) discutem acerca do pai, da função paterna e do Nome-do-Pai ao longo do ensino de Lacan, chegando até o pai castrado, que acompanha o descobrimento da falta no campo do Outro. Assim, o pai não é mais agente da castração, uma vez que ela é inscrita

na estrutura do ser falante, havendo uma falta essencial no Outro que o faz incompleto, o que indica que a castração procede da linguagem e não mais do pai. Nessa perspectiva, o pai só tem direito ao respeito se faz da mulher causa do seu desejo, cabendo a ele, desse modo, impedir que a criança tente satisfazer esse Outro materno, saturando seu desejo. Dessa forma, o pai transmite sua própria castração e a mãe, por sua vez, ao aceitar o lugar de mulher como causa do desejo do pai, se depara com a própria castração e não se torna toda mãe.

Miller (2014) também sustenta a importância de a função do pai incidir sobre o desejo da mãe, de forma a não deixar seu desejo como mulher saturado. Assim, é preciso que a mãe seja dividida, pela criança, em mãe e mulher, para que não seja toda mãe. Nesse sentido, Miller (2014) pondera, retomando Lacan (1969/2003), que há duas situações: a criança preenche ou a criança divide, sendo patentes as consequências clínicas dessas diferenciações. Essas duas distinções são correlatas à sintomatologia infantil: os que dizem respeito ao par parental – ou seja, a criança divide – e os que se atêm à relação dual da criança e da mãe – isto é, a criança preenche.

Essa diferenciação referente à posição subjetiva da criança é um aspecto importante abordado por Lacan (1969/2003), que alude à criança que divide ou não o desejo da mãe, saturando-a ou não. Isso depende de uma posição instalada na constituição de sua subjetividade, que tem ligação, por sua vez, com o seu posicionamento em relação ao sintoma da estrutura familiar, decorrente da instauração ou não da função paterna. Segundo o autor, “o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar” (Lacan, 1969, p. 369). Aqui, a concepção de sintoma está ligada a uma formação do inconsciente, estruturada como uma linguagem e portadora de uma verdade recalcada, sendo, então, um significante a ser decifrado (Lacan, 1964/1985). Em Lacan (1969/2003), o sintoma da criança especifica esse lugar em relação ao desejo e à Lei, na medida em que está atrelado ao lugar que ela ocupa na estrutura sintomática familiar. Dessa forma, se o sintoma sinaliza a posição no campo do Outro, podemos compreender os diferentes lugares assinalados por Lacan (1969/2003) como possibilidades de articulação do sujeito nesse campo. De acordo com a leitura de Costa (2010), Lacan (1969/2003) aborda o sintoma como resposta da criança, remetendo a dois casos: como representante da verdade do casal parental ou dizendo respeito à subjetividade da mãe (tornando-se o objeto real da mãe). O primeiro caso, considerado o mais complexo, porém mais acessível à intervenção, refere-se à neurose e ocorre quando a metáfora paterna operou. No segundo caso, a criança aparece como correlata de uma fantasia. Assim, a função paterna é fundamental para a criança, por não deixá-la exposta às capturas fantasísticas

da mãe, que faria dela seu objeto de gozo. Voltando à citação de Lacan (1969/2003), no trecho que concerne ao desejo, podemos dizer que um desejo que não seja anônimo pode ser relacionado a um desejo particular, singular, o que também quer dizer um desejo que seja nomeado – nomeado pela “encarnação da Lei” (Lacan, 1969, p. 369) – que tenha, pois, sofrido uma inscrição do Nome-do-Pai.

É importante expor também que Lacan (1969/2003), concernente a essa constituição no campo do Outro, salienta sobre os diferentes lugares nos quais a criança pode se posicionar em relação ao sintoma familiar, correlatos às estruturas clínicas – neurose, psicose e perversão –, o que podemos entender como diferentes formas de ela se enlaçar no campo da linguagem. Citando as estruturas, o autor apresenta que a criança substitui o objeto *a*, saturando a falta em alguma modalidade na qual se especifica o desejo da mãe. Na sequência, menciona as possíveis respostas às referidas modalidades, por meio do sintoma, apontando sua função: “atestar a culpa, servir de fetiche ou encarnar uma recusa primordial” (Lacan, 1969, 370). Dessa maneira, o sintoma da criança localiza-se atestando a culpa no caso da neurose, servindo de fetiche na perversão e encarnando uma recusa primordial na psicose.

Notamos que Lacan (1969/2003), ao abordar a função da família, traduz a transmissão de um desejo particularizado como função materna e de uma lei de orientação ao desejo como função paterna. Logo, a família é concebida como uma estrutura de relações simbólicas, organizadas por um significante mestre que comanda a economia do gozo. Assim, observamos que as referências às relações familiares, em Lacan, até este momento de sua teorização, continuam a busca por estabelecer as bases constitutivas da neurose contemporânea, assim como ele pretendia no texto de 1938. Mas podemos pensar, alcançando o último ensino de Lacan, no qual ele passa a privilegiar a dimensão do gozo e do real, que a transmissão que se dá na família está relacionada a essa dimensão, como alude Portugal (2018). A partir dessa leitura, consideramos pertinente trazer alguns pontos para a nossa discussão, o que será importante para refletirmos sobre as famílias da atualidade.

3.2.4 Considerações sobre a função simbólica da família e do mito familiar

Portugal (2018) argumenta que o desejo não anônimo pode ser relacionado ao real, indicando o impossível. Nesse sentido, a autora sustenta a função de transmissão da família, implicada ao real, e associa a transmissão do impossível ao lugar do que “não cessa de se escrever” (Portugal, 2018, p. 182), citando e usando os termos de Lacan (1973/2003), em

Televisão. Recorrendo diretamente à fala de Lacan (1973/2003), o autor apresenta essa continuada exigência de escrita, se referindo à relação sexual, que, para ele, demonstra essa relação como impossível, instituída no real. Em suas palavras, “[...] basta que, em algum lugar, a relação sexual cesse de não se escrever, que se estabeleça a contingência (dá na mesma), para que se conquiste um esboço do que deverá ser concluído para demonstrar essa relação como impossível, ou seja, para instituí-la no real” (Lacan, 1973/2003, p. 537). O autor menciona, ainda, o “Outro radical, evocado pela não-relação que o sexo encarna” (p. 537). É interessante demarcar que a inexistência da relação sexual é o que instala a necessidade de construção de ficções relativas às relações familiares (Lacan, 1952/2008; 1973/2003).

Na mesma linha, Portugal (2018) caminha para discutir sobre a irredutibilidade da transmissão que se dá na família, recorrendo ao termo “avesso”, que remete a um outro lado da coisa, algo que não é visto, mas é inseparável dela. A autora faz alusão à exigência relativa ao discurso do analista (Lacan, 1969-1970/1992), que, ao estabelecer a associação livre como regra fundamental, faz advir o sujeito, representado na cadeia significante, em construção de saber, o que supõe um resto irredutível, objeto *a*, como causa de desejo. Ela elucida que o psicanalista, ao se oferecer como causa de desejo, visa operar, pela psicanálise, um engajamento a partir do desejo de saber. Da mesma forma, Portugal (2018) resgata que, frente ao irredutível ou a uma lacuna na compreensão do mundo, a antropologia estrutural nos ensinou que a humanidade sempre construiu o mito (Lévi-Strauss, 1970, *apud* Portugal, 2018). A autora lembra a função do mito de fornecer um modelo lógico para resolver um impasse e, no processo de repetição e por meio dele, transparece sua estrutura: ele se desenvolve como espiral até esgotar o que motivou sua origem, justamente exigindo uma escrita incessante, aquela à qual Lacan (1973/2003) se refere. Podemos acrescentar, com Nominé (1997), em sua leitura de Lévi-Strauss, que o valor do mito é delimitado pela sua eficácia simbólica, o que indica que seu conteúdo é menos importante que sua estrutura, na medida em que sua função é fornecer um operador lógico.

É nesse sentido que Portugal (2018) argumenta que, no avesso do ideal de família, o que se apresenta como objeto *a*, irredutível, é o que impõe uma exigência de construção mítica. A autora aponta o ideal da família e seu avesso, o objeto *a*, esse elemento real, irredutível ao simbólico, que seria o irredutível da transmissão da família. Assim, o objeto *a* na família seria esse núcleo real – que Lacan (1973/2003) indica como o real (da inexistência) da relação sexual –, em torno do qual se constrói o mito familiar. Nessa visão, a família é estruturada para suportar a falta de sentido, o real e, sendo o objeto *a* o que descompleta qualquer ideal de família, ele é

esse elemento sempre *hetero*. A função de resíduo traz a liberdade de escolha do sujeito e, ao mesmo tempo, uma exigência de sempre escrever seu próprio mito. Cada sujeito vai responder de modo singular ao real da família e terá que fazer isso de modo a não cessar de construir esse modo singular de resposta.

Em relação ao que Lacan (1973/2003) aborda acerca da família, que serviu como fonte para discussão de Portugal (2018), aludimos que o autor se refere ao “não-sentido da relação sexual, que é patente desde sempre nos ditos amorosos” (p. 512). Ele postula, ainda, “o recalque que produz a repressão” (Lacan, 1973/2003, p. 529), recuperando a ideia freudiana de que o recalque é primário, tendo em vista sua formulação sobre o superego estrutural, que não é efeito, mas “mal estar (sintoma) na civilização” (Lacan, 1973/2003, p. 528). No que diz respeito à família e à própria sociedade, o autor pronuncia que elas seriam criações edificadas a partir do recalque e é nesse sentido que ele afirma que a repressão é produto do recalque, explicando: “pelo fato de que o inconsciente *ex-siste*, é motivado pela estrutura, ou seja, pela linguagem” (p. 529). O autor ainda cita que, como busca de solução que eliminasse essa questão, Freud se empenhou no caso do homem dos lobos, o que, é válido lembrar, se constitui como uma formulação acerca do funcionamento da neurose. Lacan (1973/2003) pontua que Freud, ao elucidar sobre o fracasso do caso, acaba por indicar seu sucesso em “estabelecer o real dos fatos” (p. 529), isto é, ao discutir sobre o sintoma neurótico relativo à repressão estabelecida pelas formas como edificamos a subjetividade e a sociedade, dadas as contingências históricas, a discussão acaba por alcançar o recalque, que é uma operação produzida pela própria estrutura da língua. Isso fica evidenciado na medida em que o caso não apresentou uma resolução, ou seja, não foi possível uma amarração simbólica que permitisse a contenção pulsional, já que pulsão e conflito inconscientes, manifestados no sintoma, continuaram desarranjados e perturbando, mantendo o mal-estar.

É pertinente esclarecer que a forma de abordar o tema família em Lacan (1973/2003) acompanha um estilo muito próprio, que vai se estabelecendo ao longo de seu trabalho e, a despeito do sentido, ficando cada vez mais marcado pelo enfoque na estrutura da fala, buscando demonstrar o real como impossível de ser posto em palavras. De acordo com Rodrigues (2018), o estilo lacaniano não se destaca pelo encadeamento compreensível de seus escritos ou mesmo de suas ideias, mas pela busca de produzir efeitos de transmissão, seguindo sua própria indicação de eliminar a articulação gramatical e manter a lógica. Nessa visão, a transmissão da psicanálise se faz além do que é dito, direcionado ao real, como característico da teorização

lacaniana, que empregou no próprio estilo de transmissão o que visava “ensinar”, colocando em jogo e em ato a marca do impossível de representar ou transmitir.

Para ilustrar esse movimento de adotar um modo de intervenção, no estilo dos textos e seminários do autor, e trazer nuances fundamentais para nossa discussão, citamos a oposição feita por Lacan (1973/2003) entre instinto – que especifica os animais não falantes – e a presença do inconsciente, que especifica o ser falante: “Só há inconsciente no ser falante. Nos outros, que só têm ser por serem nomeados, embora se imponham a partir do real, existe instinto, ou seja, o saber que sua sobrevivência implica. Nem que seja apenas para nosso pensamento, talvez inadequado nesse aspecto” (p. 510). Apesar da inadequação referida das concepções, parece-nos que são as que o autor encontra para identificar o que situou o humano nas contingências de viver neste mundo, em sua diferenciação em relação aos outros animais, qual seja, o fato de falar.

Seguindo com a elaboração que buscamos fazer a partir das considerações de Lacan (1973/2003), dentro do escopo de nosso estudo, citamos que, concernente à repressão familiar, conforme instituída em nossa civilização, ele afirma: “mesmo que as lembranças da repressão familiar não fossem verdadeiras, seria preciso inventá-las, e não se deixa de fazê-lo. O mito é isso, a tentativa de dar forma épica ao que se opera pela estrutura” (Lacan, 1973/2003, p. 531). E continua: “o impasse sexual secreta as ficções que racionalizam a impossibilidade da qual provém” (Lacan, 1973 /2003, p. 531). A partir dessas afirmativas, podemos refletir que Freud buscou isolar a estruturação da subjetividade e da organização social, com base nas contingências que estabeleceram o pai como central e a consequente repressão neurótica da modernidade, identificando as repressões da nossa cultura, tal como se estabeleceram nas contingências da linguagem, inserida na sociedade como um sistema simbólico de organização de signos. Contudo, ele acabou alcançando o núcleo estruturante subjetivo e social, no alcance ao que escapa à civilização, ou seja, o mal-estar, relativo ao real da pulsão, justamente aquilo que não se pode delimitar pela linguagem. Notamos que Lacan caminha nesse sentido, em sua busca por compreender esse núcleo estruturante e termina seu ensino enfocando que ele é o recalque originário que a linguagem produz, que nos leva à repressão, que é estabelecida dentro dos parâmetros culturais; é nesse sentido que o recalque secreta as repressões. Como citamos, ele elucida que as repressões são construídas a partir do recalque, enquanto o mito/as ficções o são a partir do real ou do impasse sexual, marcado pelo fato de a relação sexual não poder ser representada.

É por isso que entendemos, com Lacan, que a castração provém da linguagem e o Édipo foi um mito construído a partir da repressão constituída conforme as contingências históricas e sociais, o que, na nossa cultura, está centrado no modelo patriarcal. É pertinente considerar que Lacan, no esforço por formular elementos primordiais constituintes da subjetividade, localizados inicialmente na família conjugal (Lacan, 1938/2003), caminha para o alcance do que é mais primordial dela (da subjetividade), que tem relação com a forma específica como o humano se constitui como sujeito: via linguagem. Nesse trajeto, Lacan avança até um núcleo não alcançável pela linguagem, que diz respeito a algo que é central na transmissão familiar, que está relacionado, em sua elaboração teórica, ao real, ao gozo, que se refere ao impulso que é corporal e demarca seus efeitos no psiquismo, postulado por Freud como pulsão. Retomando a distinção de Lacan (1973/2003) entre o ser humano e os outros animais – o fato de os humanos falarem e os outros animais, não –, é isso que especifica o que é mais primordial nosso e é por isso que só existe inconsciente para nós e não para os animais, que vivem instintivamente, sem a inserção na linguagem. Ao isolar a linguagem em uma materialidade estruturante, que especifica o que é da ordem do humano, Lacan (1973/2003) vai na raiz ou no primordial da pulsão observada e delimitada em toda a obra de Freud, que foi nomeado como real por Lacan, na medida em que não pode ser representado ou circunscrito pela linguagem.

No que concerne ao tema da família, ainda em relação aos aspectos apontados, citamos também: “A ordem familiar só faz traduzir que o Pai não é o genitor e que a Mãe permanece contaminando a mulher para o filhote do homem; o resto é consequência” (Lacan, 1973/2003, p. 531). Em nosso ponto de vista, a partir dessas elucidações, entendemos que Freud se equivocou ao dar ao complexo de Édipo um caráter universal, por causa da não distinção devida entre recalque e repressão, sem dispor de componentes relativos à linguagem, seus efeitos e sua importância. Se a repressão se refere às contingências históricas que estabeleceram nossas formas de organização social e Lacan já nos advertia disso desde 1938, enfatizando também a invenção das repressões (Lacan, 1973/2003), deduzimos que não é possível extrair de uma contingência uma abstração universal. Notamos a advertência radical de Lacan (1973/2003), imposta pelo próprio estilo de uso da linguagem, à contingência de qualquer articulação significativa, inclusive da teoria psicanalítica. Assim, apontamos que, desde o texto de 1938, Lacan indicava a contingência da neurose, que se estabeleceu como tal pela conjunção histórica contemporânea, qual seja – e Lacan (1938/2003) é claro e preciso nisso –, aquela marcada pela queda do sistema patriarcal. Não é sem razão que ele anuncia, nesse texto, seu propósito de construir fundamentos para a compreensão sobre a neurose contemporânea, baseando-se em

uma leitura do complexo de Édipo. Nessa perspectiva, é somente pela contingência histórica ocidental da modernidade – na qual o patriarcalismo e seu declínio estão como ponto nodal – que faz sentido fundar toda uma articulação teórica em torno do pai. No entanto, ao que nos é possível analisar nessa explanação teórica, ao final de seu ensino, Lacan está ainda mais congruente com a constatação da contingência da linguagem como sistema simbólico e, portanto, atrelada à cultura, como um conjunto de signos relativos a um contexto social. Assim, justamente porque o autor se situa cada vez mais conectado a essa constatação, mais parece distante da discussão sobre a cultura e mais próximo ao núcleo estruturante da linguagem, que não é relativo à sua função simbólica, mas ao seu núcleo real.

O alcance a essa dimensão é crucial em nosso trabalho, porque ela avança para além da função simbólica da família; sem desconsiderá-la, nos permitir compreender os motivos pelos quais essa função se faz necessária. Como mencionamos, Lacan (1938/2003) procurou edificar bases que permitissem a compreensão da neurose contemporânea e conseguiu localizar, de forma precisa, o que a configurou na contingência que a estabeleceu como tal, relativa ao declínio do sistema patriarcal. Era preciso inventar de novo o pai e daí a necessidade e compatibilidade em criar o complexo de Édipo como leitura de toda uma formatação subjetiva, que indicava uma tentativa de resolver os impasses que as mudanças de referências provocaram na modernidade, no contexto ocidental. Daí, podemos pensar que a neurose contemporânea, no final das contas, constituiu-se na construção de um mito individual baseado nesse mito edípico, que só foi possível estar atrelado a um caráter universal dadas as circunstâncias da sociedade moderna. Lacan (1952/2008) aponta a necessidade de construção de um mito individual – nomeado por Freud (1909 [1908]/1996) como romance familiar –, a partir desse mito edipiano coletivo, podemos dizer, já que reproduzia uma certa invenção que buscava resolver os dilemas instituídos pelo nosso modo patriarcal de organização familiar e societária, que estava e ainda está em declínio.

É nesse sentido que Nominé (1997) argumenta que o complexo de Édipo é um mito universal ensinado por Freud e, em nossa leitura, só fez sentido porque correspondeu a um ponto nodal social, que diz respeito a um determinado modo de subjetividade/civilização de uma época e contexto específicos. Mas, como lembra Nominé (1997), o mito edípico deu-se a partir do complexo de castração e o mito que precisamos construir a partir da castração, ou do recalque originário, não pode ser ensinado, mas deve ser constituído, então, como o verdadeiro mito individual, capaz de “dar forma discursiva às experiências de privação e frustração que o sujeito sofreu” (Nominé, 1997, p. 53). O autor afirma, ainda: “A castração, dentro do marco do

complexo de Édipo, dá um sentido a essas experiências, isoladas até então, e as ordena em um tempo lógico” (Nominé, 1997, p. 53). E podemos acrescentar: estabelecendo certa conclusão ou resolução, na medida em que constrói um sentido.

Portanto, Freud formulou o complexo de Édipo como tradução dos conflitos intrínsecos às relações familiares e o romance familiar como uma busca de solução para esses conflitos. Em Lacan, por sua vez, o mito individual (do romance familiar) é uma busca singular de uma solução que parte das repressões traduzidas no Édipo, mas que são motivadas, na verdade, pela castração, aquela mesma que motivou a formatação do complexo de Édipo como um mito coletivo. O que ficamos esclarecidos com Lacan (1973/2003) é que, se o Édipo representou um ponto conectivo porque apresentou elementos organizados, com base em nossas repressões, o recalque que fez secretar tais repressões contingenciais, relativo à castração, é decorrente da própria estrutura da linguagem. Então, se inventamos as nossas próprias repressões familiares, com base nas circunstâncias históricas, é devido ao recalque que a linguagem opera. Pelo fato de falarmos e nunca alcançarmos uma amarração que nos retifique devidamente uma situação de satisfação – aquela que o romance familiar busca alcançar, recuperando a felicidade da primeira infância –, já que o pulsional sempre retorna, precisaremos continuar inventando nossas próprias ficções, coletivas e individuais. E, se temos aderência à novela edipiana, é porque ela reproduz um modo de funcionar social que se estabeleceu em nossa cultura e estamos sempre retornando a esse modelo discursivo, que estabeleceu um sentido para como fomos nos constituindo em nossa história.

Para Portugal (2018), é o resto irreduzível que opera na transmissão familiar, relativo ao real, que impõe a necessidade permanente de construção de nosso próprio romance. Como na estrutura discursiva espiralada de um mito, a novela familiar estará sempre na exigência de ser elaborada e contada. A autora clareia que “o mito não encobre o real, mas, sim, justapõe-se a ele”, afirmando, na sequência: “O mito fala do avesso em uma justa medida: um avesso que mantém a tensão entre o real e o entendimento do mundo” (Portugal, 2018, p. 187).

Portanto, concernente ao nosso objeto de estudo, mais precisamente, podemos concluir, por ora, a partir das elaborações que temos feito até aqui, que a função simbólica da família continua valendo como chave de leitura, mas podemos e é importante avançar para a compreensão do porque essa função é necessária e a que ela serve, por meio do alcance à transmissão do irreduzível, do real do gozo que ela opera. Nesse sentido, estamos sempre a inventar nossa ficção e na exigência de fazê-lo, porque, no avesso ou no irreduzível da novela construída, está algo nunca alcançável por ela. O real avesso à nossa construção mítica

particular indica que a ficção construída, mesmo tendo caráter lógico de fechamento, é circunstancial e temporária, já que nunca é suficiente para alcance ao real, esse resíduo constante, sempre presente e marcante, que é avesso ao nosso mito, inseparável dele, portanto.

Notamos que, na atualidade, esse gozo real se apresenta com características próprias ao nosso tempo e isso produz efeitos em nosso modo de operar nas constelações familiares e em nossas novelas sobre elas, já que nos afeta em nosso modo de viver neste mundo e de nos organizar socialmente. Portanto, propomos seguir com nossa revisão de literatura, agora concentrando esforços para compreender as famílias em suas características na atualidade, o que se configura como assunto do próximo capítulo. Com esse intuito, será também importante pensar em como a discussão no tocante à dimensão do real favorece a nossa compreensão sobre as características de nosso tempo e, posteriormente, sobre as especificidades de nosso tempo e lugar.

4 FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS BRASILEIRAS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

4.1 Sobre a nostalgia da família de outrora

Se, em nossa revisão teórica, já avançamos para compreender a função da família e do romance familiar, é importante trazer elementos relativos às especificidades das repressões que se estabeleceram na contemporaneidade e possíveis respostas a elas, pois notamos novas nuances, características de nosso tempo, que precisam ser examinadas. Assim, antes de entrarmos na discussão sobre as características das famílias brasileiras da atualidade, sob o viés da psicanálise, propomos recuar um pouco para discorrer sobre facetas subjetivas relativas à temática da família que possam nos auxiliar na compreensão do fenômeno do privilégio da referência à família tradicional moderna nos discursos, considerada emblematicamente capaz de assegurar uma civilização apropriada, e da consequente busca por perpetuar seus parâmetros. Nessa mesma direção, é importante entendermos pontos nodais do debate inflamado que se institui sobre as novas organizações familiares, considerando que as configurações familiares, os arranjos simbólicos ligados à família e as referências para a saúde psíquica são construções históricas e, portanto, contingentes.

Para contextualizar os fenômenos descritos, recorremos a Roudinesco (2003), que considera que a família ocidental, por séculos baseada na soberania divina do pai, foi desafiada, a partir do século XVIII, pela irrupção do feminino e transformada, então, com o advento da burguesia, em uma célula biológica que concedia lugar central à maternidade. De acordo com a autora, a família autoritária de outrora foi sucedida pela mutilada de hoje, “feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalcadas” (p. 21), além de constituída a partir de uma imagem invertida do pai, deixando transparecer um eu descentrado e individualizado. Ela considera que a grande fratura configurada nesse contexto é justamente aquela que a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX. Segundo Roudinesco (2003), o declínio do poder patriarcal gera uma angústia e uma desordem específicas, ligadas ao terror da abolição da diferença entre os sexos e da possibilidade dela decorrente de dissolução da família.

É interessante observar que Roudinesco (2003) inspira sua discussão sobre família e suas transformações na atualidade no que chama de “desejo de família” (p. 7), observado em grupos diversos, especialmente os não convencionais, em suas buscas por aderência ao modelo familiar padrão. Ela pontua que, a despeito do furor do antiedipismo que se instalou para

contestar e rejeitar a família tradicional, assimilada a uma instância colonizadora em seu modelo patriarcal, é possível verificar um movimento conservador em diferentes contextos, inclusive por parte daqueles ora excluídos pelo sistema dominante. Para a autora, nos dias de hoje, o que incomoda e amedronta os conservadores não é mais a contestação do modelo familiar por grupos minoritários, mas a vontade que esses grupos demonstram de se submeterem aos padrões hegemônicos, alcançando, enfim, a tão sonhada normatividade.

Corroborando com as considerações de Roudinesco (2003), Kehl (2013) também discorre sobre a reivindicação de grupos minoritários pelo casamento institucional e pelo direito de ter filhos, com a finalidade de constituir uma família padrão. A autora afirma que, no ocidente, a família que foi duramente criticada e questionada pelos movimentos dos anos 1960, em nome das liberdades sexuais e dos direitos dos grupos marginais, hoje tem sido revalorizada pelos que a contestavam. Ela avalia, então, que as prerrogativas requeridas por esses grupos revelam a tendência a reproduzir os papéis familiares tradicionais.

Em linha de pensamento semelhante, Pereira (2017) discute sobre as reconfigurações familiares, ponderando que, embora elas sejam tão antigas quanto a norma familiar, é recente sua notoriedade no campo social, havendo abertos e frequentes debates sobre sua presença e seus efeitos. Dentre as múltiplas formas de família que têm se destacado, o autor escolhe pensar sobre a família homoparental, considerando-a emblemática para agitar cânones tradicionais. Nessa conjunção, Pereira (2017) nota a busca de casais homoafetivos por aderência ao modelo tradicional de família, corroborando com as ideias de Roudinesco (2003) e de Kehl (2013). O autor elucida sobre a intensificação de uma cultura que demonstra ser a manutenção de um regime anterior, sem questionamentos à heteronormatividade, identificando, ao contrário, “uma espécie de desejo generalizado de constituir famílias” (Pereira, 2017, p. 48), dentro de um modelo tradicional e supostamente relativo à normalidade. No caso de casais homoafetivos, muitos buscam o casamento e também ter filhos, seja por adoção ou por técnicas reprodutivas.

Pereira (2017) também escuta uma tentativa de convencimento, por parte de casais homoafetivos, de que seus filhos não necessariamente se tornam homossexuais, o que indica que não se consideram dignos de serem identificáveis. Nesse mesmo sentido, o autor observa pais homossexuais assumindo papéis sociais convencionais, na medida em que um ocupa o lugar de pai e outro, o da mãe. Pereira (2017) supõe que muitos homossexuais do século XX, diante de uma infância melancólica, marcada por sentimentos de despertencimento e de vergonha, podem ser impelidos a adaptarem-se à família convencional de hoje, acarretando uma busca por recalcarem suas memórias, com a finalidade de não as transmitirem aos filhos,

poupando-os dos desgostos que as acompanham. Entretanto, para o autor, isso porta o risco de rompimento de laços e, também, de anulações subjetivas.

Ceccarelli (2007) identifica mudanças nos arranjos familiares e nas formas de ligação afetiva, que fogem aos padrões tradicionais. Em acordo com os autores citados, ele comenta que, embora modelos díspares de laços e de procriação sempre tenham existido, seu aumento traz visibilidade social, na medida em que seus protagonistas passam a reivindicar direitos como cidadãos, provocando questões que interpelam todo o tecido social. O autor também questiona a associação entre família tradicional e normalidade, procurando debater sobre as novas organizações familiares, suas supostas ameaças e a busca por recuperar o modelo familiar anterior.

Kehl (2013) alude a expressões de desejos por uma normalidade familiar, escutada na prática clínica, sendo que as reivindicadas são aquelas adequadas à família nuclear. Para a autora, o cenário atual de extrema mobilidade das configurações familiares requisita que novas formas de convívio sejam improvisadas em torno da necessidade de criar os filhos, frutos de uniões amorosas instáveis, pela ausência do embasamento nas regulações que se estabeleciam em tempos anteriores, sejam oriundas da legislação, sejam dos dogmas religiosos. Kehl (2013) indica, a partir das ideias de Arendt, que o descompromisso crescente da sociedade contemporânea em relação às tradições retorna com mais força para determinar, sem que o saibamos, a vida social. Ela elucida que a sociedade contemporânea, regida por leis de mercado que disseminam imperativos hedonistas e imediatistas, associa as uniões conjugais ao amor e à realização sexual, tendo como decorrência uma mudança moral que possibilita a liberdade de escolha e a tentativa ilimitada de correção de ligações afetivas. Desse modo, o desamparo surge pela transformação da família de uma sólida instituição para um agrupamento circunstancial e precário, regido pelo funcionamento inconstante dos afetos e dos impulsos sexuais (Kehl, 2013). A autora defende que, diante dessas circunstâncias, o mal-estar decorre do débito cobrado a partir da comparação da família improvisada de hoje àquela oferecida pelos nossos pais ou mesmo pelos nossos avós, herdadas ainda de gerações anteriores.

Então, em nossa discussão, nos interessa verificar dois fenômenos principais observados: primeiro, a resistência exacerbada às novas famílias; segundo, a busca por resgatar um modelo familiar anterior, associado à normalidade e à ordem social. É interessante notar que, se Roudinesco (2003) aponta a crise da modernidade – como fez Lacan (1938/2003) –, associando-a à invenção da psicanálise, ela alude – junto com outros estudiosos, como Ceccarelli (2007), Kehl (2013) e Pereira (2017) – às nuances atuais da transformação das

famílias e às suas consequências mais amplas, que se refletem na intensificação de impasses manifestados sobre o tema. Disso, pensamos ser possível e necessária a reflexão a partir de, ao menos, duas questões, que nos parecem correlacionadas: o que explicaria a permanente crise relativa ao grupo familiar, em diferentes tempos? E por que a constante alusão a regimes familiares anteriores?

Para pensar essas questões e buscar construir uma reflexão a partir delas, tomamos a discussão de Ceccarelli (2007) sobre as famílias reconfiguradas da atualidade, seguindo seu raciocínio. O autor pontua que as supostas ameaças relacionadas aos novos arranjos familiares estão relacionadas ao questionamento que eles representam à noção de família vigente na cultura ocidental, obrigando-nos a um trabalho de luto pelas antigas posições libidinais. De acordo com ele, somos de tal forma impregnados pelas associações sintagmáticas que construímos e utilizamos para significar e ressignificar o mundo e o que nos ocorre, que, muitas vezes, o novo é sentido como uma ameaça, já que nos obriga a reavaliar as representações que confortavam nossas angústias. Desse modo, não conseguimos, com facilidade, abrir mão de valores e teorias arquitetadas com tanto afincamento e de forma tão constante para ler o real. É nesse sentido que, para Ceccarelli (2007), qualquer mudança requer um trabalho de luto, para o abandono de um modo de satisfação pulsional em prol de novos investimentos, o que nunca se dá facilmente e com agrado.

É importante ponderar que as representações, os investimentos e os posicionamentos afetivos relativos à família são tão primordiais e centrais em nosso mundo psíquico – haja vista ser a família o espaço de constituição subjetiva e estabelecimento de posições relacionais e discursivas – que a resistência é proporcional ao investimento empregado para as construções simbólicas mobilizadas sobre o tema. Nessa perspectiva, é válido apontar, como Ceccarelli (2007), que a necessidade de certezas e de imutabilidade pode ser tão forte que é muito difícil atinarmos para o fato de que as verdades que estabelecemos não passam de construções historicamente datadas. Segundo o autor, um exemplo pungente disso é o período da adolescência, no qual o jovem constrói sua própria maneira de ler o mundo, muitas vezes em completo descompasso à de seus pais, o que pode gerar uma crise entre eles. E aceitar uma nova leitura de mundo trazida pelo jovem pode ser insuportável, pois implica em repensar, ou mesmo abandonar, referências tomadas como naturais e imutáveis para localização e locomoção no simbólico.

Lembramos que é nesse sentido que Freud (1909 [1908]/1996) situa que a oposição entre gerações é crucial para o progresso social. Na visão freudiana, tais oposições e mudanças

exigem novos arranjos subjetivos e sociais, permitindo transformações e progressos à sociedade. De qualquer forma, esses reajustes não se dão sem dificuldades e não é sem razão que o autor afirma que o afastamento dos pais, realizado pelos filhos, é um processo doloroso, embora necessário. É interessante demarcar, ainda, a subversão dessa leitura de Freud (1909 [1908]/1996), na medida em que ele sustenta que o progresso da sociedade está condicionado à sua transformação e aos seus intrínsecos conflitos e não à sua manutenção, ao contrário do que é defendido por muitos, justamente, ao que nos parece, pelo apego aos sistemas simbólicos por intermédio dos quais sua rede de significantes é apropriada e utilizada para um posicionamento no laço social, com consequentes embaraços e incômodos provocados pela liberação desses sistemas.

Ceccarelli (2007) procura sustentar suas hipóteses relativas às referidas dificuldades de adaptação às transformações no apego e na necessidade de acomodar a própria visão de mundo a referências já estabelecidas. Para isso, faz uma digressão histórica, mostrando que o ser humano sempre acolheu com suspeitas e medos qualquer mudança e que a humanidade sempre foi obrigada a produzir reorganizações simbólicas para se adequar a novas leituras de mundo. De acordo ele, se o sistema representativo que chamamos família varia segundo a sociedade, os significantes relativos a ela são compostos por fatores conscientes e/ou inconscientes, que definem a maneira como o mundo social é organizado, engendrando suas categorias. Nesse sentido, qualquer modelo de família é tributário da ordem social que o produz, ordem que é, por sua vez, geradora do discurso ideológico que apresenta a família não como um construto social arbitrário e convencional, mas, antes, como algo natural, por vezes sagrado, universal e imutável.

É interessante mencionar, aqui, nem que seja rapidamente, as concepções estabelecidas por Engels, citadas por Breviglieri (2021), que situam as circunstâncias que instituíram a família no modelo que conhecemos como tradicional na emergência da burguesia e do sistema capitalista. Na tese bastante reconhecida e debatida de Engels, a ideologia é concebida como capaz de naturalizar e universalizar padrões sociais, discursos, narrativas e modelos que foram criados em contextos sócio-históricos específicos, com dominância de determinadas instituições e classes. Lembramos que o teórico aponta, por meio de um estudo etnológico profundo das diversas configurações sociais, que a universalização/naturalização do modelo patriarcal-burguês de família é um protótipo de ação da ideologia, mais precisamente da ideologia burguesa-liberal. Nessa visão, o patriarcalismo está implicado com a propriedade privada e com o Estado.

Estamos de acordo com tais acepções e com as considerações de Ceccarelli (2007) e procuramos demonstrar, neste trabalho, que, se os elementos que definem o sistema representativo que chamamos família variam conforme a sociedade, compreendemos a contingência e a historicidade relativas a ele. Assim, uma vez que qualquer modelo de família é condicionado pela organização social da qual faz parte, debater sobre o tema implica uma interrogação sobre os fundamentos que sustentam essa organização. Isso nos ajuda a alçar possíveis explicações para o fato de as novas organizações familiares serem percebidas como ameaças à estabilidade social, o que, para Ceccarelli (2007), evidencia o seu caráter imaginário.

Conforme o autor, se, no modelo dito tradicional – defendido por muitos como o único capaz de produzir subjetivações sadias e de sustentar a ordem social –, homens e mulheres têm lugares e funções bem definidos, indicando uma suposta ordem imutável, notamos que a história da família demonstra a heterogeneidade de arranjos familiares, de laços e de parentalidades que variam de acordo com o universo discursivo no qual se incluem, confirmando elucidações do nosso trabalho.

Ceccarelli (2007) sustenta não acreditar que exista, na atualidade, uma crise sem precedentes, como frequentemente apontado não só por leigos, mas também por especialistas de áreas diversas. Assim, congruente com as ideias de Kehl (2013), Roudinesco (2003) e Pereira (2017), ele indica que, como mostra a história, a humanidade está sempre em crise, enumerando, como exemplos: a luta para a implantação da ideologia cristã contra a pagã; as transformações do mundo estanke do feudalismo, resultante das ideias liberais da revolução burguesa; as mudanças trazidas pelo Renascimento; as consequências da Revolução Industrial no século XVIII; as duas Grandes Guerras do século XX. O autor demarca que todos esses acontecimentos levaram a mudanças sócio-político-econômicas que, apoiadas nos movimentos feministas, acirraram o debate, iniciado no século XIX, sobre os lugares dos homens e das mulheres nas relações sociais, no trabalho, na reprodução, nas questões demográficas e assim por diante. Ele sublinha que uma das decorrências desses reposicionamentos sociais foi a emergência de um discurso revolucionário a respeito do sexual, do qual um dos expoentes é a psicanálise.

Assim como Kehl (2013), Roudinesco (2003) e Pereira (2017), Ceccarelli (2007) alude também à revolução sexual dos anos 1960, concomitante ao aparecimento da pílula anticoncepcional, que foi recebida com apreensão, pois supostamente renunciava o fim da família, dos costumes e da moral. O autor depreende desses apontamentos que a humanidade está sempre em crise de referências simbólicas, tendo, constantemente, que produzir o que ele

denomina reorganizações coletivas, visando responder à nova rede de referências para leitura do mundo. Nessa perspectiva, segundo ele, a tendência a sentir as mudanças como ameaçadoras se deve a questões eminentemente narcísicas, visto que, se vivemos no tempo de hoje, não temos como avaliar a violência do passado. Dessa forma, toda mudança corre o risco de ser experimentada como um ataque ao narcisismo e, por isso, “defendemo-nos, psiquicamente, com o único recurso que possuímos: o mundo encantado, e para sempre perdido, de nossa infância” (Ceccarelli, 2007, p. 91).

Esse ponto explicitado por Ceccarelli (2007) é muito importante em nosso trabalho, porque pode nos ajudar a compreender o fato de os sujeitos de nossa pesquisa repercutirem ideais sociais de família em seus relatos e em suas ficções familiares, mesmo que eles não correspondam à suas realidades objetivas. Nessa direção, lembramos, novamente, das ideias de Freud (1909 [1908]/1996) que explicam as motivações para a construção de um romance familiar, no desejo de resgatar a família maravilhosa, confiável e infalível da primeira infância. Compatível com tais formulações, Ceccarelli (2007) recorre a Freud (1939/1996) e discute sobre a atração exercida pelo nosso passado. Nessa visão, recorre-se às lembranças encobridoras do passado, na esperança de reencontrar a idade de ouro, isto é, o encantamento da infância, representada na memória, convenientemente, como uma época de ininterrupta felicidade. Ceccarelli (2007) sustenta que

[...] a atualidade, apoiada no imaginário cultural do momento sócio-histórico no qual estamos inseridos, nada mais faz que reproduzir, pela repetição do mesmo em cópias variadas, efeitos ilusórios que através da clivagem do eu (Ichspaltung) promovem a recusa (Verleugnung) do mal-estar (Unbehagen) inerente à cultura (p. 91).

As cópias repetidas e reproduzidas são, então, imagens totalizantes e idealizadas, incorporadas da cultura e remetidas à infância, época de suposta satisfação e felicidade garantidas. Se, nessas imagens, a família aparece de forma plena e como agente por intermédio do qual se alcança o apaziguamento pulsional e, por conseguinte, a recusa do mal-estar, isso fica abalado por configurações familiares diferentes, que provocam estranhamento e passam a ser vistas como ameaça.

Mas podemos interrogar se as mudanças nos arranjos familiares, de fato, representam repercussões negativas na dimensão psíquica, com implicações para a organização social. Ceccarelli (2007) defende a importância de discutirmos as consequências das transformações referidas no processo civilizatório, diante das perguntas teórico-clínicas colocadas à

psicanálise. De acordo com o autor, “como psicanalistas e cidadãos, inseridos na cultura e atentos aos movimentos pulsionais, interessa-nos entender a dinâmica pulsional que sustenta as novas organizações familiares e não prescrever, como vemos com frequência, como esta dinâmica deve ocorrer” (Ceccarelli, 2007, p. 93). O autor entende que se valer da psicanálise para sustentar que apenas um modo de subjetivação é gerador de saúde psíquica corresponde a uma imaginarização do simbólico, sendo, portanto, perverso. Nessa direção, ele aponta a possibilidade de seguir o exemplo de vários psicanalistas, a começar pelo próprio Freud, e revisitar a teoria a partir daquilo que a clínica e as mudanças sociais nos interpelam, o que consideramos pertinente e procuramos realizar neste trabalho.

Ceccarelli (2007), ao propor um trabalho de reflexão teórico-clínico sobre os novos arranjos familiares, reflete sobre os fundamentos que sustentam a noção de família, lembrando que a transformação dos genitores em pais não é atrelada ao fato físico relativo ao nascimento de uma criança. Para o autor, o nascimento como fato físico deve ser transformado em filiação, que é um fato social e político, para que se inaugure um fato psíquico, que diz respeito à inserção da criança em uma organização simbólica, possibilitando sua constituição como sujeito. Na atualidade, como sugere Ceccarelli (2007), esses três fatos – físico, social e psíquico – guardam cada vez menos relações de interdependência. O autor alude, por exemplo, que as técnicas atuais de reprodução assistida desvincularam as relações entre nascimento e genitores. Expõe, ainda, que o fato social, como reconhecimento de uma linhagem, de uma filiação, não tem, necessariamente, que ser exercido pelos genitores biológicos, como ocorre na adoção. No que se refere ao fato psíquico, Ceccarelli (2007) enfoca na discussão sobre a inserção do recém-nascido no simbólico, a partir da distinção dos elementos indispensáveis para que ela se realize, argumentando que os novos modelos de família sugerem que outros modos de produção de subjetividade são possíveis.

Como mostra a prática clínica, sobretudo infantil, e como menciona Ceccarelli (2007), é inverossímil sustentar o argumento de que a presença do par homem/mulher é indispensável para a produção de subjetividades saudáveis. À propósito, como aponta o autor e é nítido em nosso ponto de vista, verificamos que a grande maioria dos chamados “desvios de conduta”, bastante repreendidos socialmente – o autor enumera comportamentos antissociais, delinquência, marginalidade, sociopatias e drogadicção –, foram estabelecidos no seio da família tradicional, composta por casais heterossexuais, confirmando as ideias apresentadas por Kehl (2013) – quanto ao fato desse tipo de família ter configurado o laboratório da psicanálise, em escuta às neuroses produzidas nesse cenário. Podemos acrescentar, ainda, que as famílias

convencionais também surgem associadas a maiores índices de violência, especialmente de gênero (Macedo, 2008). Conforme Ceccarelli (2007), duas reflexões, minimamente, se impõem: “o sexo de quem se ocupa das crianças não traz, *a priori*, nenhuma garantia; a heterossexualidade como produtora de ‘normalidade’ é a idealização de uma posição libidinal” (p. 97).

Nessa leitura, os laços afetivos que condicionam a inserção simbólica da criança e organizam o significante família são compostos por rivalidades, agressividades e ressentimentos, como bem nos faz entender a psicanálise e ao contrário do que aponta e quer o senso comum, representativo do imaginário social. Ocorre que a psicanálise, desde sempre, nos advertiu que as relações primordiais humanas são carregadas de impulsos e conflitos, impossíveis de serem totalmente contidos. Assim, não existe uma forma de organização familiar ideal e a psicanálise, que surge da crise de autoridade do pai, não procura resolvê-la, mas é inspirada por ela para buscar entender o que constitui a subjetividade e, por conseguinte, a sociedade. Daí decorre a constatação de que nenhum modelo ideal de família consegue a proeza suposta em sua instalação como ideal e, portanto, em sua concepção imaginária. Há sempre um resto real, um mal-estar, um sintoma, que aponta que o modelo ideal não consegue dar conta da angústia que decorre da castração, como ato inaugural do sujeito, constituído simbolicamente, logo, em sua inserção na linguagem. Sempre haverá um real impossível de ser circunscrito em qualquer amarração simbólica ou imaginária, que está no avesso do ideal, sendo, portanto, inseparável dele (Portugal, 2018). Desse modo, notamos que o ideal de família, constituído, então, imaginariamente, sempre faz surgir o que dele escapa. E as construções simbólicas das fantasias familiares tomam esse ideal de forma central, em uma tentativa de produção discursiva que sempre será insuficiente, mas que se direciona para a recuperação da família feliz da primeira infância. Assim, o romance familiar se estabelece com vistas a resgatar esse ideal perdido da infância, porém estará sempre aquém dele (Freud, 1909 [1908]/1996).

É relevante salientar que, em nossa conjuntura atual, mesmo que seja marcante a nostalgia da família tradicional moderna, a partir de sua idealização, notamos que sempre estiveram presentes rivalidade, agressividade e conflito em qualquer configuração familiar. Essa nostalgia representa, na verdade, uma busca por alcançar uma família que nunca se deu na realidade objetiva, mas a tentativa de obtê-la é acentuada na realidade psíquica (Freud, 1909 [1908]/1996). E, se o ideal do imaginário social compõe o repertório das fantasias, isso poderá implicar na incorporação de elementos culturais anteriores ao tempo em que essas fantasias são constituídas.

Como sustenta Pereira (2017), não há nem nunca houve família normal, apenas formas mais efetivas de esconder a anormalidade que todas elas portam. De acordo com o autor, quanto às novas famílias, elas são bem-vindas por fazerem cair a máscara da normalidade social, mas devem ter cuidado para que sua busca por reconhecimento como família – se desconsiderar suas diferenças em nome de uma tentativa de validação por meio de uma adequação aos paradigmas hegemônicos – não ressoe em uma asfixia subjetiva das crianças que as compõem.

Roudinesco (2003) se dirige aos pessimistas que temem o fim da família, assegurando que as desordens relativas à família não são novas, mesmo que se manifestem de forma inédita. Em suas palavras, tais desordens “não impedem que a família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições” (Roudinesco, 2003. p. 198). Para a autora, se o princípio de autoridade sobre o qual a família se baseou se encontra em crise na sociedade ocidental, com consequente busca de sua restauração na figura perdida de Deus-pai, a família surge como única instância capaz de assumir esse conflito e favorecer o surgimento de uma nova ordem simbólica.

Podemos demarcar que, se a inscrição da castração também se dá no pai e nossa sociedade mostrou a Freud, interpretado por Lacan, que ela provém da inserção na linguagem – portanto, indicativa do pai como símbolo, morto, castrado –, a função simbólica da família é relativa ao desejo, mesmo que sempre esteja referida a algum ideal e que esse ideal sempre retorne com seu avesso real do gozo. Assim, sempre haverá de se construir ficções para dar conta do real que a família concretiza nos conflitos pulsionais e a família da realidade objetiva sempre estará aquém de sua idealização, bem como fora da norma social. Se, para a constituição de subjetividades, são necessárias circulações de desejo e de demanda entre seus membros, sempre informuláveis e inapreensíveis, sempre haverá um resto que não pode ser circunscrito.

Isso posto, conseguimos elaborar alguns argumentos que se configuram como possíveis explicações das motivações para a busca de incorporar um ideal social de família no mundo subjetivo, refletindo os objetivos da fantasia como defesa psíquica. No caso do romance familiar, observamos que ele se utiliza, como elemento central, do ideal social da família de outrora, como se o modelo anterior tivesse realizado, de fato, o desejo que se reproduz na fantasia, qual seja: recuperar a família da primeira infância. Assim, tendo retomado fundamentos para refletir sobre a busca nostálgica por recuperar uma família anterior, entendemos ser necessário discutir, neste momento, as características que podem ser demarcadas sobre as famílias brasileiras, na atualidade. Acreditamos que essa discussão vai nos

permitir compreender as especificidades das famílias participantes deste estudo, mostrando a família da realidade objetiva, justamente aquela que contrasta com a ficção familiar. Para aprofundar nesta investigação, antes de entrarmos nas especificidades das famílias no contexto brasileiro, é relevante resgatar a função da família, considerando os condicionantes contemporâneos.

4.2 Famílias de nosso tempo

A partir da verificação de grupos variados, incluindo os minoritários, que buscam ascender ao modelo padrão de família, citamos Couto (2010) e Kehl (2013) que, assim como Ceccarelli (2007), discutem sobre as operações simbólicas necessárias para a inserção da criança no mundo da linguagem, mesmo diante dos limites do processo edipiano para a compreensão da constituição da subjetividade, considerando as transformações sociais e as configurações familiares da atualidade. As autoras e o autor consideram a função simbólica da família, que implica em uma renúncia ou uma contenção do gozo, que independe do arranjo familiar.

Couto (2010) ainda elucida sobre a necessidade da ficção familiar para dar conta do furo real da inexistência da relação sexual, alcançando a função do romance familiar para encobrir o real e aludindo à invenção necessária de significantes relativos às figuras e funções familiares, o que é fundamental também em nossa pesquisa e procuramos realçar. Mas, mesmo que a autora abranja a necessidade de invenção singular, sua discussão privilegia a função simbólica da família e sua relação com o sintoma. Assim, verificamos que tanto Couto (2010) quanto Kehl (2013) e Ceccarelli (2007) pensam a família com o viés do desejo, a partir do qual ela se constitui e constitui a subjetividade da criança. Podemos associar a leitura das autoras e do autor ao ensino lacaniano e sua leitura de Freud, sobretudo com base nas formulações que empreende até seu texto de 1969 (Lacan, 1969/2003). Nesse ponto de vista, a criança se situa em relação às funções materna e paterna e ao sintoma familiar, como vimos na explanação teórica deste trabalho. No que isso se aplica às famílias na contemporaneidade, esses autores consideram a necessidade de viabilizar tais operações para a constituição subjetiva, independentemente da formatação familiar.

Cabe destacar que Couto (2010) e Kehl (2013), mesmo trabalhando com o enfoque na função simbólica da família, acabam por abarcar a insuficiência do complexo de Édipo como chave de leitura para a compreensão da constelação e da novela familiar da atualidade. Assim,

elas elucidam sobre a contingência do Édipo, compatível com o modelo patriarcal, hoje em declínio. Como temos buscado sustentar, compartilhamos com o ponto de vista da contingência histórica desse complexo e vimos que é possível e necessário demarcá-lo como repressão que se estabeleceu a partir de circunstâncias situadas no contexto ocidental moderno (Lacan, 1938/2003; 1973/2003).

Assim, é possível incrementar a discussão sobre as famílias atuais enfocando nas ideias mais recentes de Lacan, que nos permitem alcançar a dimensão do gozo e do real. Com relação à família e sua função na contemporaneidade, na perspectiva da psicanálise e incorporando essas dimensões, Heinemann e Chatelard (2012) sustentam que a função paterna foi substituída e perdeu o seu lugar como agente da castração. Essas autoras fazem alusão às ideias de Lacan (1969-1970/1992) sobre o mais-de-gozar do discurso do capitalista. Ao reconhecerem que a função paterna instaura a castração e é estruturante para o sujeito, elas buscam refletir sobre o lugar dessa função na família, considerando as mudanças nas configurações familiares e as características contemporâneas. As autoras apontam a supremacia do mais-de-gozar sobre o Nome-do-Pai, com o declínio simbólico nos tempos de hoje, questionando se a família tende a se constituir sem uma referência à castração. Nessa conjuntura, de acordo com Heinemann e Chatelard (2012), a família, sobretudo a criança, aparece como objetos de consumo na cultura.

Para entender melhor as mudanças atuais e suas consequências nas famílias, Heinemann e Chatelard (2012) pontuam que, cada vez mais, as funções materna e paterna não se confundem com os pais biológicos e é por isso que hoje já se fala em pais sociais ou, como sugere Brousse (2010), adotamos o neologismo “parentalidade” para remeter às funções simbólicas que operam a maternidade e paternidade, do ponto de vista social e legal, implicando na indiferenciação sexual no exercício dessas funções. Como discutimos e retomam Heinemann e Chatelard (2012), Lacan (1938/2003) já havia apontado certas modificações na subjetividade de seu tempo. O progresso social, a dialética da família conjugal e as exigências matrimoniais foram postuladas por ele como efeitos do discurso da ciência e da mudança na relação entre os sexos, tendo como consequência o declínio social da imago paterna. A partir dessa acepção, o autor formula o conceito de Nome-do-Pai, fazendo do pai uma função; portanto, na atualidade, a ordem social não é mais fundada sobre a função do pai que nomeia, não sendo mais correspondente ao desejo e sim ao gozo. Assim, já não é mais o interdito que prevalece; predominando o objeto *a*.

Lembramos que Lacan (1969-1970/1992; 1972/2015) nos apresenta o discurso do capitalista, no qual o lugar de agente é ocupado pelo sujeito contemporâneo e por sua liberdade

de consumo. O que está em questão não é mais a falta do sujeito, mas sua demanda como consumidor. A máxima “tudo é possível” demonstra que o direito ao gozo se tornou dever de gozar e o mercado deve produzir produtos para todas as demandas do sujeito, colocando-o em um circuito insaciável. A tendência à objetificação do sujeito desvela a condição da criança como objeto resto de um desejo, não mais objeto fálico do par parental.

Conforme Heinemann e Chatelard (2012), a modernidade configurou o pai como aquele que trabalha, que precisa ganhar a vida, o que não significa que ele seja o chefe da família, não ocupando o lugar de mestre. Dessa forma, o Outro não é só incompleto, furado, mas também inconsistente, o que não indica seu fim, mas a existência de outro Outro na sociedade contemporânea. As autoras salientam que, atualmente, há um predomínio do real do gozo sobre o ideal. Se a família, anteriormente, em sua função simbólica, buscava ordenar o real do gozo, hoje é o real do gozo que impera e a família se organiza a partir dele.

Outro ponto importante da discussão de Heinemann e Chatelard (2012) diz respeito à relação entre as configurações familiares da cultura contemporânea e os novos sintomas. Para trabalhar essa relação, as autoras resgatam que, para a psicanálise, a noção de sintoma não é um sinal de patologia, pois mostra a verdade do sujeito do inconsciente. Assim, a psicanálise deve ampliar a noção de sintoma na sua relação com o Outro, para compreendê-lo nos dias de hoje, como elas ressaltam. Heinemann e Chatelard (2012) afirmam que, se, na atualidade, o pai da autoridade, da tradição e da lei não mais predomina e o imperativo pulsional do gozo, no mundo globalizado, indica que qualquer um pode gozar das mesmas coisas, em qualquer lugar, havendo um apagamento das diferenças entre os sujeitos, uma tentativa de homogeneização. Elas elucidam que a globalização leva à individualização; o laço social se modifica e os sujeitos são determinados como objetos. O que temos é um simbólico virtual que deixa cada vez mais lugar para o funcionamento da pulsão de morte, do gozo mortífero.

No que isso se refere às configurações atuais de família e ao que é chamado de novos sintomas – Heinemann e Chatelard (2012) citam depressão, toxicomania e transtornos alimentares –, as autoras compreendem que os sujeitos contemporâneos, muitas vezes, não se interessam em saber o que o seu sintoma quer dizer, nem mesmo se interrogam a respeito, buscando somente um alívio rápido e imediato para seus incômodos. Assim, se a ciência e as novas tecnologias produziram muitos avanços, vivemos em um mundo que nos empurra para uma satisfação de consumo sem limites, imposta pelo discurso capitalista. De acordo com a leitura psicanalítica lacaniana, na época atual – a época do Outro que não existe –, há uma primazia do gozo, do mais-de-gozar sobre a função do Nome-do-Pai e Heinemann e Chatelard

(2012) argumentam que é essa a neurose contemporânea. O declínio da função paterna é refletido nas relações entre os sujeitos inseridos na nossa cultura, levando aos mais diversos efeitos sociais. Para as autoras, uma importante contribuição da psicanálise à cultura, nos dias atuais, é que é possível prescindir do pai, mas só na condição de servir-se dele, isto é, de não perder de vista que o pai é um semblante, sendo apenas um dos nomes que inventamos para darmos conta do furo do real. Heinemann e Chatelard (2012) propõem pensar que essas reconfigurações de laços familiares não produzirão, necessariamente, novos tipos clínicos; a questão em jogo “é saber como cada sujeito vai fazer seu laço social e fabricar sua montagem subjetiva nesse novo contexto. Dito de outro modo, como cada um vai inventar o seu Outro?” (Heinemann; Chatelard, 2012, p. 660).

Nessa linha de pensamento, que avança até as produções mais recentes de Lacan para pensar sobre questões contemporâneas, em uma orientação rumo ao real, recorreremos também a Bassols (2016). Para o autor, devemos entender a família como um sistema simbólico de relações organizadas por um significante mestre, que somente de modo contingente se identifica com os seus fins naturais de reprodução e descendência. Ele lembra que, atualmente, pelas incidências da técnica sobre o real do corpo, essas contingências se mostram ainda mais evidentes e variadas, a ponto de modificarem a própria organização que o significante mestre comandava sobre a economia do gozo. Ele considera que, hoje em dia, é possível encomendar uma família feita sob medida do fantasma de cada um, seja por meio das novas técnicas de reprodução, seja por intermédio da adoção. Bassols (2016) identifica que as novas configurações familiares evidenciam a natureza perdida da família biológica, apontando que, em muitos países, mais da metade das famílias não correspondem à estrutura clássica conjugal. No caso do Brasil, como vimos na explanação sobre o tema na perspectiva social e história, a família nuclear tradicional, antes majoritária, vem perdendo, de forma expressiva, sua representatividade, diante da diversificação dos arranjos familiares.

Dessa forma, Bassols (2016) considera que é nesse Outro campo do gozo, mais além ou mais aquém do falo, que reside o segredo de toda família, sendo relativo ao gozo feminino. Mencionamos, a título de esclarecimento, que o autor faz alusão ao gozo do Outro, descrito por Lacan (1972-1973/1985) como um gozo suplementar, que não se reduz à lógica fálica, vinculada à ordem simbólica e regida pelo significante do falo. O gozo feminino é um gozo do Outro que não se restringe à lógica binária fálica, sendo associado a uma vivência mais próxima do mistério, do inefável, referente à experiência feminina em sua singularidade. Com base nessas acepções, Bassols (2016) pontua que, nos tempos atuais, nos deparamos com novas

formações familiares, que se organizam ao redor desse segredo do gozo, diferente de qualquer organização governada pelo significante do Nome-do-Pai.

Corroborando com essas ideias, citamos Miller (2007), que concebe a família como uma união a partir do segredo relativo ao gozo, considerando que ela se constitui como lugar do traumático, do atravessamento pulsional que rompe o tecido da linguagem. Nessa visão, ela tem origem no mal-entendido, no segredo, no não dito, no campo do gozo e do real que não se traduz. Miller (2007) afirma que a família é unida por um segredo que é sempre sobre o gozo: sobre como gozam o pai e a mãe. E é por isso que o autor compreende a família como produto de um mal-entendido, sendo sempre traumático por sua condição fora do sentido, já que é o produto da inscrição da não relação sexual no corpo falante.

Dessa mesma maneira, podemos pensar, com Bassols (2016), que a família, como sistema de semblantes, conjunto de significantes que tentam ordenar o gozo, tem se apresentado, atualmente, “como um artifício subordinado ao real da inexistência da relação entre os sexos” (s.p.). O autor pontua que, mais do que nunca, as famílias atuais se reorganizam “seguindo as derivas do real, da não relação sexual e de uma economia do gozo que não se subordina a um significante em particular” (Bassols, 2016, s.p.). O autor refere que a instabilidade dos vínculos familiares não segue a lógica dos intercâmbios simbólicos; são os significantes mestres que se intercambiam de acordo com as condições do gozo. É assim que a família, que antes ordenava o gozo, é hoje reordenada por ele. Bassols (2016) discorre sobre as crescentes situações nas quais, diante das possibilidades introduzidas pela tecnociência, há um planejamento de família cada vez mais afastado de condições naturais e mais aproximado das condições de gozo de cada um. É o que o autor denomina de “família sob encomenda” (Bassols, 2016, s.p.), que nos faz levantar questões sobre a insuficiência em conceber a clínica a partir do simbólico e do sintoma, mesmo que não possamos descartá-la.

Em suma, é possível notar a complexidade e a densidade das análises dos novos arranjos familiares, que envolvem diversos aspectos e possibilidades de leitura e de enfoque. Acompanhamos mudanças subjetivas resultantes das características de nosso tempo – de declínio simbólico, de gozo e consumo exacerbados e de objetificação dos sujeitos. Se a família pode ser pensada além da referência à castração, podendo configurar-se como objeto de consumo, e indicar a expansão da clínica psicanalítica com alcance à dimensão real (Bassols, 2016; Heinemann; Chatelard, 2012), trazemos como contraponto a perspectiva da constituição familiar pela via do desejo e do sintoma, privilegiando sua função simbólica, que se faz presente nos tempos atuais, mesmo com atravessamentos (Ceccarelli, 2007; Couto, 2010; Kehl, 2013).

Tais visões podem ser complementares e compatíveis, de acordo com Bassols (2016), que, ao recorrer às elaborações lacanianas mais recentes, sugere não abandonarmos suas acepções anteriores.

Destacamos, ainda, no que diz respeito às famílias contemporâneas e possíveis articulações entre o tema e o romance familiar, tópico central de nosso estudo, o que nos diz Bassols (2016): “a novela familiar está presente, de fato, desde o início da prática da psicanálise e também no discurso do sujeito contemporâneo” (s.p.). Contudo, como vimos nesta discussão e como também demarca o autor, “o ‘assunto’ se modificou substancialmente” (Bassols, 2016, s.p.). Assim, mesmo que a novela familiar possa ser pensada com outros elementos, acrescentados às considerações de Freud (1909 [1908]/1996), podemos constatar a fundamental importância da construção simbólica para nos proteger dos excessos reais do gozo, ainda mais sobressalentes em nosso tempo.

Sabemos que a fantasia familiar é construída a partir de uma rede simbólica ou de semblantes familiares, para contornar o real do gozo e, como esclarece Couto (2010), a tradição patriarcal criou um semblante para que o sujeito nada soubesse sobre o real da inexistência da relação sexual. Mas, se não mais dispomos dos mesmos significantes anteriores, é preciso reinventar nossas ficções; se não temos mais as referências sólidas de outrora, ficando sem significante mestre para comandar a economia do gozo, é necessário inventar o seu Outro (Heinemann e Chatelard, 2012). Nesse contexto, podemos notar que, na ausência de recursos simbólicos capazes de balizar nossas fantasias familiares, o ideal imaginário pode retornar com mais força, o que pode explicar o fato de a família do ideal cultural ressurgir de forma tão reivindicada atualmente.

Sigamos com nossa discussão, abordando características e especificidades das famílias brasileiras, que, na realidade, se apresentam de forma bem diferente da ficção fantasmática familiar. Nessa direção, é fundamental trazer elementos próprios à realidade brasileira, articulando-os aos tempos atuais, conforme suas características fluidas e dispersas.

4.3 Famílias de nosso tempo e nosso lugar

No que concerne às características e às especificidades das famílias brasileiras, na atualidade, cujos atributos marcantes podem ser ainda mais acentuados nas famílias periféricas, optamos por trazer as formulações de duas referências principais: as famílias tentaculares de Kehl (2013) e as famílias processuais discutidas por Guerra *et al.* (2019). Fizemos essa escolha

por observar que as nuances debatidas pelos autores sobre as constituições familiares, no contexto brasileiro, bem como as elaborações que tecem acerca da temática, são compatíveis com o que verificamos nas histórias dos sujeitos desta pesquisa. É válido dizer, ainda, que as histórias relatadas na pesquisa de campo são também semelhantes a nuances fundamentais que observamos nas famílias atendidas em nossa prática profissional na saúde pública. Desse modo, os pontos levantados nas referências que elegemos nos auxiliam a refletir sobre as especificidades das famílias no contexto brasileiro, um dos objetivos da nossa pesquisa.

É importante ressaltar que podemos identificar como características marcantes de nosso tempo a ausência de referências sólidas, os excessos e a volatilidade, atributos que, na conjuntura brasileira, marcam as formatações e os históricos familiares, que se apresentam mais fluidos, múltiplos e dispersos. Observamos, assim, dissociação e pluralização das funções familiares, com ausência de uma consistência e constância em suas organizações. Dessa forma, parece que a busca por estabelecer uma constância e unidade na ficção familiar, com base no modelo familiar ideal da cultura, pode servir para compensar a dispersão da realidade objetiva. Interessa-nos, assim, compreender nuances específicas da conjuntura brasileira, especialmente da periferia, em aspectos subjetivos e sociais, a partir da investigação dos ideais e das ficções familiares dos sujeitos desta pesquisa.

Referente à explanação de Kehl (2013), destacamos que a autora aborda o que denomina “família tentacular”, em alusão aos tentáculos do polvo, que se dispersam e se movimentam em sentidos diversos. Tal alusão é relativa à estrutura da família contemporânea, que, diferente da família nuclear moderna, integra variados membros antes inexistentes, frutos de novos casamentos, filhos desses novos pais, filhos de adolescentes que engravidaram e não têm onde morar, dentre outras situações. Assim, a ideia da autora é que a família contemporânea agrega pessoas a partir de diferentes circunstâncias e daí a noção de tentacular. A estruturação familiar contemporânea, nesse modelo tentacular, não é só caracterizada pela agregação e expansão de seus integrantes, mas também marcada por não terem suas respectivas funções e posições tão bem definidas como as famílias comuns até início do século XX. Na família tentacular as funções se dissolvem e as posições se confundem entre seus membros. Além disso, o temor ao pai, que concentrava antes o poder, dilui-se, e a presença da mãe, hoje trabalhadora, diminui.

Kehl (2013) pondera que as separações e as novas uniões efetuadas ao longo da vida dos adultos foram, aos poucos, constituindo esse novo tipo de família, distinta da família extensa pré-moderna e da família nuclear, que vem cada vez mais perdendo a hegemonia. Portanto, conforme a autora, nessa nova estrutura familiar, os laços conjugais que originam a

família já não escondem mais a base erótica e, portanto, instável, que os sustentam. Nessa conjunção, os filhos deixam de ser a finalidade ou a consequência inevitável dos encontros eróticos. De acordo com ela, a família tentacular contemporânea,

[...] menos endogâmica e mais arejada que a família estável no padrão oitocentista, traz em seu desenho irregular as marcas de sonhos frustrados, projetos abandonados e retomados, esperanças de felicidade das quais os filhos, se tiverem sorte, continuam a ser portadores. Pois cada filho de um casal separado é a memória viva do momento em que aquele amor fazia sentido, em que aquele par apostou, na falta de um padrão que corresponda às novas composições familiares, na construção de um futuro o mais parecido possível com os ideais da família do passado (Kehl, 2013, s. p.).

A partir das elucidações da autora, é interessante notar que, de alguma forma, a família contemporânea corresponde à utopia reivindicada na era moderna, quando se instalou uma crise a partir dos impulsos sexuais evidenciados, que não mais poderiam ser contidos pela tradição que marcou a era anterior. Mas, se isso estabeleceu e explicitou conflitos e hoje é cabível realizar a tão sonhada liberdade sexual requerida na revolução dos anos 1960, ela tem sido, nos tempos de hoje, repreendida e desmerecida no imaginário social. Kehl (2013) questiona se o ideal que não deixará de orientar os projetos de felicidade conjugal das crianças e adolescentes de hoje, desde o lugar das fantasias inconscientes, não precisaria ser superado, para não funcionar como impedimento à legitimação da experiência viva das famílias atuais, que se apresentam “misturadas, engraçadas, esquisitas, improvisadas e mantidas com afeto, esperança e desilusão, na medida do possível” (Kehl, 2013, s.p.).

Outro aspecto destacado por Kehl (2013) diz respeito à desprivatização da família com características tentaculares, a partir da segunda metade do século XX, não porque o espaço público tenha voltado a ter a importância que teve na vida social até o século XVIII, mas porque o núcleo central da família contemporânea foi implodido, sendo atravessado pelo contato estreito entre adultos, adolescentes e crianças advindos de origens e de circunstâncias variadas. A partir de múltiplas uniões e consequentes acumulações de vínculos, surgem renovados e reconfigurados laços afetivos, que geram intimidade entre pessoas provenientes de núcleos diversificados. Kehl (2013) observa que cada uma das árvores genealógicas hiper-ramificadas guarda o traçado das moções de desejo dos adultos ao longo das várias fases de suas vidas. A autora avalia, também, o papel da mídia, particularmente da televisão, “doméstica e onipresente” (Kehl, 2013, s.p.), no rompimento do isolamento familiar e, por conseguinte, na

difficuldade crescente dos pais de controle ao que é transmitido aos filhos, o que é intensificado com o mundo virtual, como podemos lembrar.

Em relação a essa sensação de falta de controle do cuidado aos filhos, é interessante retomar, ainda em Kehl (2013), a discussão acerca dos dilemas que se instalam no processo educativo das crianças hoje em dia. A autora explicita questões relativas às dificuldades que os responsáveis pela criança enfrentam pela ausência de referências sólidas, o que os leva a terem que assumir todo o risco da formação da criança. De acordo com ela, o ponto crítico central desse debate diz respeito ao abandono que a criança pode sofrer pela falta de responsabilização do adulto, o que não se trata, necessariamente, de um abandono amoroso: “pais extremamente afetivos podem deixar seus filhos à mercê de seus próprios impulsos, de sua fragilidade e de sua onipotência infantil, não por falta de amor, mas por falta de responsabilidade” (Kehl, 2013, s.p.). Kehl (2013) argumenta que o desejo dirigido à criança e que a insere no mundo simbólico deve acompanhar a responsabilização por impor limites relativos ao lugar de desejo, o que implica assumir os riscos do processo de criação, já que não há garantias nesse sentido.

A autora alude ainda aos discursos correntes e expressivos que associam a dissolução da família ao quadro de degradação social em que vivemos e que reforçam a crença de que a família seria o núcleo de transmissão de poder que poderia e deveria arcar, sozinha, com todo o edifício da moralidade e da ordem nacionais, “como se a crise social que afeta a todo o país não tivesse nenhuma relação com a degradação dos espaços públicos que vem ocorrendo sistematicamente no Brasil”, há muitos anos (Kehl, 2013, s.p.). Kehl (2013) denuncia que o desmonte do espaço público afeta, sobretudo e particularmente, as camadas mais pobres, afirmando que, nas famílias desses grupos, “o desvio em relação às fantasias de família ideal podem ser vividas como uma forma de desmoralização dos pais, o que dificulta a tarefa de educação dos filhos e pode produzir justamente a delinquência e a violência que se quer evitar” (Kehl, 2013, s.p.). Esse ponto é fundamental em nosso trabalho, já que os sujeitos participantes fazem parte de camadas sociais mais pobres e de grupos minoritários, sendo todos pobres e periféricos, muitos negros e também mulheres. Notamos, de forma marcante, nas falas produzidas a partir dos procedimentos da pesquisa de campo, o esforço demonstrado por eles por reproduzir o ideal social de família nas próprias fantasias, o que nos mobilizou a ponto de direcionarmos a pesquisa para compreensão do fenômeno.

Bastante relevante também, para analisarmos os históricos e as formatações familiares dos tempos líquidos de hoje e, mais especificamente, no contexto brasileiro, sobretudo periférico, é a chamada família processual. Citamos que Guerra *et al.* (2019), a partir de uma

proposta de compreender a lógica que engendra as configurações familiares de jovens, moradores de periferia, discutem sobre as configurações familiares, a transmissão e a filiação na contemporaneidade. O objetivo dos autores é entender como, diante das novas configurações familiares, a filiação e a transmissão se realizam, levantando a hipótese de que o “novo” nessas configurações diz menos respeito ao desenho estático da família contemporânea e “mais à sua lógica processual continuísta, na qual não há mais um núcleo articulador e gerador de unidade semântica” (Guerra *et al.*, 2019, p. 210). É importante pontuar que Guerra *et al.* (2019) verificam que a desfiliação tem sido uma lógica presente na vivência dos jovens, principalmente daqueles moradores de periferia, cujas configurações familiares refletem as marcas de violências, abandono e negligência de direitos. Portanto, a partir da psicanálise, os autores levantam questões relativas à transmissão simbólica de um nome e de um lugar social, no interior desses contextos. Eles interrogam como pode um desejo que não seja anônimo fazer funcionar uma presença no laço social, garantindo a filiação e a transmissão, diante de trajetórias de vida marcadas por contínuos deslizamentos dos sujeitos, sob os mais diversos modos de configurações familiares.

Os autores comentam que a discussão foi motivada por uma pesquisa realizada com jovens de periferia, especialmente em uma etapa que consistia em compilar informações para a criação de um banco com dados básicos sobre os participantes do estudo, como: sexo, idade, cor, endereço, configuração familiar. No entanto, surgiram dificuldades para nomear a configuração familiar, evidenciando uma impossibilidade de registrar, de maneira estática, a informação, já que se tratava de arranjos que se modificavam ao longo da trajetória do adolescente. Para ilustrar as lógicas de composição familiar que circunscrevem as trajetórias de vida daqueles jovens, Guerra *et al.* (2019) optaram por adotar as seguintes nomeações: família matrilinear, família patrilinear, família fratilinear, família nuclear e família estendida, representando, respectivamente, composições familiares referenciadas na figura materna, na figura paterna; em um ou mais irmãos; no pai e na mãe; em avós, avôs, tios, primos ou parentes de segundo e terceiro graus.

Guerra *et al.* (2019), com a finalidade de compreender a filiação e a transmissão no contexto estudado, retomam a adoção necessária a todo filho para ele tornar-se herdeiro de uma história, inscrito em um ordenamento no qual, para além do desregramento pulsional e da nova ordem plural e multirreferencial do mundo contemporâneo, seja acolhido e inserido no pacto civilizatório. Os autores recorrem a Lacan (1969/2003), ressaltando a função de transmissão da família relativa à constituição subjetiva e constatando que não importa a estrutura familiar, dado

que se trata de uma operação simbólica que pode ser exercida por diferentes pessoas. No caso da pesquisa que realizaram, Guerra *et al.* (2019) notam que, diante do deslizar contínuo dos jovens por diversas configurações familiares – ora compostas pelos pais biológicos, ora por avós, vizinhos, pastores de igrejas, chefes do tráfico –, configura-se como um desafio importante distinguir as figuras que, de fato, compõem o que se nomearia como o núcleo familiar desses sujeitos, bem como identificar como a transmissão opera caso a caso. Os autores observam que várias dessas figuras cumprem papel de transmissão, cuidado e filiação, mas questionam se poderiam ser definidos como membros da família. Em contrapartida, há pessoas que são familiares, mas geram dúvidas quanto ao cumprimento de alguma função de transmissão.

Guerra *et al.* (2019), ao longo da escuta das narrativas dos jovens participantes da pesquisa, por meio do acolhimento à complexidade de seus arranjos familiares, verificam que uma transmissão opera a partir da lógica referencial, processual e múltipla de configuração familiar. Segundo os autores, é possível avaliar que as passagens dos jovens por diversas configurações inscrevem marcas em suas constituições subjetivas e é nesse sentido que eles referem uma dinâmica processual de constituição familiar, regida por uma lógica descontínua, dispersa, múltipla, mas que ainda assim opera uma transmissão. Eles supõem haver uma mudança na lógica do funcionamento familiar, que acompanha e determina uma mudança de funcionamento estrutural da sociedade, que é também descontínua, dispersa e múltipla. Para Guerra *et al.* (2019), haveria, não uma nova configuração familiar ou nova parentalidade, mas uma lógica continuísta de agenciamento simbólico sobre o real e o imaginário familiar, correspondente ao arranjo societário. Os autores constataam, ainda, o esforço de elaboração permanente do sujeito para prover uma solução face às contingências familiares e estruturais de sua história, destacando os pontos de repetição e os enodamentos pulsionais “que perpassam este movimento no qual o jovem se lança, ou é lançado, na busca por um lugar de desejo no campo do Outro capaz de operar uma transmissão” (Guerra *et al.*, 2019, p. 218).

A partir dos achados e das elaborações de Guerra *et al.* (2019), podemos nos interrogar se essa lógica continuísta não poderia se constituir pela circulação do desejo, que propicia a construção de semblantes. Os autores não fecham as hipóteses ou questões levantadas, apenas recomendam a continuidade de estudos nessa linha. Mas notamos, nos seus argumentos, que eles identificam e descrevem os laços que se estabelecem entre os adolescentes e as diferentes figuras que os elegem e são por eles eleitas, que não correspondem ao parentesco biológico. Os adolescentes participantes da pesquisa de Guerra *et al.* (2019), no que nos foi possível verificar,

acabam por constituir, subjetivamente, um núcleo de amparo, singular e fluido, para se apresentarem no campo social. Se é possível imaginar as segregações e outras formas de violência sofridas por esses jovens, semelhantes àquelas vividas pelos participantes do nosso estudo, podemos refletir ou inferir sobre as possíveis ficções familiares dos sujeitos aludidos na pesquisa de Guerra *et al.* (2019). Sua função relaciona-se, como sabemos, à construção de um sistema de semblantes, a partir dos quais os sujeitos precisam se localizar, constituindo sua própria ficção mítica. Considerando as características próprias das subjetividades atuais e, por conseguinte, as exigências da clínica dos dias de hoje (Bassols, 2016; Heinemann; Chatelard, 2012), talvez seja possível pensar nessas novas amarrações pelo viés de suplementação por outros operadores simbólicos além do Nome-do-Pai. Mas não sendo esse o objetivo de nosso trabalho, levantamos hipóteses quanto às influências das posições sociais, como estabelecidas no contexto brasileiro, nas construções das referidas ficções.

Nesse sentido, Guerra *et al.* (2019) aludem ao estigma de culpabilização que muitas das famílias periféricas carregam em função do “mal comportamento” de seus filhos, bem como apontam as armadilhas do mito da “família desestruturada”, que retira a responsabilidade do Estado perante esses jovens sujeitos. Lembramos que essa questão é congruente com as ideias apresentadas por Kehl (2016) quanto à forçosa exigência de uma responsabilização pública/política sobre questões críticas sociais. Como vimos, a autora debate a sobrecarga intensificada de culpabilização nas subjetividades daqueles inseridos em classes pobres, já que são referidos nos discursos como responsáveis, de forma individualizada, pela chamada degradação social. Compatível com esse argumento, Guerra *et al.* (2019) defendem a necessidade de fazer frente a qualquer mito de generalização e enquadramento acerca do que seria uma família ideal, considerando e acolhendo a singularidade que envolve as lógicas de cada família, em diferentes tempos históricos e em diferentes situações contingentes. Segundo os autores, adotar tal direção pode ampliar as possibilidades de respostas dos sujeitos diante de um destino que lhes é imposto. Essa nos parece uma diretriz bem importante e necessária, compatível com uma dimensão política que precisa ser dada a esse debate e com a ética da psicanálise, que implica em um posicionamento clínico com enfoque na singularidade, o que, como temos buscado sustentar, não acarreta em negligência aos fatores sociais. Ao contrário, o privilégio da dimensão singular exige uma implicação crítica que não individualize nem generalize os fenômenos, mas que considere os engendramentos discursivos e os posicionamentos subjetivos diante deles.

Seguindo essa diretriz, notamos que a família processual, na medida em que se apresenta dispersa e descontínua, também pode nos ajudar a entender a busca importante dos participantes de nosso estudo por agregar um ideal social de família às ficções construídas. Parece-nos que essa incorporação visa dar à fantasia familiar a unidade à qual a realidade objetiva se contrapõe. Mas nos interessa pensar a que serve a incorporação de um modelo hegemônico na realidade psíquica daqueles que são segregados, justamente por esse modelo, imaginariamente estabelecido como ideal em nossa cultura. Suspeitamos que a fantasia familiar, construída para dar conta do real do gozo ou do real da inexistência da relação sexual, serve, ainda, para dar a esses jovens uma unidade semântica, não só capaz de propiciar apaziguamento pulsional e retorno à felicidade da infância, mas também de assegurar algum lugar social, apesar de um histórico marcado por negligência e violência. Se a ficção familiar que construímos em nossa fantasia está a serviço de recuperar um ideal perdido da infância, ele não seria, para esses jovens minorizados, uma busca de inserção no sistema social que os segrega?

Suspeitamos, ainda, nesse mesmo sentido, que essa agregação do ideal social de família nas fantasias dos sujeitos de famílias periféricas poderia não só restaurar a família dos desejos dos sujeitos, mas também assegurar um pertencimento social, em um contexto no qual a sociedade foi formatada a partir da exploração de grupos minoritários e subalternizados, localizados que estão em lugar social de opressão. Acreditamos que a compreensão que visamos, enfocada na dimensão subjetiva, possibilita um entendimento mais amplo desses referidos processos históricos e sociais. Assim, estamos de acordo com Guerra *et al.* (2019) quanto à possibilidade de as formulações relativas aos arranjos subjetivos que se dão a partir da busca de um lugar de desejo no campo do Outro viabilizarem o fornecimento de elementos para a compreensão de cada arranjo societário. Corroboramos com o pressuposto dos autores de que a mudança do funcionamento familiar acompanha e determina uma mudança correspondente na estrutura de funcionamento social, em movimento recíproco, portanto. Para avançarmos, então, na discussão teórica que sustentará nossa análise, permitindo a construção de nossa tese, é crucial trazermos concepções relativas à colonialidade, que marca de forma profunda a história brasileira e sua formação social, sendo, portanto, uma acepção fundamental para alicerçar nossa base de leitura. Vamos, enfim, a ela.

4.4 Família e colonialidade

Atualmente, há uma vasta e crescente discussão a partir dos parâmetros de leitura da chamada colonialidade e, para iniciar esta parte do nosso trabalho, é importante esclarecer que nosso objetivo, aqui, é trazer as ideias centrais dessa perspectiva, de forma mais sumária, com vistas a construir fundamentos para a análise de nosso objeto. Conforme temos apontado, as falas dos sujeitos participantes desta pesquisa acabaram trazendo e reforçando algo que foi marcante na revisão da literatura sobre a temática da família: o patriarcalismo. Portanto, entendemos ser pertinente pensar em possíveis articulações entre a busca de perpetuar modelos hegemônicos de família, em moldes patriarcais, e características próprias de nossos processos sociais, que podem ser analisados sob o viés da colonialidade.

A noção de colonialidade, cunhada pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, é crucial para a compreensão das estruturas de poder, saber e ser que persistem para além do fim formal dos regimes coloniais. Nessa acepção, o colonialismo refere-se ao projeto histórico de dominação política e territorial, levado a cabo na conjuntura do imperialismo europeu iniciado no século XV e intensificado nos séculos posteriores, ao passo que a colonialidade descreve a matriz de hierarquias sociais, epistemológicas e culturais que sustentam a modernidade ocidental, portanto, marcante até os dias de hoje. Quijano (2000) concebeu a colonialidade do poder como um sistema global de classificação social baseado na ideia de raça, consolidado durante a colonização das Américas. Nessa perspectiva, esse sistema não apenas organizou a exploração econômica, mas também estabeleceu uma lógica de superioridade europeia que naturalizou a dominação sobre povos não brancos. De acordo com o autor, a invenção da raça como categoria serve para justificar a hierarquização entre colonizadores e colonizados, consolidando uma lógica de violência e exploração que persiste até hoje.

Para Quijano (2000), a raça tornou-se o principal critério de organização social na modernidade, articulando-se com a divisão internacional do trabalho. Enquanto os europeus se autoproclamaram racial e culturalmente superiores, indígenas, africanos escravizados e mestiços foram relegados a posições subalternas, forçados a trabalhos não remunerados ou precarizados. Essa classificação racial não apenas legitimou a violência colonial, como também moldou instituições, saberes e subjetividades, criando o que o autor chama de um sistema de poder racializado, que atravessa Estados, economias e culturas. É por isso que, para o autor, a colonialidade não se limita ao período histórico do colonialismo, configurando-se como uma estrutura contínua de dominação, que se mantém na atualidade, por intermédio do racismo, do eurocentrismo e da marginalização de epistemologias não ocidentais (branco-europeias). O eurocentrismo, por exemplo, reforça a ideia de que a razão, a ciência e o progresso são

patrimônios exclusivos da “raça branca”, deslegitimando outros modos de conhecimento e de existência.

Mignolo (2017) explora a colonialidade como “o lado mais escuro da modernidade” (p. 2). Segundo o autor, Quijano deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, distinguindo-o da colonialidade, que é relativa à lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental, desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos são uma dimensão constituinte, embora minimizada. De acordo com Mignolo (2017), o conceito modernidade/colonialidade, nessa perspectiva, especifica um projeto particular, baseado na “ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro” (p. 2) e da colonialidade que surgiu com a história das invasões europeias, envolvendo o tráfico maciço de africanos escravizados e resultando na formação das Américas e do Caribe. A tese central do autor é a de que a acepção de modernidade se constitui como uma narrativa complexa, com origem na Europa, implicando a ideia da construção da civilização ocidental a partir de supostas conquistas, o que esconde seu lado mais escuro: a colonialidade.

No que concerne ao saber, a colonialidade está vinculada à marginalização de conhecimentos não ocidentais, compreendidos dentro dos paradigmas branco-europeus. Nessa perspectiva, a epistemologia eurocêntrica, imposta como universal, relegou saberes indígenas, africanos e asiáticos à condição de “primitivos”, “inferiores” ou “supersticiosos”, legitimando a hegemonia intelectual do norte global. Essa hierarquia persiste em instituições acadêmicas, currículos educacionais e na desvalorização de práticas culturais locais. Quijano (2000) formulou a colonialidade do saber como parte de sua análise mais ampla sobre a colonialidade do poder. Segundo o autor, a colonização das Américas instituiu não apenas um sistema de exploração econômica, mas também uma classificação racial que legitimou a supremacia europeia e impôs um modelo epistemológico único, no qual o conhecimento científico europeu foi erigido como universal e superior, desqualificando outros sistemas de saber. Mignolo (2003), ampliando essa discussão, introduziu a noção de “geopolítica do conhecimento”, argumentando que a produção do saber está intrinsecamente ligada a relações de poder geográfico. De acordo com ele, a modernidade europeia foi construída a partir da negação da alteridade, exilando saberes não ocidentais na periferia. Portanto, a colonialidade do saber não é apenas um problema acadêmico, mas um mecanismo de perpetuação de desigualdades globais.

No que se refere à chamada colonialidade do ser, conforme desenvolvida por Maldonado-Torres (2007), essa leitura aborda a desumanização dos colonizados, cujas

existências foram reduzidas a objetos de controle e violência. Essa visão se direciona às dimensões existenciais e epistemológicas da dominação colonial, questionando como a violência colonial moldou não só corpos, mas também modos de existir, conhecer e sentir. Assim, o autor busca desvendar os efeitos profundos e persistentes do colonialismo não apenas nas estruturas políticas e econômicas, mas também na constituição ontológica e subjetiva dos povos colonizados. Segundo Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do ser implica uma desumanização sistemática, imposta pelo projeto colonial, que nega a plena humanidade dos colonizados, reduzindo-os a outros inferiores. Nessa visão, essa negação não é apenas simbólica, mas opera na materialidade da vida cotidiana, perpetuando uma lógica de guerra, em que o colonizador se afirma como sujeito universal, enquanto o colonizado é objetificado como mero recurso ou obstáculo.

É relevante trazer, ainda, no tópico da colonialidade, a interseccionalidade entre gênero e raça, assim como classe social, um eixo central para compreender como as estruturas de poder modernas perpetuam desigualdades sistêmicas. Nesse viés de leitura, consideramos que a persistência das hierarquias coloniais – como racismo, patriarcado e classismo –, não apenas moldaram a divisão global de trabalho e conhecimento, como também instituíram padrões de subjugação que articulam raça, gênero e classe de maneira interdependente. Nesse sentido, a interseccionalidade, proposta por Crenshaw (1991), emerge como ferramenta analítica para entender como identidades sociais múltiplas (como ser mulher e negra, por exemplo) produzem experiências únicas de opressão. Quando aplicada ao contexto colonial, essa base de leitura revela como a violência epistêmica e material sobre corpos racializados e generificados é essencial para a manutenção do projeto colonial.

Lugones (2008) explana a respeito do assunto e cita o caso das mulheres indígenas e negras, que foram simultaneamente exploradas como força de trabalho, objetos sexuais e reprodutoras de mão de obra escravizada, enquanto homens negros e indígenas eram submetidos a trabalhos brutais e à desumanização. A autora argumenta que a colonialidade de gênero mostra como o sistema colonial impôs uma concepção binária e hierárquica de gênero (homem/mulher, ativo/passivo) sobre povos não europeus, cujas estruturas de gênero eram frequentemente mais fluidas ou coletivas. Essa imposição serviu para justificar a dominação: corpos não brancos foram classificados como inferiores e, portanto, passíveis de controle, enquanto mulheres colonizadas eram vistas como hipersexualizadas ou desprovidas de agência, reforçando estereótipos que persistem até os dias de hoje.

No que se refere à família, objeto de nosso estudo, notamos que o patriarcalismo, como uma matriz colonial, se estabelece como um parâmetro central a povoar o imaginário cultural em torno da família, configurando a família do ideal social e permeando as fantasias familiares, mesmo daqueles sujeitos cujos arranjos familiares não correspondem a esse ideal. Como temos discutido em nosso trabalho, a família, como instituição social, não existe em um vácuo histórico ou cultural; ao contrário, é profundamente marcada por estruturas de poder que remontam ao colonialismo como sistema que reorganizou relações sociais, identidades e modos de vida em escala global. Nessa perspectiva, compreendemos a atuação da colonialidade nas subjetividades, moldando concepções de família, gênero, raça e pertencimento. Assim, a família se torna um campo no qual se entrecruzam violências, resistências e a reinscrição de hierarquias. Nessa perspectiva, o colonialismo europeu impôs um modelo específico de família – nuclear, heteronormativa e patriarcal –, utilizado como ferramenta de controle social e racial. Nesse sentido, Lugones (2008) aponta a destruição de comunidades indígenas e à escravização de povos africanos, nas Américas, que desarticularam estruturas familiares baseadas em laços comunitários e de parentesco não ocidentais. Segundo a autora, a família colonial serviu para legitimar a diferenciação entre mulheres: enquanto as negras e indígenas foram sexualizadas e violentadas, a maternidade branca era idealizada como símbolo de pureza racial. Nesse contexto, como ela demarca, a Igreja, aliada ao Estado, regulamentou casamentos e heranças, reforçando a divisão entre legitimidade e ilegitimidade, muitas vezes associada a categorias raciais.

Podemos considerar que a colonialidade promoveu uma racialização da família, diante da qual a proximidade com a branquitude determinava direitos e status. O processo de mestiçagem, frequentemente romantizado na América Latina, escondia uma política eugênica que buscava branquear a população, deslegitimando famílias negras e indígenas (Gonzalez, 2020; Lugones, 2008; Quijano, 2000). É pertinente lembrar que, nas colônias, a família escravista fragmentava laços parentais das famílias negras, com a venda de filhos e separação de casais, enquanto a família branca se consolidava como unidade econômica e moral. Essas dinâmicas perpetuam hoje em estereótipos que associam famílias negras à “desestruturação” ou famílias pobres à “falta de valores”, reforçando estigmas coloniais (Lugones, 2008; Slenes, 1999).

Concernente às articulações entre a colonialidade e o escopo de nossa pesquisa, é interessante recorrer à discussão de Fanon (1952/2008), na obra *Peles negras, máscaras brancas*, uma análise pioneira dos efeitos psicológicos do colonialismo e do racismo. O autor

combina psicanálise, existencialismo e teoria crítica para explorar como a internalização dos valores coloniais deforma a identidade dos negros, criando uma cisão entre a “pele negra” (como realidade física) e as “máscaras brancas” (constituídas a partir das aspirações culturais impostas). Fanon (1952/2008) considera o domínio da língua do colonizador uma ferramenta de assimilação, o que resultou na busca por aceitação e na negação da identidade negra, reforçando a hierarquia racial. O autor elucida sobre os desejos de brancura presentes em relações inter-raciais, tomadas como possibilidade de ascensão social, discorrendo, ainda, sobre o olhar do colonizador, que objetifica o negro, o que gera autorrejeição e alienação. Ele compreende a submissão do colonizado como um produto do sistema colonial, que impõe inferioridade psicológica para justificar a dominação. De acordo com Fanon (1952/2008), o racismo causa traumas mentais e a internalização da inferioridade leva a problemas identitários, como a busca obsessiva pela aprovação branca. Essa leitura é interessante para vislumbrarmos, em nossa investigação, em analogia ao mecanismo identificado por Fanon (1952/2008), a possibilidade de a busca de adequação à família do ideal social ser uma tentativa de pertencimento social.

No que se refere à intercessão da colonialidade com a psicanálise, apontamos que, atualmente, temos acompanhado um movimento crescente de discussão sobre a psicanálise afetada pela chamada perspectiva decolonial (Ayouch, 2019; Neves *et al.* 2024; Stona, 2022). Essa leitura emerge como um marco crítico e teórico, que busca desestabilizar as estruturas de poder e conhecimento herdadas do colonialismo moderno. Mignolo (2017) sustenta que o pensamento descolonial – chamado também de decolonial, por alguns autores –, exige uma mudança de leitura, mudanças no alicerce que utilizamos para ler e viver no mundo. O autor pontua que seu argumento não é histórico nem sociológico, mas teórico, a partir do qual discute o cosmopolitismo e a opção descolonial. Ele afirma que, enquanto o cosmopolitismo imperialista foi concebido centrifugamente, delineado e liderado pela Europa, o futuro exige o cosmopolitismo descolonial, que deve ser pensado como localismo cosmopolita, que se constitui como um oxímoro:

O localismo cosmopolita nomeia o conector para projetos globais e pluriversais, em que todos os Estados-nações existentes e as organizações futuras que substituirão, deslocarão ou refarão as formas atuais dos Estados-nações, assim como a sociedade política emergente, participarão (através de qualquer forma de organização) em um mundo verdadeiramente cosmopolita (Mignolo, 2017, p. 14).

Notamos, portanto, que a perspectiva decolonial ou descolonial implica uma quebra de paradigmas fundamentais, nos convidando a repensar as relações de poder, saber e ser, a partir de margens geopoliticamente situadas. Seu potencial revolucionário pode ser localizado na capacidade de imaginar futuros além do cânone ocidental, concebendo a diversidade epistêmica e a justiça cognitiva como pilares de sociedades verdadeiramente plurais.

Um ponto importante dessa visão é no que ela ressoa na psicanálise é a proposta de discussão de parâmetros, desde a periferia do epicentro colonial. A psicanálise, tendo nascido no contexto eurocêntrico da modernidade ocidental, carrega em sua genealogia pressupostos culturais e epistemológicos que a perspectiva decolonial tensiona. Se, por um lado, a teoria freudiana revolucionou a compreensão da subjetividade, por outro, sua pretensão universalista frequentemente reproduz lógicas coloniais, ao ignorar a pluralidade de experiências não ocidentais. Assim, relacionar psicanálise e decolonialidade implica um duplo movimento: criticar o enraizamento da psicanálise em hierarquias coloniais de saber e explorar seu potencial para escutas anticoloniais, deslocando-a de sua matriz eurocêntrica. Citamos novamente Fanon (1952/2008) que, como pensador anticolonial, foi precursor em articular essas tensões, na medida em que utilizou conceitos psicanalíticos para analisar a alienação do colonizado e argumentar que a violência colonial produz uma cisão no eu racializado, pela internalização do desprezo pelo próprio corpo e pela própria cultura. Para Fanon (1952/2008), a psicanálise clássica falha ao não considerar que o complexo de Édipo é um constructo cultural, não um universal, e que a opressão colonial cria traumas específicos, que demandam uma escuta situada.

Citamos Ayouch (2019), que propõe uma crítica decolonial à psicanálise tradicional, articulando-a com estudos de gênero e teorias anticoloniais. O autor examina como estruturas coloniais e normas de gênero binárias moldam subjetividades, defendendo uma abordagem híbrida, que integre saberes marginalizados. Ele argumenta que a psicanálise clássica é enraizada em visões eurocêntricas, ignorando contextos coloniais e não ocidentais. Nesse sentido, destaca a necessidade de descolonizar a teoria, questionando sua universalidade e propondo a inclusão de epistemologias diversas, especialmente de grupos subalternizados. Ayouch (2019) aborda a imposição colonial de normas binárias de gênero, disruptivas para culturas com sistemas de gênero fluidos ou múltiplos. Nessa conjunção, a hibridez é apresentada como uma forma de subversão às categorias coloniais fixas, com o intento de reconstruir a psicanálise por meio de lentes decoloniais, incorporando saberes indígenas, queer e periféricos. O autor sustenta a hibridez não apenas como um objeto de estudo, mas como um

método para repensar a psicanálise, propondo uma práxis que denomina como “psicanálise menor”. Desse ponto de vista, há um reconhecimento, de forma prioritária, dos sujeitos minorizados, além da consideração e foco na historicidade das vivências e concepções teóricas delas e que embasam as leituras sobre elas.

Em outro texto, ao discutir sobre raça, interseccionalidade e psicanálise, com propósito de pensar o assunto na perspectiva decolonial, Ayouch (2022) aponta que a psicanálise, como um dos últimos produtos da modernidade, nasceu dentro do dispositivo da sexualidade e procede de uma matriz de colonialidade e de capitalismo. O autor considera que, embora certa psicanálise questione fundamentalmente vários princípios do sistema capitalista ou certos aspectos do dispositivo de sexualidade, ela geralmente se abstém de estudar a forma como a colonialidade opera dentro de seu dispositivo clínico e teórico. Ayouch (2022) avalia que é pertinente perguntar o que seria uma psicanálise da diferença colonial, da margem onde surgem os efeitos psíquicos da colonialidade do poder, do saber, do gênero e do ser. O autor afirma que os efeitos da colonialidade se estendem além do período histórico da colonização porque ela é uma *episteme*, ou seja, um lugar particular de enunciação.

Um ponto importante discutido por Ayouch (2022) é a subalterização, quando retoma o conceito de subalterno/a cunhado por Gramsci (2000), que remete, para além da categoria de oprimido/a ou dominado/a, a uma exclusão radical da esfera da representação. Lembramos que, para Gramsci (2000), a hegemonia é exercida quando a classe dominante impõe sua visão de mundo como universal, naturalizando hierarquias e justificando desigualdades. Os grupos subalternos – operários, minorias étnicas e outros segmentos marginalizados – são, assim, subjugados não apenas pela força do Estado, mas pela internalização de valores que os colocam em posição de inferioridade. Portanto, a subalternização é um fenômeno que opera na interseção entre dominação material (exploração econômica) e dominação ideológica (controle cultural). Um paradoxo dessas acepções reside na ideia de que, para superar a subalternização, os grupos oprimidos precisam falar a linguagem da cultura dominante, ao mesmo tempo em que constroem alternativas. Isso implica uma luta complexa, pois a transformação social exige não apenas a conquista do Estado, mas a reforma das estruturas culturais que perpetuam a desigualdade.

Nego Bispo, citado por Bispo (2024), ao ocupar a função de tradutor na relação de comunidades quilombolas com a lógica colonial dominante, utiliza a situação da perda de terras para ilustrar como a escrita e o saber operou para destituir os povos quilombolas de seus territórios. De acordo ele, aprender a escrita, a própria linguagem e o pensamento do

colonizador tem, um valor de defesa: “não significa concordar com isto, mas significa que adotamos uma arma do inimigo para transformá-la em defesa” (Santos, 2023, *apud* Bispo, 2024, p. 15). A partir dessa elaboração, Bispo (2024) considera que essa sabedoria política demonstrada por Nego Bispo, como por tantos outros intelectuais, políticos e ativistas africanos, apontam a necessidade de buscar, sobretudo no domínio do saber colonizador, vias de defesa que possam fazer frente a tamanho poder de destruição.

No entanto, votando à subalterização (Gramsci, 2000), se podemos pensar que a sabedoria política referida pode ser uma saída diante do paradoxo estabelecido nesse processo, notamos que, em geral, a perpetuação da dominação, já que os grupos minoritários nem sempre dispõem dessa consciência crítica capaz de mobilizar defesas psíquicas e políticas articuladas. Ayouch (2022) salienta que a questão da subalternização e da escuta de uma voz específica, que não seja confiscada pela voz dominante, é a questão da escuta da subjetividade, da singularidade, sendo, portanto, uma questão eminentemente psicanalítica. Estamos de acordo com o autor e acrescentamos que, ao destacar a escuta à singularidade, está presente o viés clínico que sustenta a ética da psicanálise, como buscamos defender em nossa pesquisa.

Ayouch (2022) sublinha a irrepresentabilidade e a intraduzibilidade da voz do subalterno, indicando o efeito das relações de dominação do norte global sobre o terceiro mundo, sobretudo quando alguém pretende falar em nome do sujeito subalternizado. O autor apresenta, assim, a questão de saber como ouvir esse irrepresentável, determinado por um sistema de exclusão por raça. Para ele, “trata-se de ver que efeitos de silêncio são causados pelas minorizações de raça, mas também de gênero, sexualidade ou classe” (Ayouch, 2022, p. 22). Esse autor questiona, desse modo, se aquilo que é calado no encontro com o psicanalista não corresponderia àquilo que foi silenciado cultural e historicamente, por uma razão hegemônica, na escuta e na teorização. Ayouch (2022) busca abordar alguns aspectos dessas questões, considerando que a des-subalternização nunca é total, mas implica um deslocamento. Com o alvo de “desterritorializar a psicanálise, de interdisciplinar e indiscipliná-la”, ele aponta seu propósito de localizar elementos que possibilitem esclarecimentos quanto aos “efeitos psíquicos da raça a partir das epistemologias dos saberes situados, dos estudos afrofeministas, dos estudos *queer* e descoloniais, mas também de vários contextos culturais e políticos” (Ayouch, 2022, p. 22). A finalidade que assinala é a de demonstrar que “a raça não é universal, mas sempre construída localmente” (Ayouch, 2022, p. 22).

Tendo trazido construtos sobre colonialidade, em termos gerais, reforçamos nosso intuito de contextualizar a temática para auxiliar na análise do nosso objeto de pesquisa. É

válido ressaltar, nessa direção, que podemos fazer uma articulação entre os pontos realçados e a perspectiva da psicanálise, enfocando na dimensão da língua como constitutiva do sujeito e, podemos dizer, do humano. Dessa forma, é possível refletir o quanto a dominação cultural resultante da colonialidade produz efeitos profundos na formatação de nossas subjetividades e, portanto, em nossas organizações sociais. A cultura, intrinsecamente ligada à língua materna, como coloca Miller (2007), é fundamentalmente atrelada à nossa constituição subjetiva. Observamos que a colonialidade estabeleceu uma imposição cultural e, portanto, da língua, o que permeia o ser, o saber e o poder, de forma primordial.

Compreendemos que recorrer à perspectiva decolonial pode contribuir com o nosso trabalho, em pelo menos três quesitos. Primeiro, considerar a colonialidade nos ajuda na compreensão da incorporação de ideais de família patriarcais (logo, coloniais) na ficções familiares de sujeitos periféricos. Segundo, tal perspectiva fundamenta a crítica quanto à naturalização do patriarcalismo, o que temos buscado elaborar em nosso estudo. Terceiro, essa leitura possibilita a problematização e a expansão dos próprios construtos da teoria psicanalítica, concebida na contingência histórica de sua formação. Lacan (1973/2003) já nos advertia quanto à arbitrariedade da teoria e de nossos modos de vida, estabelecidos a partir das convenções simbólicas do contexto histórico-social. E temos trazido neste trabalho, com base também nessas elaborações, o debate sobre as contingências que determinaram o modelo patriarcal, tão marcante em nossa cultura, ainda colonial, acrescentamos agora.

Se a introdução da língua materna no cerne da família já constitui uma violência simbólica, ela também possibilita a elaboração desse trauma (Miller, 2007). Assim, pensar nesses pontos não é suficiente para alcançar a violência sistêmica e estrutural que se institui nos territórios e corpos colonizados. Para chegar à compreensão das subjetividades de nosso tempo, como recomenda Lacan (1953/1998), é preciso entendê-las também em nosso espaço. Desse modo, se a história brasileira é profundamente marcada pela colonialidade, é imperativo, em nosso ponto de vista, incluir essa matriz teórica.

Para examinar nosso objeto de investigação, a partir dos dados produzidos na pesquisa de campo e da análise deles, em articulação à revisão bibliográfica realizada, adentremos, então, no próximo capítulo, que apresenta os procedimentos adotados na pesquisa de campo e os relatos dos sujeitos escutados.

5 APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE PESQUISA DE CAMPO E DAS FALAS DOS PRIMEIROS PARTICIPANTES

Realizamos a pesquisa de campo, por meio de conversações e entrevistas clínicas, em uma escola municipal de Belo Horizonte, em região periférica, a partir da direção traçada no projeto e com o objetivo de investigar famílias com diferentes configurações. Foi possível realizar duas conversações, sendo a primeira um encontro adaptado, conduzido fora dos moldes próprios da proposta do dispositivo, e a segunda com um grupo de seis adolescentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que foi um espaço propício para a circulação da palavra e significativas articulações. A partir desses dois procedimentos, que serão detalhados neste capítulo, realizamos dez entrevistas clínicas, sendo três com alunos do quinto e do sexto ano que frequentam o diurno da escola pesquisada, uma, por telefone, com familiar (mãe) de dois desses alunos e seis com adolescentes da EJA, que participaram da conversação. Ao todo, foram, então, doze procedimentos e treze participantes de pesquisa, sendo três crianças, seis adolescentes e quatro familiares. Optamos por analisar os dados relativos a uma das famílias participantes do primeiro encontro e a quatro dos seis alunos adolescentes, totalizando cinco famílias e oito participantes selecionados (sendo seis alunos e dois familiares). Fizemos tal seleção para aprofundar na discussão sobre os dados produzidos por esses participantes selecionados, enfocando na singularidade dos sujeitos envolvidos, mas também visando alcançar pontos comuns e importantes para a compreensão do contexto estudado.

Neste capítulo, descrevemos brevemente o processo de pesquisa de campo – abordando as circunstâncias nas quais ele se deu e os desafios que surgiram –, trazemos as falas dos membros da primeira família selecionada para análise e, em seguida, apresentamos a conversação realizada com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

5.1 Descrição do processo de pesquisa de campo

No projeto de pesquisa, nossa proposta foi a realização da pesquisa de campo em escola(s) pública(s) da periferia de Belo Horizonte ou Região Metropolitana, escolha justificada pelo fato de essas instituições atenderem a população socialmente vulnerável, na qual se observam configurações de família remodeladas ou reorganizadas, o que pode provocar problemas de aceitação pela própria escola. Com o redirecionamento da pesquisa, após ajustes ao projeto inicial, nosso intuito era conhecer as famílias no contexto brasileiro, compreendendo suas especificidades, o que manteve o objetivo de acessar famílias em diferentes configurações.

Acionando nossa rede de contatos que atuam na educação, buscamos escolas com o perfil mencionado e recebemos a indicação de uma escola de ensino fundamental da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, localizada em região periférica da capital. Após a aprovação formal da pesquisa, em encontro com a diretora da escola, ela sugeriu que confeccionássemos convites para uma roda de conversa com os familiares, como forma de iniciar a pesquisa. Em contato com profissionais, alunos e familiares da escola pesquisada, optamos por denominar os procedimentos como *roda de conversa* e *entrevista*, por serem nomes popularmente conhecidos. Contudo, como explicitado na descrição de nossa opção metodológica, que se fundamenta na teoria e na clínica psicanalítica, a direção dos procedimentos realizados foi baseada nas metodologias de conversação e entrevista clínica.

Nesse momento de sondagem do campo, tínhamos a expectativa de realizar uma qualificação do cenário de pesquisa, de modo a verificar, junto à equipe de trabalhadores da instituição escolar, como lidam com as famílias e se surgem dificuldades ou impasses nesse sentido. Nosso intuito seria, a partir desse processo, definir quantas famílias e quais as participantes dos grupos de conversação e, por conseguinte, das entrevistas clínicas, fazendo a escolha das famílias mediante sua complexidade, que poderia ser indicada pelos profissionais. No entanto, o que ocorreu foi que a diretora optou por não indicar os alunos e seus familiares, propondo uma estratégia que permitisse que as próprias famílias decidissem pela participação na pesquisa. Então, procedemos da maneira indicada pela diretora, estendendo o convite de participação na pesquisa aos familiares de todos os alunos das turmas de quinto e sexto ano do turno da tarde da referida escola, que comportam estudantes com idade entre dez e treze anos, majoritariamente. As turmas foram definidas junto com a diretora, considerando as idades dos alunos e objetivos da pesquisa. Definimos por focar em pré-adolescentes, já que teriam condições de relatar sobre sua família e sua relação com ela.

Agendamos o procedimento em horário próximo ao final das aulas, para viabilizar a participação das famílias. Nesse momento, tínhamos a proposta de trabalhar com as famílias que se dispusessem a participar da conversação e selecionar algumas para realização de outras conversações, se possível e necessário, e das entrevistas clínicas, de forma a abarcar uma pluralidade de configurações familiares. No entanto, embora, no momento do convite, muitos alunos tivessem expressado interesse na participação, assumindo compromisso de reportar a proposta aos familiares, somente três familiares compareceram ao encontro, quais sejam: os pais de um aluno do sexto ano e a irmã adulta de dois alunos do quinto e sexto anos. No primeiro evento proposto, denominado *Roda de Conversa Sobre o Tema Família*, com o nome da

psicóloga pesquisadora identificado no convite, realizamos conversa com os três familiares presentes, que explicaram sobre o contexto e histórico familiar deles. Os participantes se mostraram receptivos, transcorrendo, então, uma conversa tranquila, a partir da qual foi possível estabelecer a participação dos familiares na pesquisa, com o esclarecimento sobre sua proposta e a devida formalização de participação, assim como conhecer a configuração familiar deles e seu histórico.

Pontuamos que esteve presente um número bem menor do que o esperado pelos pesquisadores e pelos profissionais da escola que apoiavam a realização da pesquisa. Mas foi possível seguir com esses participantes até a realização das entrevistas com os três alunos dessas duas famílias participantes, além de uma entrevista com mais um familiar, que não estava presente nesse primeiro encontro. Como mencionado, dessas duas famílias, selecionamos uma – a dos dois alunos irmãos (quinto e sexto anos) – para apresentação e discussão dos dados produzidos a partir dos procedimentos adotados. Aclaramos que, com a família selecionada, a dos alunos que nomeamos Cecília e Luís Fernando, foram realizadas, além dessa conversa inicial com a irmã mais velha das crianças (que chamamos de Adélia), entrevistas com as crianças e com a mãe delas, que denominamos Ruth. Apontamos que os nomes foram definidos a partir de nomes de autores conhecidos da literatura brasileira, com o objetivo de preservar a confidencialidade dos participantes.

É válido situar que a forma como se configurou essa primeira conversa com os três familiares participantes, apesar das posturas mutuamente respeitadas e acolhedoras, não favoreceu a interlocução de significantes, não resultando em uma associação livre coletivizada característica da conversação. A conversa ficou formatada em perguntas mais individualizadas e diretivas aos participantes, que as respondiam com receptividade. No geral, esse primeiro encontro foi útil, principalmente, para a formalização da participação desses sujeitos na pesquisa, o acolhimento aos envolvidos, o conhecimento sobre os contextos familiares e a definição de encaminhamentos apropriados, que foram as entrevistas com os alunos.

Narramos que, após a realização desse primeiro procedimento com proposta de conversação, retomamos contato com a diretora da escola, com o intuito de planejar novas estratégias que pudessem viabilizar o acesso a novas e mais famílias. Como a profissional sugeriu nova data e oportunidade para a realização de roda de conversa, convidamos novamente os alunos, mas, dessa vez, a partir da sugestão da diretora, marcamos um horário noturno. Na conversa para definição de data e horário, levantamos a hipótese de que os familiares pudessem ter dificuldades de participação durante o dia, por ser horário de trabalho de muitos deles. A

diretora ressaltou a baixa adesão dos familiares às propostas e aos eventos da escola, inclusive em reunião de pais, mas sinalizou expectativa de uma resposta melhor à noite, considerando que alguns pais de alunos do ensino fundamental diurno são também alunos da EJA, que, nessa escola, acontece no período noturno.

Assim o fizemos e, após entrega dos convites nas turmas selecionadas (as mesmas convidadas anteriormente), comparecemos em data e horário marcados. Entretanto, nenhum familiar compareceu. Na ocasião, tivemos contato com o coordenador da EJA, que se dispôs a auxiliar na pesquisa e sugeriu a realização de uma roda de conversa com os adolescentes da EJA, ou seja, com alunos na faixa etária de quatorze a dezessete anos, de uma turma específica para alunos dessa idade. Em contato posterior com a professora e o coordenador, definimos dia e horário para o grupo, que foi realizado em horário de aula.

A conversação foi realizada então, com os alunos presentes no dia, quais sejam: seis adolescentes com idades entre quinze e dezessete anos, inseridos na EJA, que estavam cursando o nono ano, último do ensino fundamental. Após a conversação, realizamos entrevistas individuais com todos os participantes desse grupo, das quais selecionamos quatro para análise. Sigamos, então, com a apresentação das falas dos primeiros participantes da pesquisa de campo, para, em seguida, explanar sobre a conversação realizada com os adolescentes.

5.2 Cecília e Luís Fernando: uma família e diferentes lugares de fala

Como exposto, a primeira conversação, foi realizada na escola municipal pesquisada e compareceram o pai e a mãe de um aluno do sexto ano e Adélia, irmã mais velha da família de dois alunos, do quinto e do sexto anos, Luís Fernando e Cecília, respectivamente. Selecionamos a família de Adélia para apresentar e discutir os dados produzidos nesse primeiro encontro e nas três entrevistas individuais realizadas: duas presenciais com os alunos – Cecília e Luís Fernando – e uma por telefone com Ruth, mãe que demandou participação no estudo com o intuito de ter contato com a profissional de psicologia e consequente auxílio com questões enfrentadas com a filha Cecília.

A referida família participante da pesquisa é composta por: Cecília, de onze anos, aluna do sexto ano da escola municipal pesquisada; Luís Fernando, de dez anos, aluno do quinto ano da mesma escola; os pais Érico e Ruth. No mesmo lote da casa da família moram a mãe e dois irmãos de Ruth – um com companheira e dois filhos (a quem chamaremos de Edu) e um que é solteiro e mora sozinho (que a família chama pelo apelido e chamaremos de Vavá) – além de

Adélia, de 22 anos, filha mais velha de Ruth, que mora com o companheiro e o filho deles, Ryan,⁴ com menos de dois anos de idade.

Luís Fernando, em sua entrevista, conta quem mora na casa com ele: “*A minha mãe, a minha irmã Cecília e meu pai, que saiu de viagem e só vai voltar no aniversário da minha mãe*”. Comenta também sobre a localização das moradias de seus familiares, já que residem todos no mesmo lote:

Tem a casa do meu tio, do lado tem a casa da minha vó, que do lado tem a casa da minha irmã. Que aí em cima da casa da minha irmã tem a casa do meu outro tio que morreu. E tem em cima da casa do meu outro tio, que a casa da minha vó é mais pro fundo, sabe? Em cima é a casa do meu outro tio, que tem o cachorro que se chama Bob (Trecho da entrevista com Luís).

No que se refere à família nuclear estudada, é necessário pontuar que Cecília não é filha biológica de Ruth, mas sim de Érico, seu companheiro. Érico, pai biológico de Cecília e também de Luís – filho biológico do casal Érico e Ruth – assumiu a responsabilidade e guarda de Cecília quando ela tinha sete meses de idade, porque a mãe biológica é usuária de drogas e não demonstrou condição de manter seus cuidados. Cecília chama Ruth de mãe, diz considerá-la sua mãe, mas conhece sua história, apesar de não ter lembranças de sua mãe biológica ou de seus irmãos por parte dela.

Luís informa, em sua entrevista, referindo-se à irmã Cecília e à família biológica dela:

Ela é por parte de pai por causa que a mãe dela, meu pai achou ela né, é... toda desnutrida né. No todo, acho que são oito irmãos ou sete ou dez. Aí tem uma foto do aniversário, tava faltando acho que dois, por causa que tinha muita gente lá e tudo irmão, tudo junto lá na frente da parte do bolo com a menininha que tava fazendo aniversário (Trecho da entrevista com Luís).

Assim, notamos que a família biológica de Cecília é bastante numerosa, mas ela não tem contato nem convivência com nenhum desses familiares. Por isso, Luís refere-se à família dela por uma foto que ele viu, já que não se conhecem pessoalmente.

Adélia, irmã mais velha de Cecília e de Luís, é filha biológica de Ruth, mas não de Érico, o que quer dizer que ela não tem nenhum vínculo consanguíneo com Cecília, sendo irmã de Luís somente por parte de mãe. Contudo, em sua fala, bem como nas entrevistas com Cecília

⁴ A partir da proposta de nomear os participantes da pesquisa com nomes da literatura brasileira, aqui fazemos alusão à Ryan Maia, autor mirim da literatura brasileira, que escreveu seu primeiro livro aos seis anos e foi o escritor mais jovem a entrar na Academia Brasileira de Letras, aos dez anos.

e com Luís, o laço afetivo de Adélia com os dois irmãos mais novos foi elucidado de forma significativa, sendo marcante a preocupação e o cuidado dela com eles, assim como o fato de ela ser uma referência central de apoio e cuidado para eles. Adélia tem 22 anos e reside com o companheiro – com quem está há sete anos – e com o filho deles, que tem menos de dois anos. Eles moram próximos à casa da avó materna de Adélia e no mesmo lote dos outros familiares, como citamos. Adélia afirma ter contato com o pai biológico, mas referência maior com a mãe. Relata convívio tranquilo com Érico, seu padrasto, e refere sua percepção sobre os irmãos mais novos: percebe Luís mais tranquilo e diz que ele costuma “*guardar mais as coisas para ele*”, ao passo que considera Cecília “*mentirosa e manipuladora*”, concordando com a mãe.

No contato com Adélia, que foi o primeiro com algum membro da família e foi realizado em proposta de grupo, ela relata sobre sua configuração e seu histórico familiar e aborda as questões que a mãe dela, Ruth, solicitou que ela levasse naquela oportunidade. Tais questões dizem respeito a Cecília, que teve contato recente com seus irmãos biológicos, todos mais velhos que ela. Nessa ocasião, os irmãos a procuraram a fim de conhecê-la e continuar mantendo contato, mas, em entrevista, Cecília afirmou não ter o mesmo interesse que os irmãos, apesar de não se importar de encontrá-los. No encontro com Adélia, ela expressou a preocupação da mãe, que tem achado Cecília mais nervosa, agitada, hostil, tendo comportamentos de mentira e de manipulação, percepção que Adélia compartilha. A irmã mais velha pontua que Cecília tem um “*comportamento forte*”, indicando ser mais geniosa.

Na entrevista com Cecília, quando comentamos sobre o contato recente de sua família biológica e de uma possível preocupação de sua mãe Ruth, ela afirma não estar ciente de nada nesse sentido e diz: “*Não sei*”; pontuando ainda: “*Não, ela não fala comigo*”, referindo-se à mãe. Cecília conta que não chegou a encontrar com os irmãos biológicos e afirma não se importar com isso: “*Não liguei, não*”. Ela reforça, ao longo da entrevista, que tenta falar com a mãe, mas ela não a escuta: “*Eu falo, mas ela não liga*”. Cecília conta sua história de forma aparentemente tranquila, mas queixa-se muito de Luís e também de algumas atitudes da mãe, que, na percepção dela, a trata diferente da forma como trata o irmão. Na leitura de Cecília, o comportamento diferente da mãe tem relação com o fato de ela não ser sua filha biológica. A pré-adolescente refere-se a isso quando perguntamos sobre o assunto, mas o incômodo com o irmão surge na conversa de forma mais marcante, frequente e espontânea: “*Com o Luís é chato [...] Ele implica comigo*”.

Com relação aos familiares moradores do mesmo endereço dela, Cecília conta, na entrevista, que sua mãe não gosta dos próprios irmãos. Na percepção dela, apesar de não

brigarem, eles não mantêm relacionamento. Em suas palavras: *“Minha mãe não gosta deles [...] Eles não brigam, só não se falam”*. Interessante que Cecília se queixa muito do irmão Luís Fernando ao longo de toda a entrevista, dizendo diversas vezes não gostar dele e se referindo ao incômodo significativo com os comportamentos dele, o que repete, de alguma forma, o sentimento que ela entende que a mãe tem com os irmãos. Cecília afirma, ainda, que não gosta desse tio casado que mora no mesmo lote (Edu), mas gosta muito do solteiro (Vavá), que é querido por ela e pelo irmão, sendo um tio mais próximo e afetuoso, o que é corroborado nos relatos de Luís. No que concerne à percepção de Cecília sobre a dinâmica de sua família, ela expõe, logo no início da conversa, quando perguntamos como é na sua casa, queixas de seu irmão, que é *“chato”* e conta mentira sobre ela para os pais. Sobre isso, salienta: *“O Fernando [refere-se ao Luís Fernando], ele é diferente só comigo e perto dos outros. [...] Ele fala que me odeia, que não sei o que lá, mas perto da minha mãe e meu pai ele fala que eu que falei isso”*.

Luís, no que se refere à sua relação com a irmã Cecília, também indica conflitos e diferenças, mas também afinidades. Na entrevista, ele conta sobre sua relação difícil com ela, assim como a irmã o faz, mas coloca-se como alvo, praticamente vítima, da hostilidade de Cecília:

– *Como você vem para escola?*

– *Andando, só que eu venho junto com a minha irmã. Esses dias eu tô vindo sozinho, porque ela não gosta muito de me levar e ela literalmente é muito chata comigo, muito! [...] Ela tava com um gatinho na cama e eu tirei a coberta dela e fiz carinho nele e ela me deu um soco no braço* (Trecho da entrevista com Luís).

Ele afirma que Cecília é muito nervosa e conta:

– *O meu cachorro já mordeu ela né... saiu sangue né, aí meu cachorro tá igual ela.*

– *Igual ela, como?*

– *Bravo. [...] Se ela tá comendo alguma coisa, você não pode chegar perto, tipo, minha mãe tá comendo ali e eu chego perto dela, ela já vem querendo avançar em mim, mas é de vez em quando, bem de vez em quando* (Trecho da entrevista com Luís).

É curioso que, nas falas de Luís, é possível nos confundirmos entre o comportamento da irmã e dos animais envolvidos – no caso, gato e cachorro –, já que Cecília é brava como o

cachorro, irrita-se com o carinho no gatinho, fica agressiva, além de ser reativa quando está comendo, avançando no irmão, assim como um animal faria. É interessante, também, nessa fala, notar a presença da mãe e o mal-estar que surge entre as duas crianças, sugerindo relação com certa disputa de espaço afetivo. Outro ponto que chama a atenção diz respeito à frequência aludida por Luís em relação à reação da irmã de avançar, quando indica: “*mas é de vez em quando, bem de vez em quando*”. Esse aspecto parece abarcar uma dicotomia, tendo em vista que ele está expondo comportamentos frequentes de Cecília que o incomodam e aponta que esse tipo de reação dela ocorre com pouca frequência.

Luís também se refere a momentos menos tensos com Cecília, como, por exemplo, quando relata sobre a escolha dos nomes dos animais de estimação da casa, que fizeram juntos, em consenso, demonstrando certa cumplicidade: “*E os outros três são assim: o da minha irmã que é... Luke, o meu é Duke e o terceiro que é todo branco é Tchuke. [...] Foi essa a ideia d’eu e da minha irmã: colocar os nomes combinando*”.

Notamos que, além dos familiares, as casas da família abrigam diversos gatos e cachorros; Luís fala muito dos animais da casa ao longo da entrevista. Ele conta também que o pai de sua irmã mais velha, Adélia, está morando temporariamente no lote da família, junto com sua cachorra, por algum problema que está enfrentando, sobre o qual Luís não sabe contar muito bem, mas narra o que escutou seus familiares dizerem:

Isso é porque eu escutei da minha irmã, eu nem sei, ela só falou que era porque tinha um cara que queria que, que queria chamar a polícia pro pai dela, do nada, por ele ter saído da padaria que ele trabalhava pra trabalhar em outra. Aí tava querendo chamar a polícia, tava querendo matar ele e a cachorra. Aí ele veio pra cá. (Trecho da entrevista com Luís).

Luís conta que a cachorra do pai de Adélia “*é a cachorra mais perigosa do mundo*”, contando sobre as brigas entre essa cachorra e os outros animais de sua casa e expressando alívio com a decisão do pai de Adélia de sair da casa: “*arrumou uma casa, graças a Deus, né? E a cachorra vai embora amanhã*”. Notamos, assim, que se trata de um lote que abarca muitas moradias, onde reside um número grande de pessoas que se interconectam, com interação também com animais domésticos. Observamos também que acontece de os familiares acolherem pessoas de fora, dependendo de circunstâncias e necessidades específicas.

Achamos interessante uma fala de Luís que explana sua percepção sobre a dinâmica entre os animais, porque ele percebe um funcionamento complexo, cheio de riquezas e de detalhes, o que indica sua observação sobre eles com mais atenção e afínco do que sobre a

dinâmica da própria família: *“O meu gato grande tá ficando muito na rua e ele vai sempre lá pra trilha do trem, de onde é que os gatos vem. Ele, tá achando que é filho do meu gato, porque, meu gato, ele é muito apegado com os dois novos e não é muito apegado com o da Cecília”*. Assim, Luís descreve as preferências e comportamentos dos gatos, expondo suas hipóteses acerca da rede de parentesco entre eles, a partir da leitura que faz de seus comportamentos. É interessante observar a evidência dele quanto ao apego entre os supostos irmãos gatos, que contraindica a separação entre eles. Nossa hipótese é a de que essa referência faz eco ao apego entre Luís e Cecília, mesmo que manifestado em confronto. Isso porque notamos um vínculo afetivo importante e intenso entre eles, em ambas as entrevistas. Ele expõe também: *“O Miguel [gato de Luís], que ele sobe nas panelas, come as coisas, se a gente deixar em cima, os cachorros pega. Teve uma vez que ele derrubou carne e o Spote foi lá e comeu, eles fazem uma parceria, literalmente!”* Aqui, ele explicita sua observação de uma rede relacional entre os animais da casa, entre gatos e cachorros, na qual está envolvida toda a família. Assim, ele consegue levantar hipóteses e conclusões sobre a dinâmica entre os animais da casa, de forma mais precisa e rica do que quando relata sua própria dinâmica familiar. Parece-nos que observar, de fora, as interações das quais não faz parte, permite associações mais claras do que um olhar sobre dinâmicas nas quais está envolvido. Destacamos também que Luís não distingue, em sua própria família, a mesma parceria que nota entre os animais.

Luís também comenta sobre a divisão de membros nos espaços da casa e aparece, em sua fala, mais uma vez, a proximidade com Cecília, paralela às divergências: *“A Cecília, ela tem quarto próprio dela, só que ela gosta de dormir comigo, ela sempre vai lá e dorme comigo, só que eu fico caindo da cama, ela fica quase que assim na cama, entendeu? No espaço todo da cama”*. Nas falas das duas crianças, ficamos com uma impressão que, na relação entre os dois, Cecília tem atitudes mais ativas e Luís, atitudes mais passivas, o que talvez justifique a percepção de Adélia de que Luís guarde as coisas para ele mesmo e não expresse seus incômodos. Mesmo tendo ficado bastante à vontade e falante na entrevista, em seus relatos, ele aparece submisso às decisões de Cecília ou cedendo diante de atitudes mais hostis dela, como, por exemplo, quando fica sem espaço em sua cama, na medida em que a irmã a ocupa toda, fazendo-o cair.

É importante discorrer que Cecília enfatiza que seus pais a tratam diferente da forma como tratam Luís, o que ela associa ao medo que eles têm de perder sua guarda. No entendimento dela, a mãe tem o desejo de se separar, mas corre o risco de ficar sem ela: *“ela queria separar, mas ela não pode, se não eu tenho que ir embora”*. Quando perguntamos sobre

os motivos que a levaram a concluir sobre o desejo de separação da mãe, Cecília diz: *“Porque ela fala”*. Ela relata que os pais brigam muito e afirma que o pai faz uso contínuo de álcool: *“Meu pai, ele é alcóolatra”*. É importante marcar que ela faz essa afirmativa quando está contando sobre as brigas entre os pais, o que nos leva a deduzir que ela faz uma associação direta entre o alcoolismo do pai e os conflitos do casal. Mas, nesse momento, assim como em toda entrevista, Cecília não desenvolve muito ou argumenta suas ideias, enfocando em responder as perguntas feitas pela entrevistadora e expressar sua percepção a partir das questões. Apesar de ela ter sido receptiva na entrevista, ter aproveitado o espaço para colocar suas opiniões e suas percepções e ter expressado que a conversa foi uma experiência positiva, ela não explicitou demanda de fala como o fizeram os outros familiares participantes. Luís também faz referências ao uso de álcool pelo pai, mas não notamos, em sua fala, o tom negativo e discordante que percebemos em Cecília: *“Bebe, só que ela não bebe sem álcool, ele bebe com álcool”*.

Luís ficou à vontade, falante e fluido ao longo da entrevista, abordando diversas temáticas em livre associação e diferentes encadeamentos de assuntos. Além disso, fez relatos marcadamente visuais, descrevendo as cenas narradas, mostrando com gestos e encadeando narrativas com focos diferentes, a partir da cena desenhada. No momento em que dizia sobre o uso de álcool pelo pai, por exemplo, ele parte da ideia para contar sobre o bar onde o pai tem dívida, descrevendo o estabelecimento, mencionando seu energético favorito, lembrando do último dia em que o bebeu e, ao mencionar a sogra de sua irmã Adélia, lembra-se do cachorro do pai da irmã, para, então, discorrer sobre esse assunto e assim por diante.

Cecília, por sua vez, enfoca, de maneira mais concisa, em pontos críticos para ela. Nesse sentido, ela conta, em relação aos conflitos dos pais, que, no caso de uma separação deles, ela iria para casa da avó paterna, no interior do estado, distante de sua casa: *“Viaja de noite até de dia”*. Ela afirma que gosta muito de lá e que adoraria morar com sua avó. Expressa, então, desejo de morar nessa cidade, mas também o empecilho colocado pela mãe: *“Era pra gente morar, mas minha mãe não quer ficar longe da minha vó”*. Cecília afirma que, se fosse para ela escolher, preferia morar com a avó paterna, no interior. Luís também traz impressão semelhante sobre a casa e a cidade da avó paterna, dizendo: *“Ela mora lá na roça. Tem que pegar um ônibus de viagem, acho que é dois né. Não, um ônibus de viagem pra ir pra lá, ainda tem que pegar um... pegar carona com meu tio que vai lá pegar a gente e a gente vai”*. Luís conta também a respeito do contexto familiar paterno na zona rural, referindo-se aos tios, irmãos de seu pai:

Todos eles moram juntos, um coladinho no outro. Lá na roça é assim, tem um... lá né... começa com a vó Hilda né, minha vó, aí depois vem a casa do meu tio, aí depois vem a casa das gêmeas e acabou. São três casas tudo junto, uma do lado da outra. E lá tem um terreno do meu pai e ele tá pensando na gente ir pra lá (Trecho da entrevista com Luís).

Assim como Cecília, Luís afirma que gostaria de morar na roça, mas coloca o obstáculo da mãe, que não quer ficar longe da própria mãe. Assim, nas falas de Luís, surgem as divergências entre os desejos dos pais, confirmando as afirmativas de Cecília. Mas Luís não associa a saída de Cecília de casa à possibilidade de ela viver com a família paterna, mencionando apenas o cenário de toda a família mudar-se para o interior. Diferente de Cecília, ele não aborda conflitos entre os pais, mas traz com receio a possibilidade de Cecília sair de casa, o que associa ao contato recente que ela teve com a família biológica, sinalizando não ser seu desejo ficar longe da irmã:

Só que aí ela já tá conhecendo a mãe dela por foto, ela já conhece dois irmãos dela, que ela talvez vai pra lá. [...] Pra eles se conhecerem, talvez ela mora lá e essas coisas. [...] Só que meu medo é dela esquecê de mim, tipo, ela não gosta de mim, ela quase que me odeia né. [...] Que ela vai lá né, e ela tipo mora faz um tempão comigo né. É eu, minha irmã e meu pai né, e os cachorros e os gatos né (Trecho da entrevista com Luís).

É interessante como, em ambas as entrevistas, fica marcada a hostilidade de Cecília com Luís, mas também como a dinâmica entre os dois é central na vida familiar e no cotidiano deles, o que aparece nas falas de todos os membros da família participantes da pesquisa. No caso dos relatos de Luís, por mais que demonstre incômodo com as atitudes de Cecília, ele sinaliza um receio de perda dessa relação, que é tão marcante em sua vida. Curioso também como ele se refere ao pai, à Cecília, até mesmo aos cachorros e aos gatos, mas, na fala acima, sua mãe não aparece, justamente quando ele está falando sobre a família biológica da irmã e sobre a possibilidade de sua integração a ela.

É válido apontar, ainda, que Luís fala do pai como uma referência familiar importante e como o provedor dedicado da casa, mesmo que a mãe tenha contribuição importante no sustento deles e embora esteja mais presente em casa, no dia a dia da família: “*Porque... meu pai ele, ele tá dando quase que a vida pra cuidá de todo mundo*”. Luís relata que sua mãe trabalha em uma padaria e que seu pai é pedreiro, está endividado por problemas no trabalho e por isso está “*dando quase que a vida*” para cuidar da família. Ele narra:

Ele tá viajando a trabalho pra ele poder pagar a dívida dele. [...] Ele tá devendo umas pessoas aí, que trabalha com ele, uma moça que não tá colaborando com ele, que ele tá fazendo o serviço dela, né? A moça não quer dar, que tem uns caras que trabalha com ele, né? E ele tá pegando o dinheiro dele pra alimentar os caras, e ele pede cem reais pra alimentar os caras e ela não tá querendo dar, ela tá sendo muito mal-humorada, né? E ele ainda tá fazendo por menos (Trecho da entrevista com Luís).

Luís conta que o pai está fazendo uma obra em outra cidade e que, além do problema com a moça “*muito mal-humorada*”, que não o paga devidamente, o pai está enfrentando dificuldades com um dos parceiros de trabalho: *Ele tá traindo meu pai nas obras, aí meu pai parou com essas bobearas de, deles ficar amigo do Valtinho e parou né?*

É importante citar, ainda, uma fala de Luís sobre a rotina dele e da casa, que ilustra a presença dos pais na vida familiar:

Não [respondendo se a mãe está presente em seu dia a dia]. Minha mãe fica trabalhando, ela sai cinco horas da noite, aí volta acho que é quatro horas. Aí, quando a gente chega em casa, ela já tá em casa, só que ela chega quase na mesma hora que a gente. Quando ela chega ela tira a roupa, põe pra lavar. Aí, quando ela tá pondo a roupa pra lavar, a gente chega em casa, a gente já tá lá (Trecho da entrevista com Luís).

Assim, o cotidiano das crianças em casa é marcado pela relação entre elas e a mãe aparece na fala de Luís ocupada com seus afazeres. É pertinente apontar que a presença concreta no cotidiano familiar não corresponde à representação que as crianças fazem das figuras materna e paterna. E é válido, ainda, pontuar que, na entrevista com Ruth, ela expõe o cansaço e a sobrecarga por tantos afazeres relacionados ao cuidado com a casa e com os filhos, uma fala marcadamente sofrida e apagada em seu desejo. Podemos, dessa forma, levantar hipóteses quanto à possibilidade de essa sugerida anulação subjetiva ter efeitos nas concepções maternas dos filhos, na medida em que Cecília situa a mãe como alguém que não lhe dá atenção, que não a escuta, que não a trata bem e, no caso de Luís, a mãe não está presente em seu cotidiano, surgindo em tempo restrito e ocupada com o trabalho ou com as tarefas domésticas.

Sobre a dinâmica relacional familiar, Luís delineia também: “*Ó, eu me dou bem com a Dedé [Adélia], Cecília de vez em quando se dá bem com a Dedé. Eu não dou bem com a Cecília e a Cecília não se dá bem comigo*”. Quando perguntamos a Luís o que vem à mente quando pensa em família, ele elucida:

Família? Vem pessoas legais, tipo, a pessoa com a família lá pra... que nem acontece né, só que minha irmã ela acha que... ela acha que só porque ela é parte de pai que a minha mãe não gosta dela. Minha mãe gosta dela, só que minha mãe tá querendo... Ela só que a Cecília não quer, Cecília faz muita ... Ontem ela me chamou pra fazer um tente não rir que a gente colocou pra... na zueira né, aí a gente encheu a boca de água, aí a gente molhou a cama toda com água (Trecho da entrevista com Luís).

É interessante notar que Luís parte de uma visão imaginária de família, geral e romanceada, para, então, compará-la à sua, colocando o que destoa da ideia de família que tem, relacionada a “*pessoas legais [...] que nem acontece*”. Sua fala sugere que acontece, mas não em sua família, que é marcada pela desavença em torno de Cecília. Luís parece tentar explicar que sua mãe desaprova o comportamento da irmã, lembrando-se, então, de uma brincadeira que fizeram juntos, que resultou em bagunça na casa. Assim, não se mostrou tão desenvolto para explicar sobre a relação entre a mãe e a irmã, sugerindo certa dificuldade para avaliar a situação ou, ao menos, para explicar sobre o que analisa e pensa a respeito. Nessa fala de Luís, notamos também o quanto Cecília expressa, no cotidiano familiar, sua percepção de tratamento diferente pelo seu histórico. É relevante aludir, ainda, à resposta de Luís à nossa pergunta sobre a reação da mãe no episódio narrado, que ilustra certa sintonia, até mesmo cumplicidade, entre ele e a irmã: “*Ainda bem que a Cecília secou, a minha mãe tava querendo já colocar o forro, a gente usou o que não é o que ela trocou, ainda bem né? Se não a gente ia tá lascado [risos]*”.

Cecília, por sua vez, no momento em que sugerimos que falasse o que associa livremente à família, diz prontamente: “*Adélia, Ryan [filho de Adélia], avó [paterna] e meu tio*”. Esse tio referido é o Vavá, que mora no mesmo lote da família, o tio solteiro que mora sozinho e de quem ela gosta muito. A avó paterna é alguém com quem ela não convive, mas gostaria de conviver, cujo lar se configura como um espaço seguro e desejado para Cecília. Adélia, sua irmã mais velha, é a principal referência de cuidado dela e também de Luís, como ele mesmo expressa em sua entrevista. Quanto ao filho de Adélia, que nomeamos Ryan, citado por Cecília em associação à família, a pré-adolescente, na conversa, fala de maneira bastante afetuosa sobre o sobrinho, de quem gosta de cuidar. Ela afirma que gosta muito de criança e de bebê, além de apreciar o cuidado com animais. Acrescentamos que, no dia a dia, Adélia é a responsável pelos irmãos mais novos e, em sua participação na pesquisa, afirma que eles ficam sozinhos em casa de manhã, já que estudam à tarde e ela tem suas “*obrigações em casa*”, incluindo o cuidado com o próprio filho, que ainda é pequeno. Quando Adélia narra sua rotina e a de sua família de origem, comenta que Cecília e Luís, como ficam sozinhos em casa, brigam bastante.

No que se refere ao sentimento que associa à família, Cecília não sabe dizer, mas, ao perguntamos se seria bom ou ruim, ela expõe: *“Mais ou menos”*. Notamos que Cecília associa o termo família às figuras com quem tem afinidade e por quem tem afeição. Mas, ao pensar na família como um todo e os sentimentos relacionados, surgem ambivalências. Com relação aos descompassos entre ela e a família e sua falta de motivação em dizer sobre o que a incomoda, Cecília reafirma não se sentir escutada pela mãe: *“Falo, mas ela fala que eu tô sendo dramática”*. Entretanto, ao comentarmos que, se os pais estão juntos por causa dela, de acordo com sua perspectiva, isso não seria um sinal de que ela é importante para eles, Cecília concorda.

Em geral, na entrevista, apesar de sinalizar diferentes questões e conflitos referentes à sua família, Cecília sugere ter vínculos afetivos fortalecidos, demonstrando segurança em relação aos laços familiares. É importante pontuar que, ao finalizarmos a conversa, afirma ter sido bom conversar, porém não apresentou demanda de escuta, diferente de sua mãe, Ruth, que se mostrou bem angustiada e perdida com relação a Cecília. Como foi Ruth quem manifestou interesse pela participação na pesquisa, com o objetivo de ter contato com a psicóloga e ter algum encaminhamento para a situação vivida, achamos que seria apropriado procurá-la para uma conversa. Por isso, fizemos contato telefônico com ela e propusemos um encontro, mas ela colocou dificuldades para organizá-lo e ajustá-lo à sua rotina, considerando sua sobrecarga de trabalho e de responsabilidades. Assim, acabamos fazendo a conversa por telefone mesmo, com o propósito de, ao menos, fazer algum acolhimento e consequente encaminhamento cabível.

Procedemos, então, com essa conversa por telefone, com o consentimento de Ruth, que, aos poucos, na medida em que foi escutada, foi expressando suas dificuldades e incômodos. Ela conta que trabalha como gerente em uma padaria, com vínculo formal, e Érico, seu companheiro e pai das crianças, trabalha como pedreiro, confirmando relatos de seus familiares também participantes do estudo. Ruth expressa sua sobrecarga pela necessidade de conciliar o trabalho com as responsabilidades domésticas e familiares e sugere não saber como fazer para lidar com Cecília, verbalizando: *“não posso aceitar uma criança que grita comigo”*. Ela relata que Cecília e Luís brigam muito e que o filho já esteve em atendimento pediátrico e psicológico na Unidade Básica de Saúde, já que tem sintomas de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Interessante notar como, em sua entrevista, Luís apresentou-se disperso em alguma medida, mas isso não o impediu de colocar suas impressões e fazer seus relatos, de uma maneira própria. Luís também se refere a atendimento psicológico prévio, devido à sua *“ansiosidade”* e sintomas apresentados, entretanto não enumera as mesmas questões que sua mãe: *“Eu já tô*

acostumado, por causa que eu já fazia psicóloga [...] Era uma psicóloga lá do posto [...] Ah é por causa de uma ... não queria falar não... [...] É porque, pra minha ansiedade, eu ficava cada vez mais... eu ficava cagando". Luís fica constrangido para dizer sobre seu sintoma, mas acaba expondo, após esclarecermos sobre as condições do trabalho da psicologia e sobre o caráter confidencial da entrevista. Cabe mencionar também que ele se refere à experiência com o atendimento psicológico de forma positiva, demonstrando seu interesse pela oportunidade e ainda a melhora dos sintomas: *"Ah, eu já parei de fazer isso [...] Lá é mó legal, ainda pedi mais um dia"*.

Quanto a Ruth, ela indica as questões relativas a Luís que a preocupam, mas é Cecília quem a mobiliza mais, deixando-a angustiada com a distância entre o que dá conta de fazer e o que acha que deveria fazer, de forma a produzir uma resposta mais apropriada e harmoniosa da filha. Mas, ao contrário, Cecília tem sido hostil e desafiadora, na percepção da mãe. Ruth informa que tem depressão e ansiedade e que faz uso de medicações psicotrópicas, receitadas na Unidade Básica de Saúde. Relata que já passou por acompanhamento médico e psicológico na unidade, quando estava em fase de maior estresse e que, atualmente, está muito impaciente, até mesmo no trabalho: *"nem eu me aguento"*. Narra que sua glicose está alta, que teve crises de ansiedade por sentir que *"não dava conta das coisas"* e que sentiu melhora importante quando estava fazendo atividade física (academia), mas não conseguiu manter, por causa do acúmulo de tarefas e demandas em casa.

Assim como Luís, Ruth narra que sai muito cedo de casa, por volta de cinco da manhã, e só retorna às 16h30. Ela conta que havia colocado as crianças na escola integrada, pelas dificuldades que elas apresentaram para fazer as atividades escolares em casa – *"não faziam o para casa"* –, o que a permitiu um melhor cuidado consigo mesma, incluindo a incorporação da atividade física à sua rotina. No entanto, suspendeu essa organização para priorizar os filhos: *"Luís precisava de atenção"*. No que concerne à participação do companheiro Érico nas questões que a preocupam, referentes ao cuidado e à educação dos filhos, ela relata que o pai conversa com as crianças, *"mas não adianta"*.

Quando questionamos sobre seus gostos e preferências, Ruth afirma não estar gostando de nada no momento, fala que já acorda cansada e expõe: *"tem dia que não tenho vontade de levantar da cama"*. Sobre os motivos que a fazem levantar e seguir com sua vida, ela diz, prontamente: *"meus filhos"*. Contudo, ela se sente desrespeitada pelos filhos e, apesar de ter muita responsabilidade e uma carga pesada de trabalho, por ter assumido a gerência da padaria recentemente, ela expressa: *"se eu sair do trabalho, vou pirar"*. Inferimos que a possibilidade

de sair do trabalho a preocupa, por sua responsabilidade com o sustento da família, mas também pelo fato de o trabalho constituir-se como um espaço dela, no qual tem sido reconhecida, inclusive com promoção recente e consequente incorporação de responsabilidades. Assim, notamos que o que a motiva – o trabalho e os filhos – é também o que a sobrecarrega, deixando-a sem saída para seus impasses.

É interessante observar que os pais aparecem na entrevista de Luís como provedores dos recursos materiais que ele deseja, o que demonstra o amparo que sente por parte dos pais. Em relação aos tênis que ganharam, por exemplo, Luís conta que o dele “*serviu certinho*”, mas o tênis que a Cecília ganhou ficou grande para ela, servindo em Adélia. Luís enumera, ainda, ao longo da entrevista, outros bens que ganhou dos pais e eram alvo de seu desejo, como o videogame “*Xbox*”: “*os dois juntaram dinheiro pra comprar*”, referindo-se aos pais. Assim, notamos, nas falas dele, os pais preocupados em prover recursos, atendendo aos desejos dos filhos menores, em uma visão bastante positiva dos pais, diferente das impressões expressas por Cecília. Além disso, podemos levantar hipóteses quanto aos ganhos diferentes entre os irmãos, já que Cecília teve que se contentar com um tênis que não sentiu ser adequado aos seus pés e também não aparece em posse de um videogame ou com possibilidade de ganhar um novo celular como ele. Embora não tenhamos elementos para comparar as circunstâncias vividas pelas crianças a partir da situação factível, interessa-nos as leituras dos sujeitos escutados, cujas falas fazem surgir as diferenças de tratamento entre os filhos.

Voltando à entrevista com Ruth, ela informa, ainda, que a família é cristã, que ela gostava de frequentar a igreja, mas não tem ido ultimamente. Perguntamos sobre sua vida religiosa, bem como sobre suas preferências, devido ao discurso de Ruth de queixa e desânimo e também considerando que ela recorre ao discurso religioso na entrevista, buscando sentido para sua vivência, na tentativa de ter uma explicação e até mesmo esperança de melhora de sua situação. O objetivo da pergunta sobre suas motivações e preferências era tentar identificar seus sentidos de vida e seus desejos, que parecem negligenciados e abafados por suas obrigações familiares. Na conversa com Ruth, partimos desses pontos, com vistas a fazer um acolhimento e orientação sobre a importância do autocuidado, até mesmo pelo potencial de favorecimento disso para os filhos.

Notamos que, apesar de a demanda inicial de Ruth estar relacionada às dificuldades com Cecília, ela acaba expressando incômodos mais abrangentes. Pensamos que seria necessário o seguimento da escuta, haja vista as demandas, questões e necessidades manifestadas. Por isso, fizemos indicação de acompanhamento psicológico na rede de saúde e colocamo-nos

disponíveis para ajudar no que fosse possível e necessário, inclusive para realizar encaminhamento. Mas Ruth colocou já ser referida na Unidade Básica de Saúde, demonstrando certa frustração com a impossibilidade de resposta à sua expectativa de oferta de uma solução pronta para seus impasses. Parece-nos que Ruth entendeu, enfim, que a oportunidade de participação na pesquisa e o contato com a pesquisadora não poderiam fornecer respostas imediatas e definidas para suas questões, não tendo intervenção capaz de trazer uma saída determinada para as dificuldades enfrentadas. Tentamos acolhê-la, fazendo intervenções com o intuito de identificar desejos e projetos próprios, para além da maternidade, e validá-los. Intervimos, também, distinguindo seus pontos de questão e aqueles colocados por Cecília, na tentativa de articular um corte que as localizasse separadamente e que pudesse propiciar que Ruth situasse seu alcance e o impossível de ser alcançado no que se refere às respostas da filha. Baseamo-nos em uma aposta quanto às possibilidades das intervenções produzirem efeitos, no sentido de permitir à Ruth perceber-se com limites, a fim de reconhecê-los, tentar respeitá-los, na direção da divisão do desejo, para além dos sentidos totalizantes referentes à maternidade. Compreendemos que os impasses de Ruth refletem questões próprias, mas também ecoam em nuances fortemente presentes no campo social. Na medida em que pensamos a cultura como material para nossos processos subjetivos, podemos sustentar que os pontos críticos trazidos por ela, além de retratarem uma maneira singular de posicionamento no discurso, também refletem aspectos predominantes do campo social.

Esse ponto relativo às atribuições por gênero, que repercute em uma sobrecarga para a mulher, que acumula tarefas referentes ao cuidado e ao trabalho, surge de forma marcante na literatura, como vimos, e também nas falas dos participantes desta pesquisa. Tal faceta aparece mais nitidamente nessa primeira família analisada, nas falas de Ruth e de Adélia, mas surgiram, de forma central, no grupo de conversação realizado com os adolescentes, bem como em todas as entrevistas clínicas realizadas com esse grupo. Vamos voltar a apontar esse requisito nas discussões que se sucedem. Neste momento, seguiremos com a discussão sobre a família de Cecília e Luís Fernando, levantando categorias que foram sobressalentes nos relatos e são pertinentes para análise, a partir da temática deste trabalho e de seus objetivos.

5.3 Discussão: uma família e diferentes ficções familiares

O primeiro ponto que queremos destacar sobre a participação da família de Cecília e de Luís na pesquisa diz respeito à realização dos procedimentos e aos seus efeitos, em termos

transferenciais. Observamos e refletimos sobre as transferências estabelecidas nos encontros propiciados por este estudo, que são singulares em cada sujeito participante, já que são relativas a um modo de funcionamento ou posicionamento subjetivo próprio. Assim, ponderamos nossas considerações, que são percepções baseadas em nossa escuta clínica e em nossas impressões, com atenção a aspectos inconscientes, manifestados por vias desviantes discursivas, inclusive na transferência. Buscamos a atenção ao sujeito da enunciação, colocando como foco de análise não somente o discurso organizado e proposital correspondente ao enunciado, mas também a postura relacional dos sujeitos na situação de pesquisa, bem como a nossa como sujeitos pesquisadores. A partir dessa proposta, consideramos que, de maneira geral, apesar de terem sido encontros pontuais com os participantes na pesquisa, todos os membros da família sob análise aqui pareceram ter estabelecido uma transferência positiva com a pesquisadora, que os permitiu falarem sobre pontos importantes para eles, colocando-se em postura própria e atualizando, no encontro, uma posição subjetiva.

Nesse sentido, salientamos, primeiramente, a postura de Luís Fernando, que se mostrou receptivo e flexível no contato, com posição mais docilizada, no sentido de aberto ao contato, maleável com relação à interação e à autoridade outorgada por lugares sociais e hierarquicamente estabelecidos, parecendo interessado em ganhar a confiança e o afeto da entrevistadora. Assim como aparece em suas falas, mais passivo diante de uma postura mais ativa de Cecília, Luís mostrou-se dócil, simpático, buscando ser agradável no encontro e conquistar a estima de quem interage e conversa com ele. Não parece se impor tão explícita e diretamente, a partir de seus interesses, tal como Cecília o faz, buscando caminhos alternativos à conduta de colocar diretamente o que quer. Outra postura que notamos nas falas de Luís, condizentes com esse lugar no laço social e na transferência, é a de quem observa a cena quieto e com atenção, no lugar de testemunha, quase um denunciador sentinela, já que depois coloca sua percepção e descrição do que observou. Ele se apresenta nessa postura em algumas de suas falas, descrevendo o que viu, sem se incluir na cena descrita. É interessante lembrar que Cecília menciona, em sua entrevista, ocasiões em que Luís denuncia aos pais alguma postura ou comportamento dela, com visão contrária à que ela tem, o que a incomoda de maneira significativa. E ela, na entrevista, assim como em seus relatos, diz decidida e confiante a respeito de sua opinião e parece tentar se impor nessa posição. Assim, Cecília, também no contato estabelecido com a pesquisadora, é mais direta e concisa, colocando de forma segura seus pensamentos e suas opiniões. Nos discursos dos outros familiares, ela aparece firme, decidida e persuasiva, sendo interpretada como manipuladora. Cecília parece posicionar-se

diretamente, colocando o que quer, impondo seu ponto de vista e seu desejo em muitas ocasiões, mesmo que encontre conflito, que entre em confronto, que não seja escutada ou considerada.

Ruth, por sua vez, mostrou-se apagada em seus desejos, sugerindo uma postura submetida ao Outro, que determina uma sina relativa à sua posição no mundo e à sua situação como cuidadora, identificada que está em uma imagem ideal de maternidade. E ela atualiza isso com a pesquisadora, na medida em que a localiza como possível detentora de um saber sobre ela, capaz de ofertar uma solução para os percalços que vive. Adélia apresenta-se à pesquisadora fazendo referência à mãe, trazendo a demanda dela, mas que também compartilha. Demonstra, portanto, lugar aproximado ao da mãe, sugerindo identificação com ela e postura semelhante à dela. Isso faz sentido se pensarmos que Adélia também é mãe e, como irmã mais velha, ainda assume os cuidados dos filhos de sua mãe, sendo a principal adulta responsável por eles. Assim, assume responsabilidades da mãe, o que parece estar associado à sua relação com ela, marcada por afinidade, identificação e cumplicidade. Dirige-se, então, à pesquisadora, como representante da mãe, o que parece compatível com seu posicionamento subjetivo, reproduzido na interação criada pelo procedimento de pesquisa. Assim como a mãe, apresenta-se ocupada com suas responsabilidades e tarefas, todas relacionadas aos cuidados ao filho, aos filhos em extensão (filhos de sua mãe), à casa e ao marido. Dessa forma, mostra-se semelhante a Ruth, desprovida de capacidade de manejo próprio das situações críticas vivenciadas, endereçando à pesquisadora um pedido de ajuda e demandando saídas. É válido apontar que as posturas das duas familiares adultas participantes sob análise, Adélia e Ruth, repetem e reproduzem um lugar social comum, sintomaticamente marcado pelo acúmulo de tarefas relacionadas aos cuidados de filhos e da casa, que se somam às atividades laborais, herança histórica das mulheres, como podemos aludir na discussão sobre a temática da família na perspectiva histórica e social.

Aqui, é pertinente lembrar a discussão alçada por Tfouni e Laureano (2005), referente à submissão ao discurso do Outro e à tentativa de resposta a ele, que vem revestido de um discurso dominante, por meio da ideologia. As autoras salientam que o sujeito se acha na exigência de identificar-se com esse discurso dominante, sustentando, como vimos, que o sujeito das narrativas é assujeitado a um Outro que lhe coloca imposições inclusive relativas ao desejo, em uma sociedade que estabelece parâmetros dominantes. Consideramos ser essa uma leitura possível e pertinente para os discursos produzidos pelos sujeitos participantes deste estudo, já que tais aspectos estão presentes não só nas falas de Ruth e de Adélia, mas em outras, em sua busca de adequar suas ficções familiares ao discurso dominante, numa tentativa de inseri-los

em ideais hegemônicos de família. No caso dessa família referida, também notamos essas nuances, como buscamos destacar.

É válido ressaltarmos, ainda, pontos referentes à nossa postura como pesquisadores e aos afetos gerados pelos encontros com os sujeitos participantes e pela discussão que compõe esta investigação, já que nos propusemos e nos dispusemos a nos incluir nesta pesquisa, também como sujeitos. Nesse sentido, situamos o quanto a temática da família, referida aos seus ideais – especialmente relacionados ao gênero feminino, que temos levantado neste momento –, tocam a pesquisadora que esteve à frente dos procedimentos, na medida em que ela também é mulher e mãe. Assim, o afeto gerado durante a escuta aos sujeitos ressoa também seu lugar social, do qual derivam sentimentos que a tocam com profundidade, ao deparar-se com aspectos levantados neste estudo e discuti-los. E isso tem relação com facetas relativas à transferência da pesquisadora e os atravessamentos da pesquisa para ela, sendo, então, fundamental indicar.

Para seguimento da análise da família referida aqui, é pertinente retomar os construtos relativos ao romance familiar, que Freud (1909[1908]/1996) elucida: a versão própria de família, construída na fantasia neurótica, que não corresponde à família factual, tal como poderia ser tomada por um olhar empirista de base científica positivista. Tomar essa ficção familiar construída por cada sujeito é enfatizar um ponto que diz respeito a leitura própria da psicanálise, na medida em que considera e privilegia o inconsciente. A realidade psíquica, nesse sentido, está permeada por nuances às quais não temos acesso diretamente, o que exige uma análise mais profunda da situação clínica sob foco de exame e intervenção.

Pensando nesses aspectos, é possível refletir como cada membro da família de Cecília e Luís tecem suas narrativas a partir de uma perspectiva própria acerca das relações e da dinâmica familiares. Para começar uma possível análise desse quesito, no que se refere à fantasia familiar de Luís, o notamos identificado com o pai, sugerindo inserção e aderência ao processo edipiano, diferente de Cecília, que parece estar iniciando uma desconstrução das imagens materna e paterna, típica da adolescência, reelaborando suas identificações em um caminho da dependência infantil em direção à autonomia (Urman, 2008). No ponto de vista de Luís, os pais surgem, como nos diz Freud (1909[1908]/1996) como “a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos” (p. 219), com consequente desejo de igualar-se a um deles – no caso, ao progenitor de mesmo gênero, ou gênero com o qual a criança se identifica. Isso pode indicar que Luís não alcançou uma liberação da autoridade de suas primeiras referências, o que, para Freud (1909[1908]/1996), resulta do curso do desenvolvimento infantil.

É válido observar que Luís traz à tona uma diferenciação entre gêneros, que sugere ser relativa ao processo de identificação às referências familiares – fundamental na constituição subjetiva e que podem ser localizados na trama edipiana, tal como concebida nas acepções freudianas (Freud, 1924/1996; Moreira, 2004) –, sugerindo uma identificação com o pai. Ao que nos foi possível verificar, aparece, nas falas de Luís, uma visão positiva do pai, que, por exemplo, deixou as crianças ficarem com o gato (mesmo já tendo outros animais na casa), que deu tênis e vídeo game, que promete celular, sendo visto, então, como alguém que considera e olha para os filhos de forma central, sendo capaz de prover os recursos que o filho precisa e deseja, mesmo que isso lhe tome sua vida, que o sacrifique, haja vista as dificuldades no trabalho e para provento da casa descritos por Luís. Chama nossa atenção, ainda, a leitura, de certa forma ingênua, de Luís em relação à figura paterna e a outras figuras masculinas às quais se refere. Coloca-se em condição de vítima, em paridade e identificação com as referências masculinas que cita, como o pai, que está sofrendo injustiças pela moça mal-humorada que não lhe paga, pelo parceiro de trabalho que o está traindo. O pai de Adélia, por sua vez, é aludido por Luís como alguém que, “*do nada*”, foi ameaçado de morte e de confronto com a polícia. Podemos levantar hipóteses quanto à possibilidade de essa ser uma tentativa de Luís de preservar uma posição sem culpabilização ou de não implicação nessas posturas das figuras citadas, vítimas como ele, que está identificado ao pai sacrificado e passivo diante das circunstâncias. Luís, assim como o pai passivo e vitimizado, é alvo da agressividade de Cecília e aparece cedendo às suas direções de condutas e de comportamentos.

Tratando-se da ficção familiar de Cecília, levantamos hipóteses quanto à possibilidade de a família fantasiada por ela ser relativa àquela que poderia ter se morasse com a avó paterna, com quem tem contato com menos frequência atualmente, somente em períodos de férias. Citamos que ela e Luís já residiram no interior com os pais, junto com a avó paterna, sendo esse momento correspondente a um período de vida mais tranquilo para a família, já que, ao que sugerem os relatos produzidos na pesquisa, não estavam presentes os conflitos atuais, que foram apontados nas falas dos participantes. Seria, então, uma possibilidade para Cecília de retomar a família romanceada por ela, que retifica, conforme seu desejo, a família da qual faz parte. Como Freud (1909[1908]/1996) postula, a família da fantasia corrige a família da realidade, retomando as imagens paternas idealizadas da criança na primeira infância. No caso de Cecília, podemos pensar na possibilidade de ela construir uma ficção com base no que já viveu com sua família atual, uma vez que sua família biológica não pode ser romanceada, associada que está a uma imagem já determinada e negativa, tendo em vista que não a acolheu.

Outra possibilidade que levantamos é de a fantasia relativa à família de Cecília poder ser representada ou correspondente àquela que constrói em livre associação quanto pensa em família, que é composta pela avó paterna, pelo tio Vavá, Adélia e Ryan (filho pequeno de Adélia). É interessante observar que Cecília, quando enumera essas pessoas em correspondência à família, resgata e atualiza a família nuclear tradicional, reconfigurando sua própria família com as pessoas com as quais possui mais afinidade. Sua família em livre associação é composta por: duas figuras femininas de sua preferência – irmã e avó, sendo referências de cuidado e pessoas por quem se sente escutada e acolhida, diferentes de sua mãe –, uma figura masculina afetuosa – o tio materno, que é presente, não é alcoólatra, nem está em conflito com a mãe, como seu pai – e Ryan, que ressurge em sua fala como uma espécie de irmão mais novo, mas que não a ameaça em seu lugar de afeto, como Luís. Parece-nos que Ryan, justamente pela maior diferença de idade, é alguém a quem Cecília maternaliza, auxiliando em seus cuidados, de quem gosta de cuidar e cujo vínculo não apresenta a paridade e a rivalidade que se fazem marcantes em sua relação com Luís.

Também nos parece pertinente notar que boa parte dos conflitos familiares mencionados nos procedimentos de pesquisa referem-se a Cecília, cuja história, à propósito, inverte a lógica comum dos romances familiares, como colocados por Freud (1909[1908]/1996) quando alude às fantasias criadas pelas crianças sobre as origens paternas, com base no pressuposto “‘pater semper incertus est’, enquanto a mãe é ‘certissima’” (p. 220). No caso de Cecília, sua mãe Ruth não é sua mãe biológica, não sendo sua mãe, digamos, verdadeira, ou sua mãe “certa”, de modo que a certeza que poderia ser assegurada pela biologia já coloca um questionamento inicial que marca sua trajetória. Assim, também não há condição de construção de um romance familiar mais comum na fantasia neurótica, segundo Freud (1909[1908]/1996), por meio de uma versão na qual sua família é adotiva e que ela é parte de uma família melhor, inclusive com melhor posição social. No caso de Cecília, sua família de origem biológica já é uma realidade e a família na qual se insere, com a qual convive, é composta pelo pai biológico, que é o “certo” – diferente de configurações mais corriqueiras das fantasias infantis –, e sua mãe Ruth, que não é “certíssima”, como discute Freud (1909[1908]/1996), tendo assumido seus cuidados, adotando-a como filha. Podemos dizer que o histórico de Cecília traz uma trama familiar mais complexa do que é socialmente considerado padrão, com a qual ela tem que lidar, construindo elaborações possíveis, a partir de elementos de sua história.

Importante, ainda, pensar nos efeitos fantasmáticos que parecem criados a partir dessa dita certeza/incerteza materna sobre todos os familiares, sugerindo até estarem mais presentes

nas falas de Adélia, Ruth e Luís do que nas de Cecília. Os três, especialmente Ruth e Luiz, parecem ameaçados pela perda de Cecília, por essa condição e pelo histórico dela. Suspeitamos que ela, por sua vez, possa fazer uso disso, a partir de sua posição discursiva mais impositiva, o que pode ser associado aos seus comportamentos de mentira e de manipulação, como percebidos e relatados pelos familiares. O interessante é que ela não aparece insegura ou ameaçada quanto ao afeto de seus familiares, de modo que o contato de sua família biológica parece não trazer para ela os mesmos receios que demonstram seus familiares. Cecília manifesta segurança em seu lugar de afeto na família, mesmo não se sentindo escutada em suas questões. Parece-nos que essas questões de Cecília não compactuam com as preocupações e ameaças sinalizadas pelos seus familiares participantes da pesquisa e, talvez, isso contribua para que ela não se sinta escutada. Podemos levantar a hipótese de que seus familiares, tão preocupados que estão com a possibilidade de perdê-la, parecem não ter condição de escutá-la em alteridade, isto é, a partir da diferença, mas somente em identificação projetiva, situando suas próprias questões em Cecília e no que é apontado como seus sintomas.

É válido aludir que a incerteza referida por Freud (1909[1908]/1996), que podemos relacionar a uma ausência de garantias, a partir dos lugares que nos constituem no laço social, se faz presente em qualquer circunstância, quando se trata de relações familiares. Mesmo porque, como nos esclarece a leitura lacaniana, se hoje temos recursos para comprovar a paternidade biológica, tornando-a “certa” nesse sentido (Melgaço, 2018), estamos advertidos de que o real que a família busca encobrir sempre será insuficientemente transvestido simbólica e imaginariamente, permanecendo, portanto, não recoberto (Portugal, 2018). E é nesse sentido que só temos acesso a uma ficção, criada para dar conta da verdade da castração, do furo que não pode ser circunscrito, restando-nos construir algo em torno dele. Ou seja, independentemente do histórico e da configuração familiar, deverão haver fantasias a serem criadas para recobrir questões e reparar o que não corresponde ao desejo de seus membros, que servem para suportar o vazio de sentido, inclusive relativo à diferença sexual. Lembremos das formulações de Lacan (1938/2003; 1969/2003) e da constatação de que todo filho, mesmo o biológico, precisa ser adotado pelos próprios pais, já que a filiação é um processo de constituição simbólica e não algo advindo e garantido pela origem biológica. Achamos pertinente trazer esses pontos para refletir sobre a possibilidade de a questão da origem biológica e da adoção de Cecília, no caso da família discutida aqui, serem remetidas nas ficções familiares, de forma complexa, fantasmática e apresentando tensões que não se relacionam aos

fatos em si, mas às formas como são tomados nas fantasias subjetivas, que buscam elaborar as questões que surgem.

Oliveira, Souto e Silva Junior (2017) discutem sobre o processo de adoção e sobre as fantasias criadas nessas situações. Os autores consideram o caminho mais complexo no qual se dá a construção da novela familiar para os filhos adotivos. Nesses casos, segundo eles, as crianças levantam perguntas sobre a chamada mãe verdadeira, já que estão na situação de terem duas mães. Oliveira, Souto e Silva Junior (2017) apontam que a mãe não é uma certeza para as crianças adotivas, o que as levam a um confronto com a questão da feminilidade da mãe, para além de sua maternidade. Podemos pensar que o mistério sobre a mãe verdadeira é algo já desvendado, de certa forma, para Cecília. E, em seu percurso de vida e subjetivo, há também a especificidade de seu acolhimento na família ter se dado a partir da escolha do pai, portanto com base no desejo dele. O desejo familiar e seu lugar na família não parece estar em questão para Cecília, já que o pai sustenta isso ao assumir seus cuidados e ao introduzi-la em sua família. Sua mãe Ruth é capaz de se manter com o companheiro com quem não quer estar em função do desejo materno dirigido à Cecília, para não correr o risco de perdê-la, caso se separasse, o que reflete sua anulação como mulher. O que está em questão, tanto para Cecília quanto para Ruth, ao que nos parece e podemos inferir, guarda relação com a feminilidade de Ruth e não a sua maternidade.

Resgatamos, aqui, as argumentações de Kehl (2013), que, ao discorrer sobre o modelo de família moderna do qual derivaram as modalidades de mal-estar escutadas por Freud, pontua que as exigências da monogamia e sua consequente imposição de restrições sexuais e de claustrofobia doméstica, sobretudo às mulheres, contribuía para fixar os filhos no lugar de objetos do amor incestuoso de suas mães. Assim, a autora inverte propositalmente os termos do complexo de Édipo, para afirmar que são as mães, insatisfeitas com as limitações de seu destino doméstico e com a pobreza de sua vida sexual, que investem libidinalmente, sobremaneira nos filhos. Notamos que isso toma outras proporções e disposições na contemporaneidade, mas é possível observar os filhos sendo tomados como substitutos de objetos sexuais, assim como nos tempos de Freud, mesmo com novas roupagens, relativas aos novos modos de gozo e seu imperativo, como discutimos (Lacan, 1969-1970/1992; 1972/2015). Kehl (2013), como vimos, alça uma fundamentação para problematizar a nostalgia à família moderna, sustentando que, diante da falta de padrão para as novas formas de composição familiar da atualidade, as famílias não deixam de se orientar pelo ideal familiar perdido de outrora, reproduzindo-o em suas fantasias inconscientes. Notamos esses aspectos na família de Cecília e Luís, assim como em outras famílias que participaram desta pesquisa.

No caso de Ruth, podemos presumir o movimento ou problemática de investimento libidinal em Cecília, relacionado ao apagamento de seu lado feminino, como discutido por Kehl (2013) na proposta invertida de leitura do Édipo. A seu turno, a ficção familiar de Ruth parece estar relacionada a um modelo ideal de família, compatível com um ideal pressuposto de mãe, o qual não consegue alcançar, já que não consegue produzir uma resposta esperada ou adequada em Cecília. Ruth não se mostra causada em seu desejo, não demonstra estar dividida entre mãe e mulher, o que poderia liberá-la da exigência de ser toda mãe e também liberar Cecília de ser seu objeto, tal como discute Miller (2014).

Um ponto que achamos importante destacar é que Cecília fala, em sua entrevista, abundante e espontaneamente, sobre seus incômodos com o irmão, que são, no entanto, desconhecidos das preocupações centrais de sua mãe em relação a ela. Sua versão da história familiar e suas fantasias relacionadas à família também são próprias e destoam da versão materna, assim como a dos outros membros da família. No caso de Ruth e de Cecília, consideramos a centralidade da preocupação da mãe referente à filha, o que motivou a busca pelo contato com a psicóloga. Entendemos, assim, que distinguir e separar as questões de cada uma tem um potencial de liberá-las da consistência imaginária das figuras familiares, nesse caso, dispensando-as dos ideais de filha e de mãe. No caso de Ruth, conseguir desvencilhar-se desse ideal consistente e totalizado relacionado à maternidade porta a possibilidade de ela desprender-se de poder definir e garantir um comportamento adequado para Cecília, uma vez que são diferentes sujeitos. A dimensão da alteridade – que traz consigo a separação do Outro, a inconsistência dele pela falta estrutural – é fundamental para a destituição da solidez caprichosa que o Outro pode adquirir em suas exigências aprisionadoras e sufocantes. A circulação da palavra, nesse sentido, é bastante indicada e pode viabilizar um discurso próprio, para além dos significantes fixados na cultura, nos quais o sujeito pode se circunscrever imaginariamente. E surge daí a indicação de fazer falar o sujeito, com vistas a possibilitar que ele construa um saber próprio, posicionando-se subjetivamente em seu discurso, subjetivando seu lugar.

Um outro aspecto importante a ser demarcado na discussão sobre a referida família é o fato de que ela ter localizado seu lugar no desejo dos pais não impede que Cecília seja colocada em lugar sintomático, justamente, parece-nos, a partir desses circuitos. Sabemos que “o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar” (Lacan, 1969/2003, p. 369), representando a verdade do par familiar. Notamos que Cecília é falada por todos em lugar sintomático, com seus comportamentos sendo evidenciados como

destoantes das expectativas deles. Levantamos a hipótese de que a postura mais franca e direta de Cecília, bem como seu histórico e sua condição de entrada na família, constituem-se como cenário e condições para que ela seja apresentada nos discursos como representante sintomática, na medida em que manifesta ou externaliza algo que perpassa toda a dinâmica familiar. Não dispomos de dados para análises mais aprofundadas, porque seria necessário prosseguir com a escuta à família, acompanhando seus efeitos, a fim de verificar o que poderia ser produzido a partir das questões levantadas e de possíveis deslocamentos significantes. Mas os pontos que levantamos parecem pertinentes, inclusive para pensarmos em aspectos de intercessão que nos indiquem especificidades do contexto estudado.

Nessa direção, apontamos que se destaca a repetição de certos parâmetros referentes a atribuições por gênero, bem como a perpetuação, nas ficções familiares, de um modelo hegemônico de família. É válido resgatar, nessa perspectiva, as discussões sobre a chamada família tentacular (Kehl, 2013) e também sobre aquela designada como família processual (Guerra *et al*, 2019), que trazem elementos importantes para pensarmos nas especificidades das famílias brasileiras e entendermos porque as características apontadas estão presentes nos cotidianos e históricos familiares de nosso contexto, mas não são tão evidentes nas fantasias familiares.

No que se refere à família tentacular, Kehl (2013) a apresenta como típica da estrutura familiar contemporânea, em oposição à família nuclear moderna, sendo marcada pela abrangência de seus membros, bem como pela confusão de posições e pela dissolução de funções. Assim, tal família não é caracterizada simplesmente pela agregação de família extensa e pela inclusão de membros que surgiram de relações anteriores, ora desfeitas, mas também pela volatilidade de seus papéis. Outro ponto da família tentacular destacado pela autora diz respeito à acumulação de vínculos profundos com pessoas que não fazem parte de um núcleo original da vida de seus componentes. Notamos que tais características estão presentes de forma significativa na família de Cecília e Luís e o vínculo profundo de pessoas que não fazem parte de um núcleo original, mencionado pela autora, está ilustrado na relação entre Cecília e Adélia, por exemplo. Aliás, o núcleo original biológico de Cecília não corresponde ao seu núcleo familiar. Outro fato compatível com o modelo tentacular é que tanto a família de Ruth quanto a de Érico são marcadas pela extensão familiar para além do núcleo delimitado por pais e filhos menores sob sua responsabilidade, já que vivem juntos da família extensa, sendo diferentes núcleos no mesmo local de moradia. Além disso, as funções de cuidado não estão restritas às figuras parentais, mas, ao contrário, concentradas fora delas, tendo em vista que Adélia é a

principal referência de cuidado às crianças e observamos que os outros familiares participam da vida da família nuclear. É interessante notar, por exemplo, que, embora Cecília afirme que a mãe não converse com os irmãos, ela apresenta um tio materno como referência afetiva importante, além de citar a avó paterna como um laço significativo, demonstrando uma conexão familiar mais ampla do que apenas com pais e irmãos. Cecília ainda tem vínculos consanguíneos diversos que não correspondem aos vínculos afetivos construídos em sua vida. Assim, ela tem seus irmãos biológicos, com os quais não tem laço afetivo, ao passo que tem laço com familiares com quem não tem vínculo consanguíneo, como os familiares maternos, especialmente Adélia, tio Vavá e a própria mãe (Ruth). Um ponto que surge nas falas dos participantes, que também pode ser associado aos atributos da família tentacular, é que os companheiros anteriores do casal Érico e Ruth circulam, de alguma forma, no cotidiano familiar deles. A mãe biológica de Cecília, que teve uma relação com Érico, sempre esteve presente na história da pré-adolescente, desde o início, e, recentemente, ressurgiu com mais força por intermédio de seus filhos mais velhos, que, à propósito, não são filhos do mesmo pai de Cecília. O pai de Adélia, por sua vez, que é ex-companheiro de Ruth, foi acolhido pela filha e por sua família, estando abrigado na casa deles à época da realização das entrevistas, junto com sua cachorra, como relata Luís.

É necessário pontuar que essa característica de muitas famílias residindo juntas é marcante em famílias periféricas brasileiras, haja vista suas condições sociais e os possíveis arranjos a partir dessas condições (Amazonas *et al.*, 2003; Brasil, 2023a). Mas não é esse o único aspecto que configura a família tentacular, mas o fato de os laços e as funções familiares se definirem para além de um núcleo limitado em pais e filhos. É nítido que tais configurações contemporâneas são decorrentes das mudanças demográficas, culturais e sociais, e que notamos algumas especificidades, a depender da classe social, conforme discutimos neste trabalho. Mas é importante discorrermos sobre os aspectos subjetivos de tais mudanças, contemplando elementos inconscientes, como temos buscado realizar.

Diante dessa proposta, cabe retomar as formulações de Kehl (2013), que discute sobre as implicações de tais mudanças sociais nas fantasias familiares, assim como procuramos construir neste trabalho. A autora considera o fato de os pais ficarem frequentemente perdidos em relação à educação dos filhos, tendo em vista a queda da sustentação simbólica da autoridade antes conferida pela tradição, o que deixou as pessoas confrontadas com a contingência de ter que impor limites e transmitir ideais aos filhos por sua própria conta e risco. Dessa forma, Kehl (2013) argumenta que as características de nossos tempos, com famílias constituídas fora do

formato tradicional nuclear, configuraram uma dívida da geração atual, baseada no pressuposto de que a felicidade é relativa ao modelo familiar de nossos avós. A autora levanta a possibilidade de o peso da dívida para com essa família idealizada faça com que os adultos se sintam também em dívida com seus filhos, percebendo-se incapazes de impor as restrições necessárias a um processo educativo. Notamos esse aspecto na angústia de Ruth, que não se sente capaz de educar Cecília de modo ideal, indisposta a admitir sua indisciplina – lembremos suas palavras: “*não posso aceitar uma criança que grita comigo*”. Ruth relata que as intervenções de Érico também não resultam em solução e, assim, não sabe o que fazer, buscando uma resposta externa para seus impasses. Como discute Kehl (2013), atualmente, os adultos ficam em um lugar de difícil sustentação. Para a autora, a nostalgia da família tradicional perdida pode vir como busca de referência que compense tamanho desamparo. Kehl (2013) argumenta que um caminho possível para a construção de saídas para esses percalços seria a sustentação de uma autoridade pela responsabilidade do adulto em relação à criança, que se dá pela via do desejo:

Educar, no contexto contemporâneo, é assumir riscos ante a geração seguinte. É claro que, na adolescência dos filhos, os riscos assumidos pelos pais serão cobrados – mais uma vez, nem sempre de forma justa. Mas, é possível responder à cobrança adolescente a partir do lugar da responsabilidade: ‘eu assumi o encargo de cuidar de você e te educar; prefiro correr o risco de errar do que te abandonar’. Este enunciado fundamenta-se no desejo de paternidade ou de maternidade. No limite, o adulto está dizendo: ‘eu assumo educar você porque eu quis ser seu pai (ou mãe, etc.)’ (Kehl, 2013).

Parece-nos que Cecília está em processo de entrada na adolescência, o que é compatível com sua idade e com seus comportamentos desafiadores. Assim, ela começa a fazer cobranças às quais seus pais não sabem como responder. E há o importante atravessamento do contato recente dos seus familiares biológicos, que externalizam, materializam e, por conseguinte, ampliam e fortificam a ameaça de sua perda na configuração familiar, ameaça que já estava presente desde o início de sua história, mas agora está evidenciada.

Concernente à família processual, Guerra *et al.* (2019) notam uma dinâmica processual de constituição familiar regida por uma lógica descontínua, dispersa, múltipla, mas que ainda assim opera uma transmissão, identificando o que nomeiam como uma lógica continuísta processual de configuração familiar. Para os autores, como discutimos, haveria uma lógica continuísta de agenciamento simbólico sobre o real e o imaginário familiar, com efeitos de descontinuidade e de dispersão de formas de transmissão que convivem de maneira múltipla e

sem centralidade no interior de cada família. Observamos tais aspectos na família de Cecília e de Luís, marcada por diferentes arranjos referentes a distintos momentos de vida de seus membros, vínculos ativados e desativados, produzindo novas vinculações e articulações. Ponderamos que Érico e Ruth estiveram em diferentes relacionamentos, que resultaram em filhos que permanecem com eles, e que a família nuclear já residiu em variados lugares e com distintos familiares. Lembramos também que Adélia agregou seu companheiro e, posteriormente, seu filho à convivência familiar, permanecendo com a mãe e vinculando-se ao padrasto, bem como à filha dele, além de manter convívio com seu pai, companheiro da mãe em momento anterior, abrigando-o junto à família atual.

É pertinente apontar que a família examinada tem características bastante presentes e comuns em muitas outras famílias, especialmente as periféricas, com as quais trabalhamos em nossa prática clínica na saúde pública. Em nossa experiência profissional, encontramos e conhecemos muitas famílias processuais e tentaculares, cujas históricas abarcam dramas que contemplam marcas da desigualdade social característica da realidade brasileira, uma desigualdade estrutural, profunda e intensa, podemos demarcar. Desse modo, citamos, desde já, as categorias que elencamos como eixos centrais de análise desta pesquisa, que surgiram, de forma marcante, na família analisada, bem como nas outras participantes. São elas: diferença de atribuições e de papéis sociais por gênero, com consequente sobrecarga de responsabilidades de cuidado para mulheres; ausência da figura paterna na composição familiar; violência intrafamiliar e de gênero; uso de substâncias psicoativas; diferenças relacionadas à raça; questões relativas à classe social.

No caso da família de Cecília e Luís, é importante ressaltar que ela é composta por pessoas brancas, sendo que o tema do racismo não surgiu como nas falas de outros participantes da pesquisa, assim como a ausência da figura paterna não é identificada tão diretamente. A questão da violência surge, nessa família, referente aos conflitos do casal, especialmente associado ao uso de álcool, mas que não sugerem uma situação mais crítica, como em outras histórias relatadas neste trabalho. No que se refere ao uso de drogas ilícitas, a história familiar é marcada por esse ponto, visto que esse uso abusivo foi o que impediu a mãe biológica de Cecília de assumir seus cuidados, do que decorreu a opção de Érico de assumir a responsabilidade da filha, configurando o histórico e o formato familiar. Com relação à classe social, ela marca as condições de vida e o aparato cultural dessa família, assim como das outras famílias participantes.

Pontuamos que, se nossa amostra pode ser considerada contaminada pelo método científico ortodoxo, no sentido de ser enviesada pelo fato de a seleção das famílias analisadas ter sido feita com base nas complexidades dos contextos, sustentamos que os sujeitos participantes que não foram selecionados para a análise também apresentam ao menos parte dos elementos levantados como categorias de análise, não sendo, portanto, destoantes das características comuns marcantes das famílias brasileiras, conforme evidenciado pela literatura e estudadas neste trabalho, com os participantes da pesquisa. Acrescemos que a outra família participante do primeiro encontro desta pesquisa, mas não selecionada para a análise, também se caracteriza por ser, em uma boa medida, processual e tentacular, refletindo características típicas das famílias brasileiras. As características marcantes e específicas dessas famílias já são demonstradas pelos dados demográficos do país, que mostram a pluralidade das configurações familiares e a crescente incorporação de papéis sociais e domiciliares ao gênero feminino, bem como o aumento da alocação da mulher como referência principal da família (Brasil, 2023a; 2023b; Cavenagui; Alves, 2018). Mas buscamos ampliar a discussão, na medida em que abarcamos e privilegiamos as fantasias familiares e os discursos produzidos sobre o tema pelos sujeitos enfocados nesta pesquisa. Passemos, agora, para explanação sobre a conversação realizada com os adolescentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

5.4 Conversação com adolescentes da EJA

Para começar a descrição dos processos realizados com os adolescentes participantes, destacamos que, em contatos prévios e posteriores aos procedimentos, os profissionais da escola pesquisada inseridos na EJA (professora e coordenador) enfatizaram as estruturas familiares desorganizadas dos referidos alunos, associando-as à condição de vulnerabilidade social característica da população atendida. Eles ainda relacionaram o desempenho escolar aquém do esperado e os comportamentos inadequados dos alunos – como infrequência às aulas e falta de compromisso com as atividades escolares – a questões de ordem social e familiar, uma vez que avaliam as famílias como diversas do que seria apropriado para os seus parâmetros, citando situações de famílias desagregadas (com pais separados), em condição de pobreza, violência e criminalidade. Mostraram-se comovidos com as situações acompanhadas, demonstrando que buscam acolher e auxiliar os alunos em suas dificuldades.

Assim, notamos que os ideais familiares presentes nos discursos psicopedagógicos, trazidos e reproduzidos pelos profissionais que atuam nas instituições escolares, estão em

descompasso com as organizações familiares da realidade, podendo produzir tensionamentos, o que pôde ser evidenciado também neste estudo, corroborando com a literatura sobre a temática. Situamos que, com a pesquisa de campo realizada, foi possível levantar questões sobre os diferentes parâmetros relacionados ao grupo social no qual as famílias estudadas se inserem e os efeitos e problemáticas decorrentes das diferenças entre tais parâmetros e as referências dos educadores/profissionais das instituições escolares. É cabível, ainda, considerar aspectos relativos às diferenças sociais, a depender de classe, gênero e raça, que se fazem sentir nos modos de organização familiar e refletem, assim, facetas sociais mais amplas.

Quanto à conversação, o procedimento foi realizado com os alunos presentes no dia da aula, conforme combinado com o coordenador e a professora da turma. Participaram seis adolescentes com idades entre quinze e dezessete anos, que estavam cursando o nono ano, último do ensino fundamental, no período noturno e inseridos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foram cinco adolescentes do sexo masculino, sendo quatro negros (entre pretos e pardos) e um branco – os quais chamaremos de João, Carlos, Mário, Jorge (que se apresentou como Vinícius) e Graciliano, respectivamente –, e uma adolescente do sexo feminino, negra, que chamaremos de Clarice. Salientamos que a caracterização por gênero e por cor/raça é importante para a discussão dos casos, considerando que foram aspectos destacados pelo grupo na conversação e que também surgiram em algumas entrevistas.

O grupo de adolescentes participantes da pesquisa estava no nono ano, próximo ao final do período letivo, ansiosos para concluírem o ensino fundamental, como expressaram ao iniciarmos o contato, e com planos de cursar o ensino médio em outra escola, já que a instituição pesquisada só possui ensino fundamental. Conforme também informaram, todos estavam na EJA em função da pandemia, que exigiu o isolamento social, com consequente necessidade de ajustes do ensino, com adaptações para o modelo remoto. Os adolescentes participantes narraram que não tiveram uma adaptação positiva ao ensino remoto e acabaram por atrasar o processo de escolarização, ficando defasados em relação à idade média das turmas e, consequentemente, optando pela continuidade dos estudos na EJA, que acontece no período noturno. Todos os adolescentes participantes exercem ou já exerceram atividades laborais, a maioria sem vínculos formais, sendo que o estudo no turno da noite possibilita o trabalho remunerado, que compõe a renda familiar.

Para a realização da conversação, foram apresentadas aos alunos a proposta da pesquisa e, como a professora da turma estava presente, perguntamos aos alunos se gostariam que ela permanecesse na sala, ao que todos responderam prontamente que sim. Entendemos que a

presença da professora na sala trazia uma segurança para o grupo, em função da vinculação afetiva e da relação de confiança que os alunos já tinham com ela. Então, prosseguimos com a explicação dos procedimentos da pesquisa e, com o auxílio da professora, os alunos preencheram o Termo de Assentimento e guardaram os demais documentos – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Autorização para Uso de Imagem –, com o combinado de colherem as assinaturas dos responsáveis, para entrega posterior.

Durante as assinaturas dos Termos de Assentimento e os esclarecimentos de dúvidas, na medida em que foi mencionado o objetivo de conhecer as configurações familiares dos participantes, como consta nos documentos, uma das alunas, que chamamos de Clarice, dirigiu-se à professora que estava presente e afirmou que a pesquisadora que mediava o processo devia deduzir que as famílias do grupo eram configuradas sem a presença do pai, uma vez que são famílias negras. A aluna ainda citou a série de televisão estadunidense *Todo Mundo Odeia o Chris*, transmitida originalmente pela rede de TV CBS, de 2005 à 2009, que se popularizou em outros países, inclusive no Brasil, sendo, em parte, baseada nas experiências pessoais do ator e comediante Chris Rock na periferia de Nova Iorque, durante a década de 1980. Clarice mencionou a série na conversa, explicando que ela aborda a expectativa que as pessoas têm em relação à família de Chris, personagem principal da série: uma família sem a presença do pai, por ser constituída por pessoas negras. Chamou nossa atenção o comentário da aluna e o aspecto apontado foi retomado na conversa, o que será exposto adiante.

Após as assinaturas dos termos para formalização da participação dos adolescentes, iniciamos a conversa coletiva propondo que dissessem sobre suas configurações familiares. Três participantes informaram que vivem com as mães e com os irmãos; Clarice, única mulher do grupo, reside com a irmã, o cunhado e os sobrinhos; um adolescente (Jorge) mora com um tio; somente um mora com os pais, irmãos e outros familiares. Esse adolescente que convive com os pais, que chamamos de Mário, relata, em sua entrevista individual, que reside com os pais e com três dos irmãos – dois irmãos gêmeos de doze anos e um com dezenove –, que tem uma irmã mais velha, filha de seus pais, que não mora com eles e mais três irmãs só por parte de pai, o que quer dizer que a família não se configura no modelo pais e filhos somente. Além disso, esse adolescente, assim como os demais, refere importante convivência e vínculo com a família extensa.

Ao questionarmos as palavras que associam, de forma livre, a família, pedindo que dissessem o que viesse primeiramente à mente quando pensam a respeito, dois respondem *vínculo*; dois, *comunhão*; um disse *afeto*; uma, *renca*. A adolescente Clarice, que usou a palavra

renca, associando-a à família, depois que escutou os colegas dizerem suas palavras, disse que preferia dizer também *afeto*. Mas, ao perguntarmos sobre a palavra *renca*, ela explicou que se refere aos sobrinhos dos quais cuida, expressando um sentimento de sobrecarga, o que surgiu de forma marcante em sua entrevista individual, nos levando a abordar a questão na apresentação de seu relato. Apesar de os outros adolescentes também auxiliarem nos cuidados com crianças (os irmãos), quando é o caso, Clarice é a única do grupo que assume esses cuidados de forma mais exclusiva, recebendo uma ajuda financeira da irmã e do cunhado, pais das crianças de quem cuida. Com relação a atividades remuneradas, os adolescentes informaram o seguinte: dois trabalham regularmente – um como barbeiro, sem vínculo formal (Mário) –, e um (Graciliano, o único adolescente branco do grupo) com vínculo formal, na área administrativa. Os outros três adolescentes do gênero masculino já trabalharam sem vínculo formal, mas não estão exercendo atividades regulares no momento, somente realizando alguns trabalhos quando surgem oportunidades, o que denominam *bicos*.

Quando, conversando sobre as formatações das famílias dos grupos, retomamos o aspecto levantado por Clarice sobre a ausência da figura paterna nas famílias, perguntando ao grupo se isso realmente acontecia e se eles achavam que as famílias de pessoas negras tinham mesmo essa característica, como ilustrado na série citada, os participantes confirmaram rapidamente. Quando perguntamos por que eles achavam que isso acontecia e o que eles pensavam a respeito, os adolescentes disseram que é comum os pais abandonarem as famílias, principalmente pela falta de planejamento familiar. Afirmaram que o mesmo não acontece com a mãe, que consideram como a figura central das famílias e o principal apoio aos filhos, inclusive a eles mesmos. Pedimos que falassem mais a respeito e, a partir da fala de um dos adolescentes, que citou a gravidez na adolescência, discutiram ser comum que a mulher assuma os cuidados das crianças que nascem sem planejamento dos pais, muitas vezes sem que eles tenham relacionamento ou planos de formar uma família. Eles foram fazendo essas elucidações, em acordo entre eles e com participação de todos, um completando o que o colega dizia. Perguntamos se isso havia acontecido com suas famílias e a maior parte dos adolescentes afirmou que sim.

Sobre a presença do pai na família, discutido na conversação, chamou nossa atenção a fala de Graciliano sobre o que denominou “*escolha errada da mulher*”. Ele afirmou sua opinião de forma contundente e desencontrada das articulações do grupo de que tal escolha errada explicaria boa parte dos problemas acarretados pela falta de planejamento familiar, assunto que retomamos com ele na entrevista individual. Na ocasião do grupo, o adolescente assegura que

a mulher tem que saber escolher o homem que será seu parceiro e que tem que procurá-lo em ambientes mais adequados, nos quais poderá ter acesso a homens responsáveis, o que não é possível se ela buscar conhecer pessoas “*nas baladas*”, para então iniciar relacionamentos. Sua fala soou como uma responsabilização exclusiva da mulher pela ausência de planejamento familiar e de constituição adequada de uma família.

Com relação a esse planejamento nas histórias familiares dos participantes do grupo, eles narraram um pouco de suas histórias, evidenciando a prevalência da responsabilidade das mães nos cuidados e atribuições relacionadas às crianças e às casas onde moram. Referiram-se também às suas famílias extensas, sendo que algumas delas moram próximas ou no mesmo lote onde residem mais familiares. Portanto, mais de um núcleo familiar mora no mesmo espaço, característica típica das famílias brasileiras periféricas, como temos demarcado.

No que concerne ao planejamento familiar, perguntamos sobre orientações e informações que receberam sobre formas de planejamento, mais especificamente sobre controle de gravidez. Três adolescentes disseram ter recebido orientações sobre vida reprodutiva e métodos contraceptivos da família – sendo que Graciliano relata ter conversado a respeito com a mãe –, dois contam ter tido acesso a informações mais superficiais e um disse ter recebido informações somente na escola. Todos afirmaram a intenção de ter esse controle familiar e evitar uma gravidez indesejada e antecipada, ressaltando a importância disso para evitar o que observam de forma repetida em seus grupos sociais.

A partir das falas dos adolescentes, fomos perguntando também sobre rotinas, projetos de vida e desejo de constituírem suas próprias famílias. Um adolescente (Jorge) disse não ter desejo de constituir família e o restante manifestou esse desejo para o futuro. Sobre profissões, todos afirmaram que tinham planos de trabalhar e ter sua própria vida, de poder ter renda capaz de sustentá-los, mas somente Graciliano mencionou o plano de fazer curso superior, na área de tecnologia. Clarice aludiu ao desejo de fazer um curso técnico em identificação de digitais para seguir carreira na área. Na entrevista individual, ela explicou que teve acesso a informações sobre a área pela qual ficou interessada porque tem um padrinho social que é da Polícia Federal e já proporcionou a ela visitas que propiciaram tais informações.

Encerramos o grupo porque chegamos ao horário de término da aula e agradecemos a participação dos adolescentes. Combinamos, então, que retornaríamos em outros dias de aula para a realização das entrevistas individuais, o que fizemos em outras datas previamente combinadas com o coordenador e a professora da turma participante. A conversa foi rica e abarcou pontos importantes sobre a temática da família, mas, nas entrevistas individuais, foi

possível entender, de forma mais pormenorizada, a dinâmica familiar de cada adolescente, o que possibilitou certa categorização de aspectos marcantes, nos permitindo levantar pontos de problematização sobre o assunto, dentro do escopo desta pesquisa.

Antes da exposição dos dados produzidos nas entrevistas, trazemos alguns pontos sobre a conversação para discussão, referentes à análise dos dados produzidos, a partir das posições discursivas identificadas. No que concerne à possibilidade de circulação discursiva e consequente métodos de apreensão dos discursos produzidos na conversação, retomamos o trabalho de Berni, Gomes e Lima (2023), que elucidam sobre a metodologia de análise das conversações por intermédio da teoria lacaniana dos discursos, o que é congruente com nossa proposta e acrescenta alguns elementos à nossa discussão, incrementando aspectos à análise de discurso de orientação psicanalítica. Tais acepções, aplicadas à conversação, trazem a compreensão de que a escuta propiciada pelo dispositivo permite localizar os discursos institucionais predominantes e o lugar destinado aos sujeitos nesses discursos, podendo indicar, ainda, seus efeitos sobre eles.

Berni, Gomes e Lima (2023) observam que os quatro discursos propostos por Lacan – do universitário, do mestre, da histórica e do analista – estão presentes nas conversações que realizam, alternando-se ou conjugando-se de acordo com as aberturas ou encontros com o real. As autoras salientam que as instituições escolares, por estarem reguladas pelo discurso do universitário, muitas vezes propõem um modelo universal unificado que restringe o acesso às particularidades, podendo ter como consequência os alunos serem tratados como objetos, já que são lidos a partir de parâmetros generalizantes, pré-definidos e limitados. Berni, Gomes e Lima (2023) elucidam sobre a utilização da conversação que propicia a tomada do sujeito de forma não objetificada. Isso requer que a escuta aos adolescentes abarque o acolhimento da intensa atividade pulsional que se manifesta nos corpos, que, de acordo com as autoras, são cada vez menos susceptíveis aos aparatos disciplinares. Com relação ao discurso do mestre, Berni, Gomes e Lima (2023) indicam que seus efeitos são sentidos em toda instituição, operando sobre o real, numa tentativa de controlá-lo. Elas resgatam que, na busca por apropriação do saber do Outro, o mestre lança mão do discurso da ciência para regular o real, movimento percebido, no contexto escolar, pela tendência da escola de calar o sujeito, servindo-se de variadas ofertas de diagnósticos, de classificações e de rótulos. Mas, como referem as autoras, o real sempre se interpõe, impedindo que o gozo seja submetido a qualquer parâmetro universal, sendo que, nas conversações vemos o retorno desse real, sobre o que não se falava e ressurgiu no grupo, impondo-se como questão a ser debatida.

Em nossa pesquisa, lembramos dos discursos da equipe educacional, que colocam os adolescentes em lugar de déficit em relação ao desempenho escolar, associados à desestruturação familiar. Os jovens são situados, ainda, em correspondência à vulnerabilidade social e, por conseguinte, ao não atendimento às expectativas institucionais. Podemos entender que os adolescentes participantes, na medida em que são falados pelo Outro da instituição, são falados pelo discurso do mestre, que diz os lugares que eles ocupam e que devem ocupar. Os profissionais, uma vez que são veiculadores desses discursos, transitam entre o discurso do mestre e o discurso do universitário, já que se utilizam de parâmetros universais e restritivos de leitura e de posicionamentos dos sujeitos inseridos na instituição, sejam os alunos, sejam eles mesmos. Acerca do retorno do real, inclusive como mal-estar ou como ponto de questão, aludidos por Berni, Gomes e Lima (2023), retomamos, da conversação que realizamos, o comentário de Clarice, no início do encontro – que fazia alusão a uma série televisiva e que foi feito em tom de brincadeira –, como um ato dirigido à professora presente, mas endereçado à pesquisadora, já que ela disse alto para que a pesquisadora escutasse e se referia a uma suposição que a adolescente imaginava que a pesquisadora tivesse. Como citado, sua fala supunha que a pesquisadora devia prever que os adolescentes presentes não tinham pai compondo suas famílias por serem configuradas por pessoas negras. O ato surge como um ponto de mal-estar e de questão, considerando, inclusive, a diferença entre a raça ou cor de pele de maior parte do grupo e da pesquisadora que conduzia o processo, que é branca. Isso exigiu de nós uma atenção e o manejo do ato que enuncia e denuncia um mal-estar relativo à diferença social e étnica. Essa fala se produz como algo que podemos considerar como um chiste, sendo uma maneira possível de fazer manifestar um conteúdo inconsciente, que não soaria bem se não fosse em tom de brincadeira. Nossa intervenção foi, então, retomar a fala no grupo, o que mobilizou muitos outros pontos pertinentes sobre a temática da família, relativas ao contexto social no qual os jovens estão inseridos.

Outro ato que podemos localizar no grupo de conversação realizado, também feito por Clarice, foi o uso da palavra *renca*, quando propomos que dissessem o que lhes vinha à mente quando pensavam em família. Os outros significantes escolhidos pelos adolescentes são palavras comumente empregadas em associação à família, adequados aos discursos sociais e dominantes e, mesmo que os adolescentes se apropriem deles em relação às suas famílias, é no significante *renca* e no descompasso que apresenta em relação aos outros significantes apresentados que Clarice se anuncia, fazendo-se presente como sujeito de enunciação, na medida em que solta a palavra em livre associação e se utiliza de um significante que diz muito

de seu contexto familiar atual. Esse ato configura-se como uma maneira de Clarice colocar-se em sua singularidade, marcada pelo fato de ser a única adolescente do gênero feminino do grupo. O termo que ela usa demarca a diferença de atribuição por gênero na nossa cultura, já que Clarice, justamente por ser mulher, assume os cuidados dos sobrinhos, que, por serem muitos e darem muito trabalho para ela, são representados em seu discurso pelo uso de termo destoante do grupo. Pudemos entender melhor sobre esses aspectos na entrevista clínica de Clarice.

Achamos pertinente apontar, ainda, a brincadeira de Jorge ao anunciar-se com outro nome no grupo, apresentando-se à pesquisadora como Vinícius e insistindo que era esse seu nome, mesmo com a correção da professora. Parece-nos que a postura de Jorge destoa do grupo, ao colocar-se no tangenciamento de seus dados factíveis, provocando graça e risos entre os colegas. Na entrevista clínica individual, pudemos notar, de forma mais marcante, seu lugar tangenciado na transferência, o que nos permite levantar hipóteses quanto à sua postura na conversação. Entendemos que, ao dizer brincando suas informações e os dados sobre sua família, demarcando uma diferença em relação ao grupo, Jorge posiciona-se em sua singularidade, até porque é o adolescente que destoa dos outros do gênero masculino quanto à configuração familiar, já que mora com o tio materno e não com a mãe, também não tendo irmãos, como os colegas. Na entrevista individual, Jorge também se apresenta menos diretamente que os outros adolescentes, colocando-se na particularidade de seu laço social. Propomos discutir isso de forma mais esmiuçada na apresentação da entrevista dele. Neste momento, interessa-nos pensar como cada um se apresenta no grupo, não em consenso, mas nas particularidades, por meio de atos ou desvios discursivos. E é isso que nos interessa enfocar, a partir das diretrizes do método clínico e do dispositivo da conversação, por ser congruente com tal método e também com a análise do discurso de orientação psicanalítica, que nos permite acessar o sujeito da enunciação.

Berni, Gomes e Lima (2023) se referem ao efeito profícuo para a circulação da palavra, quando elas se apresentam aos participantes como pesquisadoras. As autoras pontuam que, visto que a escola tende a se estabelecer sob a égide do discurso do mestre, normatizando os sujeitos por meio das nomeações diagnósticas ou disciplinares, quando os alunos são procurados como quem detém um saber, deparam-se com o lugar de sujeito dividido. Esclarecem que tal lugar corresponde ao discurso da histórica, que pensam como posição discursiva, por intermédio da qual se apresentam aos participantes, em um primeiro momento, já que é um discurso favorável à produção de saber. Berni, Gomes e Lima (2023) afirmam que se dirigem ao grupo a partir do

lugar de sujeito dividido, querendo saber sobre os participantes e aprender com eles, que, ao contrário do que vivem habitualmente na escola, são convidados a falar a partir de um lugar de mestria. As autoras comentam sobre os efeitos surpreendentes de tal proposta, o que notamos ter acontecido em nossa pesquisa também. Os adolescentes, na conversação, demonstraram interesse em falar, teceram ideias, argumentos, construindo discursos próprios e colocando-se apropriados de opiniões. Mostraram-se, então, em lugar de quem sabe, dizendo sobre o que sabem acerca da família e dos aspectos levantados relativos ao tema. Assim, colocaram questões e explicações para compreensão dos fenômenos que observam.

Para Berni, Gomes e Lima (2023), no trabalho que realizam, a oferta da escuta ao adolescente, instaura o discurso do analista, o que só é possível a partir da instalação da transferência. As autoras resgatam que o analista renuncia a exercer a posição de um ser todo-saber e os sujeitos percebem a diferença entre a posição delas e a da escola. Em nosso trabalho, apesar de ter ocorrido uma única conversação, percebemos que se abriu aos adolescentes um espaço de permeabilidade à palavra, já que eles entenderam que a proposta era diferente do que costumam realizar na escola, ou seja, propostas de atividades que pretendem fazê-los apreender uma verdade já posta e estabelecida. Tendo em vista que se dispuseram a falar, dizer sobre seu saber, construindo um saber próprio, notamos que o dispositivo da conversação propiciou a abertura de brechas no discurso, oferecendo condições para a emergência da surpresa naquilo que se diz e fazendo com que o sujeito se deparasse com a sua alteridade inconsciente, tal como indicam Berni, Gomes e Lima (2023) quando se referem à proposta da conversação.

Notamos que a conversação que realizamos com os adolescentes abriu um espaço para o estabelecimento de uma transferência que possibilitou que eles se dispusessem a falar. Foi muito oportuno e interessante realizar as entrevistas clínicas com cada um deles após a conversação. Nas entrevistas, eles ficaram ainda mais à vontade para relatarem suas histórias e colocarem-se em suas construções discursivas sobre o tema de pesquisa, sendo possível a retomada mais detalhada de muitos aspectos levantados no grupo. Dos adolescentes participantes da pesquisa, selecionamos as entrevistas de Clarice, João, Jorge (Vinícius) e Graciliano para apresentar seus relatos e fazer uma discussão a partir deles, o que propomos realizar no próximo capítulo.

6 FAMÍLIA NA PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES PARTICIPANTES

Neste capítulo, propomos trazer os dados produzidos pelos adolescentes participantes, por intermédio das entrevistas clínicas realizadas. Como elucidado, realizamos entrevistas clínicas com os seis adolescentes que participaram da conversação, dentre as quais selecionamos quatro para análise.

6.1 Clarice, a família processual e sua busca por salvar o pai

Clarice, de quinze anos, estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA), informa, em sua entrevista, que têm três sobrenomes: um da mãe, um do pai, um da avó paterna, que não está no nome de seu pai, ou seja, o próprio pai não tem o sobrenome de sua mãe, este que Clarice herdou. Sua mãe e seu pai têm sobrenomes diferentes, porque não são casados no civil, mesmo com relacionamento de mais de dezesseis anos, dividindo moradia na maior parte desse período. Há mais de um ano, quase dois, Clarice reside com a irmã, de 25 anos, o marido dela (cunhado de Clarice) e os sobrinhos, filhos do casal – duas meninas com idades de sete e três anos e um bebê de seis meses de idade, do sexo masculino. Ela conta que sua irmã tem sua guarda provisória, mas demonstra desejo pela guarda definitiva: *“Porque meu pai, pelo fato dele achar que ela não tem minha guarda, ele quer fazer, ele toda hora fica ameaçando me buscar, sabe?”*. Clarice afirma preferência por permanecer na casa da irmã e que ela tenha sua guarda, reforçando não querer voltar para casa dos pais: *“não, não quero não. Lá é roça...”*. A adolescente explica que atualmente está na cidade, onde dispõe de mais recursos de assistência: *“Aqui tem muito mais assistência. Lá, pra chamar, pra chamar a polícia era mais de uma hora”*. Ao longo da entrevista, ela explica porque precisou recorrer à polícia para intervir no comportamento violento do pai. Assim, evidencia como a segurança em relação ao local onde mora e à família que a assiste atualmente tem a ver com os conflitos com os pais e as saídas que busca construir para enfrentar as dificuldades que viveu.

Quando perguntamos se a irmã funciona como uma mãe para ela, Clarice responde: *“Sim, porque meu pai não ajuda, né? Então, minha irmã tem que trabalhar, aí eu olho os meninos dela, aí eu também tenho que ajudar, porque é muito filho que ela tem”*. Assim, ao mesmo tempo em que confirma a função de responsabilidade da irmã por ela, na medida em que assume a ajuda que falta do pai, Clarice coloca sua própria função de cuidado e responsabilidade com os sobrinhos, assumindo papéis de sua irmã. Lembramos que, no grupo

de conversação, ao propormos que os adolescentes colocassem uma palavra que associam à família, Clarice profere, de maneira espontânea e abrupta, a palavra *renca*, optando, posteriormente, pela palavra *afeto*, como outro colega. É interessante notar que a palavra *afeto* também nos parece ser representativa do que ela associa à família, uma vez que demonstra, na entrevista, o investimento afetivo envolvido nas relações familiares. Porém, o que ela tem vivido mais intensamente, no momento, reserva relação com as responsabilidades e as tarefas assumidas, vindo à tona no uso repentino e mais livre da palavra *renca*.

Na entrevista, a adolescente relata seu contexto de vida e familiar, resgatando situações vividas que justificam e explicam suas escolhas, preferências e projetos atuais. Ficam marcadas, em suas falas, a veemência do seu processo atual, bem como as vivências que a levaram a ele, em fase de ruptura com o modo de funcionamento dos pais e parcerias constituídas, sugerindo a busca por um modo próprio de responder aos arranjos relacionais dos membros de sua família, na tentativa de construir e viver uma história própria. Outro ponto que nos parece importante de ser observado na fala de Clarice diz respeito à apresentação do pai como referência principal de ajuda ou de responsabilidade; a adolescente fala muito dele ao longo da entrevista.

A irmã com quem Clarice mora é filha de pai diferente, mas chegou a residir com o padrasto, pai de Clarice. A adolescente é a única filha dos pais, mas a mãe (de 53 anos) tem outros dois filhos e o pai (de 52 anos), outras duas filhas. Ela é a filha mais nova dos dois – “*Só eu que fiquei por último*”. Ela explica que tem “*uma irmã e um irmão por parte de mãe e duas irmãs por parte de pai, todos mais velhos*”. Clarice tem mais contato com a irmã de 25 anos com quem reside. Quanto às irmãs por parte de pai, ela conta: “*Eu mais essas duas irmãs aqui, num ‘damo’ muito certo, não. Porque elas ‘é’ bem interesseira, sabe? Essas que ‘é’ parte de pai. É porque meu pai, ele trabalha muito, aí ele fez um sítio. Então ele é bem de vida*”. Quando perguntamos sobre o número de filhos de sua mãe, questionando se eram três, Clarice responde: “*Não, dois... eu esqueci de mim. É isso mesmo*”. O que ela fala, então, rápida e espontaneamente, em livre associação, refere-se ao reconhecimento dos irmãos como filhos de sua mãe e ela não. Parece-nos que ela está em uma série psíquica diferente daquela que localiza os outros filhos da mãe, que são os seus irmãos. Afinal, ela é a única da mãe e do pai, a que ficou “*por último*”. O ato falho, que escapa e, por conseguinte, explicita os lugares que Clarice reserva aos familiares e a ela em relação às pessoas de referência, mostra algo importante em sua subjetividade, que diz respeito aos seus arranjos relacionais e subjetivos. Podemos entender melhor esses aspectos em suas falas e escapes ao longo da entrevista, já que ela pareceu ter ficado à vontade para colocar suas histórias, impressões e questões. Mas, já aqui, no início da

conversa, Clarice evidencia o que vem à sua mente quando pensa nos filhos da mãe, pois se refere à imagem dos irmãos, na qual não está incluída, ao menos não no mesmo lugar. Esse mostrou-se um ponto importante de leitura desse caso, o que propomos retomar em sua discussão.

Clarice relata que seus pais moram juntos: *“Moram os dois, minha mãe e meu pai. Só os dois”*. Sobre o fato de residir com a irmã e a família dela há quase dois anos, ela expõe, referindo-se ao pai: *“ele é bem de vida, mas procura fazer coisa errada, por isso que eu não tive paciência pra ficar com ele. Nossa... ele quer ser o dono da razão, quer bater em todo mundo. Sabe aquele pessoal antigo que não escuta ninguém?”*. Assim, Clarice relata sobre a saída da casa dos pais e a opção de morar com a irmã:

Não foi opção minha, assim, eu não queria não, mas meu pai bebia muito, sabe? E usava... e não queria assumir que usava coisa errada, porque pra ele é assim: eu sou certo, eu não gosto de pessoas que usam estas coisas, mas não... por trás disso tudo ele usava. Aí teve uma vez que ele me levou pra sair e me levou na boqueira, sabe? E olha que ele é um homem trabalhador, homem direito, todo mundo conhece ele como um homem direito. Aí ele já me explicou o que tava acontecendo naquela hora lá e eu falei assim: “não, não quero isso pra minha vida não”. Aí fui embora (Trecho da entrevista de Clarice).

Ela conta que o pai a levou “na boqueira”, explicando: *“pra comprar coisa pra ele usar, só que ele achou que eu não ia desconfiar, mas eu vi ele comprando, aí ele me deixou num canto e eu vi ele comprando”*. Na ocasião, Clarice tinha treze anos. Ela conta, ainda: *Não foi só esta vez, teve várias vezes, que, assim, que ele chegava muito doido e queria bater na minha mãe, nossa.... e isso aconteceu quando eu tinha 4, 5, 6, e até eu saí de lá com 14”*.

Clarice fala, então, a respeito do temperamento difícil do pai, dos conflitos e comportamentos violentos com os irmãos mais velhos por parte de mãe, que não são filhos dele:

Meus irmãos, meu pai batia nos meus dois irmãos, meu irmão que não é filho dele nem minha irmã, e, com 13 anos botava eles pra fora de casa. [...] Aí ele batia de vara neles, eles iam dormir na rua, no mato [...] Aí meu pai batia bastante neles porque achava que era dono deles. E a maioria das vezes eles iam embora porque não aguentavam, né, apanhar tanto do meu pai. Aí dormia na rua, minha mãe invés de ajudar pelo fato de ser a única pro lado deles, nem uma cobertura pros meninos ela dava, ficava os meninos tudo pra rua (Trecho da entrevista de Clarice).

É necessário pontuar que, nesse e em outros relatos, Clarice demonstra os pensamentos e comportamentos intransigentes do pai, sua agressividade, narrando atitudes violentas,

principalmente com sua mãe. Isso nos faz levantar hipóteses com relação à postura do pai, por vezes interpretado como ciúmes por Clarice, o que pode indicar uma forma específica de se relacionar, a partir do pressuposto de que as pessoas estão sob seu controle, domínio, sendo sua propriedade. A própria adolescente menciona esse aspecto na entrevista, fazendo referências à postura de posse do pai em relação às pessoas com quem se relaciona. Aqui, a atitude de violência do pai com seus irmãos parece causar um estranhamento na adolescente, o que sugere que tal violência não se justificava pelo fato de eles não serem seus filhos. Nessa medida, nas expressões da adolescente, a postura de posse do pai em relação a ela e à sua mãe parece ser mais tolerável, como sugerem suas falas ao longo da entrevista. Também chamou nossa atenção, no relato acima, a impressão de Clarice sobre sua mãe, que deveria ter ajudado, mas consentiu e reforçou a situação de violência e vulnerabilidade dos filhos. Podemos supor que a mãe de Clarice também estava em situação de fragilidade e vulnerabilidade, haja vista a violência descrita contra ela na entrevista. De qualquer forma, nessa fala da adolescente, inferimos uma impressão negativa dela em relação à sua mãe, uma espécie de recriminação por sua omissão. O afeto por parte de Clarice pela mãe pareceu-nos mais negativo e distanciado, também em outros relatos:

Ele é muito agressivo, só que depois que eu saí de lá, os dois, acho que tá melhor, sabe? Não tem mais motivo de discussão, porque minha mãe é muito ciumenta, ela não gostava que eu tinha nada com meu pai, sabe? Meu pai, eu sinto, assim, que entre as filhas entre, dele todas, ele tinha mais ciúme de mim, então onde eu ia ele ia atrás. Era uma, tipo, fora de casa, era uma coisa diferente do que de dentro, né? Pra minha mãe, ela sentia ciúmes, tanto que da última vez que eu tive lá, nossa, foi completamente diferente, porque ela me tratou como se eu fosse as filhas dele que, que não morasse lá, como a casa não fosse minha, sabe? Ai ela que causou, que causava a maioria dos conflitos entre 'eu' e ele, sabe? (Trecho da entrevista de Clarice).

Assim, Clarice esclarece que não se sentia alvo das atitudes violentas do pai, referindo-se a ele com afeição e respeito, como corroborado em outras de suas falas. É válido notar que a discordância de Clarice com relação à atitude passiva da mãe no episódio com os irmãos ou aos ciúmes dela que levavam a conflitos com o pai parece ser mais marcante que sua repulsa à violência do pai contra a própria companheira. Mesmo que a adolescente demonstre importante incômodo com a violência do pai em relação à mãe – um dos motivos que a levou a sair de casa –, ela atribui o comportamento violento do pai às atitudes da mãe, que causavam “a maioria dos conflitos”. Nesse sentido, o pai ir sempre atrás dela parece ser sentido como uma forma de atenção a ela, uma proteção e predileção que a diferencia das irmãs, as outras filhas do pai. É

válido apontar que essa manifestação da atenção do pai era diferente quando estavam na presença da mãe, o que se evidencia, na percepção de Clarice, na diferença da sua relação com o pai quando estava dentro e quando estava fora de casa. Tal diferença está relacionada à presença da mãe, de acordo com o lugar que a adolescente se posiciona na relação com os pais, o que parece estar ligado aos ciúmes do pai percebidos por Clarice e de sua mãe com relação ao companheiro e à adolescente, que estavam mais exacerbados no período em que moravam juntos. No momento, após a decisão de Clarice de sair de casa, a relação entre os pais mudou e a sua relação com os pais também, especialmente com a mãe, que a trata como se ela não fosse sua filha, como vimos, ou, mais precisamente, como se ela fosse filha somente do pai.

Citamos uma fala de Clarice que corrobora com sua percepção sobre as atitudes do pai, sua postura de posse, que tange à proteção, mas, sobretudo, ao controle, ponto importante, repetido em seus relatos na entrevista: *“Porque, tipo assim, eu vejo que ele me ama bastante, mas, se me amasse, ele não fazia metade das coisas que ele faz. Mas... ele quer me, ele quer que tá perto, quer me prender, não deixa, não é que ele não deixa eu viver”*. Comenta também: *“Até com minha mãe ele é... ela pranchava o cabelo, aí ele pedia pra molhar, porque aí ele não gostava”*. Assim, surgem os pontos de conflito de sua relação com o pai e reaparece o aspecto de controle dele sobre as mulheres de sua vida, em um sentimento de propriedade, transparecendo um relacionamento abusivo, especialmente entre ele e a companheira. Interessante notar, nessa fala, a aderência e o descolamento que Clarice faz da imagem de pai protetor que a ama, em movimento de alienação e separação. Nessa medida, ora ele a ama bastante, ora ele não ama, ora ele quer tê-la por perto, ora ele não a deixa viver. Quando perguntamos sobre as ações violentas do pai contra ela, Clarice responde:

Comigo era bem pouco, mas com a mãe, com a minha mãe era mais. E ela fala com ele assim que sabia que ia ser uma desavença, porque se ele não tiver certo, ele acaba brigando, sabe? Então a minha mãe, a maioria das vezes minha mãe causava encenação, às vezes brigava. A gente fazia de tudo pra minha mãe não brigar com ele. Aí acabavam brigando (Trecho da entrevista de Clarice).

Aparece, então, nessa fala, assim como em outras, a discordância de Clarice com as atitudes da mãe. Mesmo reconhecendo a agressividade do pai, ela demonstra não concordar com as reações da mãe, sugerindo que ela devia se adaptar ao jeito do companheiro, no caso, o pai de Clarice, de forma a não revidar ou não discordar dele, para evitar uma briga, assim como ela o fez – isso aparece nos relatos dela. Interessante o ato falho *“mas com a mãe”*, que Clarice

rapidamente corrige (“*com a minha mãe*”), que toca em um ponto que surge em outras falas de Clarice de não reconhecimento do lugar de filha de sua mãe ou de uma não identificação com a mãe, o que parece nos indicar, a partir da escuta a tantas falas produzidas na entrevista, que Clarice atravessa, nessa fase da vida, uma espécie de rompimento com a mãe. Aqui, a mãe aparece novamente como figura materna, mas não dela.

A diferença entre a postura de Clarice e a de sua mãe surge em outros relatos. Citamos uma fala da adolescente quando discorria sobre a agressividade do pai em decorrência do uso de bebida alcoólica, que resultava em violência física contra a mãe, mas não contra ela, ao menos desde que ela passou a ter uma postura de não aceitação de violência, buscando auxílio externo: “*É, em mim não, porque ele sabe que... minha mãe é, tipo assim, minha mãe é bem magrinha, assim, sabe, mais frágil. Ele sabe que se ele encostar a mão em mim... nossa senhora, eu chamo a polícia. Eu já chamei a polícia pra ele, que ele encostou a mão em mim*”. No que diz respeito às situações críticas vividas quando ainda morava com os pais e suas estratégias de enfrentamento, Clarice resgata o episódio em que acionou a polícia. No fato narrado, Clarice aciona a polícia como uma tentativa de ajudar o pai, mas de sua atitude decorre um comportamento inesperado do pai, que a agride e a desaponta. Depois, a adolescente usa isso de forma a não mais acatar a possibilidade de sofrer violência do pai, o que a diferencia da mãe. É válido também destacar o respeito que Clarice menciona dirigir ao pai, mesmo com o histórico de violência e de desapontamento:

Só que eu respeito muito meu pai, sabe? Boto ele, nó, em primeiro lugar, no topo, por mais as coisas que ele faz comigo. Até hoje eu respeito, eu finjo que ele nem fez estas coisas que ele fez comigo. Toda vez que eu saio, todos os dias eu peço benção. Tem vez que ele nem me responde, que tá fazendo as coisas dele, né. Dou benção, dou bom dia, boa tarde, boa noite, respeito ele como se... como se nada tivesse acontecido. E, na última vez que eu fui ver ele agora, ele falou assim: “eu te perdoo pelas coisas que cê fez comigo”. Não foi, não foi “me perdoa”, só falou “eu te perdoo”, como se fosse eu que tive, que fosse eu que fui embora de casa à toa, que eu chamei polícia à toa. Eu falei: “pai, não tem importância não”. Eu falei assim: “que bom que você me perdoo”. Só não fiquei rebatendo, porque eu sabia que ele ia caçá... que ele ia querer brigar comigo se eu rebatesse. Tipo “eu te perdoar por que?”. Aí resolvi não falar muita coisa, não. “Que bom que cê me perdoo” (Trecho da entrevista de Clarice).

É pertinente refletir, a partir dessa fala, sobre a possível tentativa de Clarice em preservar algo que mantém o pai no lugar de proteção e de amor por ela, na medida em que a adolescente finge que ele não fez nada de ruim para ela, que age como se nada de negativo tivesse ocorrido.

Nesses e em outros momentos da entrevista, Clarice se refere ao respeito que tem pelo pai, mesmo que não concorde com suas atitudes, que foram uma decepção para ela, o que não coaduna com a imagem que tinha dele de “*homem direito*”, ou seja, honesto, trabalhador, capaz e responsável por gerar seu sustento material e proteção afetiva. Os relatos e as falas de Clarice sugerem que ela aprendeu a lidar com o jeito difícil e agressivo do pai, nem que seja se afastando, não rendendo discussão, até mesmo saindo de casa, o que acaba demarcando diferenças entre ela e sua mãe, que não sabia como manejar o comportamento do companheiro, principalmente quando Clarice estava presente.

Clarice afirma, na entrevista, que os pais são “*alcóolatrás*”, embora informe, após ser questionada a respeito, que a mãe tenha cessado uso de álcool há cerca de um ano: “*não bebe mais não, acho que já vai fazer um ano já que ela não bebe*”. Narra, então, um episódio vivido, em momento anterior, quando a mãe ainda fazia uso de bebida alcoólica, com o intuito de ilustrar conflitos com a mãe, que tem ciúmes dela com o pai. Nesse relato, Clarice narra uma atitude violenta da mãe contra ela e ainda a responsabiliza por seu atrito com o pai:

Aí... é... ela rasgou, não sei o que aconteceu, ela foi pra casa dos outros, aí ela rasgou, ela sumiu com a identidade dela, chegou em casa falando que eu rasguei a identidade dela, com meu pai me... me batendo. Eu falei “ô pai, não fui eu” e chorando. Aí eu contei a verdade pra ele longe dela, porque ele não me escuta com ela perto, né? Aí ele me escutou e ‘tals’. Nossa, ela fazia tanta coisa (Trecho da entrevista de Clarice).

Ficamos com a impressão de maior anuência de Clarice ao pai, mesmo que ele apresente comportamentos violentos, em contrapartida a uma crítica às atitudes da mãe. Clarice relata sobre o uso de álcool pela mãe, que começou a beber após a morte de sua avó – “*ela teve depressão [...] eu era bebezinha*” – contando que a avó era um apoio importante para a mãe: “*quando meu pai batia nela, não tinha mais pra quem ela correr, então ela entrou em depressão profunda. Minha mãe tinha um corpão lindo, tinha um cabelão, o cabelo dela caiu. Nossa, ela ficou toda acabada, coitada*”. Interessante observar que, nos relatos de Clarice, sua mãe aparece apagada em seu desejo após o seu nascimento, momento em que não tinha mais a mãe para apoiá-la, acabando por recorrer ao uso abusivo de álcool e a se submeter às agressões do companheiro. No que se refere à fragilidade da mãe e às diferenças entre Clarice e ela, a adolescente conta: “*Minha mãe tem até medida protetiva com ele, só que ela tá lá com ele. Ela tava lá estes dias tentando tirar, porque ele queria porque queria. Eu falei: ‘mãe, quando homem pede pra tirar é porque provavelmente tá querendo fazer alguma coisa. Então, não*

tira'". Clarice explica que viveram muitas situações difíceis antes de terem a medida protetiva. Comenta sobre sua mãe e a reação dela diante da violência que sofria, referindo-se também à dificuldade que demonstrava de se desvencilhar dessa situação: "Minha mãe morou bastante tempo com minha irmã aqui. Ai meu pai mandou mensagem nela, ela voltou. Pegou as coisas dela e voltou. Hoje em dia ela não vive sem meu pai". Clarice pontua que a situação entre os pais está mais tranquila atualmente: "eles tá mais unido, sabe? Os dois já sai, já assiste filme os dois juntos, coisa que não fazia". Nesse momento, a adolescente observa que a mãe não está mais sob ameaça como antes: "Agora ela tá bem gordinha, mas como ela tá numa idade que a gente já fica bem descuidada, ela já tá cansada, sabe? Ela não se cuida mais assim não, mas ela não tá mais magra como ela 'tava' da última vez. Tá mais gordinha, passou uma tinta no cabelo".

É pertinente observar como Clarice delimita os diferentes momentos da mãe, situando suas fragilidades: quando mais jovem e dispunha do apoio da mãe, ela aparece vívida, bela, desejosa como mulher e com capacidade e condição de enfrentamento; após a perda da mãe, quando Clarice ainda era bebê, sua mãe traceja um apagamento de seu desejo, surgindo depressiva e submetida à violência; atualmente, a mãe não está mais subjugada aos caprichos do companheiro nem em posição de disputa com Clarice, tendo se desvencilhado de uma condição mais frágil, mas está cansada e descuidada. Parece-nos que se acomodou e se apaziguou com o companheiro, não estando mais vulnerável no sentido de subjugada à sua agressividade nem de estar sob ameaça de perdê-lo.

Quando perguntamos se Clarice está mais tranquila agora que está morando com a irmã e, portanto, não está mais participando dos conflitos entre os pais e nem em atrito com eles, como antes, ela responde: "Tô, tô mais ou menos. Nossa, eu olho tanta criança. Quando eu não, quando eu tô muito cansada ainda tenho que levar a criança, tem que vim na escola, amanhã tenho que acordar seis horas, levar pra escola e olhar o pequenininho, que ele não vai pra escola ainda, né?". Clarice informa que seu sobrinho mais novo só frequentará a creche no próximo ano, dizendo: "Não, só até, só ano que vem". Ela estava respondendo à nossa questão sobre sua rotina em relação à rotina escolar das crianças, perguntando se o bebê vai à creche. Interessa notar que o foco de sua fala é na sua atividade e responsabilidade em cuidar do sobrinho em casa, o que ela fará só até ano que vem, o que pode explicar o uso da palavra *até* quando tem a intenção de explicar sobre os planos da família de colocar o bebê na creche. Clarice evidencia, nessa e em outras falas, sua sobrecarga em relação às responsabilidades e às tarefas assumidas no cuidado dos sobrinhos e da casa onde mora. E, ao dizer *até*, nessa fala,

consertando sua frase com a informação solicitada, demarca o momento em que cessará os cuidados ao sobrinho de seis meses por tempo integral, o que consome bastante sua energia e sua rotina, como descreve na entrevista. Assim, é no deslize da fala que expressa a expectativa de cessar essa atividade que tem de forma continuada e que ocupa boa parte de seu dia a dia, demandando sua energia e seu tempo, atualmente.

Quando questionamos se gosta de crianças, Clarice explicita o quanto as obrigações com os sobrinhos, principalmente com o bebê, lhe ocupam, impedindo-a de realizar outras atividades: *“gosto, mas, nossa, eu não tenho tempo pra fazer muita coisa, sério! [...] Nossa, eu falo com a professora: ‘pelo amor de Deus, não me passa dever [de casa]! Me passa qualquer coisa aqui na sala de aula, mas não me passa dever porque não tem como fazer’”*. No que se refere às tarefas escolares, Clarice explica que a professora não está propondo que os alunos façam tarefas em casa, pelo fato de muitos trabalharem.

Clarice assegura que os sobrinhos são muito apegados a ela: *“São, bastante, mais do que meu pai e que minha mãe”*. Ela diz: *“o menino já nem acostumou, nem acostumou com a mãe dele mais. Já num, já nem sente tanta falta dela, porque ele já me vê de longe, ele já me conhece mais do que vê a mãe dele”*. O menino ao qual se refere é o sobrinho de seis meses, que está mais acostumado com ela do que com os próprios pais, uma vez que ela é quem mais convive com ele, sendo a principal referência de cuidado dos três sobrinhos. Interessante notar também a comparação que Clarice faz entre o investimento afetivo dos sobrinhos comparado ao de seus pais. Pelo que descreve, percebemos que a adolescente exerce a função de mãe dos sobrinhos, principalmente com o bebê de seis meses, construindo sua própria maneira de manejar os cuidados e educar os sobrinhos, como todo aquele que ocupa o lugar de agente materno. Além do papel social de mãe, que se refere às atribuições relacionados ao cuidado, delimitados de acordo com as referências sociais de nossa cultura e época, Clarice parece exercer também a função materna na subjetividade das crianças de quem cuida, já que os sobrinhos respondem a ela de um jeito único, em acordo com sua postura e manejo com elas. E a dinâmica familiar faz perpetuar a sobrecarga do cuidado na mulher, em marcante descompasso à não responsabilização do homem/pai nos cuidados aos filhos: *“Porque hoje em dia eu vejo, a minha irmã tem meu cunhado e ‘tals’, só que ele chega cansado do serviço e dorme. Come, toma banho e dorme. E fica lá menino gritando na minha cabeça, gritando na cabeça da minha irmã, chorando que quer mamadeira e ele dormindo”*.

Apesar do excesso de responsabilidade e do cansaço, Clarice deixa clara sua escolha de estar com a irmã, e coloca-se em seu desejo com relação à responsabilidade que assume com

os sobrinhos, o que surge também na fala: *“Nossa, demais [sobre sentir-se cansada e sobrecarregada]! Mas eu acho melhor do que ficar aguentando meu pai, sabe? Meu pai batendo na minha mãe, sabe? Porque, se eu ficar lá, eles voltam a brigar, então prefiro ficar sozinha”*. Nessa fala, dessa forma, além de apontar sua sobrecarga de tarefas, destaca também sua opção e preferência por estar na casa da irmã, lembrando das vivências e conflitos com os pais. Quando diz da preferência por *“ficar sozinha”*, remete a ficar sem os pais, mas, em contrapartida, acaba por assumir um lugar que não caberia neste momento, já que ela, como adolescente, esperava ser somente filha, o que é evidenciado na fala *“E olha que eu nem tenho filho”*. Ela não deixa de assumir, faz certa escolha a partir dos recursos de que dispõe, o que não se faz sem levantar questões, sugerindo que isso é um importante ponto de tensão para Clarice, em sua história familiar. Em suas falas, surge esse conflito entre a falta de apoio dos pais e sua escolha em assumir a função de mãe que seria da irmã, da mesma forma que a irmã fez com ela ao assumir a referência de apoio que seus pais não sustentaram. Assim, Clarice aborda suas saídas diante da falta de apoio e de proteção dos pais, já que as circunstâncias que vive são diferentes de suas expectativas.

No momento da entrevista, Clarice faria dezesseis anos em poucos dias e lembra de que fará dezoito anos em dois anos. Como está finalizando o ensino fundamental, planeja continuar estudando, fazer o ensino médio. Com relação a planos para o futuro, sobre o que perguntamos, Clarice cita um projeto social no qual *“ajudam as pessoas carentes”* e os encaminhamentos que teve para cursos. Ela acorda seu interesse em estudar e ter uma profissão, ressaltando, na entrevista, que, apesar de ter desejo de formar família, está focada, no momento, nela mesma, remetendo ao fato de não ter apoio dos pais atualmente e seu pai ter lhe dito que ela não conseguiria se manter sem a ajuda dele.

Considerando seu plano de não constituir família agora, questionamos sobre a orientação de Clarice sobre planejamento familiar e prevenção de gravidez, assunto que foi discutido também na conversação, ao que ela conta que a irmã conversa sempre a respeito com ela. Ela afirma que ainda não iniciou a vida sexual e alude ao seu posicionamento com o namorado: *“Não, eu já falei com ele que enquanto eu não quiser, não for a hora, eu não quero não”*. A adolescente narra que o namorado, com quem está há dois meses e que conheceu na igreja, a respeita nesse processo em relação à vida sexual.

Clarice refere planos futuros também para além de casamento e família. Ressalta, nesse sentido, o foco em ter sua independência: *Então não quero depender dele não. Enquanto eu não fizer meus vinte anos eu não vou morar com ele não. [...] Porque, homem, querendo ou*

não, desfoca a gente. [...] Tô decidida, não quero ninguém junto não. Eu quero paz!”. Clarice querer paz nos remete aos conflitos que presenciou entre seus pais e vivenciou com eles. Assim, a referência principal de relacionamento entre casal que ela tem é o de seus pais, no qual não houve paz por um longo período. Nessa fala, ela sugere, então, demarcar uma busca por fazer diferente dos seus pais, especialmente de sua mãe, importante referência de mulher e da qual parece esforçar-se para se desvencilhar, com o intuito de fazer suas escolhas à sua própria maneira.

Na entrevista, retomamos também o comentário sobre famílias de pessoas negras não terem a presença do pai, que Clarice havia feito na conversação, referindo-se à série televisiva *Todo Mundo Odeia o Chris*. Ao questionarmos sua percepção sobre essa ocorrência em nosso contexto, ela concorda, enfatizando que acontece “*bastante*”, e contando: “*Eu, pelo fato de eu morar com minha irmã, já me perguntaram se eu tenho pai*”. Apesar de Clarice considerar-se negra – “*eu sou preta, morena do olho preto, mas só que por parte de pai, meu pai é preto, minha mãe é branca*” –, fala sobre a miscigenação de sua família: “*é todo mundo branco do olho azul. [...] Minha irmã é branca do cabelo preto, meu cunhado é loiro dos olhos azuis e minhas sobrinhas também*”. Clarice afirma sobre sua própria declaração quanto à cor: “*Negra, porque, assim, se eu falo que eu sou branca, eu tô mentindo, porque branca eu não sou*”. Clarice comenta que, diferente do contexto norte-americano refletido na série televisiva, no contexto brasileiro “*Tá tudo misturado; Belo Horizonte é muito mais misturado*”. Refere-se também ao fato de sentir-se alvo de preconceito por ser negra, relatando um episódio no qual sofreu desconfiância de roubo. Ela cita as estratégias que foi construindo para lidar com o preconceito, na tentativa de evitá-lo ou amenizá-lo: “*Então eu já procuro não chamar tanta, de não chamar mais atenção. [...] Então eu procuro o máximo possível, pelo fato de eu ser negra, querendo ou não, vai chamar mais atenção*”. Ela cita as estratégias de adequação que faz, não somente a partir de sua identificação com relação à raça, mas também como mulher, a partir de seu lugar de mulher negra, mais especificamente como adolescente do gênero feminino: “*Nossa, e ainda tem bastante homem pedófilo, mexe com a gente na rua, nossa! E eu só ando com a cara fechada. Graças a Deus, eu só ando ‘pros’ mesmo lugar, então as pessoas que já me viram não mexem mais comigo*”. Então, Clarice alude, como referência importante para ela, o empoderamento das mulheres de sua família paterna, que, não por acaso, é a parte negra de sua família: “*Porque minha família por parte de pai é mais mulher do que homem. Então elas são bem empoderadas. [...] Nossa, a minha tia, acho que ela é o homem da relação. [...] Se elas falaram ali, a família tem que entender*”. Com relação ao seu próprio empoderamento ou

posicionamento como mulher, Clarice afirma: “*Eu não sou tanto, eu sou mais calma que nem minha mãe [...] Eu sou, mas não sou tanto que nem minhas tias não, eu sou atenta [...] Mas se me estressa, fala algo que eu não gosto, eu vou falar. Eu não fico calada não, eu falo*”.

Podemos dizer que Clarice, em sua entrevista, indica as diversas formas de apresentar-se em seus posicionamentos discursivos, além de apontar seus interesses e desejos, que dizem de sua particularidade, mas também são compatíveis com seu lugar social de adolescente, mulher, negra e pertencente à classe pobre e trabalhadora. É pertinente observar que, pela via dos desvios discursivos, ela diz muito sobre seu lugar no laço social. A partir dos fragmentos apresentados, inferimos sobre o lugar que Clarice se coloca nos arranjos e relacionamentos familiares. No que se refere, por exemplo, ao lugar distinto em relação aos pais, exclusivo dela e diferente dos irmãos, as falas de Clarice e, principalmente, seus atos falhos, parecem demonstrar que os irmãos não estão no mesmo lugar em relação à parceria sintomática do casal (pais de Clarice), como a adolescente está. Com Lacan (1969/2003), pressupomos que cada criança responde de forma particular ao funcionamento sintomático familiar, buscando saídas a partir daí.

É interessante marcar que Clarice fala muito pouco do irmão por parte de mãe, seu único irmão do gênero masculino. Fora a apresentação dos membros da família, a única menção que faz a ele é no episódio de violência do pai contra os irmãos quando ainda eram menores. Ela anuncia, ainda, seu lugar de predileção com o pai em relação a outras filhas dele, o que a deixa, como mulher, em uma certa disputa com a mãe pelo afeto do pai, podemos hipotetizar. A adolescente expõe que, enquanto estava em sua casa, com os pais, sua mãe sentia ciúmes dela com o pai, não gostava que a adolescente “*tivesse nada*” com ele. Mas, agora, os pais não têm mais motivos para brigar, uma vez que sua mãe não a tem mais como empecilho. As falas de Clarice parecem sugerir que ela está em lugar de paridade em relação à mãe, estando no lugar de mulher. É preciso, então, que ela encontre outros caminhos como mulher, nem que seja também sendo mãe, no caso de seus sobrinhos. Dessa forma, associar os conflitos dos pais à sua presença e demarcar a diferença entre as atitudes do pai quando Clarice e sua mãe estão presentes e quando está presente somente uma delas parece indicar uma espécie de rivalidade ou disputa entre a mãe e ela, que estão no lugar de mulher do pai. Assim, não estão cabendo as duas e a saída de Clarice foi ter sua própria vida, em outra casa, com sua própria fonte de renda, com seus projetos de independência, de relacionamento amoroso e de constituir sua família no futuro.

É válido observar que Clarice sugere estar em processo de diferenciação em relação às referências femininas de sua vida – sua mãe e sua irmã com quem reside –, com as quais estabelece identificação. Quando se compara a elas, dizendo que são “*frágil*” e “*fraquinha*” – sua mãe no enfrentamento ao companheiro e sua irmã na educação dos filhos –, Clarice parece mostrar uma busca por se localizar como mulher. Com essas figuras, ela parece estar em posição, a princípio, de identificação, mas em momento atual de separação; buscando se situar a partir dessas referências, está tentando ir em uma direção própria, a partir delas, talvez buscando um lugar de mais potência e superação em relação a elas, assim como suas tias paternas, mulheres negras como ela (diferentes de sua mãe e sua irmã), além de fortes e “*empoderadas*”.

Com o pai, está em relação de alteridade, sendo para ela uma referência masculina, com quem deve saber se relacionar, cujo relacionamento ela deve manejar, em busca de construção de referências para um relacionamento amoroso. Ela parece estar em processo de construção de uma forma própria de se relacionar, a partir dessas relações mais fundamentais, identificando-se com suas referências femininas – ora se alienando, ora se separando – e se posicionando como mulher em relação à sua referência masculina, no caso seu pai, o que pode explicar os ciúmes dele com outras pessoas e de sua mãe com ela e o pai.

Nesse processo de se diferenciar e de se localizar, Clarice parece estar vivendo uma desconstrução da imagem paterna, caindo, para ela, a representação de outrora, que associava à figura paterna atributos de pai dedicado, de homem honesto e trabalhador, capaz de sustentar a família à qual se dedica. Quando cai a imagem de “*homem direito*”, ela decide que não quer mais isso para sua vida. Com isso, quer dizer a referência do pai contrária ao homem direito – como alguém que usa “*coisa errada*”, mesmo que por ele recriminada, que quer “*ser dono da razão*”, que “*quer bater em todo mundo*” e que “*não escuta ninguém*”. Quando Clarice descreve a cena na qual localiza sua decisão por sair de casa, parece estar em instante de ver, o que precisará compreender posteriormente⁵. Clarice demonstra, assim, suas fantasias familiares atuais, que correspondem a uma busca de circunscrever o real pela via discursiva e fantasmática, o que ela faz de forma compatível com o momento de distanciamento típico da adolescência (Freud, 1909[1908]/1996; Urman, 2008), em busca de construir um romance familiar situado no futuro que almeja, direcionado por uma família idealizada na infância, em busca por seu

⁵ Lembramos, aqui, do tempo lógico formulado por Lacan (1945/1998), que estabelece o instante de ver, o tempo de compreender e o momento de concluir, sendo este último relativo a uma significação possível diante de um real impossível de representar, aquele que instala o instante de ver.

resgate ou pela reparação daquela da realidade. Notamos que Clarice tenta manter a família romanceada em suas falas, sobretudo na medida em que continua atribuindo respeito ao pai que a desapontou.

Nos relatos da adolescente, é possível inferir que o pai, com comportamento de domínio sobre ela, perpetuava sua postura com a companheira, repetindo, em Clarice, sua tentativa de controle. Podemos entender que Clarice e sua mãe estavam em uma mesma série psíquica para o pai, ou seja, no lugar de sua mulher, em posição situada desde uma relação amorosa. Como ele mantinha uma posição de posse nesse lugar, ele tentava reproduzir sobre Clarice seu exercício de poder. Sabemos que atitudes violentas e opressoras como as descritas na apresentação desse caso são perpetuadas e reforçadas em uma cultura machista e patriarcal como a nossa, marcada pela figura masculina como ator fundamental da organização social e autoridade sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e culturais. Assim, o modelo do homem macho e viril, que reforça a dominação masculina sobre as mulheres, é refletido e perpetuado por atitudes violentas de homens contra mulheres, sustentadas por certa concessão do grupo social, o que podemos notar nas reações de Clarice à violência do pai contra a mãe.

A partir do relato de Clarice sobre o pai que a perdoa por ter acionado a polícia ao não consentir com suas atitudes e por ter saído de casa, presumimos um ressentimento dele com a decisão e a atitude da filha adolescente e levantamos hipóteses quanto à possibilidade de esse ressentimento estar relacionado à incapacidade dele em mantê-la por perto e sob seu controle, que remete à sua incompetência em saturar o desejo dela, apagando-a como mulher, assim como faz com a companheira, mãe de Clarice. A adolescente parece romper com esse funcionamento do par parental, quando aciona a polícia, quando não aceita que o pai a leve na boqueira e decide, a partir dessa ruptura da imagem paterna, não aceitar isso, resolvendo sair de casa para ir morar com a família da irmã. Clarice é quem enfrenta o pai, não admitindo seu comportamento violento ou o uso de álcool e substâncias psicoativas, interrompendo um ciclo que repetia nela o domínio que o pai tinha sobre a mãe. E, no momento, ela sugere estar tentando ressignificar sua vivência e seus lugares, indo além de simplesmente repeti-los. Assim, sugere busca de elaboração de sua posição no mundo, tal como objetivamos quando dispomos uma escuta analítica (Freud, 1914/1996). Contudo, após sua saída de casa, Clarice acaba por incorrer em outra repetição, dessa vez de um sintoma familiar, mas também social, que diz respeito à concentração na mulher das atribuições de cuidado, com consequente sobrecarga de tarefas relacionadas à educação e ao cuidado às crianças e ao zelo pela casa. Podemos pensar que Clarice tem se arranjado e se ajustado a partir dos recursos de que dispõe, em busca de

elaboração e superação da repetição presente em sua história familiar, que reflete também aspectos de nossa organização social.

Um aspecto que se destaca nas falas de Clarice diz respeito à marca de uma família processual em sua trajetória, considerando seu deslizamento em diversas configurações familiares, em diferentes momentos da vida (Guerra *et al.*, 2019), especialmente esse em que se encontra, no qual adotou e foi adotada pela família de sua irmã. Outro ponto fundamental de seus relatos, que se correlaciona ao primeiro apontado, é sua tentativa de manter um romance familiar compatível com um ideal de família, em sua busca por salvar a imagem de um pai adequado e digno de seu respeito, mesmo que seus comportamentos e atitudes a tenham levado a buscar por outra família. Assim, acaba por reproduzir, em suas fantasias relacionadas à família, um ideal congruente com os discursos culturais dominantes, mesmo que elas não correspondam à sua família factível, que apresenta dispersão e opressão, diferente da unidade fantasmática que ela parece tentar manter.

Propomos continuar a discussão desses aspectos no próximo capítulo, articulando-os a outros pontos diferentes e comuns aos outros sujeitos escutados nesta pesquisa, o que nos favorece a pensar nosso objeto. Agora, propomos discorrer sobre os relatos dos outros adolescentes selecionados para compor a nossa análise.

6.2 João Cabral, o homem da casa

João é estudante da EJA, tem dezesseis anos, participou do grupo de conversação e também de uma entrevista clínica individual. Consentiu com sua participação na pesquisa e mostrou-se disposto durante os procedimentos, especialmente na entrevista, na qual conta sobre sua família, sobre sua relação com ela, se refere a incômodos e questões relacionados ao tema e relata parte de sua trajetória de vida e seus projetos atuais. Seguindo a direção de nomear os participantes deste estudo com nomes de autores da literatura brasileira, optamos por chamá-lo de João Cabral de Melo Neto. João mora com a mãe e com três irmãs, sendo, atualmente, o único homem da casa. Mas sua família mora no mesmo lote que seus tios e primos, conforme ele explica: “*Que assim, nós mora, minha casa é aqui, a casa da minha avó é aqui, colada com a nossa. Aí, tipo assim, meus tio mora ali, os irmãos da minha mãe tudo mora perto dela*”. Ele conta que a mãe é a única mulher entre seus irmãos e complementa: “*E lá de casa, eu sou o único homem. Aí, tipo assim, é assim na minha família, nossa lá, eu sou o único homem e na família, lá na minha avó, minha mãe é a única mulher dela*”.

Seus pais estão separados há menos de um ano. Então, além de João ser o único filho do sexo masculino, ele é o único homem de sua casa atualmente, sendo que esse fator surge diversas vezes na entrevista e o leva a um posicionamento e atitudes de proteção com sua mãe e suas irmãs, inclusive em relação ao pai. Suas falas e relatos ao longo da entrevista indicam um processo de busca de desvencilhar-se desse lugar de protetor para construir e viver uma história própria.

O adolescente relata que, no mesmo lote, moram todos os seus tios e primos (filhos desses tios maternos): *“Mora todo mundo junto. E a única que não mora lá é só minha avó, que é dona da casa toda. Agora, meus tios mais minha mãe mora tudo junto”*. Seu avô materno reside em uma cidade próxima, sendo separado da avó: *“Mas meu vô também tem uma parte lá, ele também tem uma parte da minha avó lá, não é só a casa toda da minha avó. Porque também tá no nome do meu vô também, porque se os dois derem misericórdia e morrer, a herança vai pros filhos dela, entendeu?”*. João conta que seu avô mantém contato com a família e vai com alguma frequência à casa, mas é a avó quem é mais presente na vida familiar, estando à frente das decisões.

João se refere às decepções vividas com o pai, que era próximo e agora não é mais: *“Ter contato eu tenho, mas eu não gosto de me mover”*. Na conversa, ele explica que o pai era possessivo com sua mãe e também com ele e com suas irmãs. Além de atitudes possessivas, até mesmo violentas, do pai, João alude também à separação entre ele e sua mãe como um acontecimento muito triste e inesperado. Mas o momento em que expressa maior desapontamento com o pai foi o que relatou sobre o uso de *“pedra”* por ele, referindo-se ao uso de crack: *“eu acho por falta de respeito pro filho um pai usar, entendeu? Eu prefiro que eu tiro meu pai dessa do que eu ir pra essa vida também, que meu pai, entendeu? Porque todo dia chegam pra mim ‘tá usando, tá usando tal, tal’, por isso que eu fico triste... com meu pai”*. Assim, João diz de suas decepções com o pai, indicando que ele se configura como uma referência importante em sua vida, mesmo que atualmente esteja em momento de desligamento e de desconstrução da imagem paterna.

Sobre sua família nuclear, que mora junto à família materna, João conta que tem três irmãs com idades entre quatro e quatorze anos, sendo: Rachel (quatorze anos), Lygia (treze anos) e Carolina (quatro anos). Ele informa que suas irmãs são filhas de mesma mãe e mesmo pai, mesmo que seus pais estejam separados atualmente. Sobre sua relação com as irmãs, João aponta:

Dá [respondendo de eles se dão bem], de vez em quando nós briga, nós pára de conversar. Ah, nós, nós sempre foi junto, eu sempre negocei, sempre protegi minhas irmãs, independente se nós tá brigado ou não, vou sempre proteger elas. E elas sempre me, elas sempre preocupa comigo também. A que mais preocupa comigo é a ... a do meio, a Gigi, a Lygia. Agora, porque a outra, ela não preocupa tanto porque ela tem namorado, a de quatorze (Trecho da entrevista de João).

Aqui, João indica sua postura de protetor, menciona o namoro da irmã e conta também sobre sua própria vida amorosa. Ele diz que já namorou antes, mas que agora está iniciando um namoro com quem ele deseja construir uma vida: *“tô quase namorando também [...] nós tá tentando arrumar uma coisa pra ela vim pra trabalhar com a gente, entendeu? [...] pra mim viver com ela, entendeu? Mais tranquilo, eu e ela começar a trabalhar junto, pra nós dois crescer junto”*. O adolescente relata que, atualmente, não está trabalhando de forma contínua, somente em trabalhos temporários e informais: *“Este ano ainda nem quero arrumar, porque eu quero curtir, mas o ano que vem, sim”*. Ele conta que estava envolvido com o tráfico de drogas, mas que não está mais e não pretende retornar, tendo planos de trabalhar formalmente e construir uma vida com a namorada. Sobre seu envolvimento com o crime, João expõe:

Ah, eu não gosto nem de falar não. É tempo, é passageiro. [...] Mas, tipo assim, sempre eu fui certo nas coisas, eu saí da vida do crime devendo, eles me entendeu, porque que eu saí... por causa da minha mãe, entendeu? Por conta da minha mãe, da minha namorada.... Eu tô até querendo arrumar um serviço pra mim ficar de boa com ela, ficar tranquilo (Trecho da entrevista de João).

Ele relata ainda: *“Agora que eu já saí, fico, tô mais de boa. ... porque agora, até assim, eu tô parando de usar. Porque eu fumei, eu fui... mas eu prefiro ficar na minha e ficar tranquilo”*. Ele afirma fazer uso de cigarro e maconha atualmente e comenta sobre o uso anterior e recente:

É difícil, igual eles falam, na vida, a partir dos quatorze até os dezoito, do adolescente, vai ter esta revolta, vai ter essa mudança, vai ter, a mente vai mudar, entendeu? Igual minha irmã, mudou, nós tudo mudou... nós tudo tem uma cabeça diferente. Tipo assim, como é que fala? Como que eu posso te explicar? Que, então, minha revolta foi por conta de muita coisa, por isso que eu entrei na vida do crime. Agora, hoje em dia, como eu já desabafei, agora eu prefiro sair do crime e ficar mais tranquilo, entendeu? Que eu tava na vida por causa do meu irmão de consideração, que esse aí que eu tava te falando que tem uma afilhada. Ele tava preso, ele já saiu, nós conversou e tudo lá e tá de boa (Trecho da entrevista de João).

João comenta que esse irmão de consideração é uma pessoa importante em sua vida e de sua família. E reafirma sua decisão de manter-se fora do crime e organizar sua vida de uma maneira diferente da que viveu até então: *“Aí hoje em dia eu saí da vida do crime por causa da afilhada dele, que eu quero namorar com ela e ele também”*. Com relação ao fato de ter *“desabafado”*, João menciona, algumas vezes na entrevista, o efeito de conversas que teve com pessoas de sua confiança que o fizeram rever atitudes e escolhas:

Foi, foi, por conta do Jorge, Jorge me trouxe pra essa vida do crime porque ele viu que eu tava precisando desabafar, entendeu? Aí foi na festa, no dia que aconteceu o baile, eu desabafei com ele, foi isso. Eu desabafei, falei “ô véi, tá acontecendo isso, isso, isso, isso”. Aí depois eu fiquei mais tranquilo, que eu tava prendendo, eu tava prendendo essa... esse negócio ni [em] mim. Eu num tava conseguindo desabafar com ninguém, eu tava vivendo muito sozinho o dia inteiro, né? Eu sou mais solto agora, um pouco (Trecho da entrevista de João).

Entendemos que Jorge, colega de turma que também participa desta pesquisa, o auxiliou a sair da vida do crime. Assim, quando diz que o colega o trouxe *para* a vida do crime, ele quer dizer que ele lhe trouxe *da* vida do crime. É interessante notar, nessa e em outras falas de João, durante a entrevista, sua maneira própria de se expressar, que não é pronunciada dentro da formalidade da língua, mas revela uma maneira singular de se expressar, de ler suas vivências e se posicionar a partir dessa leitura. João demonstra uma maneira própria de articular a língua, que dizem de seu contexto de vida e de seu lugar social, mas também de sua singularidade. Nesse trecho que destacamos, João indica a importância da amizade com Jorge, mas, em outra fala, aponta também, a ressalva e o consequente recuo da confiança nessa amizade: *“É, tipo assim, uma amizade... Eu tenho amizade com ele, mas também não confio. Amizade pra mim é minha e Deus”*. Aqui, João também se coloca em seu lugar social, a partir do qual não pode confiar inteiramente em ninguém, recorrendo a uma figura divina, que parece se apresentar como o Outro que define suas circunstâncias de vida, compostas também por possibilidades, não só por dificuldades, já que anuncia um interventor no qual pode confiar.

A respeito da preocupação de sua mãe e com ela, o que o motivou a sair da vida do crime, João expõe: *“Ela ficou feliz que eu saí. Ela tá feliz que eu tô começando a arrumar emprego e tal. Minha mãe sempre me deu as coisas, eu que não dei valor”*. Notamos que a entrada de João no crime esteve relacionada ao uso de substâncias psicoativas, que foi um assunto abordado na entrevista. Ele relata que já usou diferentes tipos de substâncias, mas afirma a decisão de, atualmente, consumir apenas maconha e cigarro, que, em sua avaliação,

não lhe trazem prejuízos: “Já, já eu, hoje em dia, eu prefiro usar só esses e ficar tranquilo”. Sobre o uso de maconha e cigarro, pontua:

Tipo assim, não traz problema não. Inclusive, igual eu falei com minha mãe: “mãe, parece que foi pra mim, porque me ajuda a fazer muita coisa”, a maconha. [...] Tipo assim, me ajuda a arrumar a casa, a fazer minhas coisas, porque a partir do momento que eu tiver aquele, aquela droga ali, porque querer eu tento ficar, eu não sou viciado, a partir do momento que minha cabeça, eu fico muito, eu fico muito elétrico (Trecho da entrevista de João).

João afirma que a maconha o deixa mais calmo, o que o auxilia a pensar e a se concentrar no que precisa. Quanto ao cigarro, João conta sobre o início do cigarro e sua forma de uso atual:

O cigarro de palha é mais no conhecer. Eu conheci, curti. [...] Não é relaxamento, é questão que quando eu não tiver a maconha, que a maconha vicia, então eu prefiro pegar um cigarro ali pra tirar esta vontade minha. Cigarro tira a vontade da pessoa de fumar e até mesmo usar, entendeu? [...] Cigarro é na padaria, né? Outro cê tem que ir de biqueira em biqueira, então. O cigarro cê compra na padaria ali e mercearia. Mas, por exemplo, eu não fico gastando muito dinheiro com droga não. Prefiro ter um cigarrinho ali, fazer meu dinheiro. Que eu gosto muito de dinheiro, então pra mim eu gosto de tar usando ele, entendeu? (Trecho da entrevista de João).

João demonstra estar com planos de estabilidade e tranquilidade no momento, reforçando suas escolhas, buscas e projetos: “Eu tô querendo dar uma parada, ficar tranquilo, arrumar um serviço, ficar num relacionamento sério e ficar de boa”. Com relação a “dar uma parada”, notamos que o adolescente não se refere ao uso de cigarro e maconha (o que não tem intenção de interromper), mas ao desejo de ter uma vida mais estável em termos de relacionamento amoroso e de trabalho, com vistas a ter uma renda mais fixa e contínua, na busca por independência. Ele aponta sobre o momento em que vive e seus planejamentos:

Porque, tipo assim, minha mãe, minha mãe sempre botou confiança ni [em] mim, porque eu sempre demonstrei em ter confiança nela. Antes eu era muito bagunceiro e tal, mas agora, hoje em dia, eu já sou muito cabeça. Minha mãe mesmo fala: “ô João, cê é muito cabeça dura, cê tem muita maturidade pra menino de dezesseis anos, cê tem que ter cabeça, cê tem inteligência pra...”. Mas é o que eu quero, é o que cê me ensinou, é o que eu quero pra minha vida assim (Trecho da entrevista de João).

É interessante demarcar que, quando João utiliza o termo “cabeça dura”, ele faz referência a uma atitude positiva sua, no sentido de ter responsabilidade e determinação para

seguir com seus projetos. Assim, ele não se refere ao pensamento ou comportamento inflexível e rígido, com conotação de atitude negativa, significado comumente dado à expressão.

Quando perguntamos sobre o desejo de João de ter sua própria família, ele coloca sua decisão de ter um namoro sério no momento – *“Isso, pra mim quietar”* –, mas expressa sua percepção de ainda não ser o momento para ter sua própria família (mulher e filhos): *“Por agora não, porque eu tô muito novo. Por agora, não. Tem que avançar em muita coisa ainda [...] Minha família, eu tenho, tipo assim, só não vou ter filho. Minha família, eu tenho sempre”*. Assim, João remete à família que tem atualmente e o apoio que recebe dela, que o motiva a ter um projeto de ter sua própria família no futuro. Ele conta de sua intenção em realizar esse projeto com a namorada atual, com quem iniciou o relacionamento recentemente:

Sempre eu, tipo assim, botei na minha cabeça, eu vi no meu olhar que é ela, entendeu? Que ela vai me ajudar debaixo d'água, ela vai me fazer tudo, então eu vou ter, não quero ter outra mulher. Porque eu não sou... Igual minha mãe me fala: “ô João, se valoriza”. Porque eu sempre tive, eu nunca fui de pegar muita mulher, nunca fui de negociar, sempre quis ter meu dinheiro e viver minha vida, entendeu? Solidão, que ocê ter sua vida, ter seu dinheiro, depende, apesar de depender de ninguém. Agora se ocê num ter, se ocê num ter seu dinheiro ali, cê tem que depender dos outros (Trecho da entrevista de João).

Portanto, reforça seu desejo e projeto de independência, mas também de compartilhar a vida com sua própria família no futuro, a partir de um relacionamento amoroso. É importante indicar que João hesitou para contar a idade da namorada, que tem doze anos, dizendo: *“Iiii, cê num vai importar não, né?”*. Ele mostra preocupação com o julgamento dos outros, pelo fato de ela ser muito jovem e ter uma diferença de quatro anos em relação à idade dele. Dessa forma, justifica: *“Mas tem cabeça, viu? Pensa numa menina que tem cabeça”*. Ele conta também: *“Eu ensino muito ela, dou muito conselho ela: ‘ó, segue meus conselhos que eu tô te dando, é da minha mãe, seu pai te ensina’”*. João relata que já teve outras namoradas, mas, no momento, está decidido a ficar com a atual. Ele fala de sua preocupação com a prevenção à gravidez, uma vez que ainda não teve relação sexual com essa namorada:

Nó, eu tô, eu tô sentindo ainda. Num gosto de sentir isso, mas eu tô sentindo que, se eu fizer o primeiro amor ali com ela, sentindo que vai ter, entendeu? Então, eu tô com medo, eu tô querendo aproveitar com ela muito, porque se eu fizer o primeiro amor com ela ali, eu tô sentindo que vai ter filho [...] Porque a gente se ama muito e quando a pessoa se ama muito é perigoso, é 70% da pessoa ter (Trecho da entrevista de João).

Outro importante tema abarcado na entrevista de João foi a presença do pai na vida familiar, atualmente:

Tipo assim, minha irmã ela... pra minha irmã, pra não ficar este clima de minha irmã ficar com receio, pra, nó, o dia que meu pai não poder me dar uma criação, nós deixa minha irmã pequena viver com ele, por mais que minha mãe tomou medida protetiva pro meu pai não ficar muito em cima dela, mas minha mãe deixa ela ficar um pouco com ele sim (Trecho da entrevista de João).

Aqui, João referia-se à importância da convivência da irmã mais nova com o pai, mesmo que tenha sido aplicada medida protetiva contra ele. João expressa que não gosta de contar algumas partes de determinadas vivências com o pai, aludindo às decepções vividas, o que vai explicando melhor ao longo da entrevista. O adolescente expõe: “*Tenho muita história pra contar, mas eu não gosto de contar umas parte não, porque é muito triste, entendeu? [...] Eu não gosto de contar não*”. Mas, na entrevista, ele concorda que alivia quando ele fala e acaba narrando episódios mais sensíveis para ele, expressando sentimentos relacionados, inclusive relatando o uso de drogas por parte do pai, que o afetaram de forma significativa, como citamos.

João relata os motivos para a medida protetiva, que parecem ter sido uma resposta da mãe à atitude do companheiro, que tentava cercear a liberdade dela:

Não é agressivo... coisa pessoal [inaudível] que meu pai é muito apegado.... Tipo assim, faz de tudo pra.... minha mãe. Eu falo com ele, se ele ameaçar a minha mãe, que ele deu uma quietada, que minha mãe tomou umas providências de medida protetiva, pra ele não ficar muito em cima dela, entendeu? Porque minha mãe, ela gosta de se soltar, gosta de divertir. Ela fica presa por conta dele, entendeu? Ela ficava presa por conta dele, aí eu falei com ele: “ó, cada um fica na sua e tals. Minha mãe vai te dar uma medida protetiva, cê não vai ficar muito perto dela. Minha mãe tem a vida dela, você tem a sua e cada um fica no seu canto”. Foi o que eu falei com ele. Hoje em dia, ele não fica mais perto, por conta desta medida protetiva (Trecho da entrevista de João).

Assim, João expressa seu posicionamento de “*único homem*” da casa, de um lugar de proteção em relação à mãe, que também estabelece com as irmãs, já que o pai não está mais em casa:

Eu protejo lá todo mundo. Tipo assim, meio que ninguém mexe com a minha família, porque sabe como que eu sou, sabe como que eu sou homem de bater de frente com todo mundo, eu não baixo cabeça nem pro meu pai. Eu falo isso pra todo mundo: “ó, eu não baixo cabeça pro meu pai por conta que eu sei

que quando eu tiver certo, a partir do momento que eu tiver certo na conversa, na forma de falar, eu num vou abaixar cabeça pra ninguém”, entendeu? Por isso que eu num baixo cabeça pra ninguém, por isso que ninguém gosta lá de bater boca comigo, porque sabe que eu sou certo, entendeu? (Trecho da entrevista de João).

João se refere a mágoas por vivências anteriores com o pai e confirma a atitude possessiva dele em relação à família: *“Era possessivo e ele era muito apegado em nós, era muito apegado em mim também, nós zoava. Com o passar do tempo, cabou que nós desfez a amizade, entendeu? Hoje em dia, eu não converso muito com ele não”*. A respeito de seu distanciamento com o pai, João pontua ainda:

O único filho que distanciou mais foi só eu. As minhas irmãs continuam negócio, mas não muito, não muito. Mas o único que distanciou mesmo foi eu. Eu era apegado com ele e distanciei [...] Eu era mais ligado nele, assim, distanciei porque eu via que minha mãe era a que me... porque ele nunca me deu nada, nunca fez nada. Agora, a minha mãe já sempre me ajudou. Então, sempre. Agora eu tô olhando o lado dela, entendeu? Porque meu pai vacilou muito comigo (Trecho da entrevista de João).

Ele diz que hoje em dia é mais ligado à sua mãe e reforça o quanto seu pai *“vacilou [...] com todo mundo”*. João conta que o pai já foi agressivo com a mãe, mas não o é atualmente. No que concerne às vivências familiares e decepções vividas, João aponta também:

Nó, nós já passou muita coisa, muita coisa já. Momentos feliz, momentos triste e momentos em são também [...] Em são, ficar todo mundo, a família meio que todo mundo quieto, entendeu? Todo mundo tranquilo, tem hora que a gente tem nossas brincadeiras, tem nossa felicidade, tem hora que bate, que bate tristeza, tristeza muito, que bate tristeza. Tem hora que eu penso, eu falo “nó, podia ter uma família feliz”. Mas hoje em dia eu tenho uma família feliz, mas em compensação meu pai separado, eu nunca imaginei isso, entendeu? Eu nunca imaginei que meu pai podia separar (Trecho da entrevista de João).

Notamos que a *“família feliz”* do imaginário de João, seu ideal de família, é composta por todos os membros, incluindo o pai, mas isso não é mais possível, logo tem que se contentar com sua *“família feliz”* da realidade. Ele conta que seus pais viveram juntos por mais de dezesseis anos, mas que se separaram este ano, bem no dia do aniversário dele: *“No meu aniversário ainda. Este ano, no meu aniversário, eles separaram, por isso que eu fiquei muito triste”*. João expressa ainda: *“agora, eu prefiro que meu pai fica separado da minha mãe por conta de não acontecer nada, eu chegar e ter que tomar as providências, entendeu? Então eu preferi: não, melhor os dois separar”*.

Notamos, como ponto marcante, ainda na entrevista, a posição de proteção de João com sua mãe e irmãs, mas também sua busca por se liberar desse papel, para construir sua própria vida: *“Nó! Agora, agora tem que dar uma descansada de proteger, porque minha mãe tem a cria dela, minha irmã, minha irmã tem a cria. As únicas que eu vou ficar agora de mais proteger, mais eu vou ficar em cima é as duas pequenas”*. Assim, João expressa certa sobrecarga com a responsabilidade de proteger a família - *“É muita coisa”* – e, ao longo da conversa, situa seus planos atuais de focar em ter sua vida ao seu modo e de forma independente. Demonstra, portanto, expectativa e esperança em relação à sua vida e ao seu futuro. Citamos uma tatuagem que João tem na barriga, entre outras, na qual está escrito *“Nascido pra vencer 2007”*. Ele comenta sobre a frase, que diz respeito a ele e indica o ano de seu nascimento: *“Porque eu sempre quis vencer na vida, entendeu? Sempre, desde novo, sempre fiz minhas, minhas coisas pra mim ter meu dinheiro”*. Sabemos que *“vencer na vida”* tem conotações singulares, mesmo que tenha pontos comuns relacionados ao ganho de capital. No caso de João, parece-nos remeter à esperança que carrega para seguir sua vida, mesmo passando por dificuldades e decepções. Interessante notar como sua família é um importante ponto de apoio para ele, que remete à base que recebeu para ser um *“menino cabeça”*, que tenha propósitos e desejos para buscar. João, em diferentes momentos da conversa, refere-se à confiança mútua entre ele e a mãe. Mesmo seu pai, com quem vive um desapontamento, é uma referência importante para ele. Além do fato de João falar muito sobre o pai na conversa, citamos que, ao final da entrevista, antes de fazer um certo fechamento, agradecendo a oportunidade de *“desabafar”*, é ao pai que ele alude para dizer sobre seu jeito de ser, falando sobre suas características, no sentido de justificar sua postura na entrevista, que foi diferente de seu comportamento no grupo de conversação:

Tipo assim, eu sempre fui um menino muito calmo. Cê vê, cê vê ali, eu de cara fechada, num sei você, cê me viu ali, de cara fechada, que é o jeito do meu pai, entendeu? Eu puxei muito o jeito do meu pai e do meu tio que morreu, irmão do meu pai. Aí eu não tenho esta cara de felicidade, de muito alegre, que eu puxei este lado do meu pai e do meu tio. Mas, tipo assim, eu sou muito de boa pra trocar uma ideia. Tipo assim, eu sou de ficar muito ouvindo, porque eu penso, não sei, acho que puxei muito o lado do meu pai. Nesta parte, eu puxei muito o lado do meu pai. Meu pai sério... meu tio... então eu puxei o lado deles nesta parte aí. Aí quem vê cara não vê o coração da pessoa. Igual mesmo, eu não queria te contar nada lá [refere-se ao grupo de conversação] porque... igual, eles vão ficar fofocando da minha vida, aí eu prefiro contar pra uma pessoa que vai guardar, que vai aquela... entendeu? (Trecho da entrevista de João).

João ainda menciona o colega Jorge e a amizade com ele, localizando a diferença entre as posturas deles na conversação e na entrevista clínica. Nesse e em outro momento, João se refere ao colega de escola Jorge, que também participou desta pesquisa. Achamos importante destacar o significante *desabafar*, que o adolescente utiliza para se referir a oportunidades de se apresentar em seus discursos, colocando-se como sujeito, o que propicia uma retificação subjetiva ou deslizamentos em seus lugares discursivos e no laço social, como quando narra a ocasião em que pode *desabafar* com Jorge e isso o levou a sair da vida do crime. Com relação à ocasião da entrevista, João também a situa como momento oportuno para *desabafar*, mostrando satisfação e gratidão pela oportunidade de falar, fechando a entrevista com o comentário: “*Então, hein, é isso mesmo que eu queria desabafar com cê, que eu não queria desabafar lá, entendeu?*”. Observamos que o adolescente ficou mesmo à vontade para se expressar e fez importantes elaborações ao construir seus relatos na entrevista, posicionando-se em busca de ser sujeito de sua história, a partir de seu lugar social, reposicionando-se nesse lugar.

O que nos pareceu mais central em seu discurso foi a busca de situar-se em sua fantasia familiar, tentando retificar sua posição nela. Assim, João, em momento de desconstrução da imagem paterna, se mostra nostálgico em relação ao pai, lamentando não ter mais sua amizade e sua presença na vida da família e evidenciando os desapontamentos vividos com ele. É curioso como João fica fortemente decepcionado com a separação dos pais, justamente em seu aniversário, mesmo que a relação entre eles estivesse marcada por abuso e violência. A nosso ver, o adolescente demonstra identificação com o pai e consequente processo de reconstrução de uma ficção familiar que retifica a postura do pai nas próprias atitudes de proteção à família, em busca de fazer melhor que o pai, mas partindo da referência que tem nele. Assim, mesmo tendo uma família extensa presente e que os arranjos familiares sejam modificados de acordo com os processos e momentos familiares vividos, sobretudo referentes ao relacionamento de seus pais, João resgata, em sua fantasia, a família nuclear ideal de sua infância, romaneando-a e excluindo dela os momentos difíceis vividos; ele projeta esse romance em sua família do futuro – a família que quer formar com a namorada.

Um aspecto interessante relacionado a essa família futura projetada por João diz respeito à consciência que ele tem de que a formatação que idealiza, apesar de congruente com o romance da família nuclear moderna e, portanto, aos discursos dominantes, apresenta certas discrepâncias com relação a alguns padrões sociais. O que destoia do paradigma da família do ideal social é a idade da namorada, que tem apenas doze anos. Relativamente à pouca idade da

namorada e à diferença de idade entre eles, João, além de ficar receoso para fornecer a informação à pesquisadora, sugerindo preocupação com seu julgamento, ainda justifica a escolha por ela, dizendo de sua maturidade. O adolescente sugere saber que as referências da pesquisadora são diferentes das suas, considerando as diferenças entre seus grupos sociais, mas isso não o impediu de estabelecer uma transferência positiva na entrevista, pressupondo um espaço seguro no qual pudesse expor suas impressões e preocupações.

João pontua, ainda, nesse mesmo sentido e concernente ao que observa em seu grupo social, seu receio de uma gravidez antecipada. De fato, as condições socioeconômicas desfavoráveis relacionadas a um contexto social de vulnerabilidade influenciam negativamente nas atitudes reprodutivas e sexuais, podendo ser a gravidez na adolescência associada ao baixo nível socioeconômico e educacional (Vilar *et al.*, 2022). Mas interessa-nos pensar, sobretudo, a forma como João se apropria desses dados observados em seu cotidiano, de modo que, além de dizer de um posicionamento particular – de adolescente cabeça, que tem apoio e vínculo familiar, projetos de vida, desejo por viver e seguir com seus projetos, a partir das escolhas que tem feito –, sua postura reflete, também, o lugar que ocupa socialmente – de jovem, negro, periférico, de classe pobre –, contemplando, então, os atravessamentos dos elementos que compõem os discursos, em sua materialidade histórica, dentro de seu contexto de vida. É válido considerar que João constitui seu romance familiar com os recursos, referências e valores de que dispõe. Salientamos que criamos uma expectativa quanto à possibilidade de o fato de João poder falar sobre os receios que tem, pensando em estratégias de prevenção, se configurar como um fator de proteção, considerando que ele e a namorada apresentam diferentes fatores de risco à gravidez precoce, de acordo com os dados relacionados ao fenômeno. Entendemos que nossa expectativa não tem relação estrita com uma crença de possibilidade de ajuda de nossa parte, em lugar de saber e de mestria, mas de uma possibilidade de construção de saber propiciada pela permeabilidade à palavra do próprio adolescente, o que tem um potencial para produzir ressignificações e reposicionamentos no laço social. À propósito, admitirmos como fomos atravessados como sujeitos nesse encontro com João, na medida em que colocamos nossas expectativas com o procedimento, significa contemplar os aspectos transferenciais da pesquisa, como temos proposto.

Outro ponto da entrevista de João que queremos enfatizar diz respeito às mudanças e rupturas decorrentes da adolescência, citadas por ele, ao demarcar: *“igual eles falam, na vida, a partir dos quatorze até os dezoito, do adolescente, vai ter esta revolta, vai ter essa mudança, vai ter, a mente vai mudar, entendeu?”*. Lembramos que ele atribui o uso de drogas, de forma

mais intensa, à revolta típica dessa fase da vida. E, nessa fala, está explicando sobre como iniciou o uso de substâncias ilícitas e, conseqüentemente, inseriu-se na criminalidade.

Sobre isso, citamos Viola, Lima e Nobre (2020), que demarcam a adolescência, a partir de uma diferenciação com a puberdade. Os autores esclarecem que, se a puberdade se refere ao real da maturação sexual manifestada no corpo para todos que chegam ao final da infância, sendo relativo a um fato orgânico universal e independente da cultura, a adolescência, por sua vez, é uma operação simbólica de tratativa do real da puberdade, configurando-se como uma busca de reposicionamento no laço social, dada a impossibilidade de posicionamento em uma condição de criança. Assim, a adolescência é indissociável da experiência social e dos modos de vida de uma cultura, sinalizando, então, “as especificidades da relação com o Outro numa época, as formas de reconhecimento por essa instância” (Viola; Lima e Nobre, 2020, p. 3). No caso da modernidade e de sua noção de adolescência, Viola, Lima e Nobre (2020) argumentam que, diante de uma crise estrutural, com mudanças expressivas nas relações sociais, públicas e privadas, a figura do adolescente representou a contestação e a desobediência à tradição, ao passo que, na contemporaneidade, o adolescente, que outrora figurou como transgressor da tradição, aparece de forma cada vez mais difusa e provisória. A partir dessa discussão, é possível pensar naquilo que escapa a essa tentativa de circunscrever a puberdade a um conjunto simbólico relativo à adolescência, estabelecido em cada época, com características próprias. Nesse sentido, Viola, Lima e Nobre (2020) retomam a tese freudiana do mal-estar na civilização, (Freud, 1930/1996), concebendo o mal-estar como “algo que escapa ao processo civilizatório, que o excede, que não se permite civilizar” (p. 4).

Pensando nos pontos levantados nas falas de João, podemos inferir que sua percepção sobre a adolescência, na medida em que demarca uma transformação dramática que constitui essa etapa da vida, traz à tona o mal-estar que não pode ser circunscrito pelo processo civilizatório e social, restando algo que se manifesta na revolta, na mudança da mente e na cabeça. O adolescente se refere a uma mudança interna, profunda e genuína, que nos auxilia a refletir sobre o fato de não haver, na atualidade, recursos simbólicos e culturais para as mudanças corporais da puberdade, o que deixa os sujeitos à mercê do corpo real, sem capacidade para representar essas alterações. Daí vem o mal-estar, relativo ao corpo real e pulsional, avesso a qualquer estratégia de pacto coletivo.

Parece-nos, ainda, que João tenta dar conta do mal-estar gerado pelo deslocamento de posição subjetiva relativo ao seu momento de vida e desfazimento da família idealizada da infância. Está, então, em momento de tentar refazer sua fantasia familiar, buscando liberar-se

de estar no lugar que seu pai deixou e que ele, como único homem da família, precisou ocupar. Em termos gerais, João parece sinalizar um impasse entre incorporar ou não o lugar do pai na família da qual faz parte no momento. Como recurso para se liberar da função do homem da casa, dentro de um modelo patriarcal que o coloca como e protetor de sua família, o adolescente situa-se na família que pretende formar, já narrando os movimentos que tem feito nessa direção. Assim, continua aderido ao mesmo modelo de família, que nos parece relativo ao seu romance familiar, interrompido pela separação dos pais e pela desconstrução da imagem paterna. Dessa forma, ao descrever seus planos de futuro, sugere buscar reconstruir e atualizar sua família romanceada, que surge fracassada em sua realidade atual.

6.3 Jorge ou Vinícius: podemos escutar o que ele tem a dizer?

Antes de entrar nos relatos de Jorge – adolescente de dezesseis anos, da EJA –, em sua entrevista individual, citamos certos atravessamentos que o encontro com ele mobilizou e que nos pareceram importantes. Como mencionado, Jorge se apresentou com outro nome no grupo de conversação, insistindo muito que seu nome seria Vinícius, mesmo com a professora corrigindo a informação de forma contundente. Os colegas ficaram rindo dele, que se manteve sério, reforçando seu nome fictício. Na entrevista individual com o adolescente, perguntamos sobre o nome trocado no grupo, ao que ele responde que era apenas uma brincadeira. Quando perguntamos a respeito, ele afirma gostar de fazer brincadeiras “*de vez em quando*”. Parece-nos que, nesse ponto, já podemos pensar em algo marcante sobre Jorge que aparece na entrevista: suas falas não são relatos sobre sua vida, como as dos demais colegas participantes da pesquisa. Seu tom é mais sucinto, responde às questões da pesquisadora e os temas que desenvolve têm um caráter reflexivo, mais alegórico e não tão claramente contextualizado em sua história. Assim, ele não diz quem é o Jorge em seu contexto de vida, mas apresenta uma leitura de mundo muito própria, que parece fazer parte de uma construção elaborada para se ver na vida e para compreender o que vê. Em sua percepção, considerando o que diz na entrevista, Jorge se coloca como alguém “*solitário*”, avulso a um “*sistema*”, descrevendo as características desse sistema e sua relação com ele. Ao transcrever, descrever e analisar a entrevista de Jorge é possível inferir que assumir outro nome pode indicar algo nesse sentido, inclusive considerando que o nome trocado surge durante uma atividade coletiva. Uma vez que Jorge não se sente pertencente ao que denomina *sistema*, que dita as regras não compatíveis com sua leitura de mundo, como expõe na entrevista, apresentar-se com nome diferente no

grupo e para uma pessoa que não conhece (a pesquisadora) parece estar relacionado com sua posição no coletivo e, mais especificamente, um coletivo que representa as instituições, já que o grupo de conversação foi realizado na escola.

O estilo de Jorge que surge na entrevista – mais sucinto nas respostas e, por vezes, enigmático – parece ser relativo a um modo próprio de funcionamento, mas também pode estar relacionado ao encontro com a entrevistadora. Apesar de não dispormos de elementos suficientes para discutir acerca do funcionamento e do histórico de Jorge, bem como hipotetizar sobre as implicações da participação na pesquisa para ele, consideramos importante pensar nos efeitos desse encontro para a pesquisadora, que repercutiu sensações por vezes desconfortáveis e desconcertantes, quando Jorge era evasivo ou muito conciso em suas respostas. É necessário pontuar que isso não o impediu de se expressar e argumentar suas ideias, mas isso não se fez a partir dos pontos esperados pela pesquisadora e sim no viés da surpresa, do não planejado, tendo em vista que, em diferentes momentos da entrevista, Jorge não rendia o assunto perguntado. Contudo, ele fluía na ocorrência de algum comentário aleatório que fazíamos com o desconforto de uma resposta curta ou quando conseguíamos retomar o que ele dizia, incentivando-o a falar mais a respeito. Tendo como base a perspectiva clínica que nos orienta em nosso trabalho, buscamos escutar o que se apresenta para além de concepções preestabelecidas. Nesse caso, Jorge nos exigiu um esforço para nos alinharmos a tal diretriz, demandando ajustes na forma de conduzir a conversa. Assim, mesmo diante de sensações de desconcerto, nos foi possível e necessário retomar os assuntos que ele evidenciava, que não eram esperados, já que não se relacionavam diretamente às perguntas sobre seu contexto de vida e familiar.

É importante citar que a professora, em conversa com a pesquisadora, antes das entrevistas individuais com os adolescentes de sua turma, comentou que Jorge tinha envolvimento com o tráfico de drogas, junto com os tios. Nessa conversa, a professora indicava as dificuldades vividas pelos alunos da escola, associando a vulnerabilidade social ou desestruturação de maior parte das famílias ao desempenho escolar aquém do esperado pela equipe da instituição. Na entrevista de Jorge, com o objetivo de entender seu contexto de vida e já com algumas informações prévias, dentre as questões que fizemos, perguntamos sobre o trabalho do tio materno com quem mora e se já havia trabalhado com ele. Ele nega ter trabalhado com o familiar, não rende o assunto e responde rapidamente sobre o trabalho dele. É válido também mencionar que Jorge, nesse momento da entrevista, afirma não trabalhar, mas, em outro momento, cita trabalhos informais que realiza, o que chama de *fazer uns corres* ou *um bico*. Não sendo nossa intenção confrontar informações, mesmo porque uma afirmativa não

desmente a outra – visto que ele não trabalhar pode estar associado à noção de não ter um trabalho formal ou mesmo contínuo –, apontamos apenas o corte do assunto que Jorge faz quando perguntamos sobre o trabalho dele associado ao do tio materno, que é seu responsável atual.

É importante apontar que fomos ao encontro de Jorge, para realizar a entrevista, tendenciosos, em função das hipóteses que levantamos após as falas da professora, o que nos parece conter o risco de reproduzirmos um discurso recorrente nos contextos educativos, que fala pelos alunos, em nome deles ou mesmo inferioriza os valores dos grupos sociais subalternizados em nossa sociedade. Assim, acabamos reproduzindo e reforçando tal desvalorização e subalternização, colocando-nos como capazes de prover soluções para esses grupos menos privilegiados em termos de acesso. Ressaltamos que a professora, que demonstra nítido investimento afetivo na relação com os alunos e, por conseguinte, importante vínculo com eles, coloca-se como alguém que pode – mesmo com certos limites – e procura ajudá-los a superar as dificuldades que vivem. Mesmo que tal ajuda possa ser sentida até mesmo pelos alunos, o que foi possível verificar nas entrevistas, interessa-nos enfocar, aqui, os lugares sociais e discursivos nos quais nos situamos e as relações de poder estabelecidas a partir desses lugares. Interessa-nos refletir criticamente sobre esse viés centrado nos valores e paradigmas de grupos dominantes, tão ecoados nos discursos e práticas sociais, o que é significativo também nas instituições escolares, inclusive no que se refere às configurações familiares e aos comportamentos de seus membros, como temos aludido. É importante, ainda, nesse mesmo sentido, que nos situemos em nossos lugares sociais para pensarmos se, como e em que medida as diferenças sociais e exclusões nos afetam.

Desse modo, no que se refere à nossa postura na entrevista com Jorge, esclarecemos que ficamos com uma sensação de ter surgido, de forma mais marcante para nós, nesse procedimento, as diferenças entre o adolescente e a pesquisadora, relacionadas ao pertencimento a grupos sociais específicos e distintos. Grosso modo, podemos pensar que há mais semelhanças e consequentes identificações entre a pesquisadora e os profissionais da escola aos quais teve acesso – professora, diretora e coordenador –, que são pertencentes a um grupo de adultos brancos, formados em curso superior, que exercem suas profissões e são de classe média. Por sua vez, os alunos pertencem a um grupo de adolescentes de classe pobre, em maioria negros, moradores da periferia, com perspectivas mais restritas em termos de formação e atuação profissional, conforme apontam no grupo de conversação e nas entrevistas individuais. Esse ponto, somado ao estilo de fala de Jorge na entrevista, nos parecem

importantes para compreender o afeto gerado na entrevistadora, com consequente postura tendenciosa e necessidade de ajustes no manejo da transferência e na condução da entrevista.

No que concerne aos conhecimentos prévios sobre o contexto de vida de Jorge, apontamos que, além de o adolescente não confirmar nenhuma informação antecipadamente fornecida, lembramos que João, em sua entrevista, cita Jorge como alguém que o tirou do tráfico, o que se contrapõe às informações da professora da turma. De qualquer forma, mais importante do que a realidade factível, nos interessa pensar nos efeitos dessas falas no processo da pesquisa, como buscamos realizar por intermédio da reflexão crítica sobre os aspectos transferenciais e imaginários percebidos, especialmente de nossa parte.

É interessante notar que Jorge não deixou de se dispor a dizer o que parecia importante para ele, o que demonstra como são possíveis produções efetivas mesmo que as diferenças se evidenciem, quando é possível viabilizar um espaço de escuta. Consideramos válido e necessário realizar um empenho para escutar o que o adolescente diz, o que soou para nós como uma delimitação precisa sobre sua posição diante de práticas e de discursos padronizados, institucionalizados e, portanto, hegemônicos. As falas do adolescente parecem ter ganhado um caráter de denúncia, na medida em que se posiciona fora de um sistema social dominante e estabelecido, no qual está incluído um grupo de pessoas e do qual ele não faz parte. Em nosso ponto de vista, esse foi o aspecto mais marcante na fala de Jorge e procuraremos identificá-lo e descrevê-lo. Trazemos, de antemão, para ilustrar, o que Jorge expõe sobre *“o que é errado pro sistema, pro governo, pro mundo. Muitas coisas. Eles falam que é errado, né? Impõe regra”*.

Entrando mais precisamente no conteúdo da entrevista, o adolescente informa que não tem irmãos e que mora com um tio materno há cerca de três anos. Ao perguntarmos se ele se importaria de contar o motivo de residir com o tio, ele afirma: *“foi opção minha mesmo”*. Ao perguntarmos a respeito, informa que tem contato com os pais, mas não rende mais o assunto. Conta que, anteriormente, morava com a avó e com a mãe e que *“era tranquilo”*. Em outro momento da entrevista, informa ter muito pouco contato com o pai e esporádicas notícias dele.

Quando perguntamos sobre sua rotina, Jorge diz: *“Normal, rotina de pobre”*. Explica, em seguida, ao questionarmos a respeito: *“Estudar, buscar conhecimento, buscar outras coisas, correr atrás, fazer uns corres e buscar outras coisas. Arrumar uns corres, fazer um bico ali”*. Assim, além de ilustrar sua rotina, na qual estão incluídas as tarefas escolares, ele informa sobre suas atividades laborativas informais, que lhe geram alguma renda eventual. Sobre a forma de gasto desses recursos, Jorge afirma: *“Gosto mais de mexer, assim, na minha casa, comprar uns pertences”*.

No que se refere à intenção de constituir família no futuro, Jorge nega tal plano e diz: “*Não... ainda mais se a pessoa for sofrer*”. Ele conta, ao ser questionado a respeito, que conhece muito pouco sobre a história de seus pais e é nesse momento que informa ter notícia do pai raramente. Assim, diz não ter desejo de ter filhos e perguntamos sobre o sofrimento possível que menciona, ao que o adolescente pontua: “*Não sei, depende muito da pessoa. Não vale a pena se for... Este mundo de hoje em dia tá muito difícil, as pessoas tão morrendo muito rápido*”. Ao questionarmos a respeito, ele refere ter “*vários tios que já morreram, amigo também*”. Sobre os motivos das mortes, Jorge informa: “*de doença, uns alguém que matou também*”. Interrogamos sobre o sofrimento de Jorge e sobre sensação de risco, quando ele aponta: “*Sofrendo não, o risco todo mundo tá correndo*”. O adolescente explana sua percepção de grande risco que “*os jovens de hoje em dia*” correm – “*muito, muito risco*” –, salientando: “*a maioria dos jovens de hoje em dia não pensam direito, deixa a raiva levar pra cabeça e acaba fazendo merda*”. A partir de nosso interesse em saber mais a respeito de suas percepções, Jorge pontua:

Mas eu acho que coisa assim errada pra muita gente. Os jovens o que eles mais caçam fazer é coisa errada. [...] Acho que coisa errada mesmo, o que é errado pro sistema, pro governo, pro mundo. Muitas coisas. Eles falam que é errado, né? Impõe regra. Pra eles é errado. [...] Como se eu matar alguém, se eu matar, se eu vender drogas, trabalhar pro [inaudível], vários tipos de coisa (Trecho da entrevista de Jorge).

Então, perguntamos se as coisas que aponta são erradas para ele, ao que afirma: “*Pra mim não... vejo outras coisas. Não ligo muito pra isso não*”. Ele explica: “*Pra mim, se é do jeito que cê tá falando, tá bom, não vou discordar da sua palavra não, minha palavra é a minha, a sua é a sua. Mas aí é respeito, né?*”.

Ao perguntarmos sobre namoro, Jorge afirma nunca ter namorado, ponderando ter muito pouco interesse em relacionamento amoroso. Sobre interesse em festa, pondera: “*muito pouco também, não sou muito de sair não*”. Afirma ter amigos, “*da escola mesmo, lá do bairro*”, mas diz não ter muitas pessoas próximas em sua turma. Ao ser perguntado a respeito, Jorge afirma não ser muito de conversa ou de se expor, sendo que outras pessoas é quem têm que tomar a iniciativa para que ele fale: “*Só quando a pessoa me puxa pra falar. Assim, normal assim eu não falo não*”.

Na entrevista, Jorge parecia receptivo, mas, como o convite para o procedimento partiu da pesquisadora, foi abordada a sensação dele com o processo, se estaria sendo desagradável,

ao que expressa prontamente e de forma enfática que não. Perguntamos a respeito, porque Jorge respondia às perguntas feitas, mas não rendia as temáticas, ficando mais restrito a respostas breves. Ainda assim, em muitos momentos, foi um tanto quanto enigmático ou limitado nas respostas, exigindo da pesquisadora uma postura mais ativa para tentar aprofundar em algumas falas. Por vezes, como já referido, sentimos certo constrangimento com as respostas mais evasivas ou muito curtas, procurando ter atenção e certa vigilância para não direcionar as perguntas pelas hipóteses já colocadas sobre Jorge nos comentários da professora ou da entrevista de João, que foi realizada anteriormente. Em alguns momentos, tivemos dúvidas sobre o que perguntar, uma vez que a demanda não foi dele no que diz respeito ao tema da pesquisa e o que fluiu em sua fala não foi em resposta às questões relativas ao seu contexto de vida e familiar. Com o risco de falarmos por ele, buscamos prestar atenção ao que ele dizia e escolhia não dizer, mesmo porque não gostaríamos de representar ou personificar o sistema avesso delatado por Jorge, já que ele se coloca em posição contrária a ele.

Achamos interessante incluir a entrevista de Jorge na análise dos dados exatamente por isso. Ele, apesar de apresentar respostas restritas a algumas perguntas, desenvolveu certo argumento sobre o funcionamento do que denomina *sistema*, ao qual ele não se sente pertencente. As falas de Jorge nos pareceram emblemáticas para ilustrar, de forma mais alegórica, um sentimento de exclusão que inferimos fazer parte da realidade das pessoas de seu grupo social.

Seguimos a entrevista com Jorge perguntando se haveria algo que ele gostaria de contar de sua história, ao que ele responde: *“Por mim, só isso mesmo”*. Mesmo tocando em temas que nos pareceram importantes para ele, o adolescente havia falado pouco até esse momento da entrevista, se considerarmos nossa expectativa com o processo de pesquisa e de estudo da temática da família. Portanto, tivemos interesse em entender melhor o que o adolescente expôs com maior ênfase em sua entrevista: a diferenciação entre o que é certo e errado para o sistema e para ele, ressaltando a discrepância de seu posicionamento e o que nos pareceu ser relativo a um funcionamento social predominante. Então, perguntamos se Jorge vê o sistema como algo longe e ruim para ele e o adolescente concorda. Solicitamos, em seguida, que falasse mais a respeito do assunto e ele discursa: *“Porque, neste mundo, aqui todo mundo é solitário, porque tem os grupos que formam o sistema. O sistema, pra mim, é um grupo de pessoas que discordam de coisas que a gente, do que outras pessoas concordam, entendeu?”*.

Interrogamos se Jorge sente que faz parte desse grupo que concorda com as coisas que não são do sistema e se ele poderia falar mais a respeito. Assim, o adolescente confirma e diz:

É... Coisas que, como que eu posso te falar, a pessoa fala com cê que é errado, cê vai lá e faz, sabendo que é errado, mas só porque a pessoa falou com cê que é errado. Porque ninguém pôs no mundo. Deus não deu respeito as regras, mas acaba que gera muitas brigas, muitas mortes, por causa disso aí (Trecho da entrevista de Jorge).

Quando perguntamos como Jorge se sente em relação a isso, ele expressa: *“Eu sou solitário, não tenho um grupo na altura deles, pra discutir com eles. Então, eu tenho que só escutar”*. Com relação ao seu sentimento no que se refere à família, Jorge pontua: *“É o de cê tá presente, você conseguir falar do sentimento, cê mostrar pra ele muitas coisas. Família mesmo, parente”*. Perguntamos, então, quem Jorge considera como sua família e ele responde: *“Pra mim, no meu caso, eu acho que é meu tio”*. Ele afirma sempre ter tido afinidade com o tio e diz que o familiar gosta *“muito”* dele. Não sabe a idade do tio, mas diz que ele é mais novo que sua mãe, mas mais velho que ele, sendo uma referência de adulto para ele. Grande parte dessas últimas afirmativas, Jorge pronuncia concordando com nossas interrogações na entrevista, o que fazemos de forma mais diretiva, indicando possibilidades de respostas a partir de suas falas.

Outro aspecto que surgiu de forma mais fluida e marcante na entrevista de Jorge foi o movimento em sua vida, a necessidade de não *“ficar parado”*, ponto que apareceu em dois momentos diferentes da entrevista. Na primeira ocasião, Jorge se expressa após nosso comentário de ele ir vivendo a vida, feito em momento de mais insegurança na condução da entrevista, a partir de uma fala de encerramento de Jorge, tendo em vista nosso interesse em seguir com a conversa. Após o comentário citado, Jorge expõe: *“Tem que viver. Não pode ficar parado. Se ficar parado, morre. [...] Ficar parado mesmo, não mover, se alimentar”*. Assim, Jorge fez ressoar em nós uma percepção de um funcionamento mais concreto, relativo às suas ações no cotidiano ou até mesmo à própria sobrevivência, mas, ao mesmo tempo, parece ter um teor mais abstrato e reflexivo, podendo ser alusivo às suas ideias sobre o que chama de *sistema*.

Em outro momento, quando perguntamos sobre o que ele gosta de fazer, Jorge retoma a temática do movimento: *“Não sei se você pode considerar uma coisa que eu gosto de fazer. Eu mesmo não gosto de ficar parado mesmo”*. Sobre o que faz para não ficar parado, ele relata: *“Ah, muitas coisas, movimento. Escrevo, faço... as atividades”*. Perguntamos sobre o que gosta de escrever e o que costuma escrever e Jorge responde que não escreve sobre o que pensa. Assim, entendemos que se referia a realizar as atividades escolares, quase que se referindo à escrita como uma atividade motora, sem considerar seu aspecto cognitivo e intelectual, no

sentido de ser atravessado por ela, de ser elaborativo para ele. Ao contrário, ele parece dizer da escrita mais no sentido de se movimentar e não ficar inerte, sem fazer nada, sem mover o próprio corpo. No que diz respeito a fazer coisas para não ficar parado em casa, Jorge afirma: *“Ah, eu procuro fazer as atividades, né? Fazer as coisas da casa...”*. Ele concorda que ele e o tio mantêm a casa organizada e conta que tem o próprio quarto. Sobre o convívio entre eles, afirma: *“um cuidando do outro”*.

De maneira geral, Jorge conta pouco de seu contexto de vida, mas, como citamos, destacamos sua entrevista para compor a discussão desta pesquisa porque ela traz um ponto que nos parece importante para o debate da temática da família. Com a descrição dos procedimentos da pesquisa de campo e a análise dos dados à luz da teoria, pudemos notar uma diferença entre as famílias descritas pelos participantes deste estudo e aquela referenciada por eles, que compõe um certo romance compatível com determinado aparato cultural, dentro de um modelo e sistema dominantes. Assim, intuímos que o *sistema* aludido por Jorge, que, em suas falas, está associado a um sistema hegemônico, que impõe regras e padrões, pode ser relacionado a certos modelos familiares que compõem nosso imaginário cultural.

Um dos pontos marcantes que surge, com o presente estudo, tem sido o da suposta correlação mais íntima entre a dominação cultural específica dos processos de formação e organização da sociedade brasileira e as construções subjetivas de nossos romances familiares. Temos refletido, a partir da revisão da literatura sobre o tema da família e, sobretudo, das falas dos sujeitos escutados, que, em alguma medida e de alguma forma, a construção do romance familiar dos sujeitos brasileiros periféricos pode estar relacionada a uma busca por pertencimento social. Propomos discutir e argumentar o aspecto observado, entretanto, neste momento, indicamos esse ponto para demarcar uma possível contribuição da inclusão das falas de Jorge para a discussão dos dados produzidos nesta pesquisa, tendo um potencial para lançar luz sobre o debate, em articulação com outras falas e com a argumentação teórica.

É curioso que, especificamente no caso de Jorge, notamos certo contraponto de sua ideia e sentimento relacionado à família em relação ao sistema, que não é capaz de escutá-lo. Retomando seus termos, o adolescente, logo após se identificar como *“solitário”* em relação ao que chama *“sistema”*, afirmando não ter *“um grupo na altura deles, pra discutir com eles”*, restando apenas *“escutar”*, ele se refere à família como presença e como possibilidade de escuta – *“você conseguir falar do sentimento, cê mostrar pra ele muitas coisas”*. Jorge situa o tio materno como sua família; ele é seu grande companheiro, com o qual tem cumplicidade de cuidado e de afeto, com quem demonstra ter uma identificação e que representa esse grupo

referido por ele, que não está à altura do sistema e que, justamente por isso, consegue escutá-lo.

Sobre o que é contrário ao *sistema*, Jorge enumera elementos marginais relacionados ao crime – tráfico de drogas, assassinato –, ou seja, identifica essas práticas como o que é errado para o sistema. Assim, apresenta, além de sua leitura de mundo e de sua posição nele, elementos de seu contexto de vida. É interessante notar que, quando Jorge distingue o que é certo e errado, aponta com precisão uma problemática muito complexa e polêmica nas discussões de cunho social e político, que se correlaciona às dificuldades em determinar e identificar quem estabelece o que é certo e o que é errado e como isso é institucionalizado. Nas palavras do adolescente: “*Porque ninguém pôs no mundo. Deus não deu respeito as regras*”. Desse modo, se as regras são instituídas pelo ser humano e não por uma figura suprema, não há consenso razoável e mesmo critério justo que permeie as relações sociais, com controle e punição adequados da criminalidade, por exemplo. E não é por acaso que isso, de fato, como pondera Jorge, cause “*muitas brigas*” e “*muitas mortes*”. Mas ele não se engana, os alvos são sempre os grupos que não fazem parte do sistema. Portanto, Jorge sabe que as determinações institucionais não garantem justiça, de forma que são sempre os mesmos grupos penalizados. O adolescente está esclarecido e nos adverte quanto à arbitrariedade do sistema social, composto pelas leis e políticas públicas consequentes, especialmente as de segurança e do judiciário. Supostamente criadas como reguladoras dentro de critérios de justiça e de equidade, o sistema não é capaz de garantir sua aplicação; ao contrário, reproduz as disparidades sociais, mantendo os privilégios de certos grupos e os prejuízos e violências contra outros.

Outro aspecto importante que nos chama a atenção na entrevista de Jorge é que não notamos projetos de futuro, como nos demais alunos da EJA escutados. O cotidiano que descreve é marcado por uma rotina restrita, em suas palavras, “*rotina de pobre*”. O adolescente não tem planos de se relacionar, de ter filhos, expressa receios por sofrimento diante dessa possibilidade. No que concerne ao trabalho, menciona os corres, os bicos, mais concretamente e relacionado ao tempo de agora, sem mencionar perspectivas futuras em relação à vida laboral também. Refere-se à busca de conhecimento, mas nada específico, a não ser em relação à rotina escolar, alvo de sua preocupação.

Assim, tanto nessa ausência de perspectiva futura quanto em suas falas sobre não querer e não poder “*ficar parado*”, notamos certa noção de tempo discutida por Guerra e Aranha (2017), no contexto de adolescentes periféricos inseridos na criminalidade. As autoras apontam a marca subjetiva da noção de tempo, esclarecendo que ele é lógico e não cronológico, uma vez

que remanesce da experiência do inconsciente. Nesse sentido, pensando nos adolescentes periféricos, especialmente aqueles envolvidos com o tráfico de drogas, e, portanto, em ameaça de morte, elas demarcam uma dimensão temporal referida ao agora, ao momento presente. Guerra e Aranha (2017) analisam a questão da morte e do tempo, buscando compreendê-las nas falas de jovens em conflitos com a lei, sustentando que “a morte é contada aqui e agora, a partir do momento presente, de modo que os jovens envolvidos com o tráfico ficam à espreita da morte a qualquer momento” (p. 25). A dimensão temporal aludida nos parece compatível com as falas de Jorge, na medida em que se coloca no aqui e agora, se localizando, ainda, em relação a um sistema alheio a ele. Quanto ao risco, ele parece buscar se distanciar dele, na medida em que fala dos jovens de hoje em dia que fazem “*merda*” e acabam por se colocar em risco. Ele fala desse grupo em terceira pessoa, não se incluindo nele, podendo sugerir uma tentativa de certa proteção. Mas indica estar advertido sobre sua proximidade com a morte e com o risco de morte, ao expressar “*as pessoas tão morrendo muito rápido*” e identificando, em seguida, pessoas próximas a ele que já morreram, de doença ou assassinadas.

Guerra e Aranha (2017), com foco na população de adolescentes de periferia envolvidos com o crime e buscando compreender a complexidade do fenômeno da mortalidade juvenil no Brasil, cujos dados são alarmantes, se debruçam sobre o tema, considerando o saber do jovem e visando estender o debate para além das questões de desigualdade social, da chamada desestruturação familiar ou de fatores mais amplos relacionados à nossa organização nas cidades, fortemente impactada pelo individualismo. A partir dessa análise, as autoras entendem que há uma busca, por parte dos jovens, “de fundar um novo gesto autoral”, em um processo de apropriação de suas vidas, “ao invés de serem lidas e escritas pelos confrontos com os agenciamentos do poder em protocolos, boletins e prontuários” (Guerra; Aranha, 2017, p. 29). Nesse sentido, os jovens estariam perseguindo uma autoria, assumindo uma trama própria, como tentativa de resposta ao seu apagamento como sujeito. Para as autoras, na busca por subverterem a lógica de sua presença na cidade, os jovens acabariam sendo capturados em nova armadilha, na medida em que se colocam novamente em risco de eliminação de sua vida. Ao entrarem no circuito do crime, buscando o que as autoras chamaram de “o valor da vida verdadeira” (Guerra; Aranha, 2017, p. 29), colocam seu corpo, mais uma vez, como objeto de gozo do Outro social. Nesse artigo, Guerra e Aranha (2017) resgatam o estatuto e a importância da memória, propondo pensá-la no contexto referido e nesse “valor da vida verdadeira” (p. 29). Assim, os jovens infratores buscariam alguma forma de autoria e de registro, nem que seja pela via do ato infracional ou mesmo do atestado de óbito, atos que pudessem dar à vida deles um

valor de verdade, um valor próprio a eles mesmos. A temática da criminalidade não é o foco de nossa pesquisa, mas precisamos ao menos aludir ao assunto em sua complexidade, trazendo algumas referências, tendo em vista ser um tema citado por vários adolescentes neste estudo, especialmente referente ao uso ou tráfico de drogas ilícitas, situação presente de forma significativa nos contextos de vida e familiares deles. No caso da entrevista com Jorge, o adolescente também parece buscar alguma forma de registro e de autoria, posicionando-se a partir de sua análise e em seu lugar na cidade. Não dispomos de dados suficientes para uma análise mais aprofundada sobre ele e suas estratégias diante do que aponta, mas nos parece pertinente elucidar sobre o que foi escutado em outros trabalhos, em encontro com populações que apresentam semelhanças com os sujeitos escutados neste estudo.

Ainda em relação à entrevista com Jorge, destacamos sua posição no próprio discurso. Embora não tenhamos dados suficientes para uma análise de sua estrutura subjetiva, é válido mencionar que tivemos uma sensação, na verdade especulativa, de uma posição mais submetida a um Outro caprichoso, quando Jorge discorre sobre o que denomina *sistema*, sobre o funcionamento opressor desse sistema e sobre sua postura de acatar suas determinações como única alternativa. Sabendo ser essa a posição do sujeito na psicose (Lacan, 1955-1956/1998; Quinet, 2006), mas não sendo cabível, razoável ou frutífero supor algo nesse sentido para Jorge, parece interessante pensar na posição do adolescente em seu próprio discurso. Notamos o que nos pareceu uma posição sugestiva de exterioridade em relação à linguagem (Generoso, 2008), na medida em que ele demonstra uma capacidade mais elaborada e reflexiva de sustentar suas ideias, o que fica mais restrito e concreto quando narra sobre seu cotidiano na entrevista. Embora sua leitura de mundo seja bastante razoável e compatível com sentimentos comuns em seu grupo social – como acontece, à propósito, com outras construções de sentido delirantes (Generoso, 2008) –, ele coloca sua visão com clareza, certeza e marcada por um caráter de imposição alterária, podendo indicar uma interpretação inventiva singular como maneira de se posicionar no laço social.

Esclarecemos que, aqui, não estamos falando de uma estrutura clínica, mas de uma posição discursiva, sugestiva de uma posição no laço social. Se os demais participantes da pesquisa produzem uma fala que os atravessam, no sentido de realizar uma amarração simbólica e imaginária que diga sobre as próprias vivências, Jorge pareceu fazer uso de uma construção previamente formatada e já estabelecida, o que pode indicar algo já colocado ou mesmo imposto. Esse sugestivo posicionamento, somado ao que nos pareceu uma postura mais submetida ao discurso, são as características que nos levaram às referidas reflexões. Nesse

sentido, independentemente de Jorge ser ou não um caso de psicose – o que não nos é possível afirmar –, sua interpretação de mundo não retira a validade de uma articulação entre essa interpretação e aspectos importantes de seu contexto, em uma leitura muito própria, pertinente para pensarmos em pontos fundamentais para a discussão do presente estudo. Ressalvamos que, apesar de as falas de Jorge não serem ricas em elementos sobre sua história de vida e familiar, ele nos suscitou pensar sobre as diferenças entre o grupo social dos alunos e familiares e aquele que contém os profissionais que os assistem nas instituições escolares, bem como a pesquisadora.

6.4 Graciliano, um rapaz correto para a correção de sua família

Na entrevista individual, Graciliano, adolescente de dezessete anos e estudante da EJA, relata que mora com a mãe, com um tio materno e com as irmãs mais novas, de sete e de doze anos de idade. Conta que morou em Belo Horizonte até antes de ter sete anos de idade, quando os pais se separaram e a família voltou para sua cidade natal, residindo lá até quando ele tinha doze anos e retornando para a capital nessa ocasião. O adolescente tem essas duas irmãs de sete e de doze anos, que moram com ele, com sua mãe e com o tio, e um irmão de quinze anos, que transita entre a casa deles e a casa do pai. Assim, Graciliano é o filho mais velho e diz que o irmão de quinze anos é o único que se dá bem com o pai. O adolescente explica: *“Só [o irmão mora com o pai]. Ele fica indo e vindo, uma hora tá com minha mãe, uma hora com meu pai. [...] É que meu pai é mais liberal, vamos dizer assim, e meu irmão gosta muito de ficar na rua”*. Ele pontua que a mãe não deixa o irmão ficar na rua e daí a preferência dele por ficar com o pai, na percepção de Graciliano. Quanto a ele, afirma sua predileção por ficar em casa: *“Não [gosta de ficar na rua]. [gosto de] Ver série; uma vez ou outra, eu leio alguma coisa [...] Agora tô assistindo uma policial”*.

Graciliano relata que nasceu no interior do Estado, onde alguns familiares ainda residem; atualmente, mora no mesmo bairro da escola. Com relação à dinâmica e ao histórico familiar, o adolescente discorre sobre a relação entre seus pais: *“Era boa até certo ponto, depois de um ponto eles começaram a brigar muito [...] Só entre eles”*. O adolescente relata que os pais se separaram antes do nascimento de sua irmã de doze anos: *“a de doze anos nasceu depois da separação”*. Conta também que sua mãe namorou depois do término do relacionamento com seu pai e que sua irmã mais nova é filha de pai diferente: *“ela já namorou, a mais nova não é do meu pai”*. Ele explica: *“a de 7 anos é filha de outro pai. Os pais se separaram ela tinha 3*

anos”. Graciliano cita que sua mãe não recebe apoio ou ajuda do pai de sua irmã mais nova, comentando sobre a relação e a convivência entre eles, anteriormente: *“chegou a conviver, mas não era uma relação boa, porque ele nunca chegou a assumir. E minha mãe nunca fez questão que ele assumisse”*. O adolescente conta que o pai de sua irmã caçula chegou a morar com eles e, nessa ocasião, ajudava em casa.

Sobre o tio materno que reside com eles, Graciliano conta que ele tem uma filha, que se separou da mãe de sua filha, sua então ex-namorada, e que ela se mudou com a filha deles para outra cidade, o que o adolescente associa ao uso de substâncias psicoativas ilícitas, afirmando que o tio *“mexeu com drogas”* e que atualmente *“ainda mexe”*, já que, *“fuma maconha”*. O adolescente pondera que o tio tem visto menos a filha, mas a procura, já que é uma exigência da própria irmã (mãe de Graciliano), com quem reside. Nas palavras de Graciliano: *“sempre procura, minha mãe exige que ele vá”*.

Graciliano informa que trabalha há um ano na área administrativa do Fórum, meio horário, com vínculo formal – *“assinam a carteira”* –, pelo programa *Jovem Trabalhador*, que possibilita e regula o trabalho de menores de dezoito anos. Conta que recebe um salário mínimo e benefício de alimentação (ticket), o que permite que ele pague a internet, a energia elétrica e a água de sua casa, além de repassar o cartão do benefício alimentar, assumindo uma parte significativa das despesas domésticas. Graciliano conta que sua mãe trabalha como faxineira em empresa, também com vínculo formal. Quanto ao tio materno que reside com eles, está desempregado – *“tá desempregado, trabalhando com bico, quando aparece um bico”* –, sendo que ele fica com as sobrinhas, irmãs de Graciliano, à tarde, no contraturno da escola: *“Minhas irmãs vão pra escola de manhã e à tarde ficam com meu tio”*. Sobre as atividades informais do tio, ele menciona: *“o que aparece ele vai fazendo. [...] Às vezes ajudante de pedreiro, trabalho mais braçal”*. Assim, o adolescente expõe que o trabalho estável é o da mãe, comentando que ela sempre está trabalhando. Ainda sobre vida laborativa, Graciliano afirma que o pai, pelo que sabe, também tem emprego estável: *“eu não posso confirmar, mas a última vez ele ‘tava’ naquelas empresas de lixo, da prefeitura, né? [...] Até que sobre isso, ele é estável, ele sempre trabalhou bastante”*. Nessa fala, podemos notar seu distanciamento e falta de afinidade com o pai, bem como sua percepção de uma instabilidade dele, que parece relacionada à falta de compromisso e continuidade de apoio aos filhos – a ele, especialmente, pelo que explicita ao longo da entrevista –, evidenciando, em contrapartida, sua proximidade e referência com a mãe.

Na entrevista, a partir de nosso interesse em saber sobre seus projetos, Graciliano afirma que quer fazer prova para finalizar o ensino médio, fazer faculdade e ir morar fora do Brasil, com intenção de trabalhar e fazer pós-graduação em outro país. O adolescente expõe:

Eu quero estudar, depois que eu formar, fazer faculdade. Eu quero fazer a prova do ensino médio, porque eu vou fazer dezoito, pra mim é melhor. Aí fazer faculdade de TI e viajar. [...] Eu queria ir pra Portugal, pra morar, porque lá, pra se estabelecer, é melhor. Tenho uma tia por parte de pai que mora lá. Eu não tenho mais contato com ela. Ela casou lá (Trecho da entrevista de Graciliano).

Graciliano afirma seus planos de “*estudar aqui e fazer pós lá*” e também tem planos de formar família, mesmo que não seja um projeto para o momento – “*Por agora, não*” –, confirmando a vontade de, no futuro, casar e ter filhos. Nesse momento, resgatamos sua elucidação no grupo de conversação, quando levanta a questão da escolha da mulher de um parceiro para sua vida. Ele, então, ressalta: “*saber escolher o ambiente que a pessoa tá, né? Querendo ou não, esta responsabilidade é mais da mulher, pra escolher o parceiro. Se ela conhece um cara, é melhor conhecer aos poucos*”. Graciliano explica que é preciso convivência para conhecer alguém com quem se tenha interesse em ter um relacionamento, sendo tal iniciativa predominantemente da mulher.

Perguntamos, então, sobre relacionamentos e possibilidades de encontro com outros adolescentes e Graciliano aponta não ter esse enfoque em seu cotidiano. Ele conta que não tem contato com seus colegas da escola fora das aulas, de forma que não participa de eventos e afirma ter muita briga entre eles, expondo: “*não sei quem dá certo com quem*”, contando, ainda, que está nessa turma desde o início do ano. Ele relata que estava na escola no ano anterior, mas que faltava muito às aulas: “*eu tava na escola ano passado, mas só que eu faltei muito*”.

Graciliano, ao ser questionado a respeito, nega gostar da escola, mas também concorda que não desgosta dela. Afirma não ter dificuldades escolares e relata a intenção de participar das atividades e das aulas: “*eu tento participar*”. Sobre as aulas e a rotina escolar, aponta: “*é tranquilo*”. O adolescente afirma gostar da professora e considera que seus colegas também gostam dela, mas não do coordenador, que fica com a turma quando a professora se ausenta e é mais rígido que ela: “*Quando ela falta, que fica com o Ariano, o pessoal não gosta muito dele, mas pra mim tanto faz. Porque se ele vê alguém mexendo no celular, ele manda embora. Eu mesmo já fui mandado embora no meio da aula*”. Com relação à professora, “*ela dá mais chance*”. De fato, notamos, na conversação, o vínculo entre a professora e os alunos, com

contato afetivo entre eles. A profissional demonstrou também ser flexível com os alunos, até por entender as dificuldades que enfrentam, o que surge nas falas deles com a pesquisadora.

O último assunto da entrevista com Graciliano foi sobre a referência na mãe e a sobrecarga da mulher no que se refere aos cuidados, com o que o adolescente concorda e pode ser confirmado em sua história familiar, visto que ele aponta que a mãe sempre foi uma referência de cuidado e de responsabilidade para ele e para seus irmãos, uma vez que não tem contato com o pai. Lembremos que é a mãe quem cobra compromisso do próprio irmão em relação à filha dele. Graciliano menciona, nesse momento, que conhece situações diferentes – *“um amigo da minha mãe assumiu os três filhos”* –, mas reconhece que *“é bem mais raro”*.

Observamos que Graciliano demonstra, na entrevista, um distanciamento com o pai e, como ele mostra desejo de ter filhos no futuro, perguntamos a respeito, ao que o adolescente responde que deseja ser um pai mais dedicado que o seu. Ao questionarmos se ele acha possível fazer diferente do pai, ele responde que sim. Graciliano reafirma ser muito ligado à sua mãe e concorda que eles têm um relacionamento próximo, com a presença e hábito de diálogo. Ao ser perguntado se ele convive e lida bem com as irmãs, ele diz que sim. Perguntamos sobre brigas entre eles e o adolescente expõe: *“eu mais mexo com elas do que elas comigo, só pra encher o saco mesmo”*.

De forma geral, notamos que Graciliano foi pontual em suas respostas na entrevista clínica, colocando-se de forma segura e precisa em suas exposições e demonstrando certeza quanto às suas afirmativas e aos seus planos, sem vacilação. Apesar de ter se mostrado receptivo e solícito no contato, o adolescente não rendeu assunto para além das questões feitas ao longo da entrevista, não demonstrando pontos de questão ou demanda de escuta como outros adolescentes participantes. Destaca-se, para nós, no encontro com ele, seu distanciamento com o pai e o apego à mãe, bem como seus projetos traçados para o futuro, de forma bem circunscrita e sugerindo uma postura mais sistemática no que diz respeito aos seus relacionamentos e aos seus planejamentos. Em seu discurso, além do conteúdo mais estabelecido e sem tantos desvios, sua forma de falar e de se expressar também é mais formal e mais contundente, tanto na entrevista quanto em suas manifestações no grupo de conversação. Assim, diferente do estilo de se portar e de usar a linguagem dos outros adolescentes participantes, Graciliano fez um uso mais formal da língua, mostrando-se mais rígido no conteúdo de suas falas e também no modo como se expressa.

Chamou nossa atenção o fato de Graciliano ser o único adolescente a demarcar com precisão seus planos para o futuro, já estando nessa direção, na medida em que tem um trabalho

formal e planos para estudar após o ensino médio, com alcance da forma como quer finalizá-lo, da especificidade da área em que quer estudar e atuar, assim como do nível de escolaridade e do local para onde quer ir. Graciliano já tem tudo bem definido quanto à sua trajetória de vida pessoal e profissional e faz menção a isso no encontro coletivo, expondo seus projetos de forma pormenorizada na entrevista. Como já citado, ele é o único que alude à intenção de fazer faculdade, o que diz no grupo e detalha melhor na conversa individual, na qual fala até de pós-graduação, reforçando o campo no qual quer estudar e trabalhar e discorrendo, com precisão e segurança, onde, quando e como quer executar seus planos. Ressaltamos, além da precisão de seus projetos, devidamente sistematizados em seu discurso, também sua extensão, que indica possibilidades bem mais amplas que seus colegas, com marcante diferença em relação aos demais alunos participantes deste estudo.

Com relação a constituir família, Graciliano também parece ser específico e sistemático, indicando seu plano sem demonstrar insegurança ou incerteza. Ele assegura locais adequados para encontrar alguém com quem possa se relacionar, não referindo interesse em festas ou diversão; ao contrário, demarca uma seriedade relativa aos planos para sua vida nos âmbitos pessoal e de trabalho, o que nos faz presumir que ele associa os dois âmbitos, investindo neles compromissos semelhantes. Pareceu-nos que, na visão dele, para obter o sucesso que almeja, é preciso sistematizar todas as áreas de sua vida. Assim, ele sugere ter traçado todos os passos para alcançar seus objetivos.

Não há como saber como Graciliano vai traçar seus caminhos e como vai manejar seus possíveis percalços, mas interessa-nos pensar em seu discurso e nas suas formas de articulação, que podem dar direções para a nossa análise, com vistas a alcançar uma reflexão e alguma compreensão sobre seu modo próprio de se posicionar no laço social. E, nesse sentido, o que percebemos é uma maneira precisa e sistemática de operar com a linguagem, nas relações afetivas e nas construções fantasmáticas.

Um ponto que nos parece importante e que pode nos indicar aspectos subjetivos, discursivos e relacionais de Graciliano, diz respeito às referências de figuras masculinas que aparecem em suas falas. Ele apresenta, como fator marcante no pai e no tio materno, uma instabilidade do ponto de vista afetivo e familiar. Apesar de o pai ter estabilidade no trabalho, (parece que exclusivamente nessa área), quanto ao compromisso com os filhos, ambos aparecem ausentes e instáveis. Na vida do trabalho, o tio também não consegue se estabelecer, além de fazer uso de drogas ilícitas. Assim, as imagens masculinas de que dispõe nessas figuras citadas não compactuam com aquela que Graciliano tem de um homem e pai apropriado, que

parece tomar para si e que configura uma referência que o direciona em sua vida e em suas escolhas. Ele projeta o pai que quer ser no futuro, em contrarreferência ao próprio pai, que representa um modelo de figura paterna do qual o adolescente recua e não quer seguir. Graciliano também já idealiza um caminho para sua vida profissional, já o tendo iniciado. Portanto, segue uma referência de homem responsável e comprometido com aqueles com os quais tem vínculo, colocando-se no lugar de proteção e de segurança afetiva e material para sua mãe e suas irmãs. Como filho mais velho, coloca-se como filho e irmão cuidadoso e tranquilo, sem indícios de conflitos com as mulheres com as quais convive e pelas quais dispõe investimento afetivo. Parece-nos que o adolescente se direciona por um modelo ideal de família patriarcal, haja vista os valores que expõe em seus relatos e afirmativas, inclusive na conversação, como citamos. Dentro desse modelo familiar, ele mesmo parece colocar-se no lugar de compensar a ausência paterna, localizando-se em certa condição e obrigação de ocupar tal lugar da forma como acha correta, ou seja, de forma a corrigir e reparar sua família factível, inserindo-se como protetor e provedor da casa.

É interessante notar como a família da realidade de Graciliano é bem caracterizada por um modelo tentacular e processual, típico das famílias brasileiras periféricas, como temos buscado mostrar, considerando seus diferentes arranjos, a depender dos relacionamentos e rompimentos pelos quais sua mãe passou e da disposição dos filhos que gerou a partir dessa trajetória. Parece-nos que, dada a instabilidade familiar, que Graciliano parece relacionar à do pai, o adolescente pode buscar apresentar-se como solução estável, que dá à sua família alguma unicidade, na medida em que ocupa o lugar que o pai não deu conta de assumir, estando ele mesmo no lugar de provedor e protetor, dentro de um ideal social.

Um ponto que consideramos fundamental nessa análise concerne às diferenças demarcadas entre Graciliano e seus colegas. Ao refletirmos sobre tais aspectos, foi espontâneo para nós pensarmos nos efeitos da distinção étnica entre ele e os demais adolescentes participantes da pesquisa, já que é o único adolescente branco do grupo. Lembramos que, na conversação, Graciliano destoou de seus colegas em pelo menos três fatores principais: suas condições de trabalho, sendo o único do grupo com trabalho formal e com renda importante para o sustento familiar; os planos mais amplos e melhor delimitados para a vida profissional; e sua percepção quanto à escolha relativa aos relacionamentos para constituir família, com responsabilização da mulher por tal escolha. Além das falas destoantes e sem tanta articulação coletiva, Graciliano também se distinguiu dos demais adolescentes pela formalidade com a qual se expressa e por uma postura corporal mais enrijecida. A maior sistematização discursiva dele,

tanto em conteúdo quanto em estilo, somado à sua não integração ao grupo da escola, não construindo laço com eles nem demonstrando interesse em fazê-lo, nos faz pensar em uma diferenciação marcante nos lugares discursivos e no laço social. Não temos o intuito de levantar conclusões generalizantes a partir dos dados produzidos na pesquisa, mas a escuta aos adolescentes, no grupo de conversação e nas entrevistas, ressoou em nós uma associação desses pontos que levantamos à diferença étnica de Graciliano, já que tais fatores, pelos quais ele se destaca do grupo participante, mesmo que não determinantes, podem ser correlacionados, facilmente, às demarcações por raça e por gênero, sendo evidenciados por dados estatísticos.

Isso posto, não sendo nosso intuito comprovar dados relativos às diferenças sociais, já bem trabalhados em estudos das ciências sociais, é interessante pensarmos nas diferentes posições discursivas apresentadas nesta pesquisa, que refletem diferentes lugares sociais. Como temos buscado sustentar, mesmo que cada sujeito participante se coloque em uma posição singular em seu discurso, ela também reflete seu lugar histórica e culturalmente demarcado, dizendo de sua posição diante do discurso do Outro e dos lugares a ele destinados nos discursos dominantes. Assim, é a partir do repertório material e histórico que os sujeitos se localizam no discurso, sendo necessário abarcar também as referências e os elementos que servem de material para a produção discursiva. Nesse sentido, não é possível isolarmos os sujeitos de seu contexto de vida, já que é a partir dele que eles elegem significantes para representá-los no campo social. Nesse sentido, quando Graciliano se posiciona em relação a suas possibilidades de planos para seu futuro, por exemplo, ele parte de oportunidades a ele destinadas, que são estabelecidas, em nosso contexto, com influências específicas, a depender não só de uma conjuntura individual e familiar mais restrita, mas que se conecta com nuances mais amplas. Nesse caso, não podemos desconsiderar atributos relativos a raça e gênero, já que eles se fazem sentir de forma significativa em nossas construções históricas. E é nesse sentido que o aprofundamento nas posições discursivas, considerando elementos inconscientes, podem nos auxiliar a compreender as especificidades das famílias brasileiras, em seus contextos de vida.

Por isso, propomos, no próximo capítulo, construir um caminho de análise nessa direção, retomando as categorias marcantes na escuta aos sujeitos participantes, a fim de fomentar uma discussão sobre nosso tema de pesquisa que alcance a problematização e a ampliação de proposições relativas a ele.

7 IDEAIS FAMILIARES NO CONTEXTO BRASILEIRO E COLONIALIDADE

Neste capítulo final, propomos tecer uma discussão sobre as especificidades das famílias no contexto brasileiro, a partir das articulações entre a literatura sobre o tema e a pesquisa de campo realizada. Partimos das categorias que elencamos como eixos centrais de análise desta pesquisa, que se sobressaíram na escuta aos sujeitos participantes. São elas: diferença de atribuições e de papéis sociais por gênero, com consequente sobrecarga de responsabilidades pelo cuidado para as mulheres; ausência da figura paterna na composição familiar; violência intrafamiliar e de gênero; uso de substâncias psicoativas; diferenças relacionadas à raça; questões relativas à classe social. A partir desses pontos, pensamos ser possível construir uma discussão que contribua para a compreensão sobre as especificidades das famílias brasileiras e para a análise dos ideais e ficções familiares dos sujeitos participantes. Os aspectos discutidos podem ser entendidos por intermédio das peculiaridades de nosso processo de colonialidade, compatível, portanto, com a formação e a organização da sociedade brasileira, dadas as suas contingências históricas.

7.1 Categorias de análise: gênero, figura paterna, violência, drogas, raça e classe social

Como vimos na apresentação das falas dos participantes na pesquisa de campo, um ponto que sobressaiu foi a diferença entre papéis sociais e atribuições por gênero, especialmente o referente à reponsabilidade pelos cuidados com a casa e a família, que se concentra na figura feminina. Está presente em quase todas as configurações e dinâmicas familiares deste estudo a responsabilidade principal ou exclusiva da mãe/mulher pelas funções relacionadas ao cuidado da família, o que reflete as características das famílias brasileiras, especialmente periféricas, segundo dados atuais (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b). Conforme revisão da literatura sobre família na perspectiva histórica e social, as mudanças nas configurações familiares acompanham o aumento das atribuições das mulheres, principalmente com o crescimento de sua inserção e consolidação no mercado de trabalho e na vida pública, que se acrescentam às suas responsabilidades com a casa e os filhos, o que é compatível com o modelo patriarcal/colonial.

Portanto, notamos que a divisão de papéis por gênero, no Brasil, é profundamente marcada por heranças coloniais, estruturas patriarcais e desigualdades socioeconômicas, que perpetuam hierarquias entre homens e mulheres. Enquanto avanços legais e movimentos sociais

continuam a desafiar normas tradicionais, dados revelam que a carga do trabalho doméstico, a disparidade salarial e a sub-representação política ainda recaem desproporcionalmente sobre as mulheres, especialmente negras e pobres (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b; Lugones, 2008). É válido aludir que, além de predominarem como principais referências das famílias brasileiras desde 2022, as responsabilidades relativas ao cuidado familiar – incluindo tarefas domésticas, educação de crianças, atenção a idosos e pessoas com deficiência – recaem sobretudo sobre as mulheres, reforçando desigualdades de gênero enraizadas em estruturas patriarcais e na divisão sexual do trabalho (Brasil, 2023b).

De maneira geral, verificamos que os lugares discursivos dos sujeitos participantes desta pesquisa são marcados por determinações sociais relativas ao gênero, reproduzindo referências coloniais e seus impasses na contemporaneidade. Se a mulher da realidade busca atender ao ideal social de maternidade, a ausência da figura paterna ou sua presença não efetiva para dividir os cuidados – estando o ideal social do pai ainda referido a um parâmetro colonial – materializa uma imagem paterna que não mais se estabelece da mesma forma que antes. Avaliamos que os pais da realidade, que se apresentam falíveis e incapazes de concretizar o pai do modelo patriarcal, acabam se afastando, ou de suas famílias ou de suas responsabilidades como pai, o que culmina em uma sobrecarga para as mulheres no que se refere à responsabilização pelos cuidados. São pontos comuns nas falas dos participantes desta pesquisa a mulher/mãe idealizada, evidenciada como mãe e apagada como mulher, assim como o pai em uma imagem falida e um intuito de restauração de uma imagem do ideal patriarcal, pela via da fantasia. Verificamos que o viés patriarcal, que se apresenta na materialidade histórica em uma vertente negativa, associado à imposição de um sistema hierárquico autoritário – podendo ser atrelado, além da desigualdade de gênero, à segregação social e à violência, por exemplo, o que se evidencia também neste estudo –, aparece reparado nos ideais patriarcais das ficções familiares.

Nas famílias participantes da nossa pesquisa de campo, recapitulamos que a sobrecarga dos cuidados na figura feminina é evidenciada nas falas de Ruth, Adélia e Clarice, aparecendo também como um ponto marcante e de acordo na conversação com os adolescentes, além de surgir nos relatos de João e de Graciliano, como vimos. Destaca-se, para nós, além das configurações e históricos familiares que refletem essas características já demarcadas pelos dados oficiais do país, a reprodução, nas construções fantasísticas dos sujeitos participantes, dos parâmetros patriarcais/coloniais incorporados ao modelo de família nuclear moderno, que corresponde ao ideal social. Notamos que o ideal de família da cultura é composto por imagens totalizantes, sendo o mais destacado o ideal de mãe, relacionado ao seu papel de cuidado.

Grande parte dos participantes faz referência à figura materna como principal responsável pela família e como apoio central. Mesmo Jorge, que hoje mora com o tio materno – único participante que não está em uma família que tem a mãe como referência principal –, antes morava com a mãe e a avó materna, tendo vínculo com elas e não com o pai, com quem só tem contato raramente.

Examinamos que o ideal de mãe é marcante em Ruth, por exemplo, que não consegue promover o autocuidado nem priorizar sua saúde, acabando por abrir mão da escola integral, que poderia funcionar como um apoio no cuidado aos filhos, configurando um suporte e permitindo o enfoque nela mesma. Ela recusa esse recurso, retirando os filhos da escola integrada, porque Luís demandou atenção, apresentando sintomas que fizeram cair a imagem da mãe infalível que precisa assumir, sem furos ou problemas. Agora, Ruth se mostra sofrida e angustiada por não dar conta de ser uma mãe completa, capaz de colocar também os filhos em uma imagem ideal. É interessante notar que as mulheres participantes do estudo – as já citadas e até mesmo Cecília, que gosta de cuidar – repetem o modelo e os atributos atrelados às mulheres no imaginário social, refletidos materialmente no cotidiano das famílias brasileiras.

Se, no ideal social, reproduzido nas falas dos participantes, as mulheres surgem associadas à maternidade e à sua função de cuidar, os homens complementam o modelo patriarcal aparecendo no papel de provedor e protetor, mesmo que, na realidade objetiva, fracassem nessa responsabilidade, ilustrando características próprias dos nossos tempos. Retomamos a irrupção do feminino que, com o advento da burguesia, fez dissolver a soberania paterna e resultou na família conjugal da modernidade, configurando o declínio do patriarcalismo (Lacan, 1938/2003; Roudinesco, 2003). Mas, hoje, como vimos, esse modelo tradicional moderno encontra-se desconfigurado pela crescente diversificação familiar e observamos, além de uma resistência exacerbada às novas famílias, uma busca por resgatar um modelo familiar anterior, associado à normalidade e à ordem social, sendo essa tentativa de recuperação atrelada à referência patriarcal em declínio.

Pela análise dos dados produzidos na pesquisa de campo, percebemos que os sujeitos participantes buscam compensar essa falência paterna da família da realidade com a restauração da sua imagem na realidade psíquica. Um aspecto marcante que emergiu nos procedimentos de pesquisa foi relativo à figura paterna, que se mostra, nos relatos dos sujeitos, ausente ou decaída, imagem compatível com as características de nossa época, caracterizada pelo declínio da imago paterna. Lembramos que a ausência paterna surge marcando o grupo de conversação dos adolescentes, por intermédio da fala de Clarice, que denuncia a ausência do pai nas famílias

negras e periféricas, inicialmente em alusão à série televisiva *Todo mundo odeia o Chris*. Nos relatos sobre as dinâmicas e históricos familiares, os pais aparecem ora ausentes (como os pais de Jorge, de João e de Graciliano) ora presentes, mas, quando comparecem nos relatos, surgem sem autoridade e impossibilitados de dividir os cuidados com os filhos ou discipliná-los (como o pai de Cecília e de Luís), violentos, abusivos e incapazes de assumir suas responsabilidades (como os pais de Clarice e de João) ou instáveis e irresponsáveis (como o pai de Graciliano).

É interessante assinalar que, nas fantasias familiares de diferentes sujeitos, expostas nas entrevistas, é marcante a busca por restaurar uma imagem do pai. Lembramos que João apresenta o conflito entre assumir ou não o lugar de protetor das mulheres de sua família (mãe e irmãs) – deixado pelo próprio pai – e só alcança certa liberação dessa posição na medida em que indica a possibilidade de ser o homem e o protetor da futura namorada. Graciliano assume o lugar de protetor e provedor da casa, de forma a compensar a ausência paterna, mesmo que isso não o impeça de ter seus planos de progresso. Consideramos as condições de vida de Graciliano destoantes das dos colegas e distantes das mulheres participantes, que, ao assumirem as responsabilidades destinadas ao seu gênero, determinadas pelo ideário cultural, acabam ficando sobrecarregadas e impedidas de construir planos diversos dos referentes a essas atribuições. Assim, João e Graciliano se colocam no lugar de restituir uma imagem ideal de pai nas próprias famílias. Clarice, por sua vez, tece essa construção no respeito que tem pelo pai, incompatível com a desilusão que teve com ele, em função de suas atitudes abusivas, violentas e compulsivas, inclusive relacionadas ao uso de substâncias psicoativas. Luís demonstra aderência a uma imagem do pai amoroso e confiável e tenta preservar essa imagem ao distanciar as falhas do pai e a responsabilidade dele pelas próprias falhas, ao passo que Cecília busca construir sua fantasia familiar retificando a família da realidade, trazendo a figura afetiva do tio materno, em uma restauração da imagem paterna decaída.

Sabemos que Lacan (1938/2003) localizou o declínio da função paterna como um fenômeno relativo a uma crise moderna, que teria inspirado o advento da psicanálise. A partir dessa ideia, os psicanalistas passaram a debater sobre esse declínio, entendendo que ele é conformado com o avanço da ciência e de suas novas parcerias, sobretudo com o capitalismo, que resultaram em uma queda da autoridade paterna, das instituições, do pai como símbolo ordenador do social, como fundado por Freud (1912-1913/1996). Assim, o fato de continuarmos nos referindo à família conjugal indica um movimento diferente dos tempos de Lacan (1938/2003), que concebeu essa família, na ocasião, como aquela denunciada por figurar o declínio do sistema patriarcal. Agora, essa família nuclear é relacionada à normalidade e

configura o ideal cultural, mesmo que o retorno da tradição patriarcal anterior seja reivindicado e desejado dentro dos moldes da família conjugal. Como discutimos neste trabalho, estamos sempre comparando nossas formatações familiares atuais às anteriores (e supostamente melhores) na tentativa de restaurar os ideais parentais da primeira infância, figurados centralmente no romance familiar.

Notamos que os sujeitos participantes deste trabalho demonstram nostalgia da família moderna tradicional, que atende aos parâmetros coloniais. Como elucidamos, a busca por resgatar a família de outrora pode ser relacionada à restauração da família da infância do romance familiar, em tentativa de recuperar a unicidade apaziguadora familiar supostamente capaz de evitar o mal-estar. Atualmente não dispomos das referências sólidas de antes, estamos em uma era em que o sistema patriarcal, já colocado em xeque e em risco pela família conjugal, está ainda mais diluído pelas variações familiares atuais, incapazes de manter o rigor da divisão de papéis por gênero, baseada que são em vínculos afetivos. Se a redução da família, na modernidade, já instala um prenúncio de dissipação de parâmetros patriarcais (Lacan 1938/2003; Roudinesco, 2003), tal processo é intensificado com sua implosão diante das configurações familiares contemporâneas, que se expandem além do modelo nuclear, possuindo características tentaculares e processuais (Guerra *et al.*, 2019; Kehl, 2013). Mas isso não significa retornar à família extensa típica do sistema patriarcal de antes, pois as novas famílias se apresentam dispersas e múltiplas, em acordo com o avanço de um processo que pode ser nomeado de despatriarcalização (Cavenagui; Alves, 2018).

Podemos refletir, com esta investigação, que é possível inventar outros modos de figurar a imagem paterna, que não aqueles referidos ao modelo patriarcal nem ao que ressoou do modelo na família conjugal. Mesmo porque, em nossa pesquisa, foi possível notar os impasses que surgiram em função da busca por perpetuar ideias de família que estão dentro de parâmetros coloniais, com decorrências negativas que podem ser relacionadas à violência e à opressão, além da desigualdade de gênero. Avançando nossa análise em outras categorias elencadas a partir dos dados produzidos na pesquisa de campo, podemos associar a reprodução dos padrões patriarcais à violência e ao uso de substâncias psicoativas, por exemplo.

A violência intrafamiliar e de gênero pode ser realçada nos relatos, sobretudo de Clarice e de João, marcando suas rupturas com as imagens paternas, as mesmas que os eles tentam reparar em suas fantasias. Sabemos que, historicamente, o patriarcalismo, como um sistema sociocultural que estrutura relações de poder desiguais entre homens e mulheres, normalizou a subordinação feminina, legitimando a dominação masculina sobre corpos, vozes e direitos das

mulheres e de outros grupos minorizados. Essa hierarquia de gênero, enraizada em normas sociais, práticas institucionais e discursos culturais, não apenas sustenta desigualdades, mas também funciona como um catalisador para múltiplas formas de violência. A violência de gênero, nessa conjuntura, é tanto uma expressão do controle patriarcal quanto um mecanismo de sua perpetuação, não sendo um desvio, mas uma ferramenta de manutenção do poder (Balbinotti, 2018; Lugones, 2008). Na nossa pesquisa de campo, notamos, em alguma medida, uma postura tangenciada, nos relatos de Clarice e de João, quando mencionam as situações de violência e de medida protetiva contra seus pais, não implicando uma reação ou repulsa proporcional à situação descrita, o que pode sugerir uma concessão social relativa à violência de gênero. Em nossa leitura, essa sugerida concessão pode estar atrelada ao patriarcalismo e sua relação com a violência de gênero.

Nesta pesquisa, se a violência de gênero aparece de forma evidente nos relatos de Clarice e de João, associada ao desvencilhamento desses sujeitos de uma imagem idealizada de pai que buscam recuperar, é também nesse lugar de desilusão que surge o uso de drogas ilícitas para esses adolescentes. Como vimos, o uso de substâncias ilícitas também marca o histórico familiar de Cecília e Luís e aparece no relato de Graciliano – ligado à instabilidade e irresponsabilidade do tio materno, cujas atitudes o incomodam e levam sua mãe a uma busca por controlar a situação. No histórico de Jorge, apesar dos indícios de uma relação com o uso ou tráfico de drogas, não foi possível saber se há a presença desses elementos, mas é pertinente ponderar que eles surgem nas falas da professora da EJA, que relaciona esse uso ou envolvimento com o crime com a vulnerabilidade social, refletindo discursos sociais predominantes.

Lembramos que Heinemann e Chatelard (2012) citam a toxicomania como um dentre os novos sintomas relativos aos novos modos de gozo da atualidade, que se apresentam como um imperativo de gozar. O uso abusivo de substâncias é compatível com as características contemporâneas, porque remete a um gozo mortífero e sem limites, apresentando-se como um sintoma da atualidade. Nesse sentido, podemos considerá-lo um sintoma social, em acordo com as argumentações de Vorcaro (2004). Essa autora, a partir da concepção de sintoma como uma modalidade singular de gozo do neurótico, tendo, então, uma dimensão subjetiva, também pressupõe que ele corresponde a uma “metáfora partilhada por um grupo do mal-estar, por meio de uma modalidade de gozo inscrita, submetida e provocada pelo discurso dominante de uma época” (Vorcaro, 2004, p. 62). Nessa visão, Vorcaro (2004) sustenta que, se podemos entender todo sintoma como social depois do capitalismo globalizado, o que justifica formular a noção

de sintoma como social é a inscrição específica da articulação discursiva própria ao sintoma no discurso social, que acarreta na definição do sintoma como uma resposta metafórica relativa ao campo social.

Nessa acepção, entendemos a toxicomania como um sintoma social por metaforizar uma verdade da civilização. Se, por forçar o sujeito à insatisfação fundamental, a civilização é um mal-estar, a toxicomania implica em uma invenção por meio da qual se pode continuar gozando de uma falta (Vorcaro, 2004). A partir da constatação de que há drogas capazes de ultrapassar a dor de existir, essa mesma que faz operar a civilização e é comum a todos os que se constituem sujeitos, Vorcaro (2004) observa, na toxicomania, os efeitos de um deslocamento que descarta o gozo fálico para dar lugar ao gozo do Outro. Assim, não se trata mais do respeito à dívida paterna ou da paixão pela afirmação fálica que permitiriam o usufruto da vida, mas da superação dos modos de gozo possíveis no campo da linguagem, com sua substituição por um “gozo que prescinde do pacto social porque se quer pleno, infinito e sem borda” (Vorcaro, 2004, p. 62). Isso corresponde ao gozo suposto ao Outro, gozo do Outro, relativo às peculiaridades dos tempos contemporâneos, como discutimos neste estudo. É por isso que a autora, além de conceber a toxicomania como um sintoma social – visto que os sintomas não são estruturalmente singulares, mas, ao contrário, se articulam discursivamente, por estarem inscritos no discurso dominante –, indica a necessidade de problematizar a clínica, para reinventá-la em uma medida própria à atualidade.

Buscando articular essa discussão e a temática da família na contemporaneidade, considerando o patriarcalismo e seu declínio, aludimos à elaboração de Miller (2007) acerca do segredo sobre o gozo, em torno do qual a família se constitui. Nessa perspectiva, para acobertar esse segredo sobre o gozo, que nunca se esgota e sempre se impõe, é que se configura o romance familiar, como no caso de Clarice e de João, que criam uma ficção para restaurar a imagem do pai, decaída na realidade objetiva, justamente associada à ausência de um limite de gozo, concretizada pela violência e pelo uso abusivo de drogas. Assim, se a referência patriarcal não é capaz de conter o gozo, ainda mais exacerbado nos tempos atuais, isso não impede que ela seja fortemente reivindicada nos discursos e nas fantasias, mesmo que não seja capaz de cumprir esse papel de contenção, como toda e qualquer forma de repressão que se constitui na contingência de um sistema simbólico de determinado contexto.

Como outro eixo de análise, trazemos a categoria da raça, com a finalidade de compreender um ponto nodal da contingência do modelo patriarcal em nossa cultura. O componente ligado à raça é central na linha teórica da colonialidade, configurando-se como um

parâmetro colonial que perpetua relações de poder, mantendo a hierarquia de grupos dominantes, como apontamos em nossa explanação teórica. Nesta pesquisa, apesar de o tema ter surgido de forma mais evidente somente nas falas de Clarice, notamos que os efeitos da racialização são sentidos nos sujeitos e nas famílias participantes, de forma a demarcar diferentes condições e oportunidades sociais.

Clarice faz referências às suas tias paternas como mulheres “*empoderadas*” e notamos, em suas falas, uma diferenciação entre essas tias e a mãe e a irmã, que são categorizadas, respectivamente, como “*frágil*” e “*fraquinha*”. É interessante pontuar que as tias são mulheres negras, já que a família paterna é composta por pessoas negras, incluindo o próprio pai, e que a adolescente as distingue de outras familiares (que são brancas, como ela aponta): “*eu sou preta, morena do olho preto, mas só que, por parte de pai, meu pai é preto, minha mãe é branca*”. Quanto à cor, Clarice se posiciona do lado da família paterna (“*se eu falo que eu sou branca, eu tô mentindo, porque branca eu não sou não*”), mesmo que, em certos aspectos, realce sua identificação com a mãe (“*Eu não sou tanto, eu sou mais calma, que nem minha mãe*”). Retomamos essas falas de Clarice para elucidar que ela se posiciona em relação às mulheres de sua família, identificando-se, em alguns aspectos, com a família paterna e, em outros, com a família materna. Mas as diferenciações que faz entre as características das mulheres das duas famílias têm relação com a raça, o que é compatível com os discursos sociais e seus efeitos no cotidiano das pessoas, visto que, de maneira geral, as mulheres brancas não precisam fazer os mesmos enfrentamentos que as negras, o que, de fato, exige dessas últimas uma postura mais “*empoderada*”. Assim, não é difícil deduzir das falas de Clarice sua percepção de que a raça produz efeitos sobre os posicionamentos discursivos e esse aspecto se destaca na participação da adolescente, tanto nessa discriminação entre as mulheres que são suas referências quanto no seu chiste no início da conversação, referente à ausência do pai em famílias de pessoas negras, conjugando as categorias de raça e ausência da figura paterna na composição familiar.

Sobre isso, como vimos com Slenes (1999) e pode ser corroborado por Borsa (2024), aludimos que a associação da instabilidade e da inconsistência de laços às famílias de pessoas negras remonta ao período colonial e tem maior relação com as condições pelas quais as pesquisas sobre o tema foram realizadas do que propriamente com a realidade das famílias. Assim, até os dias de hoje, a discussão sobre a ausência do pai em famílias negras é frequentemente marcada por análises simplistas, que culpabilizam indivíduos, ignorando o contexto histórico e as desigualdades estruturais. No Brasil, onde 56% da população se

autodeclara negra (preta ou parda) (Brasil, 2022), o fenômeno da ausência do pai está intrinsecamente ligado a processos como racismo, exclusão econômica e violência sistêmica. Nesse ponto, as estatísticas revelam disparidades extremas: 42% das famílias negras brasileiras são chefiadas por mulheres, contra 25% das famílias brancas (Brasil, 2023b); homens negros têm 2,5 vezes mais chances de serem assassinados antes dos 25 anos, em comparação a homens brancos (Brasil, 2024a); 64% da população carcerária brasileira é negra, afastando pais de seus lares (Brasil, 2024b).

Além dos dados reforçados aqui, que confirmam as discussões que temos buscado realizar sobre a perpetuação de parâmetros coloniais, interessa-nos destacar os aspectos discursivos sob enfoque, a partir da análise do discurso de orientação psicanalítica, adotada como método de análise em nossa pesquisa. Nessa perspectiva, retomamos que as diferenças discursivas em relação aos lugares sociais, por raça, são marcantes nas diferenciações e apontamentos de Clarice, assim como na diferença entre o posicionamento de Graciliano e o dos outros colegas adolescentes participantes deste estudo. Como discutimos, é evidente a demarcação por gênero e raça no modo de Graciliano operar com a linguagem, assim como no conteúdo dos discursos que produz.

Para pensarmos sobre esses pontos, recorreremos ainda a Ayouch (2022), que sustenta a necessidade de introduzir a noção de raça na psicanálise, já que ela é irredutivelmente ligada a uma dinâmica de reprodução de classe, que é determinada por relações capitalistas e resulta na dominação de minorias raciais (Gonzalez, 2020). Nessa concepção, o racismo é estrutural, sendo entendido como um sistema no qual as condições de privilégio ou marginalização atribuídas a certos grupos raciais se manifestam nos níveis da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, 2019). Dessa forma, essa noção de raça é fundamental na perspectiva decolonial, como discutimos neste trabalho. No que se refere à articulação entre tal perspectiva e a psicanálise, para Ayouch (2022), o objetivo não seria construir uma metapsicologia do racismo, já que identificar mecanismos psíquicos do fenômeno em indivíduos isolados nega seu caráter sistêmico e as relações sociais de poder e de raça, frequentemente invisibilizadas. O autor defende que uma psicanálise da diferença colonial deve visar um estudo e uma intervenção baseados no racismo como sistema, estrutura, instituição social historicamente situada, já que ele é negado como tal. Ele argumenta que a metapsicologia não situada, supostamente universal, é posicionada na experiência majoritariamente branca, ocidental, cristã e dominante. Em seu ponto de vista, com o qual concordamos, a prática psicanalítica, como qualquer experiência social, não escapa às intersecções de gênero, cultura,

raça e classe. Portanto, Ayouch (2022) se coloca contra um saber que se pretende não-situado, apontando a interseccionalidade, que permite considerar as relações de poder estabelecidas e favorecer uma psicanálise que se alicerça no estudo dessas relações e seus efeitos subjetivos e coletivos, realizando intervenções e abarcando movimentos de assujeitamento, mas também de resistência.

Em nosso trabalho, ao discutirmos os diferentes posicionamentos discursivos, consideramos não a individualidade dos elementos destacados, mas os atravessamentos que se fazem sentir nesses posicionamentos quanto à raça, gênero e classe social. Nesta pesquisa, é fundamental atentarmos à interseccionalidade entre esses fatores, que marcam as experiências subjetivas e cotidianas dos sujeitos. Além disso, procuramos embasar, ao longo do trabalho, um argumento teórico que explicita a contingência do patriarcalismo e da própria psicanálise para ler os fenômenos psíquicos e sociais, situando, historicamente, tanto os fenômenos quanto suas possíveis leituras.

Ainda sobre interseccionalidade, consideramos fundamental também trazer, em nossa análise, o aspecto relativo à classe social. Essa nuance surge nas afirmativas dos profissionais da escola, que associam a vulnerabilidade social da população atendida a problemas de ordem familiar e de desempenho escolar, como mencionamos. Dentre os sujeitos participantes, em contrapartida, Luís – quando aponta: “*que a gente mora na favela né?*” –, Jorge – quando menciona sobre sua “*rotina de pobre*” – e Clarice – quanto alude à ajuda que recebe de seus padrinhos sociais, que “*ajudam as pessoas carentes*”, como ela esclarece – explicitam sobre seus contextos de vida no que se refere a classe social. No entanto, apesar de a vertente da classe social não ter sido destacada entre os participantes, ela atravessa todas as falas, na medida em que demarca o contexto ao qual os sujeitos remetem em seus discursos. Notamos que a questão da classe social marca o histórico dos sujeitos participantes, influenciando a configuração de suas famílias, que apresentam características típicas das designadas famílias tentaculares e processuais (Guerra *et al.*, 2019; Kehl, 2013). Apontamos que, mesmo que essas características estejam presentes em famílias de diferentes classes sociais, elas são ainda mais marcantes em grupos periféricos (Amazonas *et al.*, 2003; Brasil, 2023a). Assim, é pertinente trazer alguns pontos sobre tal nuance, pois isso nos auxilia a pensar na configuração das famílias brasileiras periféricas, assim como de suas ficções e ideais familiares.

Amazonas *et al.* (2003) admitem que as formas de estabelecer vínculos entre os seres humanos variam enormemente, de acordo com a época, com os lugares e com os diferentes grupos sociais. As autoras ponderam sobre as dificuldades para aceitação da diversificação das

formatações familiares, indicando a persistência da transmissão do modelo de família nuclear tradicional. Se tais pontuações já foram exploradas em nosso estudo, acrescentamos as elaborações de Amazonas *et al.* (2003) acerca do funcionamento das famílias das camadas populares. As autoras elucidam que, de modo geral, essas famílias aspiram a corresponder aos modelos predominantes na sociedade, porém tentam adequá-los às suas reais condições de vida.

Segundo Amazonas *et al.* (2003), dentre as diferenças que observam nas famílias de camadas populares, uma diz respeito ao papel desempenhado pelos filhos. Para essas famílias, os filhos representam, muitas vezes, maior força de trabalho e ganhos econômicos, ao invés de despesas. Dessa forma, as autoras verificam que essas organizações familiares, ainda que sofram a influência dos valores transmitidos pelas demais camadas da população, diferem significativamente delas, pois necessitam desenvolver estratégias de sobrevivência compatíveis com suas condições.

Notamos tais características nas famílias participantes da nossa pesquisa e, além dessas características, específicas e relativas à classe social, destacamos, das elucidações de Amazonas *et al.* (2003), a busca de adequação ao modelo patriarcal da família tradicional, o que observamos também na nossa pesquisa de campo. As autoras afirmam que o modelo de família que se impõe para os brasileiros é o patriarcal e argumentam que as famílias urbanas de classes pobres são estruturadas como um grupo hierárquico, seguindo um padrão de autoridade patriarcal, que embasa a organização doméstica no princípio da tradicional divisão sexual – o homem é provedor e a mulher, cuidadora. Entretanto, mesmo que as posições de gênero persistam nas relações familiares, ainda no momento atual, elas se apresentam muito mais como um ideal a ser perseguido do que como uma realidade concreta (Amazonas *et al.*, 2003). As autoras consideram que, no cotidiano dessas famílias, a divisão de trabalho por sexo não mais se sustenta, principalmente porque o trabalho feminino é vital para tais grupos. Isso, aliado a outros fatores, como desemprego masculino e uso de álcool e outras drogas, enfraquece o poder do homem. Elas ponderam que, concretamente, as famílias dessa população necessitam desenvolver estratégias de sobrevivência e toda a rede familiar precisa participar da manutenção do grupo, tanto no que se refere a prover materialmente quanto aos cuidados com seus membros, principalmente as crianças. Por isso, promovem uma relação de solidariedade para garantir, por intermédio do grupo, a qualidade de vida de cada um. De acordo com as autoras, essa solidariedade não se restringe ao grupo de parentes, sendo uma forma de a classe popular garantir a sua existência ante um contexto que oprime seu desenvolvimento. As demarcações das autoras são compatíveis com a realidade dos sujeitos participantes da nossa pesquisa,

inclusive no que concerne à busca pela adequação das famílias ao modelo tradicional. Contudo, em nosso estudo, analisamos os aspectos subjetivos, contemplando componentes inconscientes, o que contribui para a compreensão também de aspectos sociais.

Por fim, observamos que os pontos que se destacam na nossa pesquisa de campo e que se estabeleceram como categorias de análise são justamente aqueles que destoam do modelo de família dominante, ou seja, sinalizam as diferenças entre as características das famílias da realidade dos sujeitos e o ideal social, que se baseia nos padrões coloniais. Notamos que os parâmetros coloniais marcam a formatação das fantasias familiares dos sujeitos participantes, já que eles tentam incorporar ideias sociais hegemônicas nessas construções fantasísticas. Propomos avançar nessa discussão para compreender as especificidades dos ideais e ficções familiares dos sujeitos participantes, uma vez que, em nosso ponto de vista, eles são capazes de elucidar sobre aspectos peculiares da subjetividade das famílias periféricas brasileiras atuais, permitindo abarcar dimensões sociais mais amplas.

7.2 A busca dos sujeitos participantes por incorporar ideais sociais nas fantasias familiares

Para caminharmos em nossa análise sobre os ideais familiares da cultura – congruentes com o modelo patriarcal –, como elemento central da ficção familiar, que busca recuperar a família infalível e perfeita da primeira infância, é válido citar Miller (2007), quando ele recorre à imagem da “Santa Família” cristã como cerne do imaginário social ocidental. Em nosso ponto de vista, ao delimitar essa imagem e os efeitos de sua perpetuação no campo cultural, o autor situa a instauração do modelo conjugal de família que foi constituído na redução do modelo patriarcal, mas mantendo seus paradigmas, mesmo em declínio. Entendemos que essa é uma forma relevante de localizar a contingência do modelo familiar ideal da cultura, delimitando seu contexto histórico-social, de maneira diferente, mas com base em pressupostos semelhantes ao de Lacan (1938/2003) – que são relativos às condições familiares e sociais contingenciais que se estabeleceram nos tempos modernos, abarcando suas mudanças na contemporaneidade.

Outra nuance importante apontada por Miller (2007) – que segue a linha de pensamento lacaniana em sua última fase, expande o alcance além dos pontos contingentes da cultura e nos auxilia a pensar sobre nosso objeto de estudo –, diz respeito à localização do que é mais primordial e constitui o humano, que é a língua. O autor parte do pressuposto de que a família é o lugar onde aprendemos a língua materna e, se nascemos na língua, falar em uma língua já é

dar testemunho de um laço com a família. Portanto, é importante destacar o quão primordial é o laço com a família, não sendo por acaso ela ser tão referida. De acordo com o autor, congruente com nossa discussão, a partir de Lacan (1973/2003), o que especifica o humano é o que está associado à noção de Outro, sendo a família o espaço no qual o sujeito faz a experiência da demanda e começa a decifrar o desejo. Essa elaboração do autor se aproxima de Lacan (1973/2003), inclusive no que se refere à compreensão do que seja mais primordial e constitutivo (a língua), em sua articulação às contingências repressivas de nossos tempos, ligadas à constituição da família na configuração moderna e contemporânea ocidental. Como nos esclarece Lacan (1973/2003), tais repressões foram inventadas para acobertar a verdade do recalque original, qual seja, aquele provocado pela inserção na língua.

Segundo Miller (2007), pelo fato de a família ser o espaço em que se dá essa inserção na língua, ela se estabelece como “um lugar inesgotável de interpretação”, pois toda família tem um ponto sobre o qual não se fala, de segredo e de mal-entendido. Corroborando com as formulações que expomos neste trabalho, o autor afirma: “A família é um mito que dá forma épica àquilo que opera a partir da estrutura, e as histórias de família são sempre o conto que diz como o gozo que o sujeito merecia, que ele tinha direito, lhe foi subtraído” (Miller, 2007, s.p.). Conforme vimos em nossa explanação teórica – especialmente a partir de Lacan (1973/2003) e sua leitura por Nominé (1997) e Portugal (2018) –, estamos impulsionados e sempre diante da necessidade de criação de nossas ficções para dar conta desse segredo sobre o gozo que toda família acoberta. Daí o romance familiar se fazer sempre necessário, além de constituir a neurose.

Sobre o romance familiar configurar a neurose contemporânea, dentro dos parâmetros nos quais estabelecemos nossas repressões, nas contingências históricas ocidentais, apontamos um aspecto crucial em nossas elaborações a partir dos dados produzidos nesta pesquisa. Trata-se da diferença entre a posição discursiva de Jorge e as dos outros participantes. Retomamos que João menciona a amizade entre ele e Deus como a única que realmente inspira confiança. Dessa forma, apresenta Deus como um Outro interventor em quem ele pode confiar, assim como Clarice e Ruth, que também se referem a uma figura divina nesses termos, o que faz laço social, porque é típico de nossa cultura, alicerçada no moralismo cristão. Para Jorge, em contrapartida, o Outro é arbitrário e impositivo, representado no que ele denomina *sistema*. Avaliamos que o adolescente não parece capturado pelos modos de ver o mundo comuns de nossa cultura – podemos dizer, “delírios compartilhados” –, que se estabeleceram em acordo com um sistema simbólico de um contexto determinado. Se os outros sujeitos participantes

estão tomados pela tentativa de restaurar uma ficção familiar – como forma de leitura de mundo – compatível com os ideais sociais, Jorge, ao contrário, se posiciona em seu discurso como um denunciador de uma verdade posta, anunciando um sentido já estabelecido, único, inventivo e singular, que destoa de uma leitura compartilhada de mundo. Assim, ele se apresenta como um veículo que pronuncia um discurso dado pelo Outro, ao passo que as outras falas – em posição diferente da de Jorge – são permeadas por uma aderência imaginária ao discurso dominante, que tem relação com as repressões circunstanciais instituídas em nossa conjunção social.

Dessa forma, Jorge nos parece menos aderido às construções simbólicas da cultura, podendo nos ajudar a pensar na contingência dos sintagmas culturais, que definiram o patriarcalismo como ponto central da configuração das famílias, das subjetividades e da organização social. Em seu discurso, o adolescente apresenta-se em lugar diferente dos colegas, não expondo uma visão romanceada da família, mas uma leitura inventiva particular, que denuncia as diferenças sociais, de fato presentes na realidade material. É nesse sentido que discriminamos a posição discursiva de Jorge. Na medida em que ele demarca as distinções entre a ordem social instituída – figurada pelo que denomina como sistema –, é possível pensar na arbitrariedade dessa ordem, estabelecida na circunstância histórica e no contexto nos quais está inserida e foi, então, constituída. Portanto, quando diferenciamos a posição discursiva de Jorge como característica da psicose e as posições discursivas dos outros sujeitos participantes como típicas da neurose – já que discutimos suas fantasias familiares –, nosso intuito não é categorizar os sujeitos, classificando-os em estruturas clínicas, mas apresentar certa elucidação sobre a formação as ficções familiares de nossos tempos e de nosso contexto, que são congruentes com os discursos sociais.

Podemos aplicar o raciocínio de Vorcaro (2004) – que analisa o sintoma em sua articulação com os discursos sociais e não restrito à sua função subjetiva e singular – para compreender a constituição das neuroses dos tempos atuais e investigar as especificidades das subjetividades e das organizações sociais, examinando a função das fantasias familiares e da incorporação dos discursos dominantes em suas construções.

Já construímos uma argumentação para apresentar os motivos subjetivos da retomada de um modelo anterior de família nas fantasias familiares. Se o romance familiar, no final das contas, visa restituir às figuras parentais a imagem idealizada da primeira infância, ele toma, como elemento central, a família do ideal social de outrora, como se o modelo anterior tivesse tido condição de realizar, de fato, o desejo que se reproduz na fantasia, ou seja, o de recuperar a família infalível e perfeita da primeira infância. Nesse sentido, a nostalgia da família de

outrora, sobre a qual debatemos, seria relativa às transformações que nos exigem reformatações nas nossas posições discursivas e subjetivas. Mas nos interessou entender, também, em que sentido se justifica a reprodução de um modelo hegemônico nas ficções familiares de sujeitos minorizados.

Procurando caminhar para certo entendimento a respeito e elaborando um raciocínio nessa direção, demarcamos duas deduções que alcançamos a partir de nossa investigação. A primeira refere-se à tentativa de retificação do romance familiar, como indicativo mesmo do recurso da fantasia, o que demonstra que a família da realidade sempre está aquém do que direciona o desejo, sempre insuficiente para eliminar o mal-estar e incompetente para dar conta dos impulsos sexuais. Fato é que sempre haverá o resto inassimilável, resto real que não se circunscreve. Lembrando das palavras que os adolescentes disseram no grupo de conversação em associação a família, gostaríamos mesmo de poder atrelar à ela atributos imaginários totalitários e apaziguadores da instabilidade pulsional, como afeto e comunhão. Mas a família é mesmo, como bem nos disse Clarice, em ato, uma “*renca*”, expressão que pode nos remeter a algo que ultrapassa qualquer tentativa de representação; por isso ela terá sempre que ser inventada em nossas ficções. O ideal de família nunca ser alcançado indica que sempre restará algo que não cabe em nenhuma amarração simbólica ou imaginária. Não é por acaso que a família é uma temática sempre reivindicada em nossos debates, já que se constitui, em nossa cultura, como o cenário mais genuíno e arcaico no qual se estabeleceram nossos primeiros circuitos pulsionais e caminhos de busca para suas circunscrições simbólicas e imaginárias.

Destacamos que a segunda dedução alcançada a partir deste estudo diz respeito às especificidades das fantasias familiares do contexto brasileiro da atualidade, que foram escutados nesta pesquisa e se configuraram como seu objeto. Sustentamos que essas fantasias podem ser relacionados às contingências de nossa história, que trazem a marca central da colonialidade. Assim, se o caminho da fantasia e, portanto, da ficção familiar, é resgatar algo perdido de outrora, como se tivéssemos mesmo, algum dia, percorrido o caminho da satisfação, no caso de nossos romances, eles buscam retomar o patriarcalismo como aquilo que poderia alcançar uma plenitude. Mas acontece que, em nosso caso, esse sistema colonial representa a marca da subalternidade relativa à exploração e à dominação cultural que se estabeleceu, com o imperialismo europeu, em nossos territórios, cuja força continua em ação, fazendo-se sentir na centralização e valorização de paradigmas branco-europeus e na subserviência aos padrões que supomos estarem ligados a tais paradigmas. Uma constatação importante deste estudo é que a predominância do modelo colonial nas fantasias familiares tem ligação com uma busca

de pertencimento social e cultural, tendo em vista que nossa organização social e a formação da sociedade brasileira se deram no alicerce instituído não só pela miscigenação entre diferentes povos e culturas, mas, sobretudo, pela prevalência e hegemonia dos elementos culturais branco-europeus.

Sabemos que há diferentes respostas subjetivas e coletivas à colonialidade. Samara (1997), como vimos, menciona a resistência e a indiferença às normas e procedimentos institucionais, por parte das classes excluídas, bem como a estratégia de integração ou identificação com as camadas dominantes, com a finalidade de mobilidade social. Nesse mesmo sentido, recuperamos a discussão de Bispo (2024), que aponta a sabedoria política de grupos ativistas que se utilizam do saber colonizador como forma de defesa diante da opressão cultural. Retomamos, ainda, a elucidação de Fanon (1952/2008), que identifica a alienação do colonizado como resposta à opressão inerente ao processo colonial, mas também os mecanismos de busca de aprovação branca e de adequação aos parâmetros coloniais do sujeito racializado, do que deriva uma submissão aos seus padrões.

Notamos mecanismos semelhantes em nossa pesquisa, na medida em que os sujeitos participantes, mesmo minorizados, buscam adequar-se à família do ideal social, o que pode ser relacionado à tentativa de pertencimento social. Da mesma forma, podemos associar esse movimento à aspiração de famílias das camadas populares a corresponder aos modelos predominantes na sociedade como apontado por Amazonas *et al.* (2003). As autoras, como vimos, indicam que isso leva essas famílias a uma tentativa de adequação às suas reais condições de vida e o modelo patriarcal se apresenta, nesse contexto, mais como um ideal a ser perseguido do que uma realidade concreta. Ressaltamos que esse fenômeno de grupos dominados perseguirem um modelo hegemônico pode também ser lido como correspondente à subalternização discutida por Ayouch (2022). Segundo o autor, esse processo, que implica na exclusão radical do domínio da representação, indica a necessidade de uma escuta que contemple os aspectos coloniais e que se dirija à possibilidade de deslocamentos subjetivos, mesmo que não seja possível uma total des-subalternização.

Em nossa argumentação, acrescentamos a referência a Pereira (2018), que debate sobre o que constituiria o traço unário da nação brasileira, que a caracterizaria, considerando tratar-se de uma sociedade marcada pela exclusão e pela segregação social e na qual a população é destituída de qualquer atributo que poderia localizá-la na ordem da raça ou do patrimônio familiar. No que se refere ao traço que poderia distinguir o brasileiro, o autor argumenta que somos muito miscigenados para uma identidade de raça e muito marcados pela pobreza em

nosso histórico familiar para nos situarmos a partir do elitismo ou do patrimonialismo. Nessa conjunção, a família – exclusiva, egoica e individual – acabaria por se constituir como um último reduto imaginário da luta de raças, da permanência da linhagem, da defesa de patrimônio e de interesses privados. Como afirma o autor: “Ora, se não temos nada, se somos pobres, pardos, excluídos, se padecemos de injustiça social, de falta de liberdade e de moral republicana, então, que nos reste a ‘nossa’ família” (Pereira, 2018, p. 75).

Nesse sentido, destacamos que a fantasia familiar, construída para dar conta do real do gozo ou da inexistência da relação sexual, pode servir para dar, aos sujeitos participantes deste estudo – que possuem famílias dispersas e descontínuas –, uma unidade semântica, não só capaz de apaziguamento pulsional, de retorno à felicidade da infância, mas também capaz de assegurar certo lugar social, já que possuem um histórico marcado por negligência, violência e segregação. Sustentamos, portanto, que a incorporação do ideal social de família nas fantasias dos sujeitos de nossa pesquisa tem a função não só de recuperar um ideal perdido da infância, restaurando a família dos seus desejos, como também de assegurar uma inclusão no campo social. Consideramos que, se a sociedade brasileira foi formatada a partir da exploração de grupos minoritários, que são relegados a um lugar de opressão e de subalternização, a compreensão enfocada na dimensão subjetiva, privilegiando as fantasias familiares, propicia também um entendimento desses referidos processos históricos e sociais.

Nesse sentido, um terceiro ponto de relevo em nossas elaborações, que se constitui como uma consequência das duas deduções anteriores, é relativo a uma possível associação entre o que se repete nas ficções familiares – ligado ao sistema patriarcal – e o conceito de ideologia. Se a família patriarcal focalizada nos primeiros estudos históricos sobre família no Brasil foi considerada com desconfiança e com crítica pelos estudos subsequentes, é possível pensar que o sistema patriarcal se configurou como uma matriz ideológica, que fez perpetuar uma determinada leitura sobre a família no país. No entanto, neste trabalho, entendemos que o fenômeno de buscar entender a família a partir da centralidade do paradigma patriarcal pode ser associado ao propósito de compreensão de uma mentalidade predominante, o que relacionamos ao conceito de ideologia.

Lembramos das argumentações de Almeida (2001) para explicar a aderência de grupos subalternos ao modelo patriarcal, buscando entender o patriarcalismo como uma mentalidade predominante na cultura brasileira. A autora sustenta a construção de uma arquitetura mental que concebe a dominação e a submissão de forma íntima e cotidiana. Nessa concepção, institui-se uma hierarquia que tipifica comportamentos de grupos dominantes e dominados, mas que é

sentida com familiaridade. Almeida (2001) relaciona a configuração dessa chamada arquitetura mental, característica do regime patriarcal brasileiro, a uma acepção de pertencimento social, ressaltando os aspectos automáticos, irracionais, arcaicos, afetivos e inconscientes inerentes a esse processo. Mesmo que a autora não seja psicanalista e que os aspectos inconscientes não sejam o viés de seu trabalho, ela admite e dá importância a esses processos, associando-os a uma lógica proeminente, que se estabelece no campo social.

Sabemos, sob a perspectiva da psicanálise, que o funcionamento psíquico está associado a um emaranhado de representações ou significantes sobre os quais só temos conhecimento em parte. Diante disso, conceber esses sintagmas inconscientes em sua pertinência, compreendendo sua correlação com processos sociais, é fundamental para nossa leitura sobre o objeto desta pesquisa. Notamos que Almeida (2001) associa a noção de inconsciente à incorporação profunda de elementos culturais, apontando a possibilidade de introdução, inconsciente e de forma primordial, em nossa subjetividade, de elementos centrais e hegemônicos da nossa cultura.

Afinal, notamos que é essa a perspectiva da análise do discurso de orientação psicanalítica, que parte da concepção de sujeito constituído no campo da linguagem e, portanto, da cultura, considerando a materialidade da língua, demonstrando, então, as influências recebidas tanto da psicanálise quanto do materialismo histórico. Como vimos na explanação sobre esse método de análise, Tfouni e Laureano (2005) e também Ferreira (2010) propõem uma articulação entre as concepções de inconsciente e de ideologia. Ferreira (2010) sublinha o enodamento entre linguagem, ideologia e inconsciente, em cujo entremeio o sujeito se constitui. Segundo a autora, o sujeito é afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixa um furo em cada uma delas, como é próprio da estrutura de um ser-em-falta: “o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia, expresso pela contradição, e o furo do inconsciente, trabalhado na psicanálise” (Ferreira, 2010). Para ela, é a falta que demarca o lugar do possível para o sujeito desejante e para o sujeito interpelado ideologicamente.

Tfouni e Laureano (2005), a partir da pesquisa que realizaram com público minoritário, levantam a hipótese de que o desejo do sujeito está perpassado pela ideologia e que a constituição desse desejo, no inconsciente, vai depender de como a ideologia o interpela. As autoras acreditam e sustentam que a ideologia é o cenário de estruturação do desejo do sujeito e também do inconsciente, argumentando que ela dá os tons para a tela discursiva, indicando as posições que o sujeito pode e deve ocupar em uma determinada formação discursiva, sem que isso o impeça de se implicar em seu desejo e em sua relação com o Outro. Desse modo,

elas inferem que o sujeito, resistindo e se escondendo em uma indecisão sem fim, busca posicionar-se neste mundo, a partir de um lugar que lhe aparece como um ideal a ser atingido. Notamos, em nossa pesquisa, um movimento bastante semelhante ao descrito por Tfouni e Laureano (2005), visto que os sujeitos participantes sugerem, em suas falas, buscar uma adequação de seu discurso a um modelo ideal de família, conforme o discurso dominante, o que nos permite articular componentes das noções de inconsciente e de ideologia.

Portanto, em nossa visão, para considerarmos as circunstâncias nas quais se estabeleceram os processos sociais brasileiros, é preciso pensar no patriarcalismo, mas, sobretudo, em suas consequências em nosso contexto, especificamente relacionado à colonialidade. Com o trabalho construído aqui, fica evidenciado, para nós, a íntima relação entre ideologia e realidade psíquica, o que pôde ser demonstrado, mais precisamente, pela incorporação dos ideais hegemônicos de família nas ficções familiares. Um aspecto que se destacou e direcionou nosso estudo foi o fato de os próprios grupos excluídos mostrarem, de forma consciente e, especialmente, inconsciente, uma aderência ao ideal social, o que pode até mesmo reforçar a segregação. Esse fenômeno ilustra a complexidade dos componentes ideológicos e sua penetração nos processos subjetivos e sociais. Mas, se não faz parte dos objetivos de nosso trabalho abarcar essa dimensão com a complexidade que caberia, é relevante ao menos trazer essas nuances, como provocações, com base, especialmente, na análise do discurso, que empregamos como fundamento metodológico deste estudo. Assim, dentro do escopo de nosso trabalho, buscamos percorrer um caminho que, privilegiando o âmbito subjetivo, pudesse nos ajudar a entender também o que observamos na esfera social. Com essa direção traçada, foi fundamental a leitura dos estudos sobre colonialidade.

A consideração do nosso modo próprio de organização social, tal como se instituiu com a colonização, tendo o regime patriarcal como uma mentalidade central, foi o que levou Freyre (1933/2003), à propósito, a entender a família como o grande fator colonizador na formação da sociedade brasileira. Contudo, avançando além dessa elaboração, balizamos que a colonialidade é marcante em nossos processos subjetivos e sociais e utilizá-la como chave de leitura nos auxilia a compreender as especificidades das famílias brasileiras, especialmente periféricas, enfocando suas fantasias familiares, marcados pelo patriarcalismo. Assim, verificamos, neste estudo, a perpetuação de modelos familiares hegemônicos nas ficções familiares de sujeitos minorizados, o que parece evidenciar um mecanismo social específico nosso, que reflete as bases que estabeleceram a formação da sociedade brasileira. Se podemos considerar as formulações de Freyre (1933/2003) para entender uma mentalidade predominante na

constituição das famílias brasileiras, bem como da nossa organização social – associando essa mentalidade à ideologia –, buscamos articular essas nuances à construção das ficções familiares, recorrendo também à discussão sobre colonialidade. Acreditamos que a novidade de nossas articulações diz respeito ao argumento de que a família do ideal social estar no centro das fantasias familiares dos sujeitos desta pesquisa pode ser relacionado à perpetuação de parâmetros coloniais, que marcam nossos processos subjetivos e sociais.

Isso nos leva a um último ponto, para fechar nossa análise, que é a adoção da base teórica da psicanálise como principal alicerce de nossa investigação. Compreendemos que a teoria psicanalítica é uma leitura possível sobre as famílias brasileiras e suas ficções, nosso objeto de estudo, desde que acrescentados elementos próprios de nossos processos subjetivos e sociais. Em primeiro lugar, entendemos que, pela nossa contingência histórica de colonização, a psicanálise é um parâmetro válido, porque as referências europeias são fundamental, hegemônica e profundamente acomodadas em nossas construções culturais, que servem de base e de material para nossas constituições subjetivas e para as organizações sociais. Mas, justamente pelo modo como essas referências coloniais são alocadas ou integradas em nossas miscigenadas articulações discursivas, provenientes de diversas culturas que se entrelaçam, no emaranhado de nossas subjetividades e posicionamentos no laço social, é necessário também considerar as relações de poder instituídas. Ponderamos que a leitura psicanalítica é pertinente em nosso contexto devido às influências coloniais, pelo nosso processo histórico de colonização, mas ela não é suficiente, porque não avança na especificidade do lugar que ocupamos, como colonizados, nesse processo. Isso somos nós que temos que realizar. Estar nesse lugar de colonizados nos dá condições de construir o avanço teórico necessário para a compreensão das nossas especificidades. Seguindo os passos de Freud, ou seja, utilizando o método clínico para compreender fenômenos psíquicos e suas correspondências no campo social, foi possível discutir as influências recíprocas entre os processos subjetivos e sociais. Mas, diante de nosso objeto de investigação e atentos à recomendação de Lacan (1953/1998) de compreender as peculiaridades de nossas subjetividades, foi fundamental agregar também a leitura da colonialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos iniciar estas considerações finais com uma questão com a qual estivemos confrontados nesta longa escrita da tese, qual seja: o que fazemos quando nos propomos a realizar pesquisa em psicanálise? Apesar de ser uma questão ampla, notamos que respondê-la forneceu uma diretriz para o nosso trabalho, tendo em vista ser isso o que nos dispusemos a fazer e assumir tal proposta foi fundamental no desenvolvimento da nossa investigação.

Assim, antes de descrever, de forma geral, o percurso desta pesquisa e produzir considerações sobre o que pôde ser alcançado, escolhemos começar esta escrita trazendo pontos importantes para nos situar no processo, o que foi definidor de sua trajetória, desde a escolha inicial e redefinição do objeto, delimitação e redesenho de seus objetivos e perpassando pelos ajustes feitos, o que sentimos ter sido necessário, em função das diretrizes traçadas. Diante de impasses enfrentados, essas diretrizes se basearam em uma resposta possível para a questão, o que nos auxiliou para a continuidade e condução do processo.

Esclarecidos quanto às variadas possibilidades de responder à pergunta que levantamos, encontramos, ao longo da pesquisa, diferentes referências, valiosas e oportunas, que nos ajudaram a definir seus rumos. Dentre elas, no que se refere mais precisamente à relação entre psicanálise e ciência, debruçamo-nos sobre as especificidades da pesquisa em psicanálise, admitindo a relação intrínseca entre pesquisador e escrita, cuja suposta neutralidade, tão valorizada no campo científico, é contraposta pelo ponto de vista da psicanálise.

Nesse sentido, foi fundamental assumirmo-nos como psicanalistas pesquisadores, processo que não se refere a uma aquisição linear de conhecimento, mas configura-se no ato de posicionarmo-nos em relação ao saber. Conhecer e estar atentos a esses aspectos foi fundamental para nos localizarmos em nosso lugar de não saber e, por conseguinte, buscarmos uma disponibilidade para a escuta do campo de pesquisa, uma direção potente para a busca de saber e a consequente construção de conhecimento que foi realizada neste trabalho. Foi partindo dessa posição que pudemos nos abrir para a dimensão do não conhecido e construir um conhecimento novo, que é justamente o que se espera de um trabalho científico.

A pesquisa em psicanálise tem a especificidade de abarcar a busca de saber inerente ao processo de construção de conhecimento, na medida em que privilegia a subjetividade, abrangendo seus elementos inconscientes. Para isso, é necessário que nos disponibilizemos a observar e escutar o que encontramos, na busca do que nos causa. Nesse sentido, além de nos direcionarmos pela escuta aos sujeitos participantes, foi bem importante posicionarmo-nos

como sujeitos, considerando os fatores subjetivos que nos atravessam como pesquisadores. Somente quando conseguimos identificar os afetos gerados pela pesquisa, perseguir o que nos causava e abrimo-nos para o que não estava previamente estabelecido é que foi possível prosseguir com a escrita.

É pertinente apontar, no que concerne à relação entre psicanálise e ciência/pesquisa, que conjecturar sobre o que seria o objeto da psicanálise é a direção que Lacan (1966/1998) nos fornece, ao discorrer sobre o que é próprio à psicanálise, “dentro ou fora da ciência”: “a questão do objeto da psicanálise [...] não pode ser resolvida sem que, sem dúvida, modifique-se nela a questão do objeto na ciência como tal” (p. 877). Isso quer dizer que a questão do objeto é central na discussão sobre psicanálise e ciência e, em nossa opinião, constitui-se como um norteador para a pesquisa em psicanálise, podendo ser um aporte da psicanálise às ciências. A noção de objeto, na perspectiva da psicanálise, condiciona não apenas o fundamento teórico, mas a condução de sua aplicação, que envolvem prática e pesquisa, como discutimos neste trabalho. Lacan (1966/1998) define que o objeto da psicanálise é relativo à “função que nela desempenha o objeto *a*” (p. 877), ou seja, o objeto corresponde ao que resta e se configura como o objeto causa de desejo. O autor elucida à frente: “É a causa: não a causa como categoria lógica, mas como causando todo o efeito. A verdade como causa” (Lacan, 1966/1998, p. 883). Nessa perspectiva, a verdade não é algo a ser alcançado, como a verdade cartesiana, mas o que move a busca do saber. Lacan (1966/1998), que considera que a verdade correspondente à castração – ou seja, à falta constitutiva dos sujeitos, da qual provém a constatação de nossa incompletude estrutural e consequente insatisfação constante –, afirma que a cada verdade corresponde seu saber e esse é, segundo o autor, o ponto de ruptura com o advento da ciência.

Dentro dessa perspectiva de objeto para Lacan (1966/1998), a verdade não está lá *a priori* e a psicanálise, seja na prática ou na pesquisa, só pode ter pretensões no *a posteriori*, o que só é possível se tomar a verdade como causa e incluir o sujeito. Entendemos que essa ruptura da psicanálise com o advento da ciência, citada pelo autor, diz respeito, especialmente, à direção contrária à universalidade da ciência que a psicanálise sustenta em sua ênfase à singularidade. Portanto, se a cada verdade corresponde o seu saber, cada sujeito, a partir da verdade de sua falta, buscará um saber que lhe seja próprio. Isso evidencia que o sujeito não pode ser universalizável como pretende o método científico. Dessa forma, cabe a cada sujeito, em sua singularidade, a construção de um significado seu e é nesse sentido que saber se diferencia de conhecimento (Diniz, 2011). O primeiro, que diz respeito ao que é singular e próprio a cada um, é relacionado à ficção que construímos para ler o mundo e viver nele, ao

contrário do conhecimento, que é um conceito compatível com o método científico e se refere a um conjunto de acepções sistematizadas e institucionalizadas no meio acadêmico. Assim, a pesquisa em psicanálise tem o diferencial de contemplar a subjetividade e o saber dos sujeitos envolvidos no processo, sejam participantes ou pesquisadores.

Notamos, neste trabalho, que foi fundamental a atenção ao sujeito pesquisador, a começar por suas motivações de pesquisa, que surgiram de sua atuação na prática clínica. A atenção à escolha do objeto de investigação como causa na busca do saber foi um foco importante, perdido e reencontrado ao longo do processo de escrita da tese. É importante destacar que percebemos, com essa experiência investigativa, que, somente quando consideramos os sujeitos envolvidos no estudo, sejam eles os participantes da pesquisa, seja o próprio pesquisador, é que a pesquisa em psicanálise se torna possível e viável; e essa verificação tem relação com o saber que construímos a partir de nossa vivência.

Dessa maneira, é necessário esclarecer o que se constituiu como motivação e inspiração para o estudo, o que foi preciso ser resgatado na escrita da tese, a partir da atenção ao sujeito pesquisador e também aos sujeitos escutados na pesquisa de campo. Trata-se do que pode ser sustentado na perspectiva clínica, alicerce deste trabalho, e que se configurou como uma possível resposta à questão que colocamos no início deste texto que contém nossas considerações finais. Entendemos como uma possibilidade de fazer pesquisa em psicanálise sermos orientados pelo seu método próprio de construção de saber e de fazer, que corresponde a uma postura de não saber, o que se desdobra em uma disponibilidade para a escuta e para a consideração de processos subjetivos, sobretudo inconscientes, que buscamos alcançar em uma pesquisa com tal ética.

Nessa visão, foi crucial refletir sobre os lugares que nos cabiam como pesquisadores, por exemplo, diante do mal-estar que este trabalho fez ressoar em nós, uma vez habituados a atuar na prática clínica. Isso se fez sentir na pesquisa de campo, sobretudo nas entrevistas clínicas, tendo em vista que a demanda não era, na maior parte dos processos, de quem estava sendo escutado, diferente do que acontece na prática profissional. A demanda inicial era nossa como pesquisadores e, além disso, estávamos ocupados em estabelecer, com maior precisão, o objeto de estudo, levantar hipóteses relativas a ele e formatar os objetivos da pesquisa. Isso nos fez desvirtuar de nosso objeto causa, que tinha relação com nosso lugar de clínicos e, por conseguinte, advinha das inquietações oriundas da nossa prática.

Esses processos, além de nos fazerem vacilar em nossa opção de seguir com a pesquisa, nos causaram certo desconcerto na condução dos procedimentos, uma vez que tivemos dúvidas

quanto ao que nos cabia no encontro com os sujeitos participantes. Mas o que nos fez retornar para o interesse em nos mantermos na pesquisa foi justamente retomarmos nosso lugar de clínicos. De fato, isso nos interessa, provoca nosso desejo e move nossa busca por saber e, no caso de estarmos como pesquisadores, nos possibilita conceber uma trajetória compatível com os moldes acadêmicos, mas que não implique um afastamento da nossa perspectiva clínica. Permitir-mo-nos ser direcionados pelo que encontramos na pesquisa de campo e pelo que ressoou em nós dos encontros com os sujeitos de pesquisa foi fundamental para a continuidade do processo. Acabamos nos encontrando em nossa causa de desejo ao assumirmos nossa posição de analistas, mesmo que inseridos no âmbito científico. Assim, não é suficiente que a prática clínica – que pressupõe uma posição de não saber – tenha influência e condicione apenas a escolha do objeto de pesquisa. O método clínico perpassa todo o trabalho e, por causa dele, continuamos a nos surpreender com o que encontramos ao longo de sua execução.

Queremos destacar dois momentos da pesquisa nos quais foram marcantes a necessidade do posicionamento clínico, que é tão caro em nossa atuação profissional. O primeiro foi aquele em que definimos nosso objeto de pesquisa a partir de inquietações surgidas em nossa prática, que dizem respeito à repetição de determinados ideais de família, como já exposto. Isso nos levou, em momento seguinte, a sustentar o problema de pesquisa relativo à compreensão do caráter de transmissão da família, na busca por investigar a função que opera na constituição da subjetividade da criança. Nessa etapa de definição do projeto de pesquisa e de sua formalização, tínhamos a intenção de problematizar as operações relativas à família, concebidas em termos de funções materna e paterna, considerando as múltiplas formas de família e de subjetividades que se apresentam na contemporaneidade.

No entanto, percebemos que tal formatação foi uma tentativa de adequação aos parâmetros acadêmicos, mas nos afastava dos interesses que emanaram de nossa prática profissional. Dentro desse primeiro projeto – formalizado institucionalmente na etapa da pesquisa em que isso foi necessário, mas reformatado no percurso do trabalho –, seguimos uma direção que objetivava um avanço teórico que não estava congruente com nossa trajetória de vida, no sentido de que não era compatível com nossa condição de trabalho, considerando a formação na teoria psicanalítica e a referência sobre a psicanálise das quais dispúnhamos naquele momento. De qualquer forma, o mais central diz respeito mesmo ao objeto causa de desejo, que, naquele momento, estava perdido para nós, já que havíamos nos desvencilhado de nossa aspiração. Tais acontecimentos acabaram resultando em uma inibição no processo de escrita e se configurando como um impasse para a continuidade do trabalho. Paralelamente a

isso, estivemos atravessados por outras demandas pessoais e profissionais, que nos fizeram desfocar da pesquisa, o que prejudicou a sustentação e o engajamento no processo.

O segundo momento em que foi necessário o reencontro com nosso objeto e a retomada de nossa postura clínica no percurso da pesquisa levou-nos a reconfigurar o enfoque do estudo. Redefinimos nossos objetivos e o problema, mesmo que tenhamos mantido a temática da família e retornado aos seus ideais, que, naquela ocasião, receberam novo olhar, nos fazendo refletir sobre sua influência na constituição das fantasias familiares do público estudado. Assim, passamos a buscar compreender seus sentidos a partir das articulações que foram possíveis entre a literatura e o processo de pesquisa de campo, o que possibilitou problematizações importantes dentro do nosso escopo.

Então, a partir do que escutamos na pesquisa de campo, realizada em instituições escolares, ressoou para nós uma repetição e perpetuação de certos parâmetros relacionados à família, que nos fizeram levantar aspectos que puderam ser associados àqueles mesmos que inspiraram a definição inicial do objeto e que também foram um ponto marcante na revisão da literatura na perspectiva social e histórica, realizada para a contextualização da temática. Mas, nesse momento, tais aspectos puderam ser vistos em novas roupagens e permitiram ressignificações a partir das falas dos sujeitos e reformulações da teoria.

Portanto, esses pontos se apresentaram a nós com novas facetas e debruçarmo-nos sobre elas, como faz o clínico, foi o que nos orientou no processo de pesquisa. Fomos, assim, direcionados pela lógica clínica de “surpreender-se do que não surpreende” (Ansermet, 2003, p. 11), o que significa estarmos dispostos à escuta de nuances que passam desapercibidas por outras áreas de conhecimento, mas nos dão indícios para algum acesso à chamada realidade psíquica, que é justamente o que nos interessa e nos causa como psicanalistas, inclusive no trabalho de pesquisa (Diniz, 2011). Encontrarmos, então, o vivo da clínica nos possibilitou retomar o desejo pela pesquisa e pela escrita, escolhendo tomar a direção da clínica e a consequente escuta aos processos subjetivos de todos os envolvidos, fossem participantes ou pesquisadores.

Retomamos, então, o ponto relacionado aos ideais de família, buscando compreendê-los na escuta aos sujeitos participantes, considerando seus lugares sociais de sujeitos inseridos em famílias periféricas do contexto brasileiro. Isso nos fez buscar entender os atravessamentos subjetivos subjacentes a esses processos, que nos parecia retornar significantes marcantes em nosso aparato cultural, que podem repercutir em uma posição de subalternidade, podendo ser,

por sua vez, relacionada à colonialidade, já que acabam reforçando modelos hegemônicos e perpetuando a dominação de alguns grupos sociais sobre outros (Ayouch, 2019; 2022).

Mas, antes de expor os desdobramentos da pesquisa que constituíram esta tese, recuaremos um pouco mais na descrição do processo, mencionando que, em momento anterior à etapa de delimitação do projeto que descrevemos, tínhamos traçado, em nosso planejamento prévio à realização do trabalho, todo o percurso que sustentaria nossa hipótese preliminar. Nessa ocasião, na apresentação do pré-projeto de pesquisa, formatado antes da entrada no doutorado, tínhamos o intuito de defender que, diante de tantas e tão diversas configurações de família da atualidade, o que constitui sua função estaria relacionado à transmissão de um desejo, que se faz por intermédio das funções materna e paterna, que seriam correspondentes à função da família na subjetividade da criança, o que independe de sua apresentação. Estávamos interessados em argumentar teoricamente tal hipótese, para que a tese pudesse ser utilizada como defesa às famílias em diferentes organizações, provocados que estávamos com os tratamentos desiguais dados a elas, a depender de sua adequação ou não a um ideal social.

Contudo, não tínhamos problema de pesquisa, somente algo já estabelecido, que buscávamos atingir com uma correta e bem elaborada fundamentação teórica. Poderíamos seguir nessa direção e teríamos justificada a pertinência da pesquisa, mas os cortes que foram feitos em nosso pré-projeto, necessários para provocar uma questão de pesquisa, nos levaram aos dois momentos sobre os quais discorreremos resumidamente: aquele relativo à elaboração do projeto e a perda de nossa causa de desejo; e o segundo, referente à retomada do desenvolvimento do trabalho mediante a opção de direcionarmos-nos pelo método clínico.

No momento prévio à realização da pesquisa, que antecedeu esses já descritos, tínhamos um projeto pertinente, com base teórica sólida e que partia de inquietações da prática clínica. No entanto, tal projeto não propunha uma pesquisa em psicanálise, mas somente utilizando sua teoria. Mencionamos esse estágio anterior ao início da pesquisa porque ele nos permite diferenciar a pesquisa em psicanálise – que se direciona por seu método clínico –, na medida em que demonstra seu oposto, que pode ser associado ao que Pinto (2001) chama de um texto apegado à resistência, que emerge do discurso universitário e, por isso, se pretende, podemos dizer, asséptico à subjetividade, protegida dela, se estabelecendo no *apesar dela* e não *a partir dela*, ao contrário do que propõe o método psicanalítico, desde sua fundação com Freud. Esse tipo de pesquisa, no qual se estabelece certo tipo de conhecimento, compatível com o parâmetro científico, não considera a divisão subjetiva, o que está submerso, não se dirige a partir de uma

causa, mas, ao contrário, visa circunscrever o objeto em sua totalidade, como se isso fosse possível.

Quando afirmamos que foi fundamental, na trajetória desta pesquisa, nos assumirmos como psicanalistas pesquisadores, queremos apontar que foi necessário nos desprendermos de uma expectativa presente antes do início do processo: apreender a teoria psicanalítica com alguma totalidade, percorrendo a temática da família pelas obras de Freud e de Lacan, de forma a sustentar uma hipótese que já tomamos como verdade prévia. Na medida em que nos demos conta de que ser psicanalista não significa o domínio da teoria, mas implica uma posição de doura ignorância, pudemos nos desprender daquela amarração inicial que pressupunha uma intenção de tudo saber sobre o objeto de pesquisa. Mesmo que os fins desse intuito fossem pertinentes ao campo social, justificados pela necessidade de defesa da equidade nas condições de tratamento às diversas famílias da atualidade, nossa proposta não dispunha de devida advertência quanto às possibilidades e, sobretudo, às impossibilidades e aos limites da busca do saber intrínseca à construção de conhecimento.

Além disso, pensar que uma argumentação teórica, mesmo que adequadamente construída e organizada, pudesse alcançar complexas questões sociais relativas à falta de equidade, conservava, talvez, um idealismo ingênuo. Não que isso não pudesse ser feito e que não tivesse potencial de contribuição, mas foi preciso rever nossa ética, no sentido de situarmos nosso lugar e o que nos cabia no processo, a partir dele. Então, talvez nos importe menos a questão de como fazemos pesquisa no campo científico/acadêmico, haja vista termos inúmeras formas de executá-la. Para nós, a preocupação central foi entender nossa posição, o que implicava estarmos esclarecidos do que propomos e realizamos quando estamos nesse processo, sobretudo porque nos dispusemos a realizar pesquisa em psicanálise, orientada pelo seu método e por sua ética. Assim, para desvencilharmo-nos dos ideais familiares, de forma a escutá-los sob novo viés de leitura e permitindo-nos questionar concepções pré-estabelecidas, realmente suportando a dúvida e a incerteza, como propõe Ansermet (2003), foi preciso também recusar um ideal de psicanalista e de psicanálise, que notamos estar presente, anteriormente, em nossas acepções. Isso favoreceu o movimento da escrita, nos permitindo recuar da visão de totalidade para avançar na advertência da incompletude.

Quanto ao processo de pesquisa, partimos da denúncia da segregação de famílias discrepantes de um ideal social em busca de embasar, com legitimidade e pertinência, uma defesa argumentativa teórica às configurações familiares em sua diversidade, preocupados que estávamos com suas repercussões na clínica e no campo social. Entretanto, durante a elaboração

do projeto fomos levados a questionar as acepções teóricas relativas ao modelo exemplar da família edipiana, já que estávamos atentos e questionando sua perpetuação nos discursos e nas práticas sociais. Nessa direção, diante das delimitações do projeto de pesquisa formalizado, fomos à revisão da literatura no espectro social e histórico e, por conseguinte, conduzidos a questionar o modelo patriarcal que marca a historiografia sobre família no Brasil, o que é refletido e reforçado em nosso cotidiano, com consequentes riscos de fazer perpetuar a segregação de alguns grupos. Desse modo, ficamos novamente provocados por essa questão. Em etapa seguinte, na escuta aos sujeitos participantes, esbarramos novamente com a tentativa de resgatar e/ou pertencer a determinado modelo de família. Sentimo-nos, em certa medida, perseguidos por essa insistência, até estabelecermos, então, que um caminho possível para pesquisa poderia ser, justamente, investigar e compreender essas insistências e repetições, tão presentes em nossa prática clínica, que nos inspiraram a estudar o tema.

Ressaltamos que, na escuta aos sujeitos participantes, surgiu, de forma marcante, o que nos pareceu uma busca por recuperar um certo modelo de família, supostamente capaz de assegurá-los um lugar no mundo. É interessante que, quando dizemos recuperar, queremos apontar a nítida sensação de que, mesmo que isso nunca tenha se sucedido, ou seja, que um modelo ideal de família nunca tenha sido alcançado de fato, as falas dizem de uma tentativa de resgatar algo, como se aquilo já tivesse sido uma realidade. Mas, ocorre que, se temos como foco a realidade psíquica, podemos mesmo admitir a presença desses ideais, mesmo que eles não correspondam à realidade objetiva.

É válido retomar que Freud (1923/2007) explica que incorporamos em nosso eu, como identificação e transvestidos como ideal, objetos de desejos que não podem ser alcançados, bem como os tomamos para compor nossas fantasias (Freud, 1985/1996; 1909 [1908]/1996), conciliando as pulsões e as exigências externas. Como vimos, a família ideal será sempre referida a algo que não temos, mas que achamos que tivemos, semelhante ao objeto perdido freudiano, supostamente capaz de viabilizar a satisfação. Se, em Lacan, como vimos, isso tem outros desdobramentos, no enfoque da linguagem, campo de constituição subjetiva, podemos apreender, desses apontamentos, uma ideia crucial da psicanálise, que se funda na demarcação do campo psíquico, abarcando o inconsciente. Assim, não se trata do que é objetivamente observado, mas do enfoque em processos subjetivos, que não são somente os acessíveis à nossa consciência.

Assim, a psicanálise nos adverte que é no nível da fantasia, no caso da neurose, que o objeto de desejo e a hipotética satisfação podem ser alcançados. E, no que se refere à fantasia

relativa à família, ela corresponde ao romance familiar, que diz respeito à uma família suposta ou inventada (Freud, 1909 [1908]/1996). Tais acepções se constituíram como uma possibilidade de ler o que escutamos dos sujeitos participantes, de uma busca que parece uma tentativa de resgate, de retomada do que um dia se deu, mas não se deu de fato. Daí a importância de voltarmos-nos para aspectos que constituem a realidade psíquica, porque é justamente por essa via que se pode perpetuar padrões opressores, como aprendemos neste trabalho.

No caso dos processos subjetivos e sociais no contexto brasileiro, a família que figura como modelo central no imaginário social surge ainda nas fantasias familiares particulares, como discutimos neste estudo. Desse modo, embora a nostalgia de um modelo tradicional de família só pudesse caber às camadas sociais dominantes, haja vista a opressão que tal modelo representou e representa para outros grupos, não é isso que observamos em nossos discursos e em nosso cotidiano. Ao contrário, vemo-nos, de forma majoritária e oriundos de diversos grupos sociais, buscando recuperar a família de outrora, mesmo aqueles prejudicados pela busca de atender aos seus presumidos ideais. Por isso, neste trabalho, voltamos-nos para a investigação dos fenômenos do privilégio da família tradicional moderna nos discursos – considerada emblematicamente capaz de assegurar uma civilização apropriada – e da consequente busca por perpetuar seus parâmetros, se não em nossas próprias histórias de vida, ao menos nos discursos que tecemos a respeito delas e, essencialmente, em nossas fantasias.

Dessa forma, observamos que a realidade psíquica, apesar de configurada como uma leitura própria de mundo, não é avulsa a ele, mas construída a partir dos parâmetros simbólicos e imaginários da cultura. Essas constatações são concernentes à inseparabilidade entre sujeito e campo social, que se configurou como uma importante elaboração deste trabalho. Nessa acepção, consideramos que a mesma conjuntura, composta por elementos próprios àquele contexto, são lidas e faladas de formas diferentes por cada um, que tomam a mesma conjunção discursiva em novas e singulares articulações significantes e posicionamentos no laço social. Tais concepções foram fundamentais para nossa análise de dados, que nos exigiu também acessar as especificidades simbólicas e culturais do contexto brasileiro, a fim de discutir sobre as peculiaridades dos nossos processos subjetivos e sociais. Assim, mais do que fazer uma inter-relação restrita entre os processos subjetivos e os processos sociais, buscamos conduzir a investigação com ênfase nos componentes inconscientes, na medida em que abarcamos a realidade psíquica, enfocando as fantasias familiares. Foi importante compreender os processos subjetivos das famílias no contexto brasileiro, especialmente periféricas, partindo das singularidades de seus membros, para estabelecer categorias comuns, que dizem das

especificidades dessas famílias, considerando os processos históricos sociais tal como se estabeleceram em nossa conjuntura. Seguindo a direção dos processos subjetivos relacionados à temática da família, com vistas a investigá-los, procuramos apreender as repetições oriundas deles, as possíveis articulações às contingências de nossa história e às formas como foram se estabelecendo nossas organizações sociais. Assim, foi possível avançar para pensar na temática da família na visão da psicanálise, incorporando facetas dos processos subjetivos em nosso contexto, de forma a alcançar uma compreensão sobre as especificidades das famílias brasileiras.

Nesse sentido, foi também essencial adotar a perspectiva da colonialidade, considerando-a um processo ainda presente e marcante no contexto brasileiro até atualmente. Assim, partimos do pressuposto de que a dominação – não só territorial, mas, sobretudo, cultural –, da colonização ainda tem efeitos e consequências no cotidiano dos brasileiros, principalmente daqueles pertencentes a grupos minorizados. Nessa visão, a imposição da universalidade de determinadas referências, sem uma localização histórica dos discursos e das práticas sociais, resulta na naturalização de fenômenos que podem e devem ser situados historicamente e que escondem as relações de poder inerentes a eles, com efeitos concretos de segregação de alguns grupos, determinados conforme raça, gênero e classe social, principalmente. Por isso discorremos sobre esses aspectos, que consideramos fundamentais na discussão da temática deste trabalho e surgiram como pontos centrais na pesquisa de campo, estabelecendo suas categorias de análise.

Em termos gerais, optamos, neste trabalho, por construir uma elaboração que nos ajudasse a compreender facetas subjetivas relativas à temática da família, a fim de auxiliar na compreensão de processos sociais recíprocos. Entendemos que, mesmo que as articulações subjetivas sejam singulares, o que enfocamos na perspectiva clínica, podemos observar algo que se repete no campo social e que tem relação com aspectos mais amplos. Portanto, a uma leitura possível da psicanálise (em nossa visão, equivocada) que atrela esse campo ao enfoque individual, podemos opor essa que considera os processos subjetivos intrinsecamente condicionados aos aspectos sociais. Ao enfocarmos a singularidade dos sujeitos analisados neste estudo, temos a oportunidade de conhecer, em alguma medida, como cada um, de forma única, se arranja com as referências que compõem seu repertório cultural. Mas, ao fazermos isso, é possível identificar aspectos importantes que se apresentam de forma comum ou semelhante em outros sujeitos do mesmo grupo social. Assim, acessamos, além do modo particular como cada sujeito se articula à cultura, também o que se dispõe como intercessão

com outros sujeitos. Identificar elementos comuns nos permite conhecer as especificidades de uma conjuntura determinada, possibilitando o conhecimento sobre características próprias e peculiares daquele contexto.

Lembramos que entender nossos tempos, nossos espaços e nossas subjetividades se constituem como exigências próprias da psicanálise (Lacan, 1953/1998). Para isso, o analista pesquisador precisa enfocar seu contexto, incluindo a consideração à localização geográfica e suas contingências históricas, em consonância com as discussões de uma psicanálise decolonial (Ayouch, 2019; 2022). Sustentamos que tal perspectiva, que pretende abranger a periferia, indo além do epicentro paradigmático branco-europeu, é compatível com o viés clínico central da psicanálise, já que a escuta implicada é o condicionante genuinamente atrelado ao método clínico, envolvendo a escuta ao sujeito em seu lugar social.

Um último ponto que destacamos neste texto de conclusão diz respeito à escrita de uma tese em psicanálise, que nos atravessa e exige importantes elaborações psíquicas, envolvendo retificações subjetivas e ressignificações. Notamos que não há como realizar pesquisa em psicanálise sem um atravessamento da escrita no sujeito-analista-pesquisador, pois a pesquisa com essa base requisita trabalhar por meio do inconsciente e não somente produzir elaborações sobre ele. Berni, Gomes e Lima (2023) afirmam que um texto psicanalítico não se faz isento das influências inconscientes do autor. Nesse espectro, isso se apresenta desde a escolha de uma questão de pesquisa, o que evidencia certo sentimento de urgência, na medida em que a escrita se faz necessária a partir das inquietações da prática clínica. Há aí uma necessidade de o pesquisador formular algo a partir de sua questão, de modo a colocar em palavras elaborações que sejam compreensíveis para ele mesmo e também para o interlocutor.

Notamos que isso ocorreu nesta investigação, de modo que colocamos algo nosso na pesquisa, constituindo a escrita como uma escuta também a nós, com efeitos de uma elaboração própria. Se partimos da questão referente aos ideais de família, tão presentes em nossa atuação profissional, esses ideais figuraram com outras nuances, nos permitindo construir uma formulação própria, em um texto inédito e autoral. Dessa forma, como na estrutura de um mito, em espiral, conduzimo-nos para um sentido que pôde ser construído, produzindo um saber sobre a nossa temática e partindo de um ponto de questão. Embora tenhamos percorrido todo o percurso a partir de um ponto que retorna ao longo de todo o nosso trabalho, ele retorna de forma diferente, como em um romance familiar, sempre na exigência de ser novamente inventado. Logo, voltamos ao ponto de origem do trabalho, mas não da mesma forma, porque foi possível construir algo novo em torno dele, o que permitiu dar sentido ao percurso, na

medida em que não negligenciamos nossa causa de desejo, mas nos conduzimos a partir dela para prosseguir em um caminho possível e um sentido possível para nossa questão.

Visto que nossas conclusões são sempre temporárias, como na estrutura de uma fantasia familiar, terminamos este texto colocando-nos como sujeitos pesquisadores, assumindo e buscando compreender desdobramentos desse processo para nós. Desse modo, o finalizamos trazendo uma alusão que concerne à experiência vivida e à forma como a tomamos, lembrando da fala final do personagem principal do filme *A formiguinha Z* (1998). Esse personagem, após fazer uma reviravolta no formigueiro onde vivia, a partir do questionamento de seu lugar nele, previamente definido, diz: “agora estou no mesmo lugar onde eu estava quando comecei a contar esta história, mas desta vez fui eu que escolhi”.

Entendemos que realizar uma pesquisa com o porte de uma tese de doutorado exige um grande desejo, quanto mais intenso em se tratando de uma pesquisa em psicanálise. Em nosso trabalho, após a perda, o reencontro e o tangenciamento de nosso objeto, conseguimos sustentar a condução do trabalho pela via de nossa causa, em busca de um saber que fosse nosso. Aqui, depois de alguns instantes de ver, tempos de compreender/elaborar, desejamos e buscamos, então, o momento de concluir (Lacan, 1945/1998), para, então, a partir daqui, sermos perpassados por novas interrogações que nos demandem e nos possibilitem outras buscas e novas significações.

REFERÊNCIAS

A formiguinha Z. Direção de Eric Darnell e Tim Johnson. Estados Unidos da América: Universal Estúdio, 1998.

ALMEIDA, Ângela. Família e história: questões metodológicas. Texto reelaborado a partir de conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, organizado pela Associação Brasileira de Economistas Domésticos (ABED) e pelo Conselho Federal de Economia Doméstica, com o apoio da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG), 12/09/2001. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/phocadownloadpap/familiasehistorias.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Livros. 2019.

ALVES, Júlio Henrique de Macêdo. *A evolução nas definições de família, suas novas configurações e o preconceito*. 2014. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2014. 55 p.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; DAMASCENO, Prisciany Ramos; TERTO, Luisa de Marilak de Souza; SILVA, Renata Raimundo da. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicol. Estud.*, Maringá, n. 8 (spe), 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-737220030003000003>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

ANDRADE, Mário César Rezende. O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 1-5, dez. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300001&lng=pt&nrm=iso> <https://doi.org/10.36298/gerais202114e23310>. Acesso em: 15 jun. 2024

ANSERMET, François. *Clínica da Origem: a criança entre a medicina e a psicanálise*. Trad. Daisy de Ávila Seidl. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003. 223 p.

ANSERMET, François. Elogio do Incomensurável. *Curinga*. Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas. Belo Horizonte, n. 36, p. 37-50, 2013.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

AYOUC, Thamy. *Psicanálise e hidridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Curitiba: Calisgraphie, 2019. 240 p.

AYOUC, Thamy. Raça, interseccionalidade e psicanálise. In: STONA, José (Org). *Relações de gênero e escutas clínicas*. V. 2. Aracaju: Afirmativa, 2022.

AZEREDO, Christiane Torres. O conceito de família: origem e evolução. *Instituto Brasileiro de Direito de Família*. Publicado em 14 dez. 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1610/O+conceito+de+fam%C3%ADlia:+origem+e+evoluc%C3%A7%C3%A3o#>. Acesso em: 30 mai. 2023.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista da ESMESC*, [S. l.], v. 25, n. 31, p. 239–264, 2018. DOI: 10.14295/revistadaesmesec.v25i31.p. 239. Disponível em: <https://esmesec.emnuvens.com.br/re/article/view/191>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BARBARA, Mariana Machado Santa; MELLO, Ivone Maia de. A conversação como um dispositivo de psicanálise em extensão. *Revista UFG*, Goiânia, v. 22, n. 28, 2022. DOI: 10.5216/revufg.v22.73160. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/73160>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BASSOLS, Miquel. Famulus. Trad. Lenita Bentes. *Revista eletrônica da FAPOL - Federação Americana de Psicanálise de Orientação Lacaniana*, v. 2, ago. 2016. Disponível em <<https://www.lacan21.com/sitio/famulus/?lang=pt-br>> Acesso em: 28 ago. 2024.

BEDRIKOW, Rubens; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Clínica: a arte de equilibrar a doença e o sujeito. *Rev Assoc Med Bras.*, 57(6), p. 610-613, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ramb/a/pDT8dGNS6nZbZPLdKVVksQN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 06 nov. 2024.

BERNI, Juliana Tassara; GOMES, Patricia da Silva; LIMA, Nádia Laguárdia de. A conversação ativa como proposta de abordagem metodológica em psicanálise: uma escrita em dois tópicos. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas-TO, v.10, n. 04, 2023. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8650>> Acesso em: 25 nov. 2024.

BIANCO, Anna Carolina Lo; COSTA-MOURA, Fernanda; SOLBERG, Marisa Cytryn. A psicanálise e as narrativas modernas: a transmissão em questão. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 17 – 25, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652010000200002>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BISPO, Fábio Santos; MARTINS, Aline Souza; CANUTO, Luiz Gustavo Gonçalves; SOUZA, Marcela Fonseca Gomes de; PINHEIRO, Maria do Carmo de Melo; PINTO, Tatiana Sousa. O que é um pai? A função paterna nos momentos iniciais do ensino de Lacan. *Psicologia Revista*, v. 26, n. 1, p. 81–108, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/30988>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BISPO, Fábio Santos. Prefácio. In: NEVES, Libéria Rodrigues; GUIMARÃES, Michele Hidemi Ueno; RAHME, Mônica Maria Farid; CASTILHO, Pedro Teixeira (Org.). *Psicanálise, educação e o pensamento decolonial*, Contagem, MG/Brasil: Escola Cidadã, 2024. p. 12-17.

BORSA, Matheus Eduardo. *Paternidades Negras Ausentes?* registros, memórias e narrativas de famílias negras em Lages/SC no pós-abolição. 2024. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/274515>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BRASIL. *Resolução nº 466/12*. Conselho Nacional de Saúde, 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fconselho.saude.gov.br%2Fresolucoes%2F2016%2FReso510.pdf&clen=667501&chunk=true>. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 6583/2013*. Projetos de Leis e Outras Proposições. 2015. Disponível em:
 <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510/2016*. Disponível em: <[saude.gov.br](https://saude.gov.br/resolucoes/510/2016)>. Acesso em: 05 fev 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2022*. Brasília, 2022. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022-2023*. Brasília, 2023a. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília, 2023b. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 580/ 2007*. Projetos de Leis e Outras Proposições. Brasília, 2023c. Disponível em <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=346155>>
 Acesso em: 27/12/2023.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da violência 2024*. Coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em:
 <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>> Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. SENAPPEN - Secretaria Nacional de Políticas Penais. *Relatório de Informações Penais 1º Semestre de 2024*. Brasília, 2024. Disponível em:
 <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>> Acesso em: 15 mar. 2025.

BREVIGLIERI, Henrique. A psicanálise e a universalização da família patriarcal: vícios ideológicos e necessidades de readaptações. In: ANTONIASSI JUNIOR, Gilmar; BERETTA, Regina Célia de Souza; BORGES, Marilurdes Cruz. *Contribuições da Psicologia da Promoção da Saúde Psicossocial para a Sustentabilidade*. Franca/SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2021. p. 120-139.

BROUSSE, Marie-Hélène. Un neologismo de actualidad: la parentalidad. In: M. TORRES, J. Faraoni; G. SCHNITZER (Orgs.). *Uniones del mismo sexo: diferencia, invención y sexuación*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2010. p. 139-148. Disponível em: <<http://ccbcn.info/xv-conversacion/docs/biblio/M-HBrousse.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2025.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1936/1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48 ed. rev. São Paulo: Global, 1933/2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil V. 1).

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicol. rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. 120 p. (Estudos sobre Seguro, nº 32). Disponível em: https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 40, n. 72, p. 89-102, jun. 2007. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352007000100007>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

CLAVURIER, Vincent. Real, simbólico, imaginário: da referência ao nó. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 39, p. 125-136, jul. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2024.

COSTA, Ana; POLI, Maria Cristina. Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, v. 19, n. 188, 14-21, dez. 2006.

COSTA, André Oliveira. Notas sobre a transmissão: articulações entre tradição e criação. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 172-183, dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912017000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 fev. 2025.

COSTA, Terezinha. *Psicanálise com crianças*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 87 p.

COUTO, Margaret Pires; SANTIAGO, Ana Lydia. Família e fracasso escolar. *Revista Eletrônica do Núcleo Sephora*, v. 2, n. 4, mai a out. 2007. Disponível em: <www.nucleosephora.com/asephallus/numero04/artigo04.htm>. Acesso em: 15 jun 2021.

COUTO, Margaret Pires. As novas organizações familiares e o fracasso escolar. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 30, p. 57-66, jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752010000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2021.

COUTO, Margaret Pires. *O fracasso escolar e a família: o que a clínica nos ensina?* Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, Stanfor, v. 43, n. 6, p. 1241-99, 1991. Disponível em <https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf> Acesso em: 05 fev. 2025.

DETONI, Piero. Um ensaio de história das mentalidades? O problema do insolidarismo em populações meridionais do Brasil (1920), de Oliveira Viana. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v.18, Ano 18, n. 2, Jul/Dez 2021. Disponível em: <1181-Texto%20do%20artigo-2439-1-10-20211216%20(3).pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

DINIZ, Margareth. O método clínico e sua utilização na pesquisa. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 10, n. 120, p. 09-21, 31 mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13029>. Acesso em: 06 nov. 2024.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 1952/2008.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 17-34, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174068>. Acesso em: 05 dez. 2024.

FERREIRA, Vivianne. A família homoafetiva e os desafios para seu efetivo reconhecimento. *Portal FGV- Fundação Getúlio Vargas*. Publicado em 28/06/2023. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/familia-homoafetiva-e-desafios-seu-efetivo-reconhecimento>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre a Histeria. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1893-1895/1996. p. 39-268.

FREUD, Sigmund. Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1901/1996. 311 p.

FREUD, Sigmund. Romances familiares. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 9. Rio de Janeiro: Imago, 1909 [1908]/1996. p. 219-222.

FREUD, S Sigmund. Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 10. Rio de Janeiro: Imago, 1909/1996. p. 139-273.

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. In: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. V. 1. Coordenação geral da tradução: Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1911/2004. p. 65-77.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1912/1996. p.111-119.

FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1912/1996. p. 125-133.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1912-1913/1996. p. 21-163.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1914/1996. p. 163-171.

FREUD, Sigmund. Pulsões e Destinos da Pulsão. In: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. V. 1. Coordenação geral da tradução: Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1915/2004. p. 133-173.

FREUD, Sigmund. Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V.15 e V. 16. Rio de Janeiro: Imago, 1916-1917/1996.

FREUD, Sigmund. Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1918/1996. V.17. p. 173-181.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. V. 2. Coordenação geral da tradução: Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1920/2006. p. 123-198.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1921/1996. p. 81-154.

FREUD, Sigmund. Dois Verbetes de Enciclopédia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1923 [1922]/ 1996. p. 253-274.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. V. 3. Coordenação geral da tradução: Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1923/2007. p. 27-92.

FREUD, Sigmund. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1923/1996. p. 157-161.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1924/1996. p. 193-199.

FREUD, Sigmund. A perda da realidade na neurose e psicose. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. V. III: 1923-1940. Coordenação geral da tradução: Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1924/2007. p. 125-134.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1927/1996. p. 15-63.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1930/1996. p. 73-148.

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1939/1996. p. 19-150.

FREUD, Sigmund. Esboço de Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1940/1996 p. 157-221.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 1933/2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; V. 1).

GASPARD, Jean-Luc; DUNKER, Cristian Ingo Lenz; SILVA JR., Nelson da; ASSADI, Tatiana Carvalho; DOUCET, Caroline. Psicanálise e análise do discurso: elementos para uma investigação clínica futura. *A peste*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 361-378, jul./dez. 2010.

Disponível em:

<https://www.academia.edu/45590620/Psican%C3%A1lise_e_an%C3%A1lise_de_discurso_elementos_para_uma_investiga%C3%A7%C3%A3o_cl%C3%ADnica_futura>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GENEROSO, Cláudia Maria. Considerações sobre psicose e laço social: o fora-do-discurso da psicose. *CliniCAPS*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 1-10, abr. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198360072008000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2024.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Edição crítica de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUERRA, Andrea Máris Campos. Psicanálise e Produção Científica. In: MOREIRA, Jacqueline Oliveira; KYRILLOS NETO, Fuad. *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena, Ed. UEMG, 2010, p. 130-145. Disponível em: <<http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal172P20120518120750.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GUERRA, Andréa Máris Campos; ARANHA, Mariana da Costa. Guerra, tempo e memória: duas notas sobre a mortalidade juvenil brasileira. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 23-31, dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692017000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2024. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.5540>.

GUERRA, Andrea Máris Campos; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; MALTA, Amanda Lessa; GALHARDO, Leandro. A família processual: Pensando a filiação e a transmissão na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 206-222, jan. 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/43014/29663>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

GUALDA, Linda Catarina; SOUZA, Silvana Lemes de. Educação domiciliar no Brasil: um estudo comparativo. *Educação, Psicologia e Interfaces*, v. 4, n. 3, p. 1-15, Jul./Set. 2020. Disponível em: <https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/258/202> Acesso em: 25 maio 2024.

HEINEMANN, Giovana Bessa Borges; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Concepção atual de família: do declínio da função paterna aos novos sintomas. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 12, n. 3-4, p. 639-662, set/dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482012000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2021.

JUCÁ, Vlândia Jucá; LEMOS, Rachel Martins; BARROS, Natália Sousa. As Conversações e a Narrativização do Sofrimento Psíquico entre Adolescentes. *Revista de Psicologia, [S. l.]*, v. 12, n. 2, p. 132-146, Jul-dez 2021. DOI: 10.36517/revpsiufc.12.2.2021.10. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/62753>. Acesso em: 22 nov. 2024.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. *Fronteiras*. Dez 2013. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/leia/exibir/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular#:~:text=A%20patologia%20da%20fam%C3%ADlia%20que,eles%20seus%20consangu%C3%ADneos%20ou%20n%C3%A3o.>>. Acesso em: 28/08/2024.

KHULMAN JR., Moyses. Histórias da Educação Infantil Brasileira. *Revista Brasileira e Educação* (14). Ago. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 22 jun. 2021.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernanda R.; PENA, Alexandra. Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, e237202, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v46/1517-9702-ep-46-e237202.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

LACAN, Jacques. Complexos familiares na formação do indivíduo. In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1938/2003. p. 29-90.

LACAN, Jacques. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1945/1998. p. 197-213.

LACAN, Jacques. *O mito individual do neurótico, ou Poesia e verdade na neurose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1952/2008.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1953/1998. p. 238-324.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1955-1956/1998.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1956-1957/1995.

LACAN, Jacques. Juventude de Gide ou a letra e o desejo. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1958b/1998. p.749-775.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964/1985.

LACAN, Jacques. A ciência e a verdade. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966/1998, p. 869-892 (artigo originalmente publicado em 1966).

LACAN, Jacques. Nota sobre a criança. In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969/2003. p. 369-370.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969-1970/1992.

LACAN, Jacques. *Conferência de Lacan em Milão*. 1972/2015. (Original publicado em 1972). Conferência de 12/10/1972. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Disponível em: <<https://trilhardotorg.wordpress.com/2015/03/04/do-discurso-psicanalitico-conferencia-de-lacan-em-milao-em-12-de-maio-de-1972-parte-1-2/>>. Acesso em: 26 jan. 2025.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Trad. M. D. Magno. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 1972-1973/1985. (Campo Freudiano no Brasil).

LACAN, Jacques. Televisão. In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973/2003. p. 508-543.

LAMBERTE, Maria Tereza Martins Ramos. Análise de Discurso, Psicanálise e Topologia em Lacan: pontos, contrapontos e enodamentos. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas; CHAVES, Ramon Silva (org.). *Discurso, cultura e psicanálise* Vol. 6. São Paulo: Blucher, 2024. p. 70-99. Disponível em: <<https://openaccess.blucher.com.br/article-details/03-24211/>>. Acesso em: 05 dez 2024.

LAMAS, Iara; MORESI, Paulo Vinícius Costa; SOUZA, Christin Higor Marques de; COELHO, Hannya Braga Pinto; BAGNO, Natália Lanza; NUNES, Olívia Mendonça; FERREIRA, Guilherme Domingues; MIRANDA, Mariana Magalhães. A prática interdisciplinar de jovens universitários: a conversação como intervenção em alunos de uma escola pública. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1469–1481, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/66365>. Acesso em: 22 nov. 2024.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-bertrand Lefebvre. *Vocabulário de psicanálise*. Dir. Daniel Lagache. Trad. Pedro Tamen. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Nádia Laguárdia de; ARAÚJO, Ronaldo Sales de; SOUZA, Eduardo Pio de; DIAS, Allana Fernanda Gonçalves; BARBOSA, Carolina Albuquerque; ALVES, Raquel Gonçalves Silveira; NIHARI, Karina Maciel; MARCHI, Nayara Serrano Barcelos. Psicanálise e Educação: um tratamento possível para as queixas escolares. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1103-1125, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645088>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/8YyhNgtv9dGKNWMLmTXCLgt/>. Acesso em: 15/10/2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.). *El giro decolonial*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MELGAÇO, Rosely Gazire. Salve o Pai! In: MEIRA, Yolanda Mourão; PORTUGAL, Ana Maria; CARAM, Carmen Moreira; TRAVAGLIA, Izíná Helena; MELGAÇO, Rosely Gazire (org.). *O porão da família: ensaios de psicanálise*. Belo Horizonte: Artesã, 2018. P. 261-267.

MENEZES, Celso Vianna Bezerra de. Gilberto Freyre: e o mito se faz história. *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, n. 2, p. 177-184, jul/dez 2000. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9187/7776>>. Acesso em: 10 out. 2023.

MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://core.ac.uk/download/pdf/161519103.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, jun. 2017. Trad. Marco Oliveira. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MILLER, Jacques-Alain. Leitura crítica dos "Complexos familiares", de Jacques Lacan. *Opção Lacaniana Online*, v. 42, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.opcaolacaniana.com.br/antigos/n2/pdf/artigos/jamleitura.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MILLER, Jacques-Alain. Assuntos de família no inconsciente. *Asephallus - Revista eletrônica do Núcleo Sephora*, v. 2, n. 4, 2007. Disponível em: <www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_01.htm>. Acesso em: 20 set 2024.

MILLER, Jacques Allain. A criança entre a mulher e a mãe. *Opção Lacaniana Online*, São Paulo, Ano 5, n. 15, nov. 2014. Disponível em: <http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_15/crianca_entre_mulher_mae.pdf> Acesso em 25 jan. 2024.

MIRANDA, Cássio Eduardo Soares; SOUZA, Felipe Barbosa de. Entrevista clínica de orientação psicanalítica com vítimas de violência sexual. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. 10, p. 10, dez. 2020. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2020/12/10/n-10-10/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MIRANDA, Margarete Parreira; VASCONCELOS, Renata Nunes; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa. *Psicanálise, Educação e Transmissão*, São Paulo, n. 6, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032006000100060&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 25 Jan. 2022.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 2, p. 219-227, mai-ago 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/9HW3v6rz3q6hxDnyx6QQ9JB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2024.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. O inconsciente e a política: entre a estranheiridade e a extimidade. *Analytica*, São João Del Rei, v. 8, n. 14, p. 1-18, jun. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972019000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 dez. 2024.

MUAZE, Mariana. Por uma micro-história da família. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://anpuh.org.br/uploads/anais-

simposios/pdf/2019-01/1548856711_4179a46dcb4e5564e1c374fa5d7a0bc1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MUAZE, Mariana. Pensando a família no Brasil: ganhos interpretativos a partir da micro-história. *Confluenze*, Bologna, v. 8, n. 1, p. 10-27, 2016. Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna. Disponível em: <<https://confluenze.unibo.it/article/view/6247/6026>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

NEVES, Libéria Rodrigues; GUIMARÃES, Michele Hidemi Ueno; RAHME, Mônica Maria Farid; CASTIHO, Pedro Teixeira (Org.). *Psicanálise, Educação e o Pensamento Decolonial*. Contagem, MG/Brasil: Escola Cidadã, 2024.

NOMINÉ, Bernard. *O Sintoma e a Família: Conferências belorizontinas*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise MG, 1997. 124 p.

OLIVEIRA, Nadja Rodrigues; TAFURI, Maria Izabel. O método psicanalítico de pesquisa e a clínica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 15, n. 4, dez. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000400007>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

OLIVEIRA, Patrícia Aurília Breckenfeld Alexandre de; SOUTO, Jailma Belarmino; SILVA JÚNIOR, Edivan Gonçalves da. Adoção e Psicanálise: a escuta do desejo de filiação. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 37, n. 4, p. 909-922, Out-Dez 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/9Bt59y8pPd3d36kFcz5WjP/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre e a Inglaterra: uma história de amor. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 2, out 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000200002>>. Acesso em: 10 out. 2023.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. A orientação clínica como questão de método à psicologia, psicanálise e educação. In: PEREIRA, Marcelo Ricardo (Org.). *A psicanálise escuta a educação 10 anos depois*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 23-34.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. *O nome atual do mal-estar docente*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. Famílias, odeio-vos? Reconfiguração contemporânea e recomendações a psicanalistas. In: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares (Org.). *Psicanálise e educação: impasses subjetivos contemporâneos IV*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017. p. 41-54.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. Psicanálise, raça e familiarismo brasileiro. In: ARREGUY, Marcelo Báfica Coelho; CABRAL, Sandra (Org.). *Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas*. Niterói: Eduff, 2018. p.69-76.

PINTO, Jéferson Machado. Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 4, n. 1, p. 77-84, jun. 2001.

Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000100005>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

PISETTA, Maria Angélica Augusto de Mello; CHARCZUK, Simone Bicca. A pesquisa em educação: aportes psicanalíticos. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Itajaí, v. 18, n. 3, p. 270-285, jul-set 2018. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/11544/7655>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PORTUGAL, Ana Maria. A família ao avesso: a estrutura do cristal. In: MEIRA, Yolanda Mourão; PORTUGAL, Ana Maria; CARAM, Carmen Moreira; TRAVAGLIA, Iziná Helena; MELGAÇO, Rosely Gazire (org.). *O porão da família: ensaios de psicanálise*. Belo Horizonte: Artesã, 2018. p. 179-187.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla*, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000. Disponível em < <https://muse.jhu.edu/article/23906>> Acesso em 15 jan. 2025.

QUINET, Antônio. As funções das entrevistas preliminares. In: *As 4 + 1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 13-34.

QUINET, Antônio. *Teoria e clínica da psicose*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 238 p.

RANK, Otto. *O Mito do Nascimento do Herói*. Trad. Constantino Luz de Medeiros. São Paulo: Cienbook, 1909/2020.

RODRIGUES, Gilda Vaz. O último Lacan. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 40, n. 75, p. 51-55, jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952018000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ROSA, Miriam Debieux; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 180-188, abr. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

ROSA, Miriam Debieux. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapes, 2018.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. Resenha: L'Enfant et la vie familiale sous l'ancien Regime. PDF. Edição. v. 2, 1977. Seção Resenhas. *Periódicos FCLAr*, UNESP. Desenvolvido por Open Journal Systems. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1522/1229>> Acesso em 20/09/2023.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, 2 (2), p. 7-21, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade. Dossiê: Família. *Psicologia USP*, 13 (2), 2002.

SANTOS, Katia Alessandra dos. Análise do discurso e psicanálise: diálogos possíveis. *Revista Interfaces*, Guarapuava, v. 3, n. 1, p. 39 – 47, jul. 2012. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/1668>. Acesso em: 03 dez. 2024.

SAURET, Marie-Jean. A pesquisa clínica em Psicanálise. *Psicologia USP*, v.14, n. 3, p. 89-104, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300009>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SCHUWARTEN, Elaine Sabrina Moreira. A família na legislação brasileira. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF, 16/05/2019. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52898/a-familia-na-legislacao-brasileira>. Acesso em: 30 jul 2020.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio. Tipos de Entrevista. In: SCORSOLINI-COMIN, Fábio. *Técnicas de Entrevista: método, planejamento e aplicações*. São Paulo: Vetor, 2016. p. 43 a 67.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19983/13277>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, Clarice Moreira; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. O método psicanalítico de pesquisa e a potencialidade dos fatos clínicos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 3, p. 520-533, jul/set. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/FvV7ZY3SzJRf7rgLzVGjPpm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SILVA, Denise Quaresma. A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 39, p. 37-45, jul. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 fev. 2022.

SLENES, Robert Wayne. Histórias da família escrava. In: SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Sa%C3%BAde/Downloads/Slenes,%20Robert%20W.%20HIST%C3%93RIAS%20DA%20FAM%C3%8DLIA%20ES CRAVA.%20Na%20senzala%20uma%20flor..pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023.

SOUZA, Virgínia de; PENTEADO, Camila; NASCIMENTO, Rafaelly do; RAIHER, Augusta Pelinski. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. *Informe*

GEPEC, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 53–72, 2020. DOI: 10.48075/igepec.v24i1.22710. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710>. Acesso em: 13 mai. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*. São Paulo, 8 (1), p. 102-106, Jan-Mar 2010. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>> Acesso em 12 out. 2024.

SPITZ, René. A. *O primeiro ano de vida*. Trad. Erothildes Millan Barros da Rocha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1965/1998. 390 p.

STONA, José (Org). *Relações de gênero e escutas clínicas. V. 2*. Aracaju: Afirmativa, 2022.

TEPERMAN, Daniela. A família e a ordem sexual na nossa época. In: KAMERS, Michele; MARIOTTO, Rosa Maria Marini, VOLTOLINI, Rinaldo (Orgs.). *Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*. São Paulo: Escuta, 2015. p. 229-242.

TFOUNI, Leda Verdiani; LAUREANO, Marcella Marjory Massolini. Entre a análise do discurso e a psicanálise, a verdade do sujeito: análise de narrativas orais. *Revista Investigações*, v. 18, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/download/1485/1158>>. Acesso em: 03 dez. 2024.

URMAN, Clara Nemas de. O romance familiar na adolescência. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 15, n. 2, p. 297-310, ago. 2008. Disponível em: < <https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/2008-sppa-revdepsicanalise-v15-n2-5.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2024.

VILAR, Cláudia Margareth Lira Nóbrega; SANTOS, Anierika Pereira; SANTOS, Iraneide Nascimento; LAUREANO, Fabiana Godoy Bené Bezerra; COLARES, Viviane; MENEZES, Valdenice Aparecida; SANTOS, Carolina Franca Bandeira Ferreira. Fatores da desigualdade social e a sua associação com a gravidez na adolescência: uma revisão integrativa. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, v. 5, n. 3, p. 1-18, 13 set. 2022. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/629>. Acesso em: 06 jan. 2025.

VINAGRE, Talita Alcalá; TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. A regulamentação do Ensino Domiciliar (homeschooling) no Brasil e a racionalidade neoliberal. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 794–809, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n2a2022-65398. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/65398>. Acesso em: 25 maio. 2024.

VIOLA, Daniela Teixeira Dutra; LIMA, Nádia Laguárdia de; NOBRE, Márcio Rimet. O resgate da narrativa na cultura digital: a conversação psicanalítica com adolescentes na escola. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692020000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2024.

VOLTOLINI, Rinaldo. *Educação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

VORCARO, Ângela Maria Resende. Seria a toxicomania um sintoma social? *Mental*, Barbacena, v. 2, n. 3, p. 61-73, nov. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272004000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 fev. 2025.

VORCARO, Ângela Maria Resende. Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In: MOREIRA, Jacqueline Oliveira; KYRILLOS NETO, Fuad. *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade*. Ed. UEMG, Barbacena, p. 11-23, 2010. Disponível em: <<http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal172P20120518120750.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ZAFIROPOULOS, Mark. Nossa arqueologia crítica da obra de Lacan: Lacan e as ciências sociais, Lacan e Lévi-Strauss. *Revista Estudos Lacanianos*, Belo Horizonte, 2009. Trad. Maria do Carmo Pinheiro. Rev. Antônio Márcio Ribeiro Teixeira. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v2n3/v2n3a04.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2025.

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você e o estudante pelo qual você é responsável estão sendo convidados (as) a participar, como voluntários (as), da pesquisa “**Família e o irredutível de uma transmissão: interfaces entre Psicanálise e Educação**”, de responsabilidade dos pesquisadores Marcelo Ricardo Pereira e Liliane Cristina Santos. Esta pesquisa tem como finalidade compreender a função da família, seu caráter de transmissão, no que se refere à constituição subjetiva da criança. A pesquisa possibilitará o estudo da família na atualidade, considerando seus diferentes formatos, e poderá contribuir para construção de uma prática mais apropriada ao contexto e aos problemas enfrentados no campo educativo. Os **participantes da pesquisa são** estudantes de escola(s) pública(s) da periferia de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Procedimentos da pesquisa

Ao participar desse estudo, o estudante participará de grupo(s) de conversação junto com outros alunos de sua escola e de uma entrevista individual.

Sobre os grupos de conversação: O(s) encontro(s) serão marcados previamente, conforme disponibilidade dos participantes e terão duração de aproximadamente 1 hora. Serão realizados de um a dois encontros com os mesmos participantes, sendo que será combinado o segundo encontro apenas se os participantes sentirem necessidade ou tenham interesse, caso não tenham tido tempo suficiente para expressão de suas ideias sobre o tema somente em um encontro. Pretendemos realizar o(s) grupo(s) a partir do tema família. Assim, será solicitado aos participantes que falem livremente o que pensam a respeito dele e relatem suas vivências.

Sobre as entrevistas clínicas: O estudante também participará de uma entrevista individual, que será marcada previamente conforme disponibilidade dele. Outros membros de sua família poderão ser convidados a também participar de uma entrevista, caso tenham disponibilidade e interesse. As entrevistas clínicas serão realizadas com o intuito de depreender os aspectos levantados na conversação de forma mais aprofundada em cada participante, promovendo também o conhecimento sobre as configurações de cada família. As entrevistas serão não diretivas, a partir da questão: como é a sua família e como é sua vivência/ relação com ela?

Riscos e desconfortos

Os riscos concernentes à participação nos procedimentos referem-se à possibilidade de algum constrangimento ou alteração emocional, por ser um tema sensível. Caso ocorra alguma destas situações, o pesquisador, que é profissional psicólogo devidamente habilitado, tomará as medidas que forem necessárias, como, por exemplo, interrupção da entrevista ou conversação para retomada em outro momento, escuta sobre o que causou o incômodo, ou, se necessário, encaminhamento para unidade adequada da rede de saúde do município.

Armazenamento do material e confidencialidade

Os registros desta pesquisa ficarão armazenados pelos responsáveis pelo prazo **de 5 anos**. Todas as informações coletadas nesse estudo são **confidenciais**. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão acesso às informações. Os dados obtidos com a pesquisa serão utilizados para fins estritamente acadêmico-científicos, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicações de meios especializados que contribuem para a disseminação do conhecimento. Mesmo assim, os nomes dos participantes não serão divulgados.

Benefícios

Os participantes da pesquisa não terão, à princípio, nenhum benefício direto, a não ser se for detectado alguma necessidade de acompanhamento, caso em que será feito o encaminhamento adequado. Entretanto, mesmo sem benefícios diretos, esperamos que este estudo possa contribuir para construção de uma prática mais apropriada ao contexto e aos problemas enfrentados no campo educativo, no que se refere à função da família, em diferentes configurações, para a subjetividade da criança.

Espaço para rubricas

Pagamento

Você e o estudante participante pelo qual é responsável não terão nenhum tipo de despesa por participar dessa pesquisa. Também não serão remunerados pela participação. Se vocês tiverem interesse, poderão receber cópia do relatório da pesquisa contendo seus principais resultados.

Possibilidade de desistência de participação a qualquer momento

Você ou o estudante participante pelo qual é responsável poderá desistir da participação na pesquisa em qualquer fase de sua realização, sendo que a desistência não implicará em nenhum prejuízo para vocês.

Dúvidas gerais e éticas

Em caso de **dúvidas gerais** relacionadas à pesquisa, os estudantes participantes e seus responsáveis poderão contatar os pesquisadores responsáveis através dos e-mails **lilianecsantos@hotmail.com**, **mrp@ufmg.br**; telefones **(31) 3409-6350 / (31) 99131-4270**, no Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais – LEPSI/Faculdade de Educação-UFMG, na Avenida Presidente Antonio Carlos, 6627, Pampulha, CEP 31270-901, Belo Horizonte – MG, sala 1611.

Podem acionar também o **Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG**, se tiverem dúvidas de **natureza estritamente éticas**. COEP: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901 Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005. Telefone: (031) 3409-4592 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br.

Você assinará duas vias deste termo, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra ficará em sua posse.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, de forma livre e esclarecida, manifesto minha autorização para participação do menor _____, pelo qual sou responsável, na pesquisa referida neste documento.

Local e data

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador

ANEXO 2 – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: **“Família e o irredutível de uma transmissão: interfaces entre Psicanálise e Educação”**, de responsabilidade dos pesquisadores Marcelo Ricardo Pereira e Liliane Cristina Santos, que tem como finalidade compreender a função da família (em diferentes formatos) no que se refere subjetividade da criança. Os **participantes da pesquisa** são estudantes de escola(s) pública(s) da periferia de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Procedimentos da pesquisa: Ao aceitar participar desse estudo, você vai participar de grupo(s) de conversação junto com outros alunos de sua escola e de uma entrevista individual.

Sobre os grupos de conversação: O(s) encontro(s) serão marcados previamente, conforme disponibilidade dos participantes e terão duração de aproximadamente 1 hora. Serão realizados de um a dois encontros com os mesmos participantes, sendo que será combinado o segundo encontro apenas se os participantes sentirem necessidade ou tenham interesse, caso não tenham tido tempo suficiente para expressão de suas ideias sobre o tema somente em um encontro. Vamos realizar o(s) grupo(s) a partir do tema família. Assim, será solicitado aos participantes que falem livremente o que pensam a respeito dele e relatem suas vivências.

Sobre as entrevistas clínicas: Você também vai participar de uma entrevista individual, que será marcada previamente conforme sua disponibilidade. Outros membros de sua família poderão ser convidados a também participar de uma entrevista, caso tenham disponibilidade e interesse. As entrevistas serão realizadas para conhecer o que for falado na conversação de forma mais aprofundada. Na sua entrevista, vamos querer saber como é a sua família e como é sua vivência/ relação com ela.

Riscos e desconfortos: A participação nessa pesquisa não traz complicações, a não ser algum constrangimento ou alteração emocional, por causa do tema (família). Caso ocorra alguma destas situações, o pesquisador, que é profissional da Psicologia, tomará as medidas que forem necessárias, como, por exemplo, interrupção da entrevista ou conversação para retomada em outro momento, escuta sobre o que causou o incômodo, ou, se necessário, encaminhamento para unidade da rede de saúde do município.

Armazenamento do material e confidencialidade: Os registros desta pesquisa ficarão armazenados pelos responsáveis pelo prazo **de 5 anos**. Todas as informações coletadas nesse estudo são **confidenciais**. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão acesso às informações. Os dados obtidos com a pesquisa serão utilizados para fins estritamente acadêmico-científicos. Mesmo assim, os nomes dos participantes não serão divulgados.

Pagamento: Você e seu responsável não terão nenhum tipo de despesa por participar dessa pesquisa. Também não serão remunerados pela participação. Se vocês tiverem interesse, poderão receber cópia do relatório da pesquisa com seus principais resultados.

Possibilidade de desistência de participação a qualquer momento: Você ou seu responsável poderá desistir da participação na pesquisa em qualquer fase de sua realização, sendo que a desistência não trará nenhum prejuízo para vocês.

Você assinará duas vias deste termo; uma será arquivada pelo pesquisador e a outra ficará com seu responsável.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar desta pesquisa.

Local e data

Assinatura do menor

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador